
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Airton Teixeira Pinho Filho

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt

Departamento de História

Capitão de Fragata Pierre Paulo da Cunha Castro

Departamento de Publicações e Divulgação

Primeiro-Tenente (RM2-T) Luiz Cesário da Silveira do Nascimento

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha
Departamento de Publicações e Divulgação
Ilha das Cobras s/n^o – Centro
20091-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492
Tiragem: 1.500 exemplares

CONSELHO EDITORIAL

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (DPHDM/IGHMB)
CF Pierre Paulo da Cunha Castro (DPHDM/Cemfhis)
CC (T) Carlos André Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB/LEMP)
CC (T) Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)
CT (IM) Marcello José Gomes Loureiro (DPHDM/UFRJ)
CT (T) Jonei Coelho Muniz (DPHDM/IGHMB)
CT (T) Daniel Martins Gusmão (DPHDM/UFS)
Prof. Ms. Renato Jorge Paranhos Restier Junior (IGHMB/SME-RJ)
1T (T) Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (DPHDM/Unisul)
1T (T) Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho (DPHDM/Unicamp)

CONSELHO CONSULTIVO

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB)
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (IUPERJ)
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB/PPGEM-EGN)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS/SAB)
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
VA (Ref^o) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)
Gen. (Ref^o) Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (Unirio)
Prof.^a Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (Unirio)
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex
www.latindex.unam.mx
Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org
Diadorim
http://diadorim.ibict.br
E-revist@s
www.erevistas.csic.es
Portal de periódicos da Capes
www.periodicos.capes.gov.br

EQUIPE EDITORIAL

Diretor

CMG (Ref^o) Milton Sergio Silva Corrêa

Editor

1T (T) Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

Organização do dossiê

Marcello José Gomes Loureiro
Edina Laura Nogueira da Gama

Identidade Visual

Edna Costa

Editoração Eletrônica

Felipe dos Santos Motta

Capa

Felipe dos Santos Motta

Revisão

Manuel Carlos Corgo Ferreira

Revisão em inglês

CT (T) Adriana de Matos Peixoto Rogerio

Web Designer

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun. 1985) – n.21 (jun. 2015)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 –
il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da
Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil, Marinha – Periódicos. I. Brasil, Marinha, Diretoria do Patrimônio Histórico e
Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **APRESENTAÇÃO**
Edina Laura Nogueira da Gama
- DOSSIÊ 150 ANOS DA BATALHA NAVAL DO RIACHUELO:**
 Reflexões e abordagens sobre a Guerra da Tríplice Aliança – I
- 9 **Entre a vela e o vapor, entre a madeira e o ferro: a transição, a construção e a ação dos Ironclads na Marinha Imperial Brasileira 1850-1865**
 Between the sail and steam, between the wood and iron: the transition, the construction and the action of Ironclads in the Brazilian Imperial Navy from 1850 to 1865
 Johny Santana de Araújo
- 23 **Situación económica y militar de Argentina entre 1852 y el inicio de la Guerra del Paraguay**
 Situação econômica e militar da Argentina entre 1852 e o início da Guerra do Paraguai
 Sergio Fernandes Sanchez
- 35 **Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória**
 A naval battle centers itself a century of glory: Riachuelo in history and memory
 José Miguel Arias Neto
- 54 **Riachuelo: uma batalha de controvérsias**
 Riachuelo: a battle of controversies
 Francisco Eduardo Alves de Almeida
- 74 **Batalha Naval do Riachuelo: 150 anos de uma vitoriosa Operação Conjunta da Marinha e do Exército do Brasil**
 Naval Battle of Riachuelo: 150 years of a victorious Joint Operation between the Brazilian Navy and Army
 André Cezar Siqueira
- 84 **O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar**
 The black sailer Marcílio Dias: the many memories of an exemplary citizen
 Álvaro Pereira do Nascimento

- 96 **O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo**
The recruitment of freed slaves for the War of the Triple Alliance: recent considerations about a complex subject
Vitor Izecksohn
- 111 **A Batalha Naval do Riachuelo por Felipe Néri de Barcellos: música, ofício e glória na composição de um voluntário da pátria**
The Naval Battle of Riachuelo by Felipe Néri de Barcellos: music, occupation and glory from the composition of a Fatherland volunteer
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos
- 119 **Tentativas de paz na Guerra do Paraguai**
Peace attempts in the Paraguayan War
Francisco Doratioto
- 132 **A atuação do Corpo de Saúde do Exército na Guerra da Tríplice Aliança**
The actions of the Army Health Core in the Triple Alliance War
Aureliano Pinto de Moura

Capa – COMBATE NAVAL DO RIACHUELO

1870; 224 x 128cm. Óleo sobre tela de Eduardo De Martino (Meta, Itália, 1838 – Londres, Grã-Bretanha, 1912)

Acervo: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Uma das duas reproduções em tela da Batalha Naval do Riachuelo (11/06/1865) feitas pelo pintor italiano Eduardo De Martino, autor de muitos outros óleos e desenhos aquarelados sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). De Martino foi um tenente da Marinha de Guerra italiana, pintor autodidata, que abandonou a vida militar para registrar com seu traço preciso os combates, navios e tipos humanos do peculiar conflito desenredado por esta edição de *Navigator*.



Apresentação

Edina Laura Nogueira da Gama

Capitão de Mar e Guerra (RM1-T). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval. Especialista em História Militar pela Unirio. Membro efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Assessora Técnica da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Neste ano de 2015, e como anunciado na apresentação da última edição da Revista Navigator, estamos revisitando a atuação da Marinha Imperial na Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, como parte das comemorações dos 150 anos da Batalha Naval do Riachuelo, reconhecida como um episódio decisivo na Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.

Afinal, mesmo pouco conhecido pela historiografia brasileira, o triunfo da força naval imperial, composta por navios de casco de madeira e movidos a vapor sobre uma força que combinava navios e tropas paraguaias, determinou o controle aliado sobre a navegação do eixo fluvial dos rios Paraná e Paraguai, única ligação do adversário com o oceano. E apesar da guerra ter se prolongado por mais de cinco anos, a batalha, que se estendeu por quase todo um dia, definiu os rumos estratégicos do conflito. Isolado do mar e impedido de recompor suas perdas materiais para continuar mantendo iniciativa do ataque, ao Paraguai restava apenas se defender e retardar o avanço aliado sobre o seu território.

Tendo como motivação esta efeméride – 150 anos da Batalha Naval do Riachuelo –, a revista *Navigator*, no seu propósito de promover e incentivar o debate e as pesquisas sobre temas de história marítima no meio acadêmico, fez um convite aos seus leitores, professores, pesquisadores e alunos de história, para participarem do Dossiê sobre a História Naval e Militar da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, abrindo ainda espaço às discussões políticas, sociais e econômicas do período. Fomos plenamente atendidos.

Assim, optamos por dedicar todo o espaço dessa Edição, e da próxima, no segundo semestre de 2015, aos trabalhos voltados a reflexões e abordagens sobre a Guerra da Tríplice Aliança. E não poderia ser diferente, diante de originalidade e multiplicidade dos artigos, das abordagens diferenciadas de aspectos da política e da guerra, dos novos olhares sobre

os objetos em estudo, trazendo diálogos à memória das instituições militares, revitalizando, ainda, a historiografia brasileira e, especialmente, a historiografia militar e naval do período.

Johny Santana de Araújo analisa as transformações do poder naval brasileiro no século XIX, relacionando-as às rápidas mudanças dos padrões de guerra naval, postando o avanço tecnológico havido na Armada Imperial como responsável pela hegemonia naval brasileira no Atlântico Sul, sobretudo após a Batalha Naval do Riachuelo.

O artigo do pesquisador argentino **Sergio Fernandes Sanchez** faz uma reflexão da situação econômica e militar da Argentina de 1852 até o início da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai. Ao visitar também a própria situação política de um de nossos aliados no conflito, consolida a hipótese do despreparo do país para a guerra que se anunciava, em face de suas próprias problemáticas internas.

José Miguel Arias Neto, fazendo uso de fontes afetas a imprensa (geral e militar), diários, memórias, crônicas, folhetos e imagens, trabalha, num texto original, as representações, a memória e as apropriações desse embate pelos grupos políticos e militares, passando o Segundo Reinado, até os anos 1920 com reflexões sobre possíveis significados contemporâneos.

Francisco Eduardo Alves de Almeida dialoga com a historiografia inglesa produzida sobre a Batalha Naval do Riachuelo, onde as ações da Marinha do Brasil são muito criticadas. No emprego de discussões sobre a história e seus professores, teorias e métodos, analisa cinco controvérsias latentes ao longo desses 150 anos: posição inicial da Força Naval Imperial, comparação de poderes combatentes, início da batalha, atuação de Francisco Manoel Barroso no combate e o seu aspecto decisivo.

André Cezar Siqueira relata a participação do Exército Brasileiro no episódio, revisitando toda uma historiografia a respeito desta operação, vista como uma ação conjunta da Marinha Imperial e do Exército Brasileiro.

Já **Álvaro Pereira do Nascimento** trata da vida de Marcílio Dias na Marinha Imperial desde seu recrutamento, até sua morte decorrente do combate. Numa investigação criteriosa, rica em fontes primárias e secundárias, analisa a construção histórica do mito e sua bravura, que fez desse marinheiro “uma memória reverenciada e lembrada pedagogicamente a estudantes civis e militares”.

Vitor Izecksohn faz uso de considerações acerca da contextualização histórica das participações negras na tradição militar luso-brasileira, ao tratar da mobilização militar de escravos libertos para a guerra (em especial o recrutamento no Exército). Dialoga com vários conceitos e paradoxos caros à historiografia brasileira, como patriotismo, cidadania, as instituições em crise no ocaso do Império, revitalizando este tema tão complexo.

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos apresenta a análise inédita de um documento – a composição musical do voluntário da pátria pernambucano Felipe Néri de Barcellos, composta durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, provavelmente pouco depois da Batalha Naval do Riachuelo, e que tem esse título, fonte relevante no diálogo multifacetado para com a história cultural e social do período, abrindo discussões e debates para outras leituras do texto.

Francisco Doratioto analisa as três tentativas de armistício havidas durante a Guerra do Paraguai, considerando duas como intencionais e uma circunstancial. Episódios pouco abordados pela historiografia brasileira. O autor trabalha com as expectativas políticas e militares da época na justificativa dos seus fracassos, com o concurso de fontes relevantes.

Aureliano Pinto de Moura nos traz a atuação do Corpo de Saúde do Exército durante a Guerra. O seu relato detalhado sobre o esforço empreendido no emprego de um efetivo de médicos, farmacêuticos e enfermeiros no teatro de operações comprova a dimensão da logística desse evento bélico, tido com o segundo maior das Américas, abrindo perspectivas historiográficas a outros campos da história.

O dossiê continua na próxima edição. A todos os autores que escolheram a *Navigator* para apresentar suas pesquisas, o nosso agradecimento. Aos nossos leitores, uma boa leitura.

Dossiê 150 anos da Batalha naval do Riachuelo: reflexões e abordagens sobre a Guerra da Tríplice Aliança – I

Jobny Santana de Araújo

Sergio Fernandes Sanchez

José Miguel Arias Neto

Francisco Eduardo Alves de Almeida

André Cezar Siqueira

Álvaro Pereira do Nascimento

Vitor Izecksohn

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos

Francisco Doratioto

Aureliano Pinto de Moura

Donnell Technology Naval & Marine
Technical Services

Entre a vela e o vapor, entre a madeira e o ferro: a transição, a construção e a ação dos Ironclads¹ na Marinha Imperial Brasileira 1850-1865*

Between the sail and steam, between the wood and iron: the transition, the construction and the action of Ironclads in the Brazilian Imperial Navy from 1850 to 1865

Johny Santana de Araújo

Doutor em História Social (UFF); Mestre em História do Brasil (UFPI); Bacharel e Licenciado em História (UFMA), Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB e da graduação ambos na Universidade Federal do Piauí – UFPI.

RESUMO

O artigo pretende analisar como se deu a construção e a evolução do poder naval brasileiro na transição entre a primeira metade e a segunda metade do século XIX, levando em conta o aprimoramento e a rápida mudança dos padrões de guerra naval. O avanço tecnológico, em nosso entendimento, foi responsável pela hegemonia naval brasileira no atlântico sul, nas fases anteriores e durante a guerra da tríplice aliança, sobretudo após a batalha do Riachuelo, fazendo da Marinha Imperial Brasileira uma das mais respeitadas do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Navios de Guerra, Marinha Imperial Brasileira, Conflitos Platinos, Projeção Naval

ABSTRACT

This article intends to analyze the construction and evolution of the Brazilian naval power in the transition between the first half and the second half of 19th century, considering the improvement and the rapid change of the naval war standards. We understand that the technological advance was responsible for the Brazilian naval hegemony in South Atlantic in the earlier stages during the war of the triple alliance, mainly after battle of Riachuelo. After this war the Brazilian Imperial Navy became one of the most respected in the world.

KEYWORDS: War ships, Imperial Brazilian Navy, Platinum Conflicts, Naval Projection

* Artigo recebido em 15 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DE UMA NOVA MARINHA E O AMADURECIMENTO DE UM PODER NAVAL

Em 1862, quando a Guerra da Secessão havia atingido o seu segundo ano, um dos eventos mais incríveis havia acontecido: a famosa batalha em Hampton Roads, entre o navio *Monitor* e a fragata de ferro *Merrimac*.² De certa forma, o combate trouxe algumas das mais importantes reflexões a respeito da guerra no mar naquele momento, era a transição tanto da construção dos navios quanto da própria forma de fazer a guerra naval, era a transição das frotas de navios de madeira para os navios de ferro ou Ironclads.

De acordo com Lenton, o desenho dos vasos de guerra permanecia praticamente inalterado durante quatrocentos anos, mas estava sofrendo uma profunda transformação em meados do século XIX, graças a combinação da introdução do ferro e da máquina a vapor. A partir disso, houve uma verdadeira revolução no desenho dos navios.³

Os navios armados com canhões no costado estavam sendo superado por novos conceitos que levavam em consideração a introdução de canhões dispostos em torres. O vapor já era utilizado em larga escala, graças a igualmente revolucionária invenção de Robert Fulton, a marca do desenvolvimento tecnológico se fazia presente tal como nos aponta Hobsbawm, havia “[...] 22 mil navios a vapor do mundo em 1882, [...] ainda mais potentes como máquinas que as locomotivas.”⁴

Os navios de ferro idealizados como substitutos aos de madeira também demonstravam um exemplo claro dessa nova forma de pensar a guerra naval que já estava em voga na Europa muito particularmente na França e na Inglaterra.

Contudo, uma revolução na construção náutica já se fazia presente no mundo, era a concepção do então moderno navio HMS *Warrior*, o seu projeto original previa a possibilidade de carregar pelo menos quarenta canhões para projéteis de 68 libras, montados em carretas numa bateria parcialmente blindada. A proporção em que o projeto avançava o seu armamento foi modificado antes do término da construção, sendo as

carretas substituídas por pivôs deslizantes que projetavam um arco de ação de vinte cinco graus.⁵

As diversas modificações que ainda aconteceram no *Warrior* e o desenvolvimento paralelo de outros navios nas demais esquadras europeias também refletiriam na construção naval no Atlântico Sul, que serviriam ao longo do ano de 1865 de modelo para embates na guerra naval, entre eles o que correu em Riachuelo.

Depois da segunda metade do século XIX, com o forte desenvolvimento da engenharia mecânica combinada com a engenharia naval, a introdução de novas formas de propulsão, a alternância das rodas para hélice, o desenho dos navios, das casamatas para a colocação de canhões e a própria modificação no modelo dos canhões com a introdução da retrocarga, trouxe uma nova realidade para as marinhas do mundo.

A preocupação com as novas tendências havia atingido a todos os países, a própria imprensa demonstrava esse avanço. A edição do *New York Times* de 5 de fevereiro de 1896 publicou uma extensa resenha do livro de um autor chamado B. H. Wilson, intitulado “*Iron-Clads in Action. A Sketch of naval Warfare from 1855 to 1895*”. Tamanha era importância dos estudos e o impacto dessa revolução nos meios navais que a introdução do livro era de Alfred Tayer Maham.⁶

A ideia era demonstrar a evolução dos navios de guerra a partir de uma abordagem que levava em consideração novas questões no âmbito estratégico e de emprego tático.

O livro levou em consideração os conflitos ocorridos no período desde a guerra da Crimeia, a guerra civil americana, a batalha de Lissa ocorrida em 20 de julho de 1866 pela unificação italiana, as lições que foram tiradas dos conflitos na América do Sul, a guerra do Paraguai com destaque à batalha do Riachuelo e às operações em torno do complexo defensivo de Humaitá, a guerra da Espanha contra o Chile e Peru, no pacífico, e as batalhas relacionadas a ela Abtao e Calao, ocorridas em 1865, e a guerra do Pacífico entre o Chile e o Peru em 1879.⁷ O livro comentado pelo jornal demonstrava igualmente como a modernização era cada vez mais presente nas armadas mundiais naquele momento.

“UM SÓ CALIBRE”: OS ANOS 50, AS OPERAÇÕES NO PRATA E AS PRIMEIRAS MUDANÇAS NO BRASIL

As operações militares no Prata nos anos 50, e posteriormente a guerra contra o Paraguai, de certa forma contribuíram muito para o fortalecimento de uma força naval brasileira poderosa na América do Sul, um elemento pesava muito nesse contexto, a busca por uma independência mesmo que parcial no incremento de seus meios.

Quando Pedro I abdicou em 1831, ele deixou uma armada composta de dois navios de linha e dez fragatas, além de corvetas, navios a vapor, e outros navios perfazendo um total de 80 navios de guerra em tempo de paz.⁸

No período da regência, houve uma redefinição dessa força como atesta o relatório do então ministro dos Negócios da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, do ano de 1833, que praticamente apelava para que houvesse uma série de melhorias para a Marinha, uma delas tratava sobre a “[...] adoção de um só calibre para todas as baterias [...]” para os canhões da armada, e para que fossem melhores utilizados os recursos nas “[...] fábricas de fundição [...]”.⁹ Para, além disso, fez uma série de observações sobre a construção de navios nos arsenais das províncias e das irregularidades em que eram feitos as embarcações.

Durante o reinado de 58 anos de Dom Pedro II, a Marinha do Brasil alcançou a sua maior capacidade em relação às demais forças navais do mundo.¹⁰ O Arsenal da Marinha foi melhorado e a navegação a vapor foi adotada. O Brasil rapidamente modernizou seus navios da frota oceânica, inclusive com a aquisição de embarcações no exterior, e ao mesmo tempo aprimorou a construção de vasos nos estaleiros locais, substituindo os meios mais antigos.

Com a transição política ocorrida no império, a elevação da maioria do Imperador nos anos de 1840 a 1850 e a série de mudanças no Estado ocorridas naqueles anos, houve um relativo desenvolvimento da economia Brasileira, com o redirecionamento dos investimentos de capitais no país que começava a experimentar um novo surto de desenvolvimento.

A ampliação da cultura cafeeira e a nova direção apontada pela economia com a introdução de outros setores mercantis, além da protoindustrialização, o Estado imperial passou a arrecadar mais,¹¹ fazendo com que houvesse uma ampliação no desenvolvimento de uma nova marinha de guerra, em sintonia com o que havia de mais moderno na indústria naval.

A transição também se fazia presente na modificação do padrão de construção, processo que o império tentou acompanhar e que de certa maneira estava em sintonia com as demais marinhas do mundo. Mas, durante certo tempo na marinha imperial, criou-se uma grande dúvida sobre que caminho devia ser seguido, a vela ou o vapor, porque se defendia a manutenção de navios a vela que se encontravam conservados, e para o qual havia condições técnicas para a sua manutenção; por outro lado, havia quem defendesse uma atualização completa dos navios por meios mais modernos sem razão de que poderiam fornecer maior volume de fogo.¹²

A esquadra imperial tinha um papel crucial na política externa do império brasileiro no Prata, era um elemento de dissuasão dentro de um cenário político caracterizado pela instabilidade.¹³

Nesse contexto, a construção de uma marinha segura por meio do estabelecimento de uma indústria naval era um elemento essencial para a projeção dos interesses brasileiros no Atlântico Sul.

O Arsenal de Marinha da Corte teria um papel fundamental nesse processo que desde 1822 retomou “[...] a construção naval com o lançamento da corveta *Campista*, em fevereiro de 1827. Seguiu ativamente, construindo navios até 1890, período em que foram lançados ao mar 46 navios, incluindo quatro encouraçados e quatro cruzadores.”¹⁴ Por todo esse período, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro apontou uma nova fase de desenvolvimento na construção naval.

Quando ocorreu a elevação do Imperador Pedro II a maioria em 1840, a Marinha Imperial possuía mais de 90 navios de guerra: seis fragatas, sete corvetas, seis brigues, oito brigues-escunas, 16 canhoneiras, 12 escunas, sete patachos, seis barcas diversas a vapor, três navios de transporte (charruas),

dois lugres armados, dois cúteres e treze barcos maiores (lanchões armados).¹⁵

Na época do governo argentino de Juan Manuel Rosas, o grande temor do estado imperial era a possibilidade de reconstrução do antigo Vice-Reino do Prata. Nessa conjuntura, houve uma conjugação de objetivos políticos para impedir a consecução desse projeto.¹⁶ A Marinha Imperial era um dispositivo vital para a garantia da manutenção dos interesses do império na região.

Com sérios problemas diplomáticos, Rosas, que havia sofrido uma tentativa de intervenção militar Anglo Francesa,¹⁷ conseguiu contornar a situação levando a ação ao fracasso, com grandes perdas para as forças navais inglesas e francesas na Batalha de Vuelta de Obligado, tornando a política de Rosas mais fortalecida em relação à região platina.¹⁸

Quatro anos após a malograda ingerência Anglo Francesa, o governo brasileiro enviou à Argentina uma força naval com 17 navios de guerra, sendo: um navio da linha, 10 corvetas e seis navios a vapor, comandados pelo Almirante John Pascoe Grenfell¹⁹.

A frota brasileira que transportava as tropas para o teatro de operações conseguiu passar pela linha de defesa argentina enfrentando a artilharia do General Lucio Mansilla,²⁰ composta de 16 poderosos canhões, que estava instalada no passo do Tonelero juntamente com 2 mil fuzileiros, Mansilla havia sido o mesmo que causara em 1845 sérios danos aos ingleses e franceses em Vuelta de Obligado. A vitória brasileira foi decisiva, pois determinou o fim do governo de Rosas em Monte Caseros.

Em 1851, a Marinha Imperial tinha em torno de 61 navios, eram muito variados dentre os quais havia 36 navios armados a vela, 12 navios a vapor, sete navios a vela desarmados e seis transportes a vela.²¹

Aquela foi uma época de muitos progressos na tecnologia de construção naval. O Arsenal, naquele período, construiu de forma pioneira os primeiros navios a hélice e de cascos metálicos, a exemplo a canhoneira *Ipiranga*, que foi lançada ao mar em 1854. No mesmo arsenal foram construídos em tempo recorde os primeiros grandes encouraçados da época na América Latina, o *Ta-*

mandaré e na sequência o *Barroso*, ambos lançados ao mar em 1865 com uma singela diferença de menos de um mês um do outro. No mesmo período seria construído ainda o encouraçado *Rio de Janeiro*.²²

Mais de uma década depois, a Armada foi uma vez mais modernizada e sua frota de veleiros antigos foi convertida para uma frota de 40 navios a vapor armados com mais de 250 canhões.²³ Foi uma época de intenso planejamento, surgiram novos conceitos para os navios de guerra que foram aplicados nos arsenais do país principalmente no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, ou em arsenais particulares, que permitiram ao Brasil manter certo grau de competitividade com as demais nações.²⁴

O oficial da Armada Imperial, Joaquim Raimundo de Lamare, quando assumiu a pasta da Marinha, rapidamente enxergou a necessidade de introduzir um novo pensamento que estava então em voga em termos de guerra naval, e habilidosamente conduziu um processo de modernização que seria de grande importância para o fortalecimento da Marinha Imperial Brasileira, ao ponto de colocá-la em um patamar nunca antes alcançado.

Embora ele só houvesse ocupado cargos de presidente de Província como a do Mato Grosso deixando apenas em 1859, para ocupar a pasta da Marinha, a sua experiência como militar o possibilitou vislumbrar a necessidade de implantar profundas reformas que pudessem agregar mais poder a esquadra imperial.

Uma das importantes iniciativas de Raimundo de Lamare foi a determinação de enviar à Europa um oficial da Marinha chamado Napoleão João Batista Level, particularmente à França, para realizar levantamentos sobre as novas concepções e progressos na construção naval, ao tempo em que solicitou a outro oficial que se encontrava em estudo na Inglaterra, o Capitão Tenente Henrique Antônio Baptista, para preparar um extenso relatório a respeito dos avanços no campo da indústria naval. A maior preocupação de Raimundo de Lamare, se traduzia em dotar a Marinha de meios que pudessem garantir a integridade do Império, sobretudo nas águas do Prata.²⁵

Em 1862, ano do combate de Hampton Roads, Raimundo de Lamare havia observado no embate a importância das novas concepções de desenho e engenharia naval. Os navios USS *Monitor* e CSS *Merrimac*, tal como o HMS *Warrior* e o Navio francês *Couronne*, influenciariam de forma determinante a construção de navios em fins do século XIX. O *Monitor* passou a designar então uma nova categoria de vasos de guerra, cuja característica seria o casco baixo, o acionado por motor a vapor, sendo totalmente revestido de chapas de ferro.²⁶

Em relatório apresentado à câmara imperial em 1862, o ministro procurou justificar a necessidade de reequipar a esquadra imperial, seguindo os parâmetros de avanços das modernas marinhas de guerra.²⁷ Dentre eles, mandar construir os primeiros navios couraçados movidos a hélice, que já estavam sendo desenvolvidos na Inglaterra.

“AO MESMO TEMPO CASAMATA E NAVIO, FORTALEZA E ARIETE”: A CONSTRUÇÃO NAVAL EM TEMPO DE GUERRA

A visão de Raimundo de Lamare sobre a revolução dos encouraçados era muito criticada na Câmara dos Deputados, os debates em torno da proposta de modernização da Marinha eram bastante calorosos em 1862, o estado imperial certo da política armamentista desenvolvida pelo estado paraguaio levou em consideração as deficiências acusadas pelos informes referentes ao poder de fogo da flotilha do Mato Grosso, o que dá a entender que havia um abandono desta em detrimento da esquadra oceânica. A referida sessão da Câmara era uma resposta ao Relatório de 1862.

O Conselheiro Tavares Bastos analisando o relatório do Ministério dos Negócios da Marinha lembrou, sobre um dos navios, a canhoneira *Anhambahy*, ao referir-se ao fato de que a mesma somente tinha “duas bocas de fogo, [...] acrescenta que a artilharia não está montada.”²⁸

Bastos observou ainda criticamente que os demais navios não estavam devidamente preparados para qualquer ameaça, e, o que é pior, as tripulações não estavam adequada-

mente preparadas para qualquer eventualidade, ao afirmar: “V. Ex. conhece a distância que separa o marinheiro do artilheiro.”

Tavares Bastos, muito duramente, advertiu que a “[...] esquadilha de Mato Grosso existe sem artilharia, isto é, os navios são meros paquetes”.²⁹ E foi categórico ao concluir: “[...] não temos marinha em Mato Grosso, nem no Rio da Prata; as informações dadas pelo governo me fazem acreditar que a nossa esquadra se acha no mais miserável estado.”³⁰

Diante da possibilidade de conflito que se aproximava o conselheiro novamente chamou atenção indagando para o fato de que: “Isto posto, como nos haveremos no caso de um conflito entre o Império e o Paraguai, que de seus estaleiros tem lançado ultimamente alguns oito bons vapores de guerra?”³¹

O Conselheiro Tavares Bastos em razão de questões políticas não poupou críticas, mas, julgamentos à parte, a esquadra imperial já representava uma força de dissuasão respeitável na região do Prata, a questão se dava em relação à flotilha do Mato Grosso.

Havia ainda a grande dúvida: caso a Marinha tivesse de enfrentar combates internos no Rio Paraná ou no Paraguai, como isso se daria, tendo em vista que a Marinha possuía navios oceânicos. Em relação ao Paraguai havia ainda a fortaleza de Humaitá e as diversas fortificações nas curvas do Rio Paraná. A dúvida de muitos era como deslocar navios de calado profundo oferecendo o perfil alto de seus costados para os canhões de fortificações paraguaias.

Embora as observações de Tavares Bastos fossem carregadas de ironia, as colocações Raimundo de Lamare no relatório eram perfeitamente corretas, se levar em conta os desafios que a Marinha Imperial teria pela frente para apoiar as operações do exército e para fazer frente a fortaleza de Humaitá.

Bastos ressaltou o interesse de Raimundo de Lamare sobre os navios encouraçados, segundo o conselheiro, o Ministro da Marinha estaria “[...]deslumbrado pela notícia do último combate em Norfolk, na América do Norte, o Sr. Ministro [...] parece surpreendido com a notícia, e tece ao *Merrimac* e ao *Monitor* um elogio pomposo”.³²

Diante da realidade que possivelmente o país enfrentaria, em um rio com uma esquadra presumivelmente razoável como a do Paraguai, e uma fortaleza como a de Humaitá, fortemente guarnecida por canhões de grande potência, semelhante aos que a Marinha já havia provado em 1851 em Tonelero, Bastos foi taxativo:

O Sr. Ministro não duvida dizê-lo, está decidido pelos navios encouraçados do systema *Monitor*. Eis suas palavras: 'A machina de guerra americana, ao mesmo tempo casamata e navio, fortaleza e aríete (*Monitor*), ameaça de completo e total aniquilamento as mais fortes esquadras'.³³

Em 21 de janeiro de 1865, ocorreu uma das reuniões do Conselho de Estado para discutir as questões relativas ao Prata. Naquele dia trataram de dois temas bastante importantes: o conflito com o Paraguai e a aplicação de verbas destinadas à campanha, a questão principal girava sobre a quem deveria recair a maior parte do financiamento.

A importância que a esquadra teria naquele contexto foi tomada em consideração porque representava a garantia da manutenção dos interesses do império no complicado jogo de geopolítica que havia sido instalado na bacia do Prata em 1864.

Tendo em vista a urgência da situação, as questões relativas às forças navais em operação entraram no debate. Foi feita uma exposição pelo visconde de Abaeté sobre a situação deficitária da economia, e no decorrer desta foram defendidas as medidas que julgava necessário para a arrecadação de fundos, para a contenção de despesas e para a não diminuição da verba do Exército e da Marinha:

É manifesto que só o Poder Legislativo é competente para decretar os meios de suprir este déficit, habilitando ao mesmo tempo o Governo com todos os recursos precisos para satisfazer, como lhe cumpre, as despesas e necessidades da guerra. É isto o que se declara e reconhece no

aviso expedido pela presidência do Conselho de Ministros. Firme nesta verdade constitucional, parece-me entretanto que os meios que naturalmente se oferecem são os seguintes: 1º redução de despesas; 2º criação de impostos; 3º empréstimo. A redução de despesas que não recaísse principalmente nos Ministérios da Guerra e da Marinha [...].³⁴

Em decorrência da situação de emergência, foi lembrado ainda que a Marinha estava executando uma ação preventiva no Uruguai, e que seria incoerente a retirada de verbas para a manutenção da mesma.³⁵ Uma vez que isso havia sido cogitado.

O preocupante era que a Marinha imperial naquele momento passava, como vimos, por um momento de transição. A retirada de verbas acarretaria em uma imensa dificuldade para a manutenção de um processo que já havia sido iniciado desde o fim dos anos cinquenta:

[...] pretender diminuir as despesas da guerra e da marinha, as quais pelo contrário devem aumentar-se tanto quanto por necessário à defesa do País e à ação agressiva a que foi provocado, e que deve empregar-se com a maior celeridade e eficácia.³⁶

A hegemonia do poder naval brasileiro na região era questão de ordem, tendo em vista que as marinhas de Uruguai e Argentina ainda eram células incipientes do que um dia seriam, diante do forte aparato militar construído pela República do Paraguai, a ameaça de ampliação, modernização ou incremento de suas forças armadas representavam uma realidade que levaria ao desequilíbrio de forças na bacia do Prata.

No início de janeiro de 1865, o clima geral de guerra havia se espalhado nas províncias do país. No Maranhão, por exemplo, uma intensa mobilização elevou os ânimos da população e das autoridades que haviam sido alertadas por um ofício do Ministério dos Negócios da Marinha, dirigido à capitania dos portos de São Luís, para que fossem adotadas medidas preventivas para

deter qualquer navio de guerra com tripulação inglesa que viesse da Europa com destino ao Sul.

Suspeitava-se de que seriam os encouraçados de guerra que o governo do Paraguai havia mandado construir na Inglaterra. Assim, em resposta ao ofício enviado pelo então ministro da Marinha, conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, o presidente da Província, Ambrozio Leitão da Cunha, informou que caso atracassem em São Luís ele faria todo o possível para manter no porto da cidade os referidos navios, negando-lhes combustível e provisão.³⁷

“SOB O FOGO MAIS VIVO[...]”: A REALIDADE DE GUERRA NO PARAGUAI

Em princípios de 1864, o Brasil encontrava-se em crise política aberta com a República Oriental do Uruguai, em decorrência do posicionamento político do partido *blanco* em relação ao Império. No mês de abril de 1864, o governo imperial enviou o Conselheiro José Antônio Saraiva em missão diplomática especial ao Uruguai, acompanhado de uma força naval sob o comando do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa.

As primeiras operações da Marinha brasileira na região do Prata iniciaram após o fracasso da Missão Saraiva. A frota brasileira estava ancorada em águas territoriais uruguaias, com uma força composta de doze navios de guerra a vapor: uma fragata, seis corvetas e cinco canhoneiras.³⁸ Desde 21 de julho de 1864, o Vice-Almirante Marques Lisboa, barão de Tamandaré, comandante em chefe das forças navais e terrestres brasileiras, havia recebido instruções do ministro dos negócios da Marinha sobre como proceder em relação aos orientais.³⁹

Em 11 de agosto de 1864, o mesmo Tamandaré recebeu ordens de Saraiva para iniciar as operações de retaliação. Os navios de guerra brasileiros foram destacados para as cidades uruguaias de Paysandu, Salto, Colônia a fim de “proteger indivíduos brasileiros”.⁴⁰ Uma das primeiras providências de Tamandaré foi exigir que os navios de guerra a vapor da marinha uruguia, *Villa del Salto* e *General Artigas*, continuassem atracados em suas docas.⁴¹

Com um horizonte de guerra maior pela frente, houve algumas dificuldades de ordem diplomática envolvendo países europeus para o fornecimento de navios e armamentos, pois é fato que o governo brasileiro estava de relações cortadas com a Inglaterra o que levou o Império a recorrer a outros países.

O governo da França manteve-se neutro em relação ao conflito, e apesar da antipatia mútua entre o embaixador francês em Assunção e Solano Lopes, a dita neutralidade francesa havia mesmo era dificultado temporariamente o recebimento do encouraçado *Brasil* pela Marinha Imperial, que o havia encomendado a um de seus estaleiros.⁴²

Em fins de 1864, a Marinha sob o comando do Almirante Marques Lisboa, o barão de Tamandaré havia neutralizado o Estado uruguaio, mas o grande desafio da esquadra imperial estacionada no Rio Paraná às ordens do Almirante Barroso seria aniquilar a força naval da Marinha paraguaia em Riachuelo.

A frota paraguaia que o Almirante Barroso iria enfrentar deixou Humaitá, na noite de 10 de junho de 1865, dirigindo-se ao porto de Corrientes. De acordo com as memórias do então Tenente Antônio Luís von Hoonholtz, o futuro barão de Tefé comandante da *Araguary*,

[...] os paraguayos estavam ha muito de posse dessa cidade Argentina, de onde, a 25 de maio ultimo haviam sido desalojados e varridos para o interior pela artilharia da esquadra brasileira que protegeu as forças alliadas de desembarque.⁴³

O presidente Solano López havia dado ordens específicas que eles deveriam se aproximar furtivamente antes do amanhecer dos navios brasileiros ancorados e a atingi-los nas primeiras horas da madrugada do dia 11. A missão dos navios da Marinha do Paraguai era abordar a frota Imperial, pois segundo George Thompson:

As ordens recebidas pelos comandantes eram aparecer diante dos brasileiros ao clarear do dia, e

passar ao largo deles; então dando volta em seguida, cada vapor paraguaio deveria alinhar-se com um vapor brasileiro e, havendo disparado todos os seus canhões bem como o da chata, que alguns dos barcos rebocavam, abordar os vapores brasileiros e apoderar-se deles.⁴⁴

Para a missão, o Presidente López enviou nove navios, *Tacuari*, *Ygureí*, *Marqués de Olinda*, que havia sido capturada ao Brasil, *Paraguari*, *Salto Guairá*, *Rio Apa*, *Ypora*, *Pirabebé* e *Yberá*; esta última apresentou problemas mecânicos e não participou da ação, o grupo de batalha estava sob o comando do Capitão Meza, que encontrava-se bordo do *Tacuari*.⁴⁵

Segundo o barão de Tefe “[...] os inimigos eram muitos e valentes, guarnecendo uma esquadra de 14 unidades das quaes 8 vapores de guerra e 6 baterias fluctuantes guarnecidas de canhões de calibres 68 e 80.”⁴⁶

A frota chegou a Corrientes depois do amanhecer, no entanto, devido a um denso nevoeiro, o plano ainda era executável já que na maioria, se não todas, as forças brasileiras ainda estavam em terra.⁴⁷

No meio da neblina seguia a esquadra paraguaia, enquanto os navios brasileiros da 2ª e da 3ª Divisões estavam ancorados próximo à margem. Além das armas dos seus navios, os paraguaios haviam ainda enviado a artilharia do exército para a borda do rio.

Caso qualquer um dos navios brasileiros conseguisse rechaçar a abordagem, e escapasse da força Paraguai, teria a sua retirada cortada pelas baterias previamente assestadas no barranco sobre o Riachuelo, a duas léguas abaixo da cidade de Corrientes.⁴⁸ Dentro desse arranjo havia ainda as baterias de foguetes Congreve,⁴⁹ também localizadas nas margens, se a operação lograsse êxito, as forças navais brasileiras teriam sido privadas de importantes unidades no início da guerra.

Era uma manhã de domingo de 11 de junho de 1865, por volta das 8,30 horas, após ter sido arriado o sinal de rancho, prepararam-se as “[...] toldas do *Amazonas* e do *Jequitinhonha* para a celebração da Missa”. Nas palavras de Tefe:

O dia 11 de junho, que era domingo da Trindade, amanheceu fresco, sereno e iluminado por um só brilhante e resplandecer n'um céu sem nuvens. Como de costume, terminada a baldeação preparava-se o navio [*Araguary*] para a mostra geral que eu devia passar depois do almoço da guarnição.⁵⁰

Perto das 9 horas, a canhoneira *Mearim*, navio de vanguarda e de prontidão avançada, içou o sinal de inimigo à vista, e logo após outro sinal: os navios avistados são em número de oito. Na *Araguary* de “[...] súbito o Guarda-Marinha Rodrigo de Lamare, que estava de quarto, gritou-me, abrindo a *gayúta* — ‘Commandante, o navio da vanguarda faz signal de inimigo à vista!’.”⁵¹ O Almirante Barroso, a bordo da Fragata *Amazonas*, fez o primeiro sinal Preparar para o combate.

Apesar de possuir navios melhores e em número maior, a ferocidade e rapidez do ataque paraguaio deixaram as forças navais brasileiras assustadas, desordenadas e em evidente desvantagem tática.

A frota paraguaia passou em frente aos navios brasileiros e dispararam várias vezes sem haver resposta dos navios brasileiros. A frota brasileira largou o ancoradouro no encalço dos navios paraguaios, que recuaram para junto da margem norte. Os navios passaram em uma linha paralela à frota brasileira e continuou a jusante. Segundo Pereira da Costa, “os navios, paraguayos tinham tomado aquella posição, porque intelligenciados [necessariamente] com a terra, procuravam abrigar-se nos flancos de uma bateria de terra mascarada com arvoredos, e que de bordo não era possível ver.”⁵²

A manobra da Marinha do Paraguai era uma emboscada para envolver a força brasileira que acabou caindo nela. Na perseguição, os navios brasileiros aproximaram muito da borda do rio, e ficaram à mercê da artilharia que os paraguaios tinham assentado em terra. A força brasileira desarticulou-se e como os navios da esquadra eram inadequados à navegação no rio, acabaram encalhando nas águas do Riachuelo.

A batalha na metade do dia transformou-se numa grande desordem. A opção tomada pelo Almirante Barroso foi usar a vantagem

do tamanho dos navios da esquadra para abalroar as embarcações paraguaias.

Nesta posição a montante do tempo, Barroso decidiu virar a maré da batalha com uma medida desesperada. O primeiro navio paraguaio que enfrentou a *Amazonas* foi o *Paraguarí* que foi abalroado e posto fora de ação.⁵³ Em seguida, ele bateu *Marquez de Olinda* e o *Salto*, e afundou uma "chata".⁵⁴ Neste ponto, a *Paraguari* já estava fora de ação. Aproveitando a desordem, os navios paraguaios novamente tentaram se aproximar das forças brasileiras, com a intenção de abordar os navios, com fins de agregá-los à esquadra do Paraguai. Em carta para Marques Lisboa, Barroso explicou a manobra e a razão para tê-la realizado:

Puz a proa sobre o primeiro, e o esmigalhei, ficando completamente inutilizado com água aberta, e indo pouco depois a pique. Segui a mesma manobra com o segundo, que era o Marquez de Olinda, inutilizei-o; e depois ao terceiro, que era o Salto, o qual ficou no mesmo estado. [...]« Exm. Sr. almirante, todas estas manobras eram feitas sob o fogo mais vivo, quer dos navios e chatas, quer das baterias de terra e fuzilaria de mil espingardas. « Nossa intenção era destruir por esta fôrma toda a esquadra paraguaya, antes que descesse ou subisse [...].⁵⁵

Foi uma decisão vital para o desfecho da batalha, que ora tendia a favor dos paraguaios, pois estes possuíam uma quantidade maior de homens que atuariam na missão de abordagem.

Manuel Trujillo, um dos soldados paraguaios que tomaram parte na batalha do Riachuelo, recordou que, durante o combate, as tropas terrestres que tinham a missão de abordar os navios da frota brasileira estavam gritando "vamos abordar os barcos a vapor! Viemos a fim de embarcar neles e não para ser morto no convés!"⁵⁶

As táticas pouco comuns dos brasileiros acabaram por deixar atônitos os paraguaios que sem capacidade de resposta tiveram que ao fim do dia se retirar com os quatro navios que ainda possuíam, um deles o *Ta-*

quari. Posteriormente, os paraguaios recuperaram o *Paraguari*, que havia sido construído na Inglaterra.⁵⁷ Tefé observou o estado de destruição da nau capitânia inimiga.

[...] um momento da mais terrível confusão n'aquelle grupo de navios envolvidos pelo fumo espesso e onde o estampido dos tiros e o berreiro dos paraguayos eram de ensurdecer [...] Mas a *gentil Araguay* passou óvante, e si perdi mais dous homens e tive as bordas, os escaleres e até o convéz crivados de mais balas, por sua parte a capitânea inimiga soffreu enormes perdas.⁵⁸

A batalha do Riachuelo foi um momento de guinada para o Império, o conflito até aquele momento parecia beneficiar a República guarani. Ao perder o controle do Rio Paraná, que representava o eixo entre o Paraguai e as tropas invasoras no sul do Brasil e no Uruguai, após a vitória da esquadra brasileira, refreou o ímpeto da ofensiva inimiga, e a guerra passaria a ser disputada em território paraguaio.

A vitória foi fundamental para os aliados, que a partir de então conseguiram controlar os rios da bacia platina até as proximidades com o Paraguai, garantindo todo o apoio logístico às forças de terra e impedindo qualquer ligação do Paraguai com outros países.⁵⁹

Em 1866, a ideia de utilizar navios como aríete foi mais uma vez posta em prática na Batalha naval de Lissa pela marinha italiana contra a marinha austro-húngara, o navio tendo a proa usada como aríete, dotado de um esporão,⁶⁰ foi um conceito praticamente apropriado em combates navais de então. As lições de Riachuelo acabaram moldando o aprimoramento dos navios de combate tal como os que se defrontaram em Lissa.

Quanto à guerra com o Paraguai, em decorrência dos desafios, a Marinha foi de sobremaneira ampliada em termos de equipamento com a aquisição de 20 couraçados e seis monitores, estes últimos totalmente fabricados no Brasil e dispunham de um efetivo médio de pelo menos 9.177 militares que lutaram no conflito ao longo de cinco anos.⁶¹

A imprensa em várias províncias construiu a ideia de que a guerra seria breve, grande parte em razão da destruição da esquadra paraguaia,⁶² o que ficou evidenciado pelas centenas de editoriais e matérias dedicadas à batalha do Riachuelo. A fé de uma vitória rápida se concentrava na capacidade bélica da frota imperial e no tremendo efeito prático e psicológico desta, o jornal *A Situação*, em edição de 27 de julho de 1865, afirmou que:

A questão que se debate nas águas do Paraná é de grande alcance para o futuro político do Brasil [...] Tido [como] primeira potencia terrestre e marítima da América do Sul, a Europa aguarda o resultado da luta para a marcha da sua política.⁶³

Ao longo de 1866, o jornal *Publicador Maranhense* igualmente noticiava a guerra com grande enfoque nas correspondências, publicando cartas particulares, como a de um guarda marinha maranhense endereçada ao seu irmão que residia em São Luís. O referido guarda participou da batalha do Paso de Cuevas e fazia parte da tripulação da canhoneira *Ivai*, que nessa operação estava na vanguarda da força de combate da divisão brasileira. O jornal deu grande destaque ao episódio, sobretudo pela expectativa do marinheiro em relatar a ação de que participou. A carta foi escrita da província argentina de Corrientes, uma das principais bases de operações das forças da Tríplice Aliança após Riachuelo:

[...] A Ivahi, garbosa pela honra recebida, marchava a toda força com aguarnição á postos, prompta para o combate por mais desigual que fosse. O prazer, a alegria, brilhavão nos olhos dos nossos valentes soldados: era geral o entusiasmo [...] sou maranhense, não quero por isso fazer elogios ao commandante Santos, porque sendo nosso comprovinciano, pode suppor-se que seja apaixonado tudo quanto se disser em seu louvor no desempenho desta comissão".⁶⁴

O sentimento de nacionalidade já vinha sendo explicitamente trabalhado nos jornais há muito tempo, inclusive no tocante à competência industrial do país, ressaltando o grau de independência na fabricação de material bélico, uma vez que o país encontrava-se de relações cortadas com a Inglaterra em decorrência da Questão Christie, e este era um dos principais fornecedores da Marinha até 1863, segundo o jornal *O Paiz* em edição de 24 setembro de 1864:

A repartição da Marinha brasileira encomendou há pouco tempo a construção de uma corveta encouraçada [...] satisfazemo-nos e felicitamo-nos de que nossos recursos em construcções navaes sejam conhecidos e apreciados pelo Brasil, como já o são os productos de nossas fabricas [...].⁶⁵

Pelo fim da guerra em 1870, a Marinha imperial brasileira durante a guerra havia perdido cinco navios, mas possuía ao todo em torno de 94 navios de guerra modernos, dentre esses havia dezesseis encouraçados, tinha um efetivo de 6.474 homens e 237 canhões. Na zona de combate mantinha sessenta navios, com um efetivo de 4.826 homens e 134 canhões, possuía a quinta da marinha mais poderosa do mundo, ficando atrás somente de Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e Itália.⁶⁶ Países que haviam igualmente estado em conflito. Naquele momento o Império do Brasil estava no auge de sua capacidade bélica.

CONCLUSÃO

A batalha do Riachuelo marcou um dos pontos altos da guerra, porque neutralizou decisivamente o poder da Marinha do Paraguai no conflito, fazendo com que o peso das ações fosse deslocado para a terra. Pode-se considerar juntamente com Riachuelo três outros momentos áureos das operações navais ao longo do estuário do Prata e Rio Paraná, o apoio logístico e transporte fornecido pela esquadra, a operação dos encouraçados monitores contra as posições paraguaias ao longo das fortificações, e a ação conjunta das

forças navais brasileiras contra o complexo principal de Humaitá.

Numa compressão maior, a evolução dos padrões de construção, de propulsão e de técnicas de combate mostra o quanto a Marinha Imperial encontrava-se em

sintonia com as modernas tecnologias em disposição a outras forças navais, sobretudo as europeias. Encouraçados de ferro, monitores de parapeito baixo, propulsão a hélice, navegação a vapor eram realidades no atlântico sul em fins do século XIX.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As Relações Econômicas Internacionais no Império*. São Paulo: SENAC, 2001.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo: *História da política exterior do Brasil*, 3ª edição, Brasília, Editora UnB, 2008.

COSTA, Francisco Felix Pereira da, *Historia da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay*, Rio de Janeiro: Livraria A. C. Guimarães & C., 1870, p. 125.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *“O Conflito com o Paraguai”*, São Paulo: Ática, 1996.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*, São Paulo, Hucitec, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. História Econômica da Construção Naval no Brasil: Formação de Aglomerado e Performance Inovativa. *Economia*. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n2p309_336.pdf. Acessado em 9/4/2015.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história (1822-1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, Vol. II

HIRSCH, David L. The End Of Wooden Walls: A Comparison Of HMS Warrior (1861) To The USS Monitor (1862). *Vides 2014*. Disponível em: <http://open.conted.ox.ac.uk/resources/documents/end-wooden-walls-comparison-hms-warrior-1861-uss-monitor-1862-david-l-hirsch>. Acessado em 8/4/2015.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. A Marinha, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Declínio e Queda do Império. *História Geral da Civilização Brasileira*, 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1974.

LENTON, H. T. *Navios de Guerra*. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

MACKINNON, L. B. *La Escuadra Anglo-Francesa en el Paraná 1846*, Editorial Libreria Hachette, Buenos Aires, 1957.

MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*, 2ª ed, Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*: Boston, Little Brown and Co, 1890

NELSON, James L. *Reign of iron: the story of the first battling ironclads, the Monitor and the Merrimack*. New York: Harper Collins; 2004.

PEREIRA, Roberto, A tradição do AMRJ. *Defesa*, São Paulo: Editora Aero. Ano V, nº 28, 1984.

RIVAROLA, Milda. *La polemica francesa sobre la Guerra Grande*. Eliseo Reclus: la Guerra Del Paraguay; Laurent-Cochelet: Correspondência Consular. Assunção: Editorial Histórica. 1988.

SAGUIER, Ruben Bareiro; MARSAL, Carlos Villagra. *Testimonios de la Guerra Grande. Muerte del Mariscal López*. Asuncion: Editorial Servilibro, 2007.

SALLES, Ricardo Henrique. *Guerra do Paraguai*, Memórias e Imagens. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai*, Porto Alegre, Pradense, 2009.

TEFFÉ, Antônio Luís von Hoonholtz. Memórias do Almirante Barão de Teffé. *A batalha naval do Riachuelo*: contada à família em carta íntima poucos dias depois d'esse feito Rio de Janeiro: Garnier Irmãos, 1865.

THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

Fontes

Jornais

O Paiz, 1864; *A Situação*, 1865; *Publicador Maranhense*, 1866; *The New York Times*, 1896.

Documentos impressos

BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. Ata do conselho de estado, sessão de 21 de janeiro de 1865, v. 04. "O dever do Governo de organizar os meios de guerra contra as repúblicas do Uruguai e do Paraguai."

BRASIL. Annaes do parlamento Brasileiro. 1862, 2º anno, 11ª Legislatura, tomo I.

BRASIL, *Relatório*. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1864, "Instrucções dadas pelo ministro da Marinha ao comandante em chefe das forças navaes brasileira no Rio da Prata. N. 18." (anexos), 45, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1864. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

BRASIL, *Relatório*. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1864, "Officio do ministro brasileiro em missão especial ao comandante das forças navaes brasileiras em operação no Rio da Prata. N. 23" (anexos), 60, Montevideo, 11 de agosto de 1864. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Marinha. *Relatório* do Exmº Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro da Marinha, apresentado à Assembléa Geral em 7 de maio de 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2049/000034.html>. Acessado em 8/3/2015.

BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Marinha. *Relatório* do Exmº Sr. Manoel Vieira Tosta, Ministro da Marinha, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª legislatura. "N 4 – Quadro dos Navios d'Armada, com as respectivas Lotações para tempo de guerra" (anexos). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2085/000001.html>. Acessado em 29/4/2015.

BRASIL. *Relatório*. Ministério da Repartição dos Negócios da Marinha. *Relatório* do anno de 1862 que tinha que ser apresentado a assembléa geral legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura, Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1863. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2096/000001.html>. Acessado em 8/3/2015.

Códices

MARANHÃO. Correspondência do Presidente da Província/Ministro da Marinha, 12/1/1865. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

- ¹ Palavra inglesa que significa literalmente, navios de ferro.
- ² A Batalha de Hampton Roads ocorreu em 9 de março de 1862, no contexto da Guerra de Secessão norte-americana, deu-se em frente de um promontório perto da boca do canal de Hampton Roads na Virgínia chamado Sewell's Point. O canal era o único que ligava a baía de Chesapeake ao mar aberto. Sobre a batalha ver: NELSON, James L. *Reign of iron: the story of the first battling ironclads, the Monitor and the Merrimack*. New York: Harper Collins; 2004.
- ³ LENTON, H. T. *Navios de Guerra*. São Paulo: Melhoramentos, 1981, p. 6.
- ⁴ HOBSBAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 48.
- ⁵ LENTON, Op. cit, p. 10.
- ⁶ Mahan foi o grande teórico da guerra naval no início do século XX escritor do livro *A influência do Poder Naval sobre a História*. Sobre suas teorias ver: MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*: Boston, Little Brown and Co, 1890
- ⁷ The New York Times, *New publications, modern ships on the line*. 5 de fevereiro de 1896.
- ⁸ SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. *A Marinha*, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Declínio e Queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1974, p. 266.
- ⁹ BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Marinha. *Relatório* do Exmº Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro da Marinha, apresentado à Assembléa Geral em 7 de maio de 1833. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 47.
- ¹⁰ MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975, p. 216.
- ¹¹ Sobre a questão, ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As Relações Econômicas Internacionais no Império*. São Paulo: SENAC, 2001.
- ¹² Ver: GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história (1822-1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, Vol. II, p. 284-285.
- ¹³ Sobre a importância do poder militar brasileiro, sobretudo o naval como força de equilíbrio no Prata pós-queda de Oribe e Rosas, ver: CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo: *História da política exterior do Brasil*, 3ª edição, Brasília, Editora UnB, 2008, 116-118.
- ¹⁴ GOULARTI FILHO, Alcides. *História Econômica da Construção Naval no Brasil: Formação de Aglomerado e Performance Inovativa, Economia*. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n2p309_336.pdf. Acessado em: 9/7/2015
- ¹⁵ MAIA, Op. cit, p. 210.
- ¹⁶ Sobre a atuação do partido conservador na construção de uma hegemonia do estado imperial no Prata ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*, São Paulo, Hucitec, 2006.
- ¹⁷ Por outro lado no contexto da administração de Rosas a Confederação argentina havia sofrido uma tentativa de intervenção anglo-francesa, sob pretexto de forçar a abertura do Prata ao comércio externo. O Império já havia observado a possibilidade de intervir em conjunto. CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo: *História da política exterior do Brasil*, 3ª edição, Brasília, Editora UnB, 2008, p. 113. Sobre o fato de uma missão que foi enviada à Europa, ter provocado a intervenção não há concordância na historiografia brasileira sobre tal fato, sobre a discussão em torno da questão, ver: FERREIRA, Op. cit, 107.
- ¹⁸ Sobre a batalha ver: Mackinnon, L. B.: *La Escuadra Anglo-Francesa en el Paraná 1846*, Editorial Libreria Hachette, Buenos Aires, 1957.
- ¹⁹ SIMÕES DE PAULA, Op. cit, p. 265.
- ²⁰ MAIA, Op. cit, p. 257.
- ²¹ BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Marinha. *Relatório* do Exmº Sr. Manoel Vieira Tosta, Ministro da Marinha, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª legislatura. "N 4 – Quadro dos Navios d'Armada, com as respectivas Lotações para tempo de guerra" (anexos). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2085/000001.html>. Acessado em 29/4/2015.
- ²² PEREIRA, Roberto, *A tradição do AMRJ. Defesa*, São Paulo: Editora Aero. Ano V, nº 28, 1984, p. 26.
- ²³ SIMÕES DE PAULA, Op. cit, p. 266.
- ²⁴ MAIA, Op. cit, p. 219.
- ²⁵ Ver: BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Marinha. *Relatório* do anno de 1862 que tinha que ser apresentado à assembléa geral legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura, Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1863.
- ²⁶ Há um excelente estudo comparativo sobre os referidos encouraçados, ver: HIRSCH, David L. *The End Of Wooden Walls: A Comparison Of HMS Warrior (1861) To The USS Monitor (1862)*. Vides 2014. Disponível em: <http://open.conted.ox.ac.uk/resources/documents/end-wooden-walls-comparison-hms-warrior-1861-uss-monitor-1862-david-l-hirsch>. Acessado em 08/04/2015.
- ²⁷ Ver: BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Marinha. *Relatório* do anno de 1862 que tinha que ser apresentado a assembléa geral legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura, Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1863.
- ²⁸ BRASIL. *Annaes do parlamento Brasileiro*. 1862, 2º anno, 11ª Legislatura, tomo I. p. 37
- ²⁹ *Ibid.*
- ³⁰ *Ibid.*, p. 38.
- ³¹ *Ibid.*
- ³² *Ibid.*
- ³³ *Ibid.*
- ³⁴ BRASIL. Império. *Atas do Conselho de Estado pleno*. Ata do conselho de estado, sessão de 21 de janeiro de 1865, v. 04. "O dever do Governo de organizar os meios de guerra contra as repúblicas do Uruguai e do Paraguai".
- ³⁵ *Ibid.*
- ³⁶ *Ibid.*
- ³⁷ MARANHÃO, Secretaria de Governo, *Correspondência do Presidente da Província/Ministro da Marinha*, Livro 03, 12/1/1865, Seção de Códices, APEM, São Luís.

³⁸ MAIA, Op. cit, 260.

³⁹ BRASIL, *Relatório*. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1864, "Instruções dadas pelo ministro da Marinha ao comandante em chefe das forças navaes brasileira no Rio da Prata. N. 18." (anexos), 45, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1864, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

⁴⁰ BRASIL, *Relatório*. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1864, "Offício do ministro brasileiro em missão especial ao comandante das forças navaes brasileiras em operação no Rio da Prata. N. 23" (anexos), 60, Montevideo, 11 de agosto de 1864, Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

⁴¹ SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai*, Porto Alegre, Pradense, 2009, 61.

⁴² RIVAROLA, Milda. *La polemica francesa sobre la Guerra Grande*. Eliseo Reclus: la Guerra Del Paraguay; Laurent-Cochelet: Correspondência Consular. Assunção: Editorial Histórica. 1988, p. 190-196.

⁴³ TEFÉ, Antônio Luís von Hoonholtz. *Memórias do Almirante Barão de Tefé*. A batalha naval do Riachuelo: contada à família em carta íntima poucos dias depois d'esse feito Rio de Janeiro: Garnier Irmãos, 1865, p. 15.

⁴⁴ THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p. 73.

⁴⁵ SAGUIER, Ruben Bareiro; MARSAL, Carlos Villagra. *Testimonios de la Guerra Grande*. Muerte del Mariscal López. Asuncion: Editorial Servilibro, 2007. Tomo II, p. 69.

⁴⁶ TEFÉ, Antônio Luís von Hoonholtz. *Memórias do Almirante Barão de Tefé*. A batalha naval do Riachuelo: contada à família em carta íntima poucos dias depois d'esse feito Rio de Janeiro: Garnier Irmãos, 1865, p. 11.

⁴⁷ SAGUIER e MARSAL, Op. cit, p. 70.

⁴⁸ *Ibid*, p. 69.

⁴⁹ Os foguetes Congreve consistiam em uma arma de construção bastante simples, criado pelo militar inglês William Congreve sendo introduzido em 1808 e largamente utilizado nas guerras napoleônicas.

⁵⁰ TEFÉ, Op. cit, p. 19.

⁵¹ *Ibid*.

⁵² COSTA, Francisco Felix Pereira da. *Historia da guerra do Brasil contra as republicas do Uruguay e Paraguay*. Rio de Janeiro: Livraria A. C. Guimarães & C., 1870, Vol 2. p. 125.

⁵³ SAGUIER e MARSAL, Op. cit, p. 71.

⁵⁴ As chatas consistiam de pequenos barcos rebocados dotados de um canhão e uma guarnição que era responsável pela arma que ficava praticamente na linha do rio, como eram pequenas, tornavam-se muito difícil de acertar.

⁵⁵ Francisco Manoel Barroso da Silva, Comandante/Vice-Almirante Visconde de Tamandaré. Bordo do vapor Amazonas, fundeado abaixo do Riachuelo, em Corrientes, 12 de junho de 1865. In: COSTA, Op. cit, p. 128.

⁵⁶ SAGUIER e MARSAL, Op. cit, p. 71

⁵⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 150.

⁵⁸ TEFÉ, Op. cit, p. 42.

⁵⁹ DORATIOTO, Op. cit, p. 151.

⁶⁰ LENTON, Op. cit, p. 15.

⁶¹ SALLES, Ricardo Henrique. *Guerra do Paraguai*, Memórias e Imagens. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003, p. 38.

⁶² DORATIOTO, Loc. cit, p. 151.

⁶³ A Situação, p. 3, número 108, 27/7/1865, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.

⁶⁴ Publicador Maranhense, p. 2, número 03, 4/1/1866, seção de Periódicos, APEM, São Luís.

⁶⁵ O Paiz, p. 1, número 111, 24/9/1864, rolo 193, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.

⁶⁶ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *"O Conflito com o Paraguai"* São Paulo: Ática, 1996, p. 23.

Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória* 1

A naval battle centers itself a century of glory: Riachuelo in history and memory

José Miguel Arias Neto

Professor de História Contemporânea. Universidade Estadual de Londrina e dos Programas de Pós-Graduação em História Social (UEL) e História e Regiões (Unicentro). Bolsista Produtividade CNPq N2.

A crônica é a forma fundamental para a historiografia,
Assim como o épico o é para a poesia.

Georg Gottfried Gervinus,
Fundamentos de Teoria da História, 1837

RESUMO

Este artigo tem por objetivos desenvolver uma reflexão sobre as representações, a memória e as apropriações da Batalha Naval do Riachuelo pelos diversos grupos políticos e militares ao longo do Segundo Reinado e nas duas primeiras Décadas Republicanas. Tem como objeto/fontes a imprensa em geral, a imprensa militar, diários, memórias, crônicas, folhetos e imagens. O objetivo é compreender os múltiplos significados que a vitória brasileira no Riachuelo foi adquirindo ao longo da História e refletir sobre seus possíveis significados contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Política, representações, Batalha Naval do Riachuelo

ABSTRACT

This article aims to develop a reflection on the representations, memory and appropriations of the Battle of Riachuelo by various political groups and military throughout the Second Empire and the first two Republican decades. It has as object/sources the press in general, the military press, diaries, memoirs, essays, brochures and images. The goal is to understand the multiple meanings that the Brazilian victory in Riachuelo has acquired throughout history and reflect on its possible contemporary meanings.

KEYWORDS: Politics, representations, Battle of Riachuelo

* Artigo recebido em 26 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

INTRODUÇÃO

1864.2014. 150 anos da Guerra do Paraguai. 1865.2015. Cento e cinquenta anos da Batalha Naval do Riachuelo. Deve-se comemorar? Não parece haver, quer nos antigos aliados que configuram a Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai, quer no Paraguai, antigo inimigo, hoje parceiro do Mercosul, ninguém que deseje comemorar o início da Guerra da Tríplice Aliança. E por que então dever-se-ia comemorar a Batalha Naval do Riachuelo?

Em 1864, a Guerra do Paraguai era vista como um conflito civilizatório e justo, em que o Império do Brasil e seus aliados lutaram contra o governo bárbaro e feroz de Lopez no Paraguai. A guerra civilizatória jamais perseguiu, segundo este discurso, o prejuízo do povo paraguaio; ao contrário, visava sua libertação da tirania.

Passado um século e meio, o sentimento nacional no Brasil e nos países aliados Uruguai e Argentina parecem ser de culpa pelo massacre e pela destruição do Paraguai. A guerra teria sido um erro: foi uma Guerra Maldita, juízo estabelecido pela historiografia e pela opinião pública. Em questão a posse do canhão *El Cristiano* que se encontra no Museu Histórico Nacional, cuja devolução o Paraguai reivindica² em uma clara sinalização de que a memória da guerra provavelmente nunca será pacífica e muito menos pacificada.

Desta forma a questão permanece: deve-se comemorar ou não a Batalha Naval do Riachuelo? Se a resposta for positiva, outra se impõe: o que há para comemorar? Qual é o sentido desta comemoração, numa sociedade dividida quanto à avaliação da participação dos militares na política recente? Não seria o caso de relembrar Riachuelo? E, neste caso, não se trataria de comemorar, no sentido mais comum de celebrar, mas sim de memorar em conjunto refletindo sobre a questão?

Não se estaria, contudo, adentrando ao caminho do revisionismo, reprovado como crime de lesa-pátria por alguns grupos sociais? Ora esta é a postura daqueles que veem na história a figura de uma pretensa justiça que deveria tudo analisar de modo

imparcial. Tudo se passaria como se, na formulação de Leopold von Ranke, o historiador olhasse o mundo e a história da perspectiva de Deus³. O problema, da perspectiva filosófica, é que o historiador é bem mais complexo que Deus: ele é humano. Em outras palavras, este tipo de observação isenta é um falso problema, pois os historiadores sempre vão olhar para uma determinada questão a partir de delineamentos socio-culturais e políticos, ou seja, eles olham o mundo de lugares e tempos distintos. Neste sentido, a Justiça também se inclina diante de Clio: ela se transforma nos tempos e nas sociedades.

Já dizia Marc Bloch: a história é a ciência dos homens no tempo em fórmula que se tornou célebre⁴. Mas mesmo Bloch não abriu mão dos conselhos dos alemães dos Oitocentos tão bem expressos pelo mestre de Wiehe: a história, dizia ele, é Ciência e Arte, Ciência pelo lado da pesquisa metódica e honesta, Arte pelo lado da recriação do conhecimento através da atividade do pensamento e da escrita⁵.

Por outro lado, não se fará uma narrativa da perspectiva paraguaia já que sempre se narrou a história da perspectiva dos aliados. Uma inversão desta natureza ainda implica em uma afirmação infundada: que a história contada do ponto de vista do Paraguai é *melhor e mais verdadeira* do que a nossa. É claro que esta é uma opção ética e política possível, mas também é historicamente equivocada⁶.

Tratar-se-á aqui, portanto, de investigar algumas das representações e ressignificações da Batalha Naval do Riachuelo em alguns momentos dos Oitocentos e dos Novecentos, sem a menor pretensão de esgotar a temática, mas tão somente com o objetivo de contribuir para a compreensão deste nosso momento, de nós mesmos, de nossa sociedade dividida e em busca de si e que vai encontrar-se apenas na multiplicidade sociopolítica e cultural tentando responder ao desafio da formação democrática: consolidar e resguardar firmemente o fato de somos todos iguais e ao mesmo tempo diferentes, e que a atualização de apenas um destes polos nos conduzirá ao fascismo⁷.

Trata-se, portanto, de uma ontologia do presente⁸, pois, conforme Walter Benjamin:

A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (...). Pois irrecuperável é cada imagem do presente que se dirige ao presente, se que esse presente se sinta visado por ela⁹.

Para atender a esta tentativa de analisar alguns momentos, recorrer-se-á a fontes múltiplas e variadas: diários de oficiais da Marinha, imprensa em geral, a imprensa militar em específico¹⁰, palestras, folhetos, correspondência oficial, dentre outros. Além desta introdução, o artigo se divide em duas outras partes: em um primeiro momento analisar-se-ão as narrativas e celebrações da Batalha Naval do Riachuelo durante o Segundo Reinado e, em segundo, apropriações e desdobramentos destas apropriações nas duas primeiras décadas da República para, finalmente, tecerem algumas reflexões mais gerais à guisa de considerações finais.

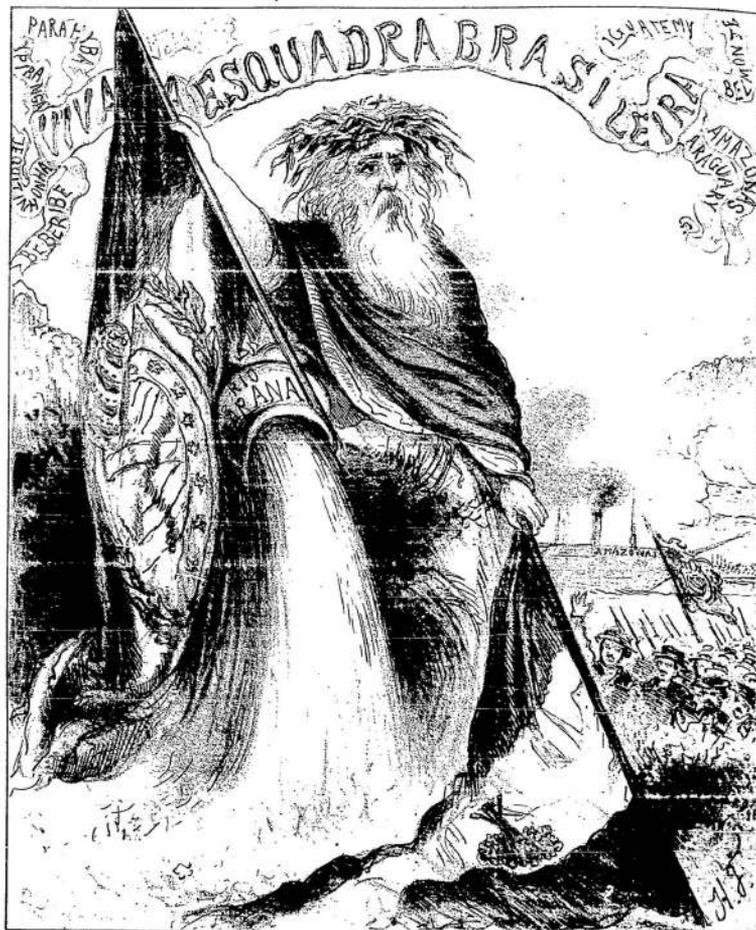
RIACHUELO: AS NARRATIVAS E CELEBRAÇÕES NO SEGUNDO REINADO

A batalha naval do Riachuelo¹¹ é um acontecimento que desafia a imaginação historiográfica entre outras razões pelo

fato de que ela se tornou célebre no momento em que aconteceu e não posteriormente. Assim sua fama, por assim dizer, produziu-se instantaneamente, transformando-se de imediato em lugar de memória e monumento histórico.

O impacto da vitória em Riachuelo foi imediato na Corte. A *Semana Ilustrada*, em 02 de julho de 1865, assim noticiava o fato:

Vitória! O dia 11 de junho será contado entre os mais gloriosos da História Brasileira. Às 9 horas da manhã 8 vapores e 8 baterias



A patria agradecida.

Aos bravos do Riachuelo!
Honra, gloria immarcescivel!
Bençãos da patria que applaude
Seu valor inexcedivel!

Legando os nomes á historia,
Que enthusiasmo os vindouros,
Nem da inveja letal bafo
Pode murchar-lhes os louros.

Salve, bravos marinheiros,
Filhos do Império da Cruz,
Cujas frentes das victorias
Cerca o diadema de luz!

Via brado, que em si ressoa
Assonancia de outros mil!
Vos proclama flor dos bravos
Dentro e fóra do Brasil.

FIGURA 1

Fonte: *Semana Ilustrada*, 09 de julho de 1865. Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pasta=ano%20186&pesq=>

flutuantes paraguaios, montando peças de 80, quiseram medir-se com a nossa briosa esquadra ao mando do valente chefe Barroso. Os nossos iam sentar-se à mesa do almoço. Proporcionou-se lhes um banquete. Quatro vapores e 6 chatas do inimigo foram a pique, e os demais buscaram na fuga a salvação; mas por tal forma danificados que apenas serviriam para levar ao cacique um triste desgano. Perdemos o *Jequitinhonha* porque enalhou, e lamentamos a morte de alguns bravos que sustentaram valorosamente a honra do pavilhão brasileiro. Glória aos vencedores. Glória ao Brasil!

A notícia já estabelece o dia 11 de junho como sendo dos mais gloriosos da história do Brasil. De fato o jornal faz coro com o que, de certa forma, o Chefe Barroso afirmara em sua parte da Batalha: *Tratei (...) de dar um dia de glória à nação, fazendo respeitar nosso pavilhão*¹². No dia 09 do mesmo mês, a *Semana Ilustrada* publicou várias imagens, que asseguravam ser Riachuelo parte já da história do Brasil. Eis uma delas:

Imagem e texto se complementam numa trama discursiva de modo a eternizar a Batalha. Ao centro uma representação da Pátria segurando com uma mão a bandeira do Império tendo ao seu lado, sob seu braço, o vaso de onde flui o Rio Paraná, que se dilui em toda parte inferior, onde também se encontra outra bandeira, possivelmente do Paraguai, derrubada pela Pátria. O mastro desta segunda bandeira forma um enquadramento no qual aparecem as tropas imperiais identificadas pela bandeira do Brasil, tendo a *Fragata Amazonas* ao fundo. Encimando a imagem o dístico: *Viva a Esquadra Brasileira* e o nome dos navios à direita e à esquerda: *Beberibe, Jequitinhonha, Parnayba, Ypiranga, Iguatemy, Belmonte, Amazonas, Araguay*. O poema honra os bravos de Riachuelo, assegurando seu lugar na história, *filhos do Império da Cruz*, cujas frentes estão cercadas pelo *diadema de luz*.

A Batalha Naval do Riachuelo, já em sua designação, emerge como lugar de memória. Trata-se de promover uma concentração

do tempo e congelá-lo. Criar lugares de memória, que nas palavras de Pierre Nora assim se definem:

O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. (...) Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história. (...) Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.¹³

Lugar de memória, monumento, Riachuelo deveria ecoar através do tempo como narrativa histórica da guerra com o Paraguai, como memória e símbolo do Brasil no conflito, como exemplo ético do triunfo da civilização sobre a barbárie. Anos mais tarde, Arthur Silveira da Mota contribui, sem o desejar, para erodir esta imagem. Escreveu que as observações do Almirante inglês Colomb, acerca da guerra hispano-americana, poderiam bem se aplicar à Riachuelo, caso o militar conhecesse a história “da nossa grande campanha do Paraguai”:

Receio que sejamos forçados a reconhecer que se tem descido da guerra civilizada para a guerra bárbara. A antiga regra era de, no extremo de se tornar inútil a perda de vidas, o comandante curvar-se ao destino, e entregar o fruto da vitória ao vencedor. Parece, porém, que agora este fruto deve ser negado a todo o transe ao vencedor e que o espírito de selvageria, debaixo do disfarce de indômita coragem, deve dominar. Se esta

é uma lição das modernas guerras cumpre confessar que é uma lição muito triste.¹⁴

Há que destacar que Jaceguay subscreve esta avaliação de Colomb para falar dos paraguaios que se bateram

com a raiva e a tenacidade de fanáticos, como feras (...) a própria inconsciência da inferioridade de seus navios deu-lhes alento para prolongarem a resistência muito além do limite em que marinheiros de uma marinha civilizada teriam procurado na retirada diminuir os efeitos de uma derrota inevitável, ou teriam arriado bandeira.¹⁵

O barão estava tão imbuído do ideal civilizatório e tão preocupado em preservar a imagem de Riachuelo que parece não lhe ter ocorrido que a guerra é um tipo de relação e, neste caso, são os brasileiros que precisaram se barbarizar para consolidar a sua vitória, lutando sem cessar para deter o inimigo. Assim, o ideal civilizatório é um fracasso, e o inimigo visto como uma fera a ser exterminada. Trata-se, para além destas apreciações de cunho romântico e iluminista, de verificar que há uma mutação na *natureza da guerra* que já se revela em Riachuelo: a emergência da guerra total. O chefe Barroso afirma que a sua intenção era aniquilar a esquadra paraguaia e que não o fez porque depois de abalroar os primeiros navios os quatro restantes fugiram e ele, chefe da divisão, permaneceu no lugar cuidando de socorrer o restante da armada seriamente danificada e com muitos feridos. Este quadro dramático durou vários dias, pois não havia base de operações próxima uma vez que Corrientes permanecia sob domínio Paraguaio¹⁶.

Riachuelo, a despeito disto, torna-se lugar de memória e monumento da História, por que foi uma batalha decisiva. Mas por que decisiva se não foi estabelecido o domínio das margens do Rio Paraná, como bem observou Afonso Celso de Assis Figueiredo? Em outras palavras, não foi acompanhada da ocupação por terra¹⁷. Senna Bittencourt¹⁸ também observou que Riachuelo não foi a

maior operação naval da guerra, nem a mais elaborada – o desembarque do Passo da Pátria, o forçamento de Curupaity e de Humaitá foram operações de grande envergadura e sofisticação¹⁹. Mas Riachuelo, na visão de Bittencourt, foi uma *primeira grande vitória que marcou uma inversão de expectativas, naqueles tempos difíceis*²⁰ e, além disto, foi decisiva, pois estabeleceu o *bloqueio* do rio, que era a estratégia da guerra, não apenas impedindo a ação do restante da marinha paraguaia como também sufocando o comércio e o abastecimento logístico do Paraguai.

Do outro lado do Rio da Prata, o historiador argentino José Maria Rosa observa que Riachuelo deteve a ofensiva paraguaia e pouco depois a guerra se deslocava para aquele país:

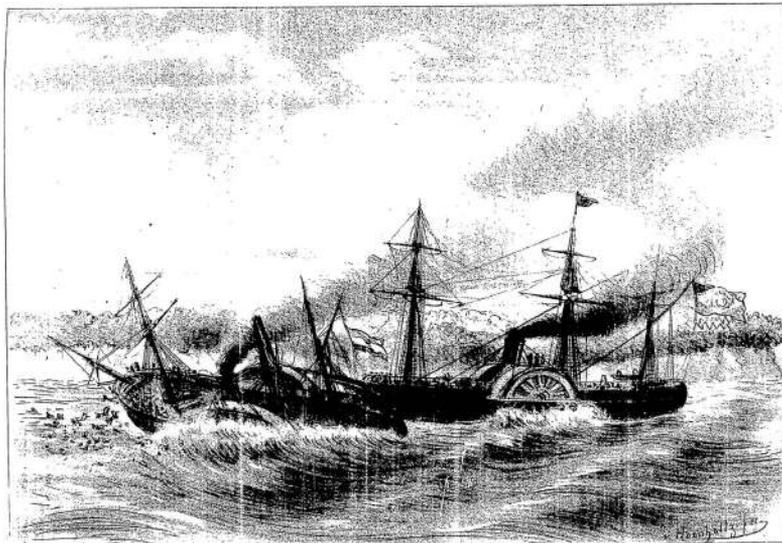
La guerra ofensiva se perdió em la batalla naval de Riachuelo, frente a Corrientes. Todo lo que vino después (intrigas de Urquiza com Robles, aniquilamento de la columna de Duarte em Yatay, capitulación de Estigarribia em Uruguayana) fue consecuencia de haber perdido los paraguayos el río²¹.

Riachuelo foi, portanto, um marco decisivo da guerra. Os vários grupos sociais e políticos dali em diante apropriaram-se deste fato segundo suas perspectiva e expectativa. Para os militares da Marinha do Brasil ela tornou-se marco da identidade da "classe militar", construção em curso desde pelo menos os anos de 1850: é o panteão dos heróis navais da Pátria, vivos e mortos: Barroso com sua tática de abalroamento, os guardas-marinha João Guilherme Greenhalgh, Francisco José de Lima Barros que morreram defendendo a bandeira imperial, o primeiro a bordo da *Parnayba* e o segundo do *Jequitinhonha*, o imperial marinheiro Marcílio Dias, também morto a bordo da *Parnayba* e muitos outros homens da Marinha e do Exército que participaram da batalha foram todos contemplados em novembro daquele ano com a recém criada Medalha da Batalha Naval do Riachuelo pelo decreto 3.529²². A obra *Relíquias Navais do Brasil* reproduz a imagem da medalha que pertenceu a Barroso:

A imprensa ilustrada foi fundamental para a difusão das representações visuais de Riachuelo que tão importantes eram em uma sociedade majoritariamente iletrada.



FIGURA 2
Relíquias Navais do Brasil, 1997, p.18



Episódios do dia 11 de Junho de 1865.
COMBATE NAVAL DE RIACHUELO.
A Fragata Amazonas com o pavilhão do Chefe Barroso e commandado pelo Capitão de Fragata, Brito, metendo a péique um vapor

FIGURA 3
Fonte: *Semana Ilustrada*, 17 de setembro de 1865. Hemeroteca Digital Brasileira.
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702951&PagFis=1932&Pesq=>

No mesmo ano de 1865, a *Semana Ilustrada* publicou várias representações da batalha, muitas delas produzidas por Antonio Luiz Von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé, comandante da *Araguary*, sob o título “Episódios da Guerra do Paraguai”:

Os desenhos de Hoonholtz merecem uma análise à parte, devido à produção em largas quantidades e pela aprimorada qualidade iconográfica. O que se destaca no caso é que, para além do simbolismo, as obras parecem ter uma dimensão pedagógica, isto é, reproduzem visualmente as narrativas sobre Riachuelo estabelecidas pelas partes dos oficiais combatentes, ele próprio, dentre eles. Neste sentido, seriam como “vitrais” de Riachuelo para serem vistos e compreendidos pelo público leitor letrado e não letrado do Rio de Janeiro, tendo em vista as práticas de leitura coletiva e a circulação dos periódicos pela cidade. De fato, são figuras que representam momentos específicos do combate. Na tela apresentada, é possível visualizar a representação da fragata *Amazonas* realizando a manobra do aríete, com a qual Barroso abalroou os vapores inimigos, com o detalhe dos marinheiros paraguaios saltando e/ou caindo no rio pela proa da embarcação. Uma

história narrada de uma perspectiva militar, que se pretende unívoca e objetiva, tal qual o relato escrito.

Uma advertência é necessária: ainda que celebrada, não havia um rito ou um cerimonial para as comemorações de Riachuelo. Tratava-se de manifestações não sistemáticas, por assim dizer. Exemplo disto são os diários de Manuel Carneiro da Rocha e de Joaquim José Ignacio, o Visconde de

Inhaúma²³. O primeiro registra, em 1866, a passagem de um ano da batalha e como o mesmo foi rememorado:

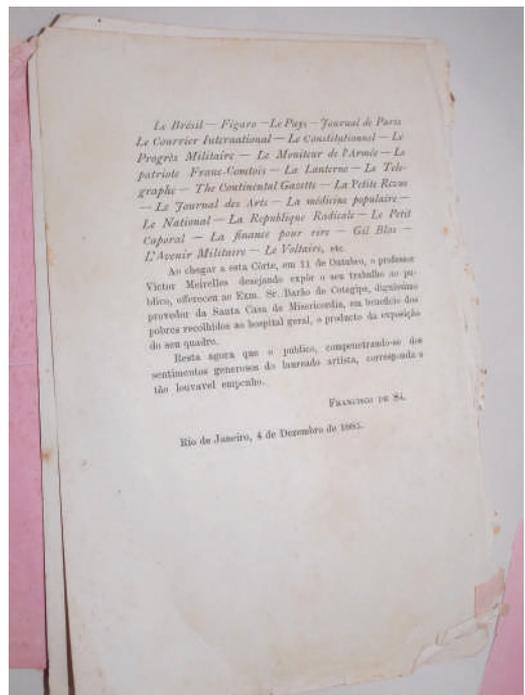
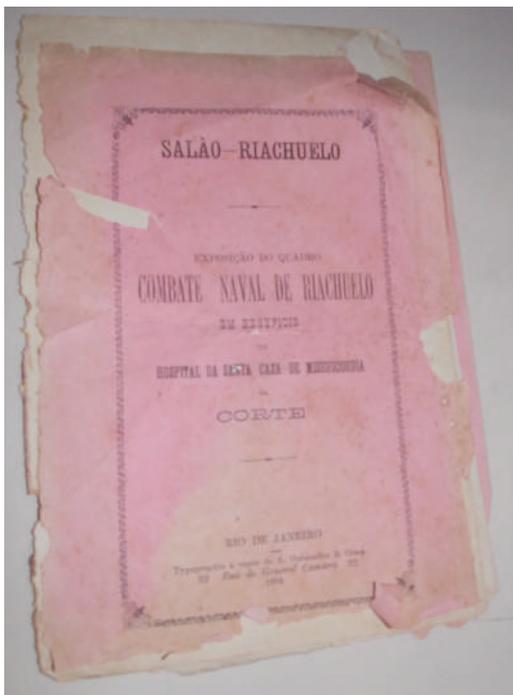
Completa-se um ano que a Esquadra Imperial, em Riachuelo, lançou a pique quatro vapores paraguaios e tomou seis chatas, correndo com o resto dos navios, ainda debaixo do fogo da bateria de terra. Às 8h houve missa no *Apa*, em ação de graças, por tão assinalada vitória²⁴.

Percebe-se que não era uma celebração *stricto sensu*, mas sim uma ação de graças pela vitória. Tão metuculoso em suas anotações, Inhaúma nada registra no dia 11 de junho de 1867²⁵. Um ano mais tarde, ainda registraria laconicamente:

O General Argolo mandou-me cumprimentar por ser este dia o aniversário do memorável combate do Riachuelo. As músicas do 2º Corpo tocaram na barranca a alvorada e o recolher. Comemorei este dia em ordem especial²⁶.

Um ano mais tarde, em 1868, a crise do gabinete Zacarias provocou o deslocamento das representações de Riachuelo. Os liberais tentaram apropriar-se da narrativa da batalha para defender a atuação política do governo. Foi o Ministro Afonso Celso de Assis Figueiredo que encomendou, em 1868, à Academia Imperial de Belas-Artes dois quadros: um sobre Riachuelo e outro sobre a Passagem de Humaitá. Embora a encomenda tenha sido registrada por Manuel Araújo de Porto Alegre, então diretor da Academia, somente em agosto, após a queda do gabinete, ele já havia designado o professor de pintura histórica Victor Meirelles para a tarefa. Meirelles partiu para o Paraguai em junho daquele ano onde, com a permissão do Visconde de Inhaúma que o recebeu na esquadra estacionada em Porto Elisário, pode trabalhar durante dois meses sentindo o ambiente das batalhas e elaborando croquis e modelos para seus quadros²⁷.

As telas foram concluídas em 1872. O *Combate Naval do Riachuelo* mede 4,60 por 8,20 metros e a *Passagem de Humaitá* 2,68 por 4,35 metros²⁸. Elas foram exibidas jun-



FIGURAS 4 e 5
Fonte: Arquivo da Marinha. DPHDM. Rio de Janeiro.

tamente com a *Batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo, na 22ª Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes. O imperador estava presente e a fama dos quadros atraiu 63.949 visitantes, o que representou um grande sucesso de público. Como ocorre com toda obra, o quadro de Meirelles foi alvo de controvérsias e debates. Levado para a exposição da Filadélfia em 1876 e no retorno foi perdido por ter sido mal-acondicionado. Tal situação levou Vitor Meirelles a fazer uma “réplica do quadro” exposta no Salon de Paris em março de 1883. Em outubro deste mesmo ano Meirelles retornou ao Brasil e, desejando exibir o quadro, oferta ao Barão de Cotegipe, na ocasião provedor da Santa Casa de Misericórdia, os lucros advindos da exposição do mesmo em benefício dos pobres do hospital. Eis o prospecto da exposição:

Depois de muitas vicissitudes, o quadro foi adquirido pela Academia Nacional de Belas Artes em 1924 e posteriormente transferido ao Museu Histórico Nacional onde permanece até nossos dias. É necessário destacar que o objetivo didático de transmissão dos valores do nacionalismo romântico e do patriotismo dos Oitocentos parece ter sido em parte atingido. Contemporâneo do surgimento da indústria cultural e da cultura de massas, o quadro passou a ser re-

produzido pelos manuais didáticos de história do Brasil, quase sempre como elemento de caráter ilustrativo ou de complemento do texto escrito no qual se ressalta os valores civilizacionais do Império do Brasil.

No momento em que foi encomendado, no entanto, fazia parte da estratégia de defesa da política do gabinete liberal de Zacarias, açoitado pelas críticas de morosidade e inação da esquadra, feitas pelo General Mitre, pelos jornais da Corte, pelo Parlamento e pela imprensa portenha. Estas críticas produziram a crise entre o gabinete liberal e o comando da guerra, centralizado no Marquês de Caxias, general conservador, o que resultou na queda do governo em julho de 1868, e na ascensão do grupo conservador capitaneado pelo Visconde de Itaboraí²⁹. Ainda, como parte desta estratégia de defesa de suas ações, Afonso Celso ordenou ao Tenente Euzébio Antunes, ajudante de ordens de Tamandaré, a redigir suas memórias³⁰ e editou, já após a demissão do gabinete, o livreto *A Esquadra e a Oposição Parlamentar*. Neste livreto, para poder defender sua atuação enquanto ministro, Afonso Celso justifica as ações do Almirante Tamandaré e do Visconde de Inhaúma no comando da Marinha durante a guerra. É o futuro visconde de Ouro Preto que, neste processo, aponta os limites estratégicos da batalha:



O combate naval do Riachuelo, 1882-83
Museu Histórico Nacional

FIGURA 6
Combate Naval do Riachuelo, Paris, 1882/1883. Óleo sobre tela, 4,60 x 8,20m.
Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

(...) o bloqueio que a esquadra tinha ido efetuar era puramente nominal. De fato era ela bloqueada porque ao passo que os paraguaios conservavam suas comunicações francas por terra interceptavam as nossas, por meio de artilharia assentada nas margens do rio. Demais o rio baixava de um modo extraordinário. Já o vapor Amazonas passara com dificuldade em Bela Vista. Era, pois, preciso descer, sob pena de ficarem inteiramente cortadas

as comunicações com a base de fornecimento e de operações³¹.

Chama atenção a distinção que o autor faz entre bloqueio e domínio. Como a esquadra não estabeleceu o domínio do rio foi necessário que recuasse para não ficar bloqueada pelas forças paraguaias assestadas às margens. Estas formulações permitem questionar o caráter de *batalha decisiva* atribuída a Riachuelo por cronistas e historiadores militares. O Vice-Almirante Armando Vidigal em conferência ministrada no Instituto Histórico e Geográfico e publicada na *Revista Marítima Brasileira* quem observou:

(...) ela não foi estrategicamente decisiva, pois as fortalezas e chatas paraguaias (...) eram um obstáculo formidável, impedindo que a esquadra brasileira se deslocasse livremente pelo rio para dar o indispensável apoio às tropas de terra³².

É importante destacar esta formulação, para que se verifique a diversidade de interpretações e representações de Riachuelo nas múltiplas temporalidades. Nem mesmo o fator que seria o coração da batalha – a sua característica de batalha decisiva – passou incólume pela crítica historiográfica.

Concluída a guerra, o forte movimento reformista que agitou a sociedade brasileira envolveu também o oficialato da Armada Nacional. Oficiais de Marinha se engajaram em projetos e ações que visavam o aprimoramento da força e a sua recomposição frente ao sucateamento que se processa ao final do século. Este era provocado pelos cortes, promovidos pelo Parlamento, nos orçamentos militares em resposta ao endividamento provocado pela guerra e também à crise econômica dos anos de 1870 e 1880. A situação na Marinha nos inícios dos anos de 1880 não era alvissareira. Em 13 de agosto de 1879 Joaquim Nabuco pronunciava no Parlamento um discurso irônico sobre o afundamento do transporte Leopoldina *que ontem foi espontaneamente ao fundo*. E acrescenta: *Conhecíamos as combustões espontâneas, mas esses afundamentos espontâneos estavam reservados ao nosso*

*arsena*³³. No ano seguinte, o Deputado Fernando Osório afirmava na Câmara que o país estava indefeso e a esquadra nada mais era que *“um rebanho de fósseis (...), um aglomerado de nomes ilustres que enfeitam a popa desses navios (...) esquifes ambulantes que andam sobre as ondas livrando, com custo, nossos militares de uma submersão”*³⁴.

Ao final da Monarquia a situação torna-se dramática. Em 1888 o ajudante general referiu-se à esquadra nos seguintes termos:

É força confessar que o número, aparentemente importante de 44 navios, representa apenas uma ficção de força naval, porque na maior parte esses navios são medíocres espécimes de época demasiado afastada na arte naval, e pode se dizer sem receio de errar, que como Marinha moderna só se pode mencionar os dois monitores encouraçados (...) o Riachuelo e o Aquidabã³⁵.

De estável ao fim do regime, somente a deterioração da infraestrutura e a estagnação das promoções³⁶. É neste contexto que a Batalha Naval do Riachuelo ganhou outro sentido. Muito contribuirá para esta mudança a criação da *Revista Marítima Brasileira* em 1881, que passou a catalisar as discussões que os militares da Armada faziam na *imprensa militar* e na imprensa em geral.

Desde o início do século XIX, os militares tiveram uma ativa participação na imprensa e, portanto, no estabelecimento de um espaço público no Brasil³⁷. É contudo, a partir dos anos de 1850, que há uma profusão de periódicos produzidos por militares, que discutiam temáticas militares, voltados para um público amplo, militar e civil. Estes periódicos eram independentes da estrutura das Forças Armadas e apresentavam à sociedade temas como a defesa nacional, as demandas militares por reformas organizacionais, a busca por melhorias tecnológicas, contribuindo assim para formação e consolidação de uma identidade da classe militar nos anos cinquenta³⁸.

Os principais periódicos produzidos por oficiais da Armada nos Oitocentos, e que se encontram na Biblioteca Nacional do Rio

de Janeiro, são: a *Revista Marítima Brasileira* que circulou entre os anos de 1851 a 1855, o *Brasil Marítimo* de 1854 a 1859, os *Annaes Marítimos* em 1861, *O Soldado e o Marinheiro* em 1869, a *Gazeta Naval* em 1877, *O Marinheiro* em 1881, e o *Echo da Marinha* em 1888. Não se pode assegurar que esta seja uma lista completa, podendo novos periódicos ser encontrados em arquivos e bibliotecas espalhados pelo país. É interessante notar, porém, que, a despeito das propostas reformistas e de seu caráter mobilizador, os periódicos navais pouca ou nenhuma referência fazem à Batalha Naval do Riachuelo. Pode-se supor que isto ocorra em virtude do fato de que a imprensa em geral e as instituições imperiais tenham tentado monopolizar o discurso sobre a Guerra com o Paraguai de modo geral e sobre Riachuelo em particular.

Em 1881, o Ministério da Marinha criou uma *Revista Marítima Brasileira* diferente daquela dos anos cinquenta. Isto porque em primeiro lugar ela fazia parte da estrutura da Marinha, seu corpo técnico era indicado pelo ministro e era financiada pelo Estado. Em outras palavras tratava-se de uma publicação controlada pelo governo, mas que ao mesmo tempo garantia certa margem de liberdade de expressão e de manifestação de opiniões, principalmente no que diz respeito aos aspectos organizacionais e técnicos da Marinha. Ainda assim, pode-se perceber também que havia certa margem para a mobilização política da classe no que tange à apresentação de determinadas reivindicações.

Assim, a partir de 1881, a *Revista Marítima Brasileira (RMB)*³⁹ centralizou as discussões, a produção escrita e o noticiário sobre a Batalha do Riachuelo e sobre suas comemorações. O Clube Naval, fundado em 1884, passou a coordenar o cerimonial comemorativo da Batalha. Em outras palavras, a oficialidade naval procurou garantir o monopólio sobre as narrativas e representações produzidas acerca de Riachuelo.

A *RMB* tem, até hoje, características assemelhadas à imprensa militar dos anos cinquenta. Em primeiro lugar, a sua diagramação em duas colunas, uma característica da imprensa dos anos cinquenta, é a mesma. Também a estruturação é igual à

daquela, isto é, trata-se de uma revista que mantém três propostas editoriais: a história da instituição, a organização da força e desenvolvimento tecnológico voltado para os armamentos e para a guerra. Estas propostas estão intrinsecamente articuladas: a história na *RMB* é de formulação ciceroniana, em outras palavras é a *Mestra da Vida* que orienta o presente e o futuro da organização da força e de sua preparação para a guerra. Desta articulação advêm as formulações sobre a Defesa Nacional, por ela propagadas e defendidas.

Por outro lado, esta tentativa de controle narrativo fez com que, no noticiário da revista e mesmo nos atos oficiais, as comemorações da Batalha Naval do Riachuelo se tornassem um prelúdio para apresentar ao Ministério e às demais autoridades imperiais, as reivindicações da classe militar.

Em 1882, por exemplo, a *RMB* reproduziu a conferência de Ignacio Joaquim da Fonseca⁴⁰ sobre o combate de Cuevas, proferida na presença do Imperador no salão da Escola Pública da Glória. O conferencista fazia uma homenagem ao Barão do Amazonas, Francisco Manuel Barroso da Silva, falecido quatro dias antes, isto é, a 08 de agosto. Ignácio objetivava estabelecer uma relação de causa e consequência entre a Batalha do Riachuelo e as passagens de Mercedes e de Cuevas⁴¹. Construindo uma narrativa rica em detalhes buscava demonstrar a importância do Exército e da Armada para a manutenção da integridade do Império. O autor ainda relembra a tomada de Curupaity, o forçamento de Humaitá, para destacar as virtudes guerreiras e os méritos da classe:

Tudo quanto se possa dizer para patentear os serviços notáveis desta distinta corporação não estaria certamente acima do juízo fundado e honroso de que é ela digna. Ao romper da guerra (...) tínhamos uma oficialidade perfeitamente educada para a sua missão, ávida de glória e do desejo de bem servir a pátria (...). Uma classe que assim se distingue, nas crises mais difíceis, é digna dos favores do Estado e da simpatia que encontra por toda parte.⁴²

No contexto dos anos de 1880 o uso do termo “crise” fica bastante ambíguo. Na verdade, a expressão “nas crises mais difíceis” pode se referir tanto ao contexto da guerra como parece o ser à primeira vista. Mas a expressão também pode ser lida como uma referência às agruras vividas naquele momento pela classe militar. Neste sentido a conferência e a *RMB* parecem ter enunciado, a partir de uma análise da guerra centrada na Batalha do Riachuelo, a crise militar do Império, e a fala de Ignacio pode muito bem ter soado como uma advertência ao poder civil já que se apresentava diante do monarca como “classe” e não apenas como um cidadão comum.

Nas comemorações do 20º aniversário da Batalha do Riachuelo em 1885, os discursos e ações críticas dos militares se tornaram mais contundentes. Sob o título “11 de junho, Batalha do Riachuelo”, a *RMB* noticiou as comemorações realizadas naquele ano. Em primeiro lugar, o articulista da revista destacava o caráter civilizatório da guerra do Paraguai: *comemorar Riachuelo não é comemorar a vitória de uma nação sobre a outra, mas sim comemorar o fato mais nobre da vida de um Estado, qual o de abrir um seu irmão americano as portas do futuro, iluminando-lhe o caminho com a vivificante luz da liberdade*⁴³. Repisava assim o discurso tradicional de que a guerra libertaria o Paraguai da tirania de Lopez. Também reforçava a interpretação corrente da batalha como tendo sido decisiva, *considerando-a do ponto de vista da filosofia da história o seu epílogo*⁴⁴.

Além disto, a *RMB* noticiava a realização de uma missa na Igreja da Cruz dos Militares, de uma sessão solene no Clube Naval, onde, estando presentes veteranos da batalha, foram lidas as partes oficiais seguidas de uma alocução feita pelo Chefe de Divisão Ignacio Joaquim da Fonseca. Além de pronunciamentos no Senado e na Imprensa, a *RMB* informa que foi realizado um baile festivo a bordo do encouraçado *Riachuelo*, incorporado à esquadra em 1883. Finalmente, noticia a realização de uma reunião na Biblioteca da Marinha, organizada pelo Barão da Passagem, na qual estiveram presentes

muitos oficiais da Armada afim de fundar-se uma associação que tome a seu cargo comemorar os aniversários da Batalha do Riachuelo por meio de atos de beneficência, especialmente destinados a aliviar a pobreza ou a miséria das viúvas e órfãos dos oficiais de marinha. Aceita a ideia, ficou estabelecido que o primeiro ato de caridade fosse praticado em benefício da viúva de um dos oficiais que tomara parte no combate de Riachuelo⁴⁵.

Nesta ocasião o primeiro cirurgião da Armada, Dr. José Caetano da Costa, pronunciou um discurso comemorativo, em que destacava superioridade da Armada nas guerras:

A infantaria é a serpente das batalhas(...) as esquadras são os Titãs dos mares, velozes leviatãs de faces escancaradas, cavando abismos, vomitando fogos, para, ou se engolfarem nas profundezas do caos, ou surgirem galhardamente por sobre o dorso das ondas, desfraldando aos ventos dos temporais seu vitorioso pavilhão! (...) No exército o homem pisa a terra, no mar cavalga o abismo. A batalha naval é o maior esforço do valor humano. (...) Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias⁴⁶.

A realidade do presente, contudo, não se afigurava alvissareira para os veteranos da guerra:

Vinte anos são passados (...) e seus heróis quase todos dormem o eterno sono do sepulcro, mortos como verdadeiros mártires da pátria; e os poucos que sobrevivem ainda, ai de mim, aí jazem esquecidos, perdidas todas as ilusões (...) quantos não perecido na miséria, atirados à vala comum, sem uma lembrança ao menos que (...) avisem aos caminantes que aí repousam bravos?! Sob as velhas fardas e cicatrizes(...) escondem-se mágoas infindas, que envergonhariam dize-las.(...) queria invocar neste momento a sombra do venerando Almirante Barroso e de todos os seus companheiros de batalha para virem ante vós receber

as palmas (...) orvalhadas das lágrimas da saudade que nos ficou e das desgraças sofridas por aqueles que sacrificaram sua vida por amor da terra em que nasceram⁴⁷.

Uma advertência ao governo e ao regime aparecia na fala do cirurgião. Invertendo a mensagem dos sinais de Barroso no 11 de junho – *o Brasil espera que todos cumpram o seu dever* –, Caetano da Costa concluía de modo quase ameaçador:

Nós, lutadores daquele grande feito, demos tudo quanto podíamos dar à nossa pátria; agora a ela compete cumprir o seu dever. É já tempo⁴⁸.

Verifica-se que, na década de 1880, a questão militar passou a ser expressa também nos rituais comemorativos da Batalha Naval do Riachuelo, que serviam de toque de reunir da tropa para a mobilização em direção às reformas que a classe militar julgava necessárias ao país, incluindo-se aí interesses dos oficiais de Marinha.

Esta defesa de interesses específicos apareceu mais uma vez nas comemorações de 1889, quando a editoria da *RMB* publicou em sua edição de junho a matéria intitulada “Pátria e Dever: 11 de junho de 1865, Riachuelo”. Tratava-se apenas de dois parágrafos em que a redação da revista saudava aos Oficiais e Praças da Armada e do Exército presentes no Riachuelo e fazia

*votos para que possa em futuro próximo, em homenagem aos heróis da marinha em Riachuelo, inscrever em suas colunas, com esta data, a seguinte lei: fica extensiva aos Oficiais da Armada a Lei de Novembro de 1827, que institui pensão do meio soldo às viúvas, filhos e mães dos Oficiais do Exército*⁴⁹.

RIACHUELO: CRISE DAS REPRESENTAÇÕES E A FORÇA DA TRADIÇÃO

Pouco tempo depois a monarquia seria derrubada, não sem o concurso dos oficiais de Marinha, e a reivindicação apresentada

em 1889 foi atendida através do decreto de 11 de junho de 1890, na primeira celebração da Batalha do Riachuelo no novo regime.

Na primeira década republicana, contudo, as comemorações da Batalha Naval do Riachuelo ficaram ofuscadas pela instabilidade do regime e pela profunda cisão causada na Marinha pelas duas Revoltas da Armada e pela Revolução Federalista. Uma crise sem precedentes se instaurou nas Forças Armadas do país, cujas consequências se arrastaram por décadas.

Foi somente no governo de Prudente de Moraes e após o fim da Revolução Federalista que Riachuelo voltou às páginas da *RMB*. Em 1896 a revista prestou, na edição de junho, homenagem ao Almirante Joaquim Francisco de Abreu falecido no ano anterior e ao Barão da Passagem, que acabara de falecer. No conjunto da homenagem a editoria reproduziu a passagem do Combate Naval do Riachuelo da obra “Quadros da História da Guerra do Paraguai” seguida de uma tabela na qual estavam nominados os oficiais do Exército e da Armada participantes da Batalha, distribuídos por navios⁵⁰.

Ainda que se fizessem tentativas de se “reviver” Riachuelo, por volta do final do século ela começou a ficar distante, em um tempo passado e cindido pela ruptura republicana, pelo desenvolvimento tecnológico e por novas formas de conceber as relações com os países do cone Sul. Estas transformações conduziram à possibilidade de questionamento de representações tão assentes e, aparentemente, tão consolidadas na consciência social.

A primeira grave crise foi causada pelo questionamento da dívida paraguaia em relação ao Brasil e da busca de perdão para a mesma bem como pela devolução dos troféus de guerra trazidos pelos militares.

De fato, em 01 de fevereiro de 1899 o General Egusquiza, que acabara de deixar a presidência do Paraguai, chegava ao Rio de Janeiro para tentar obter o perdão da dívida contraída por aquele país durante a guerra e estipulada pelo tratado de paz. Naquele mesmo dia, conforme informou *O Paiz*, um grupo de republicanos brasileiros iria se reunir,

(...) para tratar da recepção ao general (...) resolver sobre o modo de auxiliar o ilustre plenipotenciário paraguaio na sua missão especial de resgate da dívida de guerra, e agitar a ideia da restituição dos troféus e relíquias da campanha da tríplice aliança⁵¹.

A notícia provocou indignação em vários grupos sociais, e o articulista do *Cidade do Rio/Jornal da Tarde* questionou irado, não o perdão da dívida paraguaia, mas sim a entrega dos troféus e relíquias de guerra, com uma argumentação significativa. Indagava o jornalista:

Com que propósito se restituiria ao Paraguai as bandeiras que lhes foram tomadas em campanha? Naturalmente com o propósito de destruir a lembrança da luta que separou as duas nações. Mas em primeiro lugar, destruídos todos os vestígios materiais da luta, nem assim ela ficaria esquecida – porque a História para guardar a lembrança dos erros humanos não precisa de documentos materiais (...). As relíquias históricas de um povo são sagradas (...). Nós já cometemos a necessidade de mandar queimar na praça pública, solenemente, os arquivos da escravidão – talvez convencidos de que a posteridade não achando nos cartórios e nos armários do Tesouro as escrituras de compra e venda de pretos, declararia entusiasmada que nunca houve escravos no Brasil. Não é ridículo, isso? (...) Abracemos o Paraguai, perdoemos-lhe a dívida, mas fiquemos com as bandeiras que os nossos maiores ganharam com o seu sangue⁵².

O que de imediato chama a atenção neste artigo é a proposição da inutilidade da destruição dos vestígios materiais da História para apagar a memória de erros cometidos. A lógica argumentativa, a comparação com a escravidão, indica que, a despeito de defender a permanência das relíquias de guerra no Brasil, o articulista do jornal concordava com a ideia de que a Guerra do Pa-

raguai havia sido um erro. Assim, este tipo de questionamento e consideração começa a circular no país a partir deste período.

Tratava-se, ao cabo, de dois grupos que lutavam pelo perdão da dívida paraguaia e pela devolução dos troféus: o Centro Paraguaio, criado a 29 de janeiro de 1899 e a Comissão Benjamin Constant, criada no dia 16 do mês seguinte, presidida por Raul do Nascimento Guedes. Ambos os grupos foram hostilizados na imprensa e respondiam aos ataques com artigos procurando esclarecer as posições que defendiam. Raul do Nascimento escrevia a vários jornais explicando a perspectiva da Igreja Positivista de construir uma relação mais fraterna entre as Repúblicas da América do Sul. Esta postura implicava em perdoar a dívida do Paraguai e devolver os troféus de uma guerra que, na avaliação do grupo, havia sido criminosa.

A reação foi imediata. Naquele mesmo ano a *RMB* publicou sob o título “Os veteranos da Guerra do Paraguai” a notícia da criação, no mês de abril, de uma Associação cuja finalidade era perpetuar o culto dos heróis da campanha do Paraguai e socorrer aos sobreviventes menos afortunados⁵³. A editoria da revista fazia crítica a esta propaganda de eliminação da memória e de devolução dos troféus da guerra do Paraguai, e afirmava que noticiando por completo as atividades da Associação, buscava homenagear os *heroicos soldados e marinheiros que com Osório pisaram o Passo da Pátria, e com Barroso franquearam as águas do Rio Paraná a todos os veteranos da Guerra do Paraguai*⁵⁴. Dando início aos trabalhos, Arthur Jaceguay fez a mais veemente defesa da memória da Guerra e de seus veteranos, bem como também criticava duramente este revisionismo:

Senhores – Pareceu-me oportuno esse momento para nos aproximarmos, para nos contarmos, para verificarmos se, com efeito, já somos tão poucos que nosso testemunho possa ser afrontado impunemente pela propaganda dessa seita que irrompe em meio do egoísmo da nova geração, com o intuito de humilhar os vencedores da guerra do Paraguai, para glorificação dos vencidos. (...) Eu

não conheço exemplo de uma perversão da inteligência e do senso moral comparável a essa extravagância, apregoada entre nós (...) de que, em nome de uma sonhada confraternização americana devemos restituir à República do Paraguai os troféus da guerra em que com ela nos digladiamos (...) e a perdoar-lhe a dívida estipulada no tratado definitivo de paz. (...)»⁵⁵

Em seguida foi lida uma carta de Joaquim Nabuco, não apenas congratulando-se com Jaceguay pela iniciativa como também empenhando seu apoio ao que chamou de “ressurgimento da religião da pátria”.

Finalmente foram estabelecidas as bases da Associação e seu regimento. Tratava-se de uma associação na qual poderiam participar os oficiais de Marinha e do Exército, veteranos da guerra do Paraguai. Os praças de pré de ambas as forças, assim como os inválidos da pátria, seriam sócios honorários. Os praças seriam também legionários da Associação⁵⁶. As finalidades da sociedade seriam: a) A união e confraternização dos sócios no terreno da honra e do patriotismo com *objetivo de manterem vividas na alma nacional as tradições gloriosas das armas brasileiras na gigantesca e porfiada guerra do Paraguai*⁵⁷ comemorando as datas dos feitos mais notáveis, promovendo o culto da memória dos heróis, vulgarizando as narrativas dos episódios que demonstravam as virtudes guerreiras dos soldados e marinheiros; recolhendo relíquias e documentos históricos relativos à guerra que estivessem esparsos ou correndo o risco de se perderem e publicando um boletim; b) Cooperação mútua dos sócios por meio de contribuição mensal; c) Proteção aos inválidos da pátria; d) Socorro aos legionários que se acharem na indigência. A associação seria instalada a 24 de maio, 33º aniversário da batalha de Tuiuti e no dia 11 de junho seria comemorado o 34º ano da batalha naval do Riachuelo.

É importante observar que a Associação dos Veteranos se propõe a tarefa do guardião da memória. Buscava unir os militares que partilhavam do mesmo universo cultural romântico dos Oitocentos, que fundamentava o culto da pátria – o lugar do pertencimento

espiritual, bem como realizar a defesa das virtudes guerreiras e a guerra em si, como elemento fundamental à vida.

Este conflito de perspectivas demonstra que a Guerra do Paraguai estava lentamente deixando de ser vivenciada e revivida para se perder nas brumas dos arquivos e dos museus. Estes últimos ainda estariam, a depender dos positivistas, despojados das relíquias e dos troféus tão custosamente conquistados. Em outras palavras a Guerra do Paraguai saía da vida para entrar na história. Os combatentes deixavam os campos de batalha no Paraguai para estabelecer suas trincheiras nas instituições históricas.

Em agosto, o deputado Barbosa Lima apresentou o projeto de perdão da dívida e de devolução dos troféus ao Congresso, não tendo sido o mesmo aprovado. O perdão da dívida ocorreu somente em 1943 no governo de Vargas, e a devolução dos troféus é um processo ainda em curso no Brasil contemporâneo.

Assim, todo aquele velho mundo, o antigo regime, começava a ruir, não apenas devido à proclamação da República, mas devido à sucessão de gerações e da rápida modernização dos processos tecnológicos e das relações sociais. Ao comemorar o 11 de junho em 1905, a *RMB* publicou um artigo intitulado, “Onze de junho, Riachuelo, Suas lições”⁵⁸ de autoria de Armando Burlamaqui. Neste texto o autor observava:

Nos tempos de Riachuelo as qualidades do pessoal podiam em ação conjunta com as suas virtudes guerreiras obrar prodígios que compensassem a deficiência de recursos, mas nos tempos presentes nenhum povo, quaisquer que sejam as suas celebradas virtudes guerreiras, pode competir, principalmente no mar, com outro que possua os adiantados produtos da indústria científica em serviço da guerra⁵⁹.

Dito de forma crua, os heróis da guerra do Paraguai, assim como ela própria, pertenciam a um passado que, cada vez mais rapidamente, se tornava distante e longínquo, devido à velocidade das transforma-

ções da sociedade industrial, das culturas democratizantes, das novas formas urbanas. Era todo um novo mundo que começava a emergir dos escombros do antigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cento e cinquenta anos depois, o revisionismo tornou a guerra do Paraguai uma guerra maldita. Uma consciência nacional da culpa pela destruição do país vizinho.

Mas a guerra do Paraguai não foi maldita. Esta afirmação representa, no plano do pensamento, apenas a inversão da crença oitocentista de que a guerra era civilizatória, que era libertadora. O resultado, do ponto de vista humano, foi tão desalentador que trocamos os sinais e a chamamos de maldita. Esta avaliação é, contudo, evitada de anacronismo, pois ao cabo elide o fato de que a guerra do Paraguai foi resultante de um conflito em que interesses opostos de Estados vizinhos não puderam ser resolvidos através da política.

E mais, representou o alvorecer da guerra da sociedade de massas: a guerra total. Neste sentido, somente neste período é que se iniciou a formulação do direito humanitá-

rio de guerra e a elaboração de convenções que buscavam evitar o uso de armas cruéis.

Além disto, se a crítica, do ponto de vista militar, político e histórico tem, por um lado, erodido as representações tão bem assentadas no imaginário oitocentista, tem por outro promovido um conhecimento maior de nós mesmos. Este processo pode possibilitar o abandono de versões glorificadoras e vitimizantes na medida em que passemos a compreender a guerra de uma perspectiva histórica e a pensar em termos de responsabilidade política e de direito. Em outras palavras, não se trata da fraternidade idealista dos positivistas, mas sim das bases para a construção de um sólido pacto político, social e cultural com nossos vizinhos.

Mas a Marinha e o Brasil devem comemorar a Batalha Naval do Riachuelo hoje e sempre. Não porque se deve celebrar a morte. Mas porque a manutenção desta rica tradição serve como advertência extremamente atual, acerca da necessidade de uma efetiva política de defesa nacional. Em outras palavras, o barulho dos canhões da manhã de 11 de junho de 1865 continua a reverberar em nossos ouvidos a famosa frase de Publius Flavius: *Si vis pacem, para bellum!*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Jornais e Revistas

Semana Ilustrada, 1865.
Cidade do Rio/Jornal da Tarde, 1899.
O paiz, 1899.
Folha de São Paulo, 2013.
Revista Marítima Brasileira, 1881-1910.

Documentos oficiais e memorialistas

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1865.
BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha, 1888.
BRASIL, Marinha. *Relíquias Navais do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.
ANTUNES, Eusébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.
INHAÚMA, Visconde de. *Diário pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Guilherme de Andrea Frota, 2008.
OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. *A esquadra e a oposição parlamentar*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithografia Franceza, 1868. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1921.

ROCHA, Manuel Carneiro. *Diário da campanha naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

Livros e artigos

ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. *A batalha naval do Riachuelo: uma visão micro-histórica*. Rio de Janeiro: IGHMB, 2005.

ARIAS NETO J. M. Entre o nada e o anódino: Parâmetros, Diretrizes e a reforma da Educação Nacional. *História & Ensino (UEL)*, Londrina, v. 5, 1999, p. 103-126.

--- *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional, 1867-1910*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001

--- Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Navigator* (Rio de Janeiro), v. 9, 2013 p. 55-64.

--- Revista Marítima Brasileira – 1851-1855: Um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: Luiz Carlos Carneiro de Paula; Renato Jorge Paranhos Restier Junior; Marcello José Gomes Loureiro; Fabiola Maria da Silva Chagas. (Org.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, v. 1, p. 116-139.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Orgs.). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 253-300

BITTENCOURT, Luiz Edmundo Brígido. *A marinha imperial na guerra do Paraguai não foi só Riachuelo*. Rio de Janeiro: Antonio de Oliveira Pereira, 2011.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOITEUX, Lucas A. *Ministros da Marinha: notas biográficas*. 3º Série (1865-1889). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1959.

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

FOUCAULT, Michel. O qué é o iluminismo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Michel Foucault (1926- 1984) o Dossier – últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora. Curso inédito de Michel Foucault no Collège de France, 1983.

HOLANDA, S.B. O atual e o inatual em Leopold von Rank. In *Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979.

--- Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t. 2, v 5.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o esclarecimento In KANT, Immanuel. *A paz perpetua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1992, p.11-19.

MAIA, João do Prado. *A marinha de guerra no Brasil na colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

MARTINS, Hélio Leôncio. A estratégia naval brasileira da guerra do Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 3º Trimestre, 1997, p. 59-86.

NABUCO, Joaquim. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

---. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC, 2015.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. *Les Lieux de Mémoire: La République*. Paris: Gallimard/ Centre National des Lettres, 1984 p. XXXV. Tradução: Yara Aun Hourhy. *Projeto História*. São Paulo, n 10, dezembro, 1993.

RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. In MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história*. Porto Alegre, FGV/PUCRS, 2010, p. 133-154.

ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

SILVA, Grazielle Rezende da. O Combate Naval do Riachuelo da História para Pintura. *Revista Virtu*. Juiz de Fora, UFJF n 7, primeiro semestre 2008.

SILVA, Luiz Carlos da. *Representações em tempos de guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate Naval do Riachuelo de Victor Meirelles (1868 – 1872)*. Curitiba: UFPR, Dissertação de Mestrado, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia sobre a guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A campanha naval na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 1º Trimestre 2009, p. 48-54.

¹ Texto vinculado ao Projeto *Ciência, tecnologia e política: o lugar da Revista Marítima Brasileira no periodismo científico militar no Brasil dos séculos XIX e XX*, financiado pelo CNPq, com auxílio financeiro e bolsa produtividade e ao projeto interinstitucional. *A inserção brasileira em um sistema internacional em transformação: alcances e possibilidades na segurança internacional e na defesa*, financiado pela Capes em edital Pró-Defesa. A primeira frase do título foi retirada da conferência realizada pelo cirurgião da Armada, José Caetano da Costa, veterano da Guerra do Paraguai, na Biblioteca de Marinha, no ano de 1885, durante as comemorações do 20º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

² FLECK, Isabel. Paraguai exige do Brasil a volta do “Cristão” trazido como troféu de guerra. *Folha de São Paulo*, 18/04/2013. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1264506-paraguai-exige-do-brasil-a-volta-do-cristao-trazido-como-trofeu-de-guerra.shtml>. Acesso em 20/04/2015.

³ “Do ponto de vista de Deus, todas as gerações são igualmente justificadas, é mister que assim também as veja o historiador. *Apud* HOLANDA, S.B. O atual e o inatual em Leopold von Rank. In *Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979, p.56.

⁴ BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.

⁵ RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. In MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história*. Porto Alegre, FGV/PUCRS, 2010, p. 133-154.

⁶ Entre o nada e o anódino: Parâmetros, Diretrizes e a reforma da Educação Nacional. *História & Ensino (UEL)*, Londrina, v. 5, , 1999. p. 103-126.

⁷ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

⁸ KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o esclarecimento In KANT, Immanuel. *A paz perpetua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1992, p.11-19. FOUCAULT, Michel. O que é o iluminismo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Michel Foucault (1926-1984) o Dossier – últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora. Curso inédito de Michel Foucault no Collège de France, 1983.

⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 224.

¹⁰ ARIAS NETO, J. M. . Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Navegador* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 55-64, 2013; ARIAS NETO, J. M. . Revista Marítima Brasileira – 1851-1855: Um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: Luiz Carlos Carneiro de Paula; Renato Jorge Paranhos Restier Junior; Marcello José Gomes Loureiro; Fabiola Maria da Silva Chagas. (Org.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, v. 1, p. 116-139. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: PUC, 2015.

¹¹ Neste texto serão retomados aspectos militares da Batalha Naval do Riachuelo apenas na medida da necessidade para a presente discussão. Estes aspectos estão reunidos e bem consolidados, quer do ponto de vista tático ou estratégico, na vastíssima produção sobre a Guerra do Paraguai ao longo destes cento e cinquenta anos. Menciono os mais importantes autores atuais: MAIA, João do Prado. *A marinha de guerra no Brasil na colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, MARTINS, Hélio Leôncio. A estratégia naval brasileira da guerra do Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, p. 59-86, 3º Trimestre, 1997. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A campanha naval na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, p. 48-54, 1º Trimestre 2009, ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. *A batalha naval do Riachuelo: uma visão micro histórica*. Rio de Janeiro: IGHMB, 2005. BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Orgs.). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 253-300. Cabe apenas observar que a Batalha Naval do Riachuelo ocorreu a 15 km ao sul da cidade de Corrientes, no Rio Paraná. Nesta batalha bateram-se 9 navios brasileiros, somando 59 canhões e tripulados por 2.287 homens e 8 navios e seis chatas paraguaios, montando 44 canhões com 2.500 homens. A batalha se iniciou por volta de 10 horas da manhã e concluiu-se por volta de 16 horas. A marinha imperial venceu a batalha tendo sido afundados 4 navios paraguaios tendo o restante da frota fugido subindo o Rio Paraná. DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 439-40.

- ¹² SILVA, Francisco Manuel Barroso da. Parte da Batalha do Riachuelo. In *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, V. 4, Janeiro/Junho, 1883, p. 13.
- ¹³ NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. *Les Lieux de Mémoire: La République*. Paris: Gallimard/ Centre National des Lettres, 1984 p. XXXV. Tradução: Yara Aun Khourhy. *Projeto História*. São Paulo, n 10, dezembro, 1993, p. 22
- ¹⁴ JACEGUAY, Arthur. Barroso e a Batalha do Riachuelo. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano 18, n 7, Janeiro, 1899, p. 454.
- ¹⁵ Idem, p. 453.
- ¹⁶ SILVA, Francisco Manuel Barroso da. Parte da Batalha do Riachuelo. In *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, V. 4, Janeiro/Junho, 1883, p. 13 e segs.
- ¹⁷ OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. A esquadra e a oposição parlamentar. Rio de Janeiro: Typographia e Lithografia Francaza, 1868. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1921.
- ¹⁸ BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Orgs.). *Op. Cit.*, pp. 291-2.
- ¹⁹ Ver também BITTENCOURT, Luiz Edmundo Brígido. *A marinha imperial na guerra do Paraguai não foi só Riachuelo*. Rio de Janeiro: Antonio de Oliveira Pereira, 2011.
- ²⁰ BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 291.-2.
- ²¹ ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p. 203.
- ²² O Decreto 3.529 de 18 de novembro de 1865 cria a Medalha e a atribui para os oficiais e praças da Armada Nacional que participaram da Batalha. A mesma honraria foi estendida aos oficiais e praças do Exército Brasileiro que também tomaram parte naquele combate através do Decreto 3.548 de 29 de novembro daquele mesmo ano. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1865, parte II, <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18482> . Acesso em 20/04/2015. Sua fita é branca com duas listas verdes laterais da largura de 6 mm, ficando a orla igualmente branca, com 2 mm de largura. Os oficiais gerais receberam a medalha para uso no pescoço, com 37 mm, em ouro. Os oficiais superiores a receberam no mesmo metal. Os subalternos e praças de marinha a receberam em prata. O Corpo de Imperiais Marinheiros e Batalhão Naval receberam em bronze. Todas as medalhas, exceto as de Oficial General, medem 25 mm. A medalha traz no averso a inscrição: "Petrus II D. G. Const. Imp. Et Perp. Brás. Def. 1865". No campo a efígie do Imperador à esquerda, entre dois ramos, um de fumo e outro de café. No reverso: "Combate Naval do Riachuelo". No campo, entre um ramo de carvalho e um de palma, uma âncora e uma peça de artilharia (canhão) em cruz. Sobre elas e ao centro, um escudete com a inscrição "11 de junho de 1865". Sobre a medalha há uma coroa Imperial, articulada e encimada por uma argola para a fita. Informações reproduzidas de: <http://tudoporsopaulo1932.blogspot.com.br/2012/07/medalha-da-batalha-naval-do-riachuelo.html> . Acesso em 20/04/2015.
- ²³ ROCHA, Manuel Carneiro. *Diário da campanha naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999. INHAÚMA, Visconde de. *Diário pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Guilherme de Andrea Frota, 2008.
- ²⁴ Rocha, MANUEL Carneiro. *Op. Cit.*, p. 140.
- ²⁵ INHAÚMA, Visconde de. *Op. Cit.*, p. 95.
- ²⁶ Idem, p. 203.
- ²⁷ TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia sobre a guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001. SILVA, Grazielle Rezende da. O Combate Naval do Riachuelo da História para Pintura. *Revista Virtú*. Juiz de Fora, UFJF n 7, primeiro semestre 2008. SILVA, Luiz Carlos da. *Representações em tempos de guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate Naval do Riachuelo de Victor Meirelles (1868 – 1872)*. Curitiba: UFPR, Dissertação de Mestrado, 2009.
- ²⁸ TORAL, André. *Op. Cit.*, p. 121.
- ²⁹ Sobre os detalhes desta crise ver: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; HOLANDA, Sergio Buarque. Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t. 2, v 5.
- ³⁰ ANTUNES, Eusébio José. *Memórias das campanhas contra do Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.
- ³¹ OURO PRETO, Afonso Celso, *Op. Cit.*, p. 583.
- ³² VIDIGAL, Armando Amorin Ferreira. A campanha naval.. *Op.Cit.*, p.52.
- ³³ NABUCO, Joaquim. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p. 155.
- ³⁴ *Apud*. BOITEUX, Lucas A. *Ministros da Marinha: notas biográficas*. 3ª Série (1865-1889). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1959, p.69.
- ³⁵ Relatório do quartel general, anexo ao *Relatório do Ministro da Marinha*, 1888, p. 7.
- ³⁶ ARIAS NETO, J. M. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional, 1867-1910*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- ³⁷ ARIAS NETO, J. M. Imprensa Militar... *Op. Cit*. NASCIMENTO, Fernanda de S. *Op. Cit*.
- ³⁸ Nossa pesquisa levantou a existência de 24 periódicos militares existentes nos anos cinquenta, dos quais 07 são produzidos por oficiais da Marinha e pelo menos um no qual oficiais do Exército e da Marinha produziram conjuntamente no período da Guerra do Paraguai..
- ³⁹ Doravante utilizar-se-á apenas *RMB*.
- ⁴⁰ FONSECA, Ignacio Joaquim da. O Combate de Cuevas. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano Primeiro, V 2, Janeiro; Junho, 1882, p. 333- 361. O conferencista era chefe de Divisão Graduado e é também autor do livro *A batalha do Riachuelo* publicado em 1883, no Rio de Janeiro pela Typographia Lombaerts & Co.
- ⁴¹ Após a batalha do Riachuelo, os paraguaios tentaram duas vezes, sem sucesso, cortar as comunicações entre a esquadra da base de operações dos aliados. Para isto, estabeleceram fortificações nas barrancas do Rio, uma em

Mercedes, cuja passagem pela esquadra foi realizada no dia 18 de junho, e outra em Cuevas, cuja passagem se fez com grande esforço no dia 12 de agosto. Ambas localizavam-se entre Corrientes em Empedrado.

⁴² FONSECA, Ignacio Joaquim da. O Combate de Cuevas. *Op. Cit.*, p. 360-61.

⁴³ S/A. 11 de junho, Batalha do Riachuelo (20º aniversário) . *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano IV, V 4, Janeiro/Junho, 1885, p. 331-32.

⁴⁴ Idem, p. 332.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, p. 336-37

⁴⁷ Idem, p. 337-38

⁴⁸ Idem, p. 339.

⁴⁹ Editoria. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VIII, V 16, Janeiro/Junho, 1889, p. 299.

⁵⁰ *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano XV, T 8º, Janeiro/Junho, 1896, p. 509-538.

⁵¹ *O Paiz*, 01 de fevereiro de 1899. Hemeroteca Digital Brasileira. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=

⁵² Cidade do Rio/ Jornal da Tarde. 01 de fevereiro de 1899. Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>

⁵³ Editoria. Os veteranos da Guerra do Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Ano XVII, N 7, p. 332.

⁵⁴ Idem, p. 333.

⁵⁵ Idem, p. 333-34.

⁵⁶ Idem, p. 338.

⁵⁷ Idem, p. 339.

⁵⁸ BURLAMAQUI, Armando. Onze de junho, Riachuelo, Suas lições *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, V. 46, Janeiro/Junho, 1905, p. 1601-610.

⁵⁹ Idem, p. 1.606.

Situación económica y militar de Argentina entre 1852 y el inicio de la Guerra del Paraguay*

Situação econômica e militar da Argentina entre 1852 e o início da Guerra do Paraguai

Sergio Fernandes Sanchez

Magister en Economía por la Universidad Católica de Cuyo, Magister en Historia de la Guerra por la Escuela Superior de Guerra del Ejército Argentino y Especialista en Gerenciamiento por Resultado y Control de Gestión por la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires. Miembro adherente del Instituto de Historia Militar Argentina y doctorando en Historia en la Universidad Torcuato Di Tella.

RESUMEN

El texto en general aborda el análisis de la situación financiera, económica y militar entre 1852 y el inicio de la guerra del Paraguay. Del análisis resulta una situación desfavorable para la participación de Argentina en la guerra. Hipótesis que se valida a partir del análisis de los principales eventos financieros y militares que caracterizaron al período objeto de estudio. La argumentación comienza con una breve presentación del estado financiero de la Confederación y del Estado de Buenos Aires, continúa con la identificación de la deuda que generaron y trasladaron el gobierno nacional en 1862. Evalúa los alcances de la reforma constitucional de 1860, con su impacto en el pacto fiscal de 1853 y la situación económica respecto de las cuentas nacionales. Finalmente, expone la situación militar, desde Pavón hasta la organización del Ejército Nacional de Campaña que se empeñó en el teatro de operaciones del Paraguay.

PALABRAS CLAVE: Situación económica, situación militar, estado nacional

RESUMO

O texto em geral aborda a análise da situação financeira, econômica e militar entre 1852 e o início da guerra no Paraguai. Da análise sugerimos que era uma desvantagem para a Argentina a participação na guerra. Essa hipótese é validada através da análise dos principais acontecimentos financeiros e militares que caracterizaram o período em estudo. O argumento começa com uma breve apresentação do estado financeiro da Confederação e do Estado de Buenos Aires, continua com a identificação da dívida gerada pelo governo nacional em 1862. Avalia o alcance da reforma constitucional de 1860, com o seu impacto no pacto fiscal de 1853 e da situação econômica sobre as contas nacionais. Por fim, expõe a situação militar, de Pavón à organização do exército nacional que se empenhou no teatro de operações do Paraguai.

PALAVRAS-CHAVE: Situação econômica, situação militar, estado nacional

* Artigo recebido em 25 de março de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

INTRODUCCIÓN

Antes de entrar en tema, necesito aclarar que mis aportes son realizados como parte de una investigación en curso de mayor amplitud. El recorte temporal como las dimensiones de interés constituyen una excelente ocasión para profundizar sobre el período y formular renovadas preguntas sobre la conveniencia de la Argentina de participar en la guerra del Paraguay, cuando el esfuerzo principal estuvo orientado hacia la organización nacional.

El tema central del texto está focalizado al análisis de las finanzas públicas, la economía y el poder militar previo al inicio de la guerra del Paraguay. La pregunta central que se encuentra como telón de fondo del presente análisis es cómo se consiguió constituir un Estado nacional con monopolio del ejercicio de la coerción, con finanzas nacionales ordenadas y una moneda de valor constante en todo el territorio nacional partiendo de un orden político, económico y social sustentado de un conjunto de estados provinciales autónomos, con reglas de juego diferenciadas, con autoridades, leyes, finanzas y ejércitos propios; es decir, un sistema político que bien puede ser denominado como *caudillista*.

Configuración política que acusó una ruptura radical con los sistemas políticos previos a la batalla de Caseros. Si bien el nuevo proceso político no estuvo exento de complicaciones; con el triunfo en Pavón, Buenos Aires reinstaló su modelo político y económico de filiación liberal - mercado abierto, competitivo, con una justicia común sujeta a leyes escritas¹, entre otras particularidades.

La hipótesis que informa el presente texto es la de una Argentina, con sus instituciones, sus finanzas públicas y su instrumento militar en un estado de debilidad tal que no hacía conveniente su participación en la guerra del Paraguay. Es decir, el gobierno de Mitre transitaba la primera mitad del mandato, con un estado financiero caracterizado por la escasez de recursos, una deuda enorme que consumía la casi totalidad de la renta nacional, una economía en lento crecimiento, un Ejército que en enero de 1864 se redujo de 10.200 a 6.000 efectivos², y un

mercado monetario diversificado que hacía poco rentable el comercio entre Buenos Aires y el Interior.

Lo otro que aparece, simultáneamente con la guerra, fue una situación política, social y militar caracterizada por la presencia de descontentos, rebeliones y lo que pareció ser un intento de volver sobre formas de organizar el poder previas a Pavón, e incluso a Caseros, como por ejemplo, el descontento del interior a la política porteña, hecho puesto de manifiesto en la rebelión federal encabezada por el General Ángel Vicente Peñaloza *El Chacho*.

FINANZAS PÚBLICAS ENTRE 1852 – 1862

De la Confederación

Luego de la caída de Rosas y secesión del Estado de Buenos Aires, el gobierno federal se estableció en Paraná, sancionó la Constitución Nacional en mayo de 1853 y dio origen a un gobierno nacional que buscó sostenerse con los fondos de un Tesoro nacional formado, entre otros recursos, por los *derechos de importación y exportación de las aduanas*³.

Aun cuando el artículo 4º de la Constitución refiere a los recursos recaudados de los *derechos de importación y exportación de las aduanas*, la Aduana de Buenos Aires si bien no era la única, constituyó la puerta de ingreso y egreso de todos los bienes y servicios adquiridos y producidos por las provincias Unidas del Río de la Plata; y por lo tanto, la única en condiciones de generar los ingresos necesarios para cumplir con los alcances del mencionado artículo. Por ejemplo, en 1851 la Aduana del puerto de Buenos Aires proporcionó una renta de 84 millones de pesos corrientes⁴ (p.ctes) o 4 millones de pesos fuertes⁵ (\$F). Frente a estos guarismos, las demás Aduanas del interior no podían competir, lo que induce a pensar que el gobierno federal de la Confederación nació como una opción de organización nacional, económica y financieramente inviable.

Evidente debilidad que explica, porque Urquiza impulsó distintas políticas para neutralizarla, aun cuando eso no evitó el receso de Ejecutivo Nacional en diciembre

de 1861. Se destacan entre esas políticas, la creación del Banco Nacional, la sanción de leyes que impulsaron gravámenes (v.g. la Ley de Derechos Diferenciales), la toma de deuda de fuentes de financiamiento nacionales y extranjeras.

El Banco Nacional comenzó a funcionar el 3 de febrero de 1853 como entidad de naturaleza heterogénea, con funciones de emisión y descuento, de Contaduría y Tesorería de la Nación⁶. Compitió con la Casa de Moneda de Buenos Aires por medio de una política de descuentos más liberal pero fracasó, cerrando sus puertas el 26 de septiembre de 1854.

La ley de derechos diferenciales – gravó con un impuesto menor a los productos que ingresaran por los puertos de la Confederación, y con otro mayor a los que lo hicieran por la Aduana de Buenos Aires -, iniciativa para revertir el resultado económico deficitario de su balanza comercial – por la Aduana del puerto de Rosario se exportaron bienes por unos 14 millones de pesos e importaron otros por 22 millones de pesos.

Con relación a la toma de deuda, Urquiza delegó la tarea en José Buschenthal, financiero montivideoano que conociendo las carestías de la Confederación, fue el primero en prestar 225.000 pesos fuertes al interés usurero del 16% anual, contra entrega de títulos admitidos por las aduanas de la Confederación por su valor nominal, independientemente de su valor real. Buschenthal gestionó en Europa un empréstito por 5 millones de pesos fuertes, ofreciendo en garantía la recaudación de las aduanas y el pago de un interés anual del 6%, buscó inversores para la construcción de un ferrocarril de Rosario a Córdoba, y promovió la fundación de un banco de crédito e emisión. Las gestiones de Buschenthal fracasaron junto a las que luego se les encargó a los franceses Arístides Trouvé-Chauvel y Antoine Dubois.

La demanda de recursos para el sostenimiento del conflicto con Buenos Aires y los insuficientes fondos públicos; obligaron al gobierno de Paraná a optar por financiamiento externo que ofreció el Brasil, conduciendo el proceso político a un nuevo pacto con la política exterior brasileña o *política del patacón*⁷.

El empréstito con el Brasil se acordó el 27 noviembre de 1857, ascendió a la suma

de 300.000 pesos fuertes (\$F), y significó el comienzo de una nueva dependencia con el Brasil, aun a pesar de la evidente rivalidad que existió desde la misma creación del Virreinato del Río de la Plata; quien una vez más buscó incidir en los destinos de los países del Plata.

Días antes de la firma del acuerdo con el Brasil, el 26 de noviembre de 1857, se presentó en Paraná Ireneu Evangelista de Sousa (Barón de Mauá)⁸, propuesto por José de Buschenthal como la persona idónea para operar un banco de emisión y crédito. Entidad privada que abrió sus puertas en la ciudad de Rosario el 2 de enero de 1858, bajo la denominación de *Mauá & Cia*

El Barón de Mauá impulsó una política monetaria sustentada, en la lucha contra la moneda boliviana circulante, y el establecimiento de una convertibilidad, un patrón al que se ajusten todas las monedas que circulan en la Argentina, con el fin de actuar sobre el papel moneda corriente, sostén principal del Estado sesionado de Buenos Aires. Fin que no es tal si se tiene en cuenta que el propio Mitre convino en considerar al papel moneda como *un cáncer*, lo mismo que su Ministro de Hacienda, Norberto De la Riestra, al asegurar que Buenos Aires no prosperó por su moneda sino a pesar ella⁹.

Independientemente de lo retórico del caso, la estrechez financiera de la Confederación resultó más que evidente; es decir, mientras los ingresos de la Confederación en 1855 alcanzaron 1,8 M\$F (millones de pesos fuertes), los de Buenos Aires en 1850 se ubicaron en 3,1 M\$F; en tanto que los gastos de la Confederación en 1861 fueron de 3,5 M\$F, los del gobierno nacional en 1863, incluido Buenos Aires, alcanzaron los 6,8 M\$F¹⁰

Del Estado de Buenos Aires

Derrotado el régimen rosista luego de Caseros, Urquiza promovió la organización nacional sobre la base de una constitución federal, que entre otros aspectos preveía la nacionalización de los ingresos *de las aduanas* y la federalización de la ciudad de Buenos Aires. Como era de prever, los porteños se negaron a reconocer toda otra autoridad nacional que no fuera la del Estado de Buenos Aires, y en particular, a entregar su princi-

pal fuente de recursos: la Aduana. Situación que derivó en un enfrentamiento de casi diez años, que finalizó con el éxito de los porteños en Pavón, y generó un enorme gasto que fueron solventados con emisión monetaria

La emisión monetaria constituyó una de las características del período 1853 – 1861, los otros fueron la baja en la tasa de descuentos y el estímulo al ahorro. La fuente de financiamiento de Buenos Aires fue la emisión, tan grande y descontrolada que conforme aumentó la emisión y las especulaciones en la Bolsa de Comercio, se acentuó su devaluación debido a su inconvertibilidad – falta un patrón o moneda de referencia para precisar su valor.

Desde los tiempos de la revolución, Buenos Aires afrontó sus gastos con emisión. No obstante estos antecedentes, Velez Sarfield trazó su política bancaria a partir de la transformación de la Casa de Moneda en banco de depósito y descuentos, negándole la de instituto emisor, como medio de control.

En diciembre de 1853 creó en la Casa de Moneda los depósitos de ahorro, que obraron como fuente de financiamiento, limitando nuevas emisiones, al tiempo que también bajó la tasa de descuentos del 1 al 0,75 % mensual, entre febrero de 1852 y marzo de 1854.

En la idea de diversificar las funciones bancarias, transformó a la Casa de Moneda en *Banco y Casa de Moneda de la Provincia* - entidad que el 9 de noviembre de 1863 pasó a denominarse Banco de la Provincia de Buenos Aires. Si bien entre 1854-64 se obtuvo una sorprendente expansión monetaria, entre 1859 y 1861 se emitieron un total de 185.000.000¹¹ p.ctes. por lo tanto la emisión siguió siendo la alternativa de financiamiento para la coyuntura, pero no por ello dejó de tratarse de papel moneda inconvertible.

Susana Sambucetti confirma el valor ficticio del papel moneda al señalar que, entre 1859 y 1861, Buenos Aires emitió 135 millones de p.ctes., Mientras el valor del peso corriente en 1860 respecto de la onza de oro, fue de 344 p.ctes. y alcanzó en 1862 los 409 p.ctes; el peso fuerte pasó de \$20,09 a 23,98 p.ctes.¹²; es decir, experimentó una depreciación del 19 %

En resumen, las finanzas públicas de una y otra parte dependieron del poder de captación de recursos y en este aspecto,

Buenos Aires sostuvo su poder en la posesión de la Aduana, una de las causas de su confrontación con el interior, que comenzó a superarse a partir de 1862, cuando Mitre nacionalizó la Aduana de Buenos Aires.

REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1860

Luego de más de cuarenta años de enfrentamiento entre Buenos Aires y las provincias, su causa puede identificarse con la posesión del *puerto*; en particular, con la renta de su Aduana. Conflicto que pareció tener un principio de solución luego de la batalla de Cepeda (23 de octubre de 1859)

Se aprecia que la desinteligencias comenzaron cuando Buenos Aires se negó rubricar el Acuerdo de San Nicolás – 31 de mayo de 1852 -, que definió las bases de la organización nacional; en particular, el aporte de un porcentaje de lo recaudado por su Aduana para sostén del futuro gobierno nacional.

Aun cuando la Confederación resultó victoriosa en Cepeda y el Congreso Nacional ordenó someter a Buenos Aires por la fuerza, Urquiza optó por la negociación, que finalizaron con la firma del Pacto de San José de Flores el 11 de noviembre de 1859. El Pacto permitió el ingreso de Buenos Aires a la Confederación y la revisión de la Constitución Nacional de 1853. La convención porteña que revisó la Constitución propuso reformas, en su mayoría de forma. No obstante, su reclamo se focalizó en exigir a la Nación la garantía del presupuesto de Buenos Aires del año 1858 al verse obligada a ceder su Aduana, y eximir al Banco y Casa de Moneda de la Provincia de Buenos Aires de todo impuesto nacional.

Las reformas propuestas fueron aprobadas pero esto no significó la finalización de la confrontación. Una serie de acontecimientos ocasionaron la ruptura de relaciones entre Buenos Aires y la Confederación, que decidieron dirimir sus diferencias por medio de las armas. Del enfrentamiento en Pavón, Mitre resulta vencedor. Luego de ser nombrado Encargado del Poder Ejecutivo nacional, proyectó su autoridad e impuso su poder coercitivo al resto de las provincias, reunió en mayo un Congreso Nacional y fue electo presidente de la nación, cargo que asumió el 12 de octubre de 1862.

Luego de este breve relato de los acontecimientos, la letra de los siguientes artículos de la Constitución Nacional sugiere el porqué de la negación de Buenos Aires a ceder los recursos de su Aduana a la Nación.

Según la Constitución Nacional de 1853:

*Art 4º - El Gobierno federal provee los gastos de la Nación con los fondos del Tesoro nacional formado del producto de derechos de importación y exportación de las aduanas, del de la venta o locación de tierras de propiedad nacional, de la renta de Correos, de las demás contribuciones que equitativa y proporcionalmente a la población imponga el Congreso General y de los empréstitos y operaciones de crédito que decreta el mismo Congreso para urgencias de la Nación, o para empresas de utilidad nacional*¹³.

*Art 67º - Corresponde al Congreso: 1º Legislar sobre las aduanas exteriores, y establecer los derechos de importación y exportación que han de satisfacerse en ella*¹⁴

Buenos Aires se opuso a la expresión de *las aduanas*, por cuanto entendió que significaría un mayor aporte respecto de las restantes aduanas y un perjuicio para sus finanzas públicas. Por lo tanto, el artículo 4º y el 67º quedaron como se expresa a continuación:

*Art 4º - El Gobierno federal provee los gastos de la Nación con los fondos del Tesoro nacional formado del producto de derechos de importación y exportación hasta 1866, con arreglo a lo estatuido en el inciso 1º del artículo 67, del de la venta o locación de tierras de propiedad nacional, de la renta de Correos, de las demás contribuciones que equitativa y proporcionalmente a la población imponga el Congreso General y de los empréstitos y operaciones de crédito que decreta el mismo Congreso para urgencias de la Nación, o para empresas de utilidad nacional*¹⁵

Art 67º - Corresponde al Congreso: 1º Legislar sobre las aduanas exteriores, y establecer los derechos de importación, los cuales así

*como las evaluaciones sobre que recaigan, serán uniformes en toda la Nación; bien entendido que ésta, así como las demás contribuciones nacionales, podrán ser satisfechas en la moneda que fuese corriente en las provincias respectivas por su justo equivalente. Establecer igualmente los derechos de exportación hasta 1866, en cuya fecha cesarán como impuesto nacional, no pudiendo serlo provincial*¹⁶

Obsérvese que del artículo 4 se suprimió la expresión *de las aduanas*, y en su lugar se agregó, *hasta 1866, con arreglo a lo estatuido en el inciso 1º del artículo 67*, y se adicionó al final del mencionado inciso, *Establecer igualmente los derechos de exportación hasta 1866, en cuya fecha cesarán como impuesto nacional, no pudiendo serlo provincial*.

FINANZAS PÚBLICAS A PARTIR DE 1862

Aun con la decisión de Mitre de nacionalizar la Aduana de Buenos Aires, los recursos aportados por los derechos aduaneros nunca fueron suficientes para cubrir las erogaciones del nuevo Estado, con una renta que no crecía al ritmo que lo hacían los gastos, sobre todo porque una parte significativa de esa renta estuvo comprometida al pago de la deuda, y un déficit sistemático en los distintos gobiernos.

Es decir, los gastos extraordinarios resultado de los conflictos internos, fueron durante el gobierno de Mitre de más de 3 M\$F (millones de pesos fuertes)¹⁷, cuando el promedio de ingresos anuales osciló en los 8 M\$F. Esos mismo gastos durante el mandato de Sarmiento se ubicaron los 6M\$F contra ingresos de unos 11/12M\$F. Montos a los que se suman los 25,5M\$F que se gastaron en la guerra del Paraguay. Resulta llamativo que un gobierno, en un estado de profundas carestías, afectó esa cantidad solo para sofocar conflictos; no obstante, de no hacerlo, tal vez hubiera peligrado su supervivencia.

La situación resulta más seria si se comparan los gastos con los ingresos tributarios, los que representaron un 51% y un 42% respectivamente¹⁸, lo que significa un déficit del 9%. De los gastos, el 42% representó el

gasto de guerra durante la presidencia de Mitre y del 30% durante la de Sarmiento. Por lo tanto, algo más de 50% se destinó a las restantes obligaciones del gobierno, una de ellas no menor, el pago de la deuda heredada. No resulta extraño que el gobierno recurriera al crédito externo y creara el crédito público nacional¹⁹ como fuente de financiamiento. Opción que constituyó una solución alternativa, pero con el tiempo se transformó en un imperativo para cumplir con todas las obligaciones, debido a que nunca los recursos fueron suficientes para cubrir todos los gastos.

Para superar el déficit recurrentes, el Congreso evaluó la posibilidad de autorizar al gobierno nacional a emitir dinero papel; iniciativa que no prosperó, tanto por el antecedente de obrante en la provincia de Buenos Aires, como las trabas que opuso el propio Banco de la Provincia de Buenos Aires, que no quiso renunciar al monopolio de la emisión.

Al no poder emitir dinero, decidió emitir deuda, que negoció con los bancos y proveedores del Estado. Los bancos tomaron la deuda, a cambio de entregar dinero en efectivo de los depósitos de sus clientes; y los proveedores, recibieron documentos de deuda, la que consolidaron con Títulos Públicos.

En resumen, las finanzas públicas significaron un déficit recurrente, trasladable de un gobierno a otro. Es decir, mientras que el déficit del gobierno de Mitre se ubicó en los 9 M\$F, durante el de Sarmiento alcanzó los 40M\$F. Si se tiene en cuenta que la deuda y los gastos de la guerra interna y externa representaron casi un 70% de los ingresos, significa que ese porcentaje estuvo comprometido antes de iniciar el año fiscal; situación que obligó a tomar nueva deuda para financiar el pasivo. Las finanzas experimentaron una mejoría durante la administración de Avellaneda, con ajuste del gasto público y la afectación de casi el 50% de los ingresos al pago de la deuda²⁰.

Deuda heredada

La deuda que la Confederación transfirió al gobierno de Mitre fue de aproximadamente unos 15 millones de \$F, y la del Estado de Buenos Aires, de unos 10 millones de \$F; es decir, un total de 25 millones de \$F

El nuevo pacto fiscal

El pacto fiscal en la Argentina de 1862 se sustentó en los alcances del artículo 4to de la Constitución Nacional, "*El Gobierno federal provee los gastos de la Nación con los fondos del Tesoro nacional formado del producto de derechos de importación y exportación de las aduanas, del de la venta o locación de tierras de propiedad nacional, de la renta de Correos, de las demás contribuciones que equitativa y proporcionalmente a la población imponga el Congreso General y de los empréstitos y operaciones de crédito que decrete el mismo Congreso para urgencias de la Nación, o para empresas de utilidad nacional*"²¹.

La Reforma de 1860 suprimió la expresión *de las aduana* y agregó en su reemplazo *hasta 1866, con arreglo a lo estatuido en el inciso 1º del artículo 67*, leyenda que fue anulada por la Reforma Constitucional de 1866. Obsérvese que estos artículos y otros de índole fiscal no hacen referencia expresa a *recursos*; no obstante, se entiende que si hace mención a *gastos*, implícitamente también se refiere a *recursos*, pero bajo la expresión: *fondos del Tesoro nacional formado del producto...*

La decisión de otorgar a la Nación la percepción de los derechos aduaneros atenuó los desencuentros entre Buenos Aires y el Interior, también obró como fundamento para la nacionalización de la Aduana de Buenos Aires. Hecho que para Isidoro Ruiz Moreno significó la conformación federal o unitaria de la vida política argentina, por sobre el enunciado del artículo 1º de la Constitución Nacional²²; es decir, *la Nación Argentina adopta para su gobierno la forma representativa republicana federal...*

Desde siempre la Aduana de Buenos Aires²³ constituyó la principal fuente de recursos de Buenos Aires; sin embargo, desde el 10 de octubre de 1862 pasó a proveer a los *gastos de la Nación*, bajo la concepción de un Estado nacional sustentado en el control total de los recursos y expresión de un régimen fiscal centralizado.

Tal vez la concepción de un Estado nacional y régimen fiscal centralizado no fue algo premeditado sino el resultado de las circunstancias que se sucedieron desde 1810. En su momento la revolución se sostuvo con

los recursos que provenían de las minas de plata del Potosí y otros gravámenes; pero cuando el Alto Perú se perdió, la Aduana de Buenos Aires se constituyó en la única fuente de financiamiento; que nunca recaudó lo suficiente para proveer a los gastos de todo el territorio que pretendió controlar.

Ese estado de necesidad, llevó a las distintas administraciones gubernamentales a generar recursos por medio de la confiscación, la emisión y la toma de empréstitos. Por ejemplo, el rivadaviano de 1824 que generó una deuda de 2.618.000 libras, del millón de libras esterlinas originariamente acordado en 1824.

A la falta de recursos se sumó el decaimiento del flujo comercial del interior, consecuencia del reemplazo del régimen colonial por otro con centro de gravedad en los recursos generados por la Aduana de Buenos Aires, lo que motivó un reclamo ininterumpido hasta 1862. La decisión de Mitre de coparticipar los recursos de la Aduana de Buenos Aires, significó la definición de nuevas responsabilidades, tanto para la nación como para las provincias, respecto de los impuestos directos e indirectos²⁴.

El Estado nacional, como entidad que ejerce el monopolio de la violencia, el fiscal y monetario sobre el territorio que controla, demandó de toda una estructura estatal que Mitre construyó a partir del momento que fue nombrado Encargado del Poder Ejecutivo Nacional. La base de esa arquitectura estuvo en una estructura de organismos nacionales con sede en las provincias y la proyección del poder por medio de un Ejército organizado y conducido desde Buenos Aires.

La proyección del poder sobre el interior confrontó con el *caudillo*, persona perteneciente a la elite local, dotada de recursos y del carisma necesario para lograr la adhesión de la población radicada dentro de su ámbito de influencia. Para superar el *caudillismo*, Mitre dotó al Estado de instrumentos de control de recursos tanto de alcance nacional como local, la redistribución del ingreso de la Aduana de Buenos Aires y la disposición de un instrumento armado con alcance nacional para imponer el orden y sofocar cualquier intento de revuelta.

Desde lo fiscal se eligió continuar con una matriz política centralizada desde Buenos Aires, en un vasto territorio con realidades económicas diferentes. Con Buenos Aires bendecido con un puerto de ultramar, en contraste con el estado de orfandad en la que se encontraban las distintas regiones del interior. Situación que las condujo a luchar contra el modelo político y económico impuesto desde Buenos Aires.

Finalmente, el gran aporte del pacto fiscal constitucional fue la puesta en escena de la institución representativa del Congreso – artículos 4, 44 y 67 de la ley Suprema –, como representante de los gobernados. Herramienta que a través del voto de los gravámenes tributarios permitió el sostén del Estado.

SITUACIÓN ECONÓMICA

El desorden financiero solo fue posible superarlo con economía sustentable; aspecto que se alcanzó a partir del momento que el gobierno nacional logró imponer su hegemonía; proceso iniciado con Mitre y consumado por Roca hacia 1880.

Bartolomé Mitre inició el proceso luego del triunfo porteño en Pavón, superó la rebelión del Chacho primero y luego la de los Colorados, en pleno desarrollo de la guerra del Paraguay. Sarmiento continuó el proceso con el control del poderoso Ejército de Entre Ríos y la anulación del poder de los Taboada desde Santiago del Estero. Avellaneda desbarató la revolución de 1874, desplazando al partido Liberal e instalando al Partido Autonomista Nacional (PAN).

A la imposición del orden siguió el desarrollo económico, impulsado por los ingresos provenientes de los derechos de importación y exportación²⁵. No escapa a nadie que durante la década de 1860 la producción ovina constituyó el motor principal de economía argentina²⁶. Aportó más de dos tercios del total de las ventas realizadas al exterior, 3 de 4 ovinos existentes en el país pastaban en tierras de la provincia de Buenos Aires.

Las exportaciones de lana pasaron de representar un 10% en la década de 1840, a un 20 % en la de 1860, y alcanzó un 50% a principios de 1880, con un crecimiento estimado de las ventas al exterior del orden del 8 % anual.

SITUACIÓN MILITAR

Pavón dio a Buenos Aires la posibilidad de imponer su hegemonía sobre el interior, y para su logro, Mitre desarrolló una campaña de cooptación coercitiva sobre la base de un ejército conformado por unidades de línea y Guardias Nacionales. Entre septiembre de 1861 y junio de 1865, el instrumento militar sufrió distintas reorganizaciones, la primera el 03 de octubre de 1862, con la creación del Ministerio de Guerra y Marina sobre la base del Departamento de Guerra y Marina de la provincia de Buenos Aires. Posteriormente reordenó el personal, tanto del que sirvió en los Ejércitos de la Confederación, hasta que en enero de 1864, creó el Ejército Nacional; organización que se compuso de 6.000 efectivos y alcanzó los 25.000 hombres, con la agresión paraguaya a la ciudad de Corrientes el 13 de abril de 1865.

DESDE PAVÓN A LA ORGANIZACIÓN DEL EJÉRCITO NACIONAL

La campaña cooptativa coercitiva de Buenos Aires sobre el interior, se sostuvo sobre el 1er Cuerpo del Ejército porteño, constituido de unos 3.000 hombres y al mando del General Wenseslao Paunero, y los baluarte liberales de los Taboada²⁷ en Santiago del Estero, del Coronel Olascoaga en Córdoba y del General Ignacio Rivas en Cuyo.

La única resistencia contundente del interior fue presentada por el General Ángel Vicente Peñaloza (*El Chacho*) desde los Llanos riojanos. Si bien interrumpida por medio del acuerdo de La Banderita en mayo de 1862, las circunstancias incidieron en el surgimiento de otra etapa de inestabilidad, producto del descontento de los gobernadores, no tanto por el acuerdo en sí, sino por la resistencia al centralismo porteño que afectaba su autonomía, en particular, su restricción a la movilización de milicias y conducción de las operaciones militares.

En medio de la tensión el gobierno nacional y por medio del decreto del 10 de diciembre de 1862 dispuso el reordenamiento de Generales, Jefes y Oficiales en cuatro Planas Mayores - activa, disponible, inactiva y pasiva²⁸. Institución que estuvo integrada por todo el personal que perteneció al Ejército de

la Confederación o revistado en alguno de los Ejércitos levantados por las provincias que formaron parte de ella, y no revistaron en los Cuerpos del Ejército o Divisiones de Frontera. La letra del decreto hizo visible el grado de conducción centralizada que ejerció el gobierno nacional sobre el instrumento militar, lo cauto respecto del gasto, en particular, el correspondiente a los Jefes y Oficiales que formaron parte de la plana mayor pasiva²⁹.

La esperada pacificación nacional escaló hasta degenerar en una nueva movilización federal de magnitud, que se dirigió a las provincias de Catamarca, Córdoba y San Luis y Mendoza. Frente a la nueva crisis Mitre ordenó el desarrollo de una campaña de policía y no una guerra civil por cuanto el gobierno nacional no estaba en condiciones de comprometerse en una campaña militar³⁰. Sin embargo, la campaña degeneró en una nueva guerra civil, culminando con la muerte del Chacho Peñaloza el 12 de octubre de 1863. Como era esperable, al costo en vidas humanas se sumaron los costos financieros, para los que el Congreso Nacional autorizó un crédito suplementario³¹ por 1 millón p.pta., para el pago de sueldos, mantención y equipo de la Guardia Nacional movilizada.

Superada la crisis, Mitre dispuso el 26 de enero de 1864 la organización del Ejército Permanente. De la letra de los considerandos del decreto emanan las causas de su decisión, dos de índole político y una de naturaleza económica:

Que el número y la composición del Ejército de Línea debe arreglarse á las exigencias del servicio que en la actualidad tiene que desempeñar; Es decir, esas exigencias del servicio en la actualidad, pueden ser interpretado a las propias de un período de relativa paz.

Que han cesado las circunstancias extraordinarias que hicieron indispensable su aumento; Es decir, fue derrotado el último alzamiento federal del interior.

Que es indispensable hacer en los gastos que pesan sobre el Erario Nacional las mayores economías posibles, sin perjuicio del servicio público³² Es decir, minimizar el gasto militar sin comprometer la capacidad de defensa común.

La organización produjo una reducción del Ejército de Línea, de 10.200 a 6.000 hombres, aparte del mantenimiento de los piquetes fijos de Bahía Blanca, Patagones, otros puntos de la República y los indios amigos regimentados, los que no podían exceder los 600 hombres.

En particular, de su articulado resultan las siguientes consideraciones:

El Ejército quedó organizado sobre la base de cinco batallones de infantería y la Legión Militar, por sobre un efectivo anterior de 11 batallones de infantería. Los batallones sobrantes fueron *reorganizados o refundidos* en los batallones existentes, lo que significó una redistribución del personal en la orgánica de los batallones que permanecieron.

Su artículo 4° especificó quienes cobrarían el sueldo íntegro. Es decir, lo acotó a los que formen parte de los Cuerpos del Ejército y Oficinas Militares, y los Generales, Jefes y Oficiales que revistan en la Plana Mayor Activa, se encuentren desempeñando una Comisión de Servicio ordenada por el gobierno nacional, siempre que esta sea continuada y pase de un mes.

Su artículo 5° estableció el porcentaje del sueldo del que gozarán los restantes Jefes y Oficiales que revistan en las Planas Mayores Disponibles, Inactivas y Pasiva³³, pagando la mitad y un cuarto de sueldo a los que forman en las planas mayores disponibles e inactiva, en tanto que la pasiva no disfrutaba de sueldo alguno.

Su artículo 6° determinó que aquel Jefe y Oficial que desempeñe una comisión o empleo no militar no cobrará sueldo militar, así como los que estén comprendidos dentro del artículo 6to del decreto del 10 de diciembre de 1862, pasarán a formar parte de la Plana Mayor Pasiva.

Su artículo 7° licenció a toda la Guardia Nacional del servicio de fronteras, reservando para esta tarea, solo al Ejército de Línea.

De los nueve artículos, siete estuvieron orientados a concretar uno de los motivos de su dictado: ... *hacer en los gastos que pesan sobre el Erario Nacional las mayores economías posibles, sin perjuicio del servicio público.*

A pesar de la muerte del Chacho, la resistencia del interior no disminuyó; sin embargo, durante el año 1864 las exigencias del servicio pasaron por mantener la frontera con el indio y el poder coercitivo sobre las provincias, como medio de formación del sistema de dominio social.

ORGANIZACIÓN DEL EJÉRCITO NACIONAL DE CAMPAÑA

Producido el ataque a la ciudad de Corrientes el 13 de abril de 1865, el gobierno nacional adoptó innumerables medidas de todo tipo, independientemente de su realidad financiera, lo que evidenció experiencia en la movilización de recursos para la guerra y funcionalidad de un estado nacional en formación.

La urgencia hizo que se dictaran más de treinta disposiciones militares, solo en el mes de abril, para responder a la invasión paraguaya. Enunciadas al solo efecto de poner en evidencia la capacidad en la toma de decisiones frente a la crisis, cuando el gobierno se encontró a mitad de su mandato, no dispuso del consenso unánime del interior y los recursos financieros resultaron insuficientes.

La historiografía habla de un tiempo que medió entre la oportunidad de declaración de guerra del Paraguay y el momento que el pueblo de Buenos Aires tomó conocimiento de la noticia, y aun cuando este aspecto no constituye un objeto de análisis; lo cierto es que ese tiempo existió y el gobierno nacional lo utilizó para adoptar las decisiones necesaria para enfrentar la sorpresiva agresión. Sorpresa que no debió ser tal si se tiene en cuenta que la guerra nunca estalla de manera totalmente inesperada ni puede propagarse de repente, si cada uno de los bandos valora al otro sobre la base de lo que hace y no sobre lo que pudiera hacer, tal cual lo señala Carl von Clausewitz³⁴ en su obra *De la Guerra*.

Aquel momento de fervor patriótico sirvió a Mitre para hacer gala de su retórica; aun cuando la frase³⁵ que pronunció en aquella ocasión, utilizada por sus afectos y desafec-

tos, no sumó nada nuevo al análisis más que a su elocuencia. Sin embargo y en medio de esas circunstancias, decretó la movilización de la Guardia Nacional en toda la República³⁶.

El Ministerio de Guerra y Marina previó todo lo necesario para concretar la movilización, entre otras, la parte con que cada Provincia contribuyó a la seguridad y defensa de la Nación. Aun cuando la Argentina dispuso de unos 160.000 hombres en capacidad de ser movilizados; solo se movilizaron unos 29.000 hombres; es decir, un 12,5%.

Para hacer viable, rápida y eficaz la movilización, el gobierno nacional dispuso el 19 de abril de 1865 la creación de cinco inspecciones de armas³⁷, la de Salta y Jujuy a cargo del General D. Rudecindo Alvarado; la de Tucumán y Catamarca al mando del General D. Anselmo Rojo; en La Rioja y Santiago del Estero, el General D. Antonio Taboada; y en las de San Juan y Mendoza, Córdoba y San Luis, el General D. Emilio Mitre (hermano del presidente).

De la lectura de sus atribuciones y deberes se evidencia la supremacía de lo nacional por sobre lo provincial, sobre todo un cambio sustancial en las atribuciones del Gobernador, si se tiene en cuenta que desde la Colonia la movilización militar estuvo a cargo del Gobernador Intendente.

En particular para la remonta de los Cuerpo del Ejército de Línea, el poder ejecutivo dispuso que cada provincia debiera contribuir con una cantidad de efectivos determinada, sea por alistamientos voluntarios y/o enganchados, lo que arrojó un total general de 1.750 hombres³⁸:

El reclutamiento estuvo orientado a personas entre los 18 y los 40 años de edad, y por un plazo de uno o dos años. Por el servicio los voluntario o enganchado recibirían 25 \$F al momento de filiarse, otros 25 al jurar la bandera, y 100 más cumplir su servicio de dos años; en tanto que los que se alistasen por un año, recibirían los mismos valores por filiación y jura de la bandera y 50 \$F al cumplir el año de servicio. De acuerdo a los valores expresados, los efectivos impuestos y el tiempo de movilización, el gasto se ubicó en los 88.100 \$F por un año de servicio, y en 175.000 \$F por dos años.

Conjuntamente con la remonta de los Cuerpos del Ejército de Línea se dispuso la movilización de la Guardia Nacional³⁹, y

simultáneamente la formación del Ejército Nacional de Campaña, fijando la cantidad de 19 batallones de la Guardia Nacional de Infantería⁴⁰, cada uno con 500 plazas o un total 9.500 hombres.

Los meses que mediaron entre abril y junio de 1865 fueron intensos para el gobierno nacional, sea por la movilización de los recursos humanos, materiales y financieros como también porque debió mantener el despliegue de las Divisiones de Fronteras y las guarniciones fijas en cada provincia. Al mismo tiempo previó la organización del Ejército de Reserva, armado y equipado por la Nación, quedando a órdenes de los Inspectores de Armas en las respectivas Provincias, hasta tanto fueran llamados al servicio activo en el Paraguay.

El Congreso Nacional, frente a la situación de guerra que vivía la Argentina, sancionó la ley que autorizó al Ejecutivo Nacional a levantar un Ejército de 25.000 hombres⁴¹, organizado sobre la base de la remonta del Ejército de Línea hasta el número de 10.000 hombres, y los restantes 15.000 por medio de la movilización de las Guardias Nacionales de la República.

Si bien la Ley ordenó un Ejército Nacional de Campaña de 25.000 hombres, al 30 de abril de 1865 el Ejército permanente contó con 8.715 hombres. No obstante, este efectivo se mantuvo en los lugares que guarnecía, en particular en las fronteras con el indio.

El Congreso convalidó los decretos presidenciales del 17/19 de abril 1865 que fijó la organización del Ejército Nacional de Campaña sobre la base de 19 batallones de Guardias Nacionales de Infantería y la remonta del Ejército de Línea, en un número de 1.750 hombres, a los que se agregaron, entre otras, las siguientes unidades militares⁴²:

Los contingentes de 5.000 efectivos de caballería a movilizar por las provincias de Corrientes y Entre Ríos, o un total de 10.000 hombres.

La Legión de Voluntarios.

La compañía de zapadores.

El Batallón de Estudiantes o General Belgrano integrado por estudiantes de la Universidad y demás Colegios de Buenos Aires

– Mitre lo desactivó ante la necesidad de Oficiales para organizar la Guardia Nacional.

El Regimiento de Caballería de Línea o Escolta del Gobierno.

El Regimiento de Caballería de Guardias Nacionales de la provincia de Buenos Aires o *General San Martín*, y otro por la provincia de Santa Fe.

La creación y organización del cuerpo médico del Ejército.

CONSIDERACIONES FINALES

1 – La existencia de un mercado monetario diversificado, discrecional y falta de regulación, hizo difícil el comercio entre las provincias y la definición del monto de la deuda.

2 – Los 21 millones \$F de deuda heredada por el gobierno de Mitre, junto a un ingreso anual promedio de unos 8 millones de pesos fuertes, determinó una afectación de las dos terceras partes del presupuesto antes del inicio de cada año fiscal.

3 – La renta nacional sustentada en la recaudación de los derechos aduaneros que, por la reforma constitucional de 1860

expiraba el 01 de enero de 1866, privó de esos recursos al gobierno que decidió ir a la guerra con el Paraguay, tan solo 8 meses (abril de 1854)

4 – El gasto derivado de la imposición del orden en el interior – la rebelión del Chacho, la revolución de los Colorados entre otras -, produjo una erogación de unos 3 millones de pesos fuertes, casi un 50% del ingreso anual, a los que se sumaron a los 21 millones de pesos fuertes de la deuda.

5 – La disponibilidad de una balanza comercial deficitaria que fue corrigiéndose conforme se incrementaron los saldos exportables de la lana.

6 – Finalmente, la disponibilidad de un Ejército reducido que en enero de 1864 contó con 7.200 hombres y en abril de 1865 con 8.715 hombres del Ejército de Línea, Guardias Nacionales e indios amigos regimentados; pero todos empeñados en puntos fijos del territorio nacional y guarneciendo la frontera con el indio. Situación que obligó al gobierno nacional a levantar un Ejército de Campaña de 25.000 hombres y alistar otro de Reserva de 6.000 hombres, entre abril y junio de 1865.

¹ GELMAN, Jorge. en BRAGONI Beatriz, MIGUEZ Eduardo (Coords): *Un nuevo orden político*. Provincias y Estado Nacional - 1852 y 1880, Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 314

² Memoria de Guerra y Marina del año 1864

³ El artículo 4º de la Constitución Nacional sancionada en 1853 expresa: *El Gobierno federal provee los gastos de la Nación con los fondos del Tesoro nacional formado del producto de derechos de importación y exportación de las aduanas, del de la venta o locación de tierras de propiedad nacional, de la renta de Correos, de las demás contribuciones que equitativa y proporcionalmente a la población imponga el Congreso General y de los empréstitos y operaciones de crédito que decreta el mismo Congreso para urgencias de la Nación, o para empresas de utilidad nacional*, en BIDART CAMPOS, Germán José. *La Constitución Argentina*: El texto de 1853. Sus reformas. Breve interpretación de su articulado, Buenos Aires: Ediciones Lerner, 1966, p. 50

⁴ SALDÍAS, Adolfo. *Historia de la Confederación Argentina*, Tomo V, Buenos Aires, 1911, p. 418

⁵ ALVAREZ, Juan: *Guerra económica entre la Confederación y Buenos Aires (1852-1861)*, en Ricardo Levene (comp.), *Historia de la Nación Argentina*: Desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862, vol. VIII, Buenos Aires: El Ateneo, 1962, pp. 109-110

⁶ DIFRIERI, Jorge A. *Moneda y Bancos en la República Argentina*. Buenos Aires: Abbeduto Perrot, p. 100

⁷ La primera fue cuando el Urquiza contrajo un empréstito por 400.000 patacones o pesos fuertes, ofreciendo en garantía tierras fiscales correntinas y entrerrianas. Recursos destinados a la organización del Ejército Grande que marchó contra Rosas, en CECCHINI DE DALLO, Ana María. *El camino de la Constitución. La plaza de mayo y el contorno*, Fascículo 02, Santa Fe: Diario El Litoral, p. 13, 2010

⁸ Operador financiero del Imperio del Brasil en los países del Plata, tal cual lo evidencia el Pacto Secreto firmado el 6 de septiembre de 1850, por medio del cual se compromete a proporcionar armas, alimentos y 12.000 pesos mensuales (en total 1.200.000 pesos) al gobierno de Montevideo, sitiada por Oribe, quien a pesar de estar apoyado por Rosas debió rendirse en septiembre de 1851, pág 4; a pesar que su biógrafo Jorge Caldeira, en Mauá Empresário do Império" - Sao Paulo – 2001, lo desvincula de su rol de agente encubierto del Brasil, http://www.cnros.com.ar/investigaciones/Bancos_rosario/elbancomaua.pdf - p. 6 - consultada el 02 de agosto de 2014

⁹ CUCCORESE, Juan Horacio. *Historia de la conversión del papel moneda en Buenos Aires (1861-1867)*, La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 1958, p. 64

¹⁰ CORTÉS CONDE, Roberto. *Poder, Estado y política*. Impuestos y sociedad en la Argentina y en los Estados Unidos, Buenos Aires: Edhasa, 2011, óp cit, p. 138

¹¹ *Ibíd*, óp cit, p. 98

- ¹² http://www.cnros.com.ar/investigaciones/Bancos_rosario/elbancomaua.pdf - p. 9 - consultada el 02 de agosto de 2014
- ¹³ BIDART CAMPOS, Germán José. óp. cít, p. 108
- ¹⁴ *Ibíd.*, óp. cít, p. 120
- ¹⁵ *Ibíd.*, óp. cít, p. 108
- ¹⁶ *Ibíd.*, óp. cít, p. 120
- ¹⁷ CORTÉS CONDE, Roberto. óp. cít, p. 141
- ¹⁸ *Ibíd.*, óp. cít, p. 142
- ¹⁹ Por medio de la Ley 79 del 16 de noviembre de 1863.
- ²⁰ CORTÉS CONDE, Roberto. óp. cít, pp. 143/4
- ²¹ *Ibíd.*, óp. cít, p. 108
- ²² RUIZ MORENO, Isidoro J. *La reforma constitucional de 1866*, Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1966, pág 1
- ²³ La renta nacional en Buenos Aires, empezó a pertenecer a la Nación desde el 10 de Octubre de 1862, y los adeudos a la aduana y correos, posteriores a dicha fecha; en Mensaje del Presidente de la República Argentina, General Bartolomé Mitre, al abrir las sesiones del Congreso Nacional el 01 de mayo de 1863, en la ciudad de Buenos Aires.
- ²⁴ BIDART CAMPOS, Germán José. óp. cít, p. 50
- ²⁵ Según la Constitución Nacional los impuestos directos son competencia de las provincias y el Congreso solo puede establecerlos por tiempo determinado (Art 67 inc 2 o bien Art 4to in fine), en tanto que los indirectos externos son los que gravan las importaciones y las exportaciones (los aduaneros) y son competencia del Estado federal (reforma de 1866 -Art 67 inc 1 y Art 9), mientras que los indirectos internos son de competencia concurrente entre el estado federal y las provincias, en BIDART CAMPOS, Germán José: *La Constitución Argentina: El texto de 1853. Sus reformas. Breve interpretación de su articulado*, óp. cit., pp. 50 y 120, y de acuerdo a la reforma constitucional de 1866, se suprimió del artículo 4to "hasta 1866", con referencia a los derechos de exportación, los cuales cesaban "como impuesto nacional, no pudiendo serlo provincial", en DRAGO, Amalia Dra. *Constitución de la Nación Argentina: Santa Fe – Paraná 1994 – Antecedentes constitucionales – Reformas 1860 – 1866 – 1898 – 1949 (sin vigencia) – 1957 – Tratados internacionales (de jerarquía constitucional)*, Buenos Aires: Producciones Mawis, 1997, p. 73
- ²⁶ HORA, Roy. óp. cít, p. 95
- ²⁷ COMANDO EN JEFE DEL EJÉRCITO. *Reseña histórica y orgánica del Ejército Argentino*. Tomo II, Buenos Aires: Círculo Militar, 1972, p. 151
- ²⁸ DOMINGUEZ, Ercilio. *Colección de Leyes y Decretos Militares concernientes al Ejército y Armada de la República Argentina*, Tomo 1 y 2, Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, p. 211
- ²⁹ Entre esas consideraciones, se destacan: los Jefes y Oficiales que están comprendidos dentro de los denominados dispersos, que tuviesen computados menos de diez años de servicios, que residan en sus respectivas Provincias sin prestar en ellas servicio militar á la Nación, que desempeñen comisiones Provinciales o se encuentren a órdenes de sus respectivos Gobiernos locales, que gocen de sueldo de cualquier otro empleo que desempeñan con permiso del Gobierno, que se encontraran de licencia por más de dos meses, que estuviesen procesados por delitos comunes y no dados de baja, mientras estuviese en duda su culpabilidad, que sólo pudiesen ser llamados al servicio activo en caso de guerra ó alarma, y en general, de todos aquellos que no debiesen disfrutar de sueldo del Erario Público, mientras no desempeñen algún servicio en el Ejército o bien fuesen declarados en disponibilidad, en DOMINGUEZ, Ercilio. *Colección de Leyes y Decretos Militares concernientes al Ejército y Armada de la República Argentina*, Tomo 1 y 2, Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, pp. 211/2
- ³⁰ COMANDO EN JEFE DEL EJÉRCITO. óp. cít, p. 158
- ³¹ DOMINGUEZ, Ercilio. óp. cít, p. 222
- ³² *Ibíd.*, óp. cít, p. 230
- ³³ Planas Mayores que fueron organizadas por decreto del 10 de diciembre de 1862, como una forma de organizar al personal de Generales, Jefes y Oficiales que revistaron en los Ejércitos de la Confederación y del Estado de Buenos Aires, antes de la batalla de Pavón (17 de septiembre de 1861).
- ³⁴ CLAUSEWITZ, Carl von: *De la Guerra*. Dirigida y traducida por Michael Howard y Peter Paret, España: Ministerio de Defensa, 1999, p. 183
- ³⁵ *En veinticuatro horas en los cuarteles, en quince días en campaña y en tres meses en Asunción*, en DE MARCO, Miguel Ángel, *La Guerra del Paraguay*, Buenos Aires: Planeta S.A.I.C., 2010, p. 45
- ³⁶ DOMINGUEZ, Ercilio. óp. cít, p. 247
- ³⁷ *Ibíd.*, óp. cít, p. 254
- ³⁸ *Ibíd.*, óp. cít, p. 255
- ³⁹ *Ibíd.*, óp. cít, pp. 247, 263 y 269
- ⁴⁰ *Ibíd.*, óp. cít, pp. 248/249
- ⁴¹ *Ibíd.*, óp. cít, p. 271
- ⁴² *Ibíd.*, óp. cít, pp. 250 a 272

Riachuelo: uma batalha de controvérsias*

Riachuelo: a battle of controversies

Francisco Eduardo Alves de Almeida

Oficial de Marinha, professor de História Naval e Estratégia do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da Escola de Guerra Naval. É historiador graduado, mestre e doutor em História Comparada pela UFRJ. Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

RESUMO

A Batalha Naval do Riachuelo tem sido muito discutida nestes últimos cento e cinquenta anos. As interpretações de autores de língua inglesa têm sido particularmente duras com a atuação da Marinha do Brasil. O que se pretende discutir neste artigo é o ofício do historiador e seus instrumentos profissionais para, a partir dessa discussão, analisar cinco controvérsias. A posição inicial da força naval imperial, a comparação de poderes combatentes, o início da batalha, o desempenho de Barroso no combate e por fim se essa batalha foi efetivamente decisiva.

PALAVRAS-CHAVE: batalha naval, ofício do historiador, Guerra do Paraguai, Batalha do Riachuelo, controvérsias de Riachuelo

ABSTRACT

The Naval Battle of the Riachuelo has been intensely discussed during the last 150 years. The interpretations of English-speaking authors have been particularly harsh on the actions of the Brazilian Navy. In this paper we intend to discuss the function of the historian and his professional instruments, in order to effectively analyze five controversies: the initial position of the imperial naval forces, the comparison between the warring powers, the beginning of the battle, Barroso's performance in that combat, and, finally, how decisive that battle actually was.

KEYWORDS: naval battle, occupation of historian, War of Paraguay, Battle of Riachuelo, Riachuelo controversy

A Batalha-Naval do Riachuelo foi o principal encontro naval travado pela Marinha do Brasil em sua história. A sua importância reside no resultado estratégico que dela adveio, com a eliminação da esquadra paraguaia na Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai e no número de meios e combatentes que nela se envolveu, cerca de 17 navios e mais de quatro mil homens. Apesar de ter sido uma vitória incontestável da Armada Imperial brasileira, muitos historiadores brasileiros e estrangeiros ainda discutem suas principais passagens e divergem de algumas ações táticas que ocorreram no seu longo transcurso, pouco mais de nove horas de combate.

Deve-se compreender que a história é feita disso mesmo, controvérsias, discussões e dúvidas. O ofício de ser historiador não é tão simples como um leigo pode imaginar. O profis-

* Artigo recebido em 20 de abril de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

sional da história aprende a levantar questões sobre a história e a investigar os fatos, utilizando técnicas apreendidas no campo teórico e testadas no campo prático, que o auxiliam a compreender e interpretar o que, como e por que ocorreram certas situações.

Riachuelo tem sido um exemplo de batalha fluvial muito discutida no meio-histórico naval brasileiro, no entanto muito pouco discutida fora das fronteiras dos países que lutaram a Guerra do Paraguai. Interpretações de alguns poucos historiadores de língua inglesa, que se debruçaram sobre esse combate, chegaram a afirmações fortes ora censurando o desempenho do comandante brasileiro, o Almirante Francisco Manuel Barroso, ora criticando a atuação dos brasileiros em combate. Talvez por possuírem o maior parque editorial do planeta¹, essas interpretações de língua inglesa ganharam maior destaque na historiografia naval mundial. Apesar de poucas obras em língua inglesa sobre o combate de Riachuelo, elas têm maior capilaridade pela maior abrangência do mercado editorial anglo-saxão e essas interpretações passaram a ser “a verdade” sobre a batalha.

O que se pretende discutir neste artigo é exatamente o que ocorreu naquela manhã e tarde do dia 11 de junho de 1865 em Riachuelo, procurando desmistificar e reinterpretar ações, procurando a verossimilhança do que efetivamente se passou.² Como passo inicial dessa discussão pretende-se apresentar, de modo breve, os caminhos que devem ser seguidos pelo historiador profissional ao se defrontar com o fato histórico, com suas técnicas e metodologia, para, em seguida, discutir-se as principais controvérsias advindas da batalha, tendo como referência a metodologia empregada na análise, procurando corroborar o que tem sido historiado como “verdade” ou refutar essa explicação, apresentando a minha própria interpretação.

O DIFÍCIL E ESCORREGADIO OFÍCIO DO HISTORIADOR

O ser historiador profissional não é tão simples e fácil como muitos podem imaginar. O estudo e a síntese de obras escritas

por profissionais que o precederam não fazem dele um especialista ou de fato “um historiador”. O curso universitário de história prepara o futuro profissional a analisar as principais interpretações sobre os diferentes períodos históricos. No entanto, isso é apenas o princípio de uma longa caminhada. É certo que se precisa conhecer o que foi escrito antes, isso é mandatório, com as diversas interpretações e explicações sobre determinado evento histórico, as chamadas fontes secundárias ou indiretas, formuladas por historiadores especialistas. No entanto, o lugar do historiador é o arquivo. Lá é que ele deve estar. Assim, toda a pesquisa histórica se inicia com uma questão ou curiosidade por parte do profissional sobre determinado evento histórico. Formula-se, então, um problema a ser pesquisado, tendo o arquivo como instrumento de trabalho. No caso em questão meu problema vai se resumir às controvérsias que serão mostradas à frente no artigo.

O arquivo irá mostrar ao historiador se aquilo que foi discutido por seu antecessor está efetivamente coerente e correto, culminando com a sua própria interpretação historiográfica. No arquivo o historiador irá procurar fontes primárias que se relacionem com o fato problematizado. Enquanto os livros ou trabalhos anteriormente publicados são chamados de fontes escritas secundárias, as fontes primárias são as chamadas fontes diretas, isto é as que estão diretamente relacionadas com o tema a ser investigado, tais como relatórios de combate, livros de quarto de navios, memórias de participantes da ação de combate e ofícios relativos ao combate. O historiador por sua própria formação procurará com avidez essas fontes primárias, e por uma questão de formação a partir dessas fontes procurará concordar ou discordar com essas explicações anteriores ou, o que é mais provável, procurará sua própria interpretação sobre o fenômeno estudado.

O notável historiador brasileiro, Professor Ciro Flamarion Cardoso, prematuramente falecido para tristeza de todos nós, dizia que “a distinção entre fontes primárias e secundárias é de natureza epistemológica e metodológica e indica que as primeiras são

a base principal de uma verdadeira investigação, que pretenda carrear conhecimentos novos”³. Ele tinha total razão ao afirmar isso. Dentro desse princípio, as fontes primárias são as preferidas dos historiadores para novas interpretações.

Deve-se considerar, no entanto, como bem aponta o Professor português José Amado Mendes, da Universidade de Coimbra, que no caso do desaparecimento de fontes primárias, as secundárias passarão a ocupar os seus lugares, transformando-se em primárias, como por exemplo foi o caso de obras de historiadores antigos como Tucídides, Tito Lívio e Políbio.⁴

Com as fontes secundárias bem conhecidas e as fontes primárias como “objeto de desejo”, o historiador começa a primeira fase da pesquisa histórica, que é chamada de heurística.

Heurística vem a ser a fase do método que diz respeito à pesquisa, procura e coleta de fontes⁵. Nessa fase o pesquisador procurará documentos que tenham relação direta ou indireta com o problema de pesquisa por ele formulado. Esses documentos poderiam ser encontrados em arquivos públicos e privados, como, por exemplo, ofícios governamentais, telegramas, normas, requerimentos, manuscritos diversos, cartas, memórias e recortes de jornal; em bibliotecas onde seriam verificados catálogos com livros, panfletos e brochuras; e bibliotecas universitárias onde seriam verificadas as dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o assunto a ser estudado. As coleções familiares particulares, também, seriam procuradas nessa fase, assim como fontes obtidas em museus. Há que se considerar nessa fase, no entanto, que outras fontes poderão ser úteis tais como vestígios arqueológicos, moedas, medalhas, selos, marcas postais e brasões. A heurística consome grande quantidade de tempo e é uma fase fundamental para o historiador que se debruça sobre determinada questão. Nessa fase é que as fontes são descobertas, coletadas e organizadas.

Uma segunda fase, então, se inicia após a heurística, a chamada crítica que deve ser de duas categorias. A primeira, a chamada crítica externa ou de autenticidade, e

a segunda, a crítica interna ou de credibilidade. A primeira modalidade, a crítica externa ou de autenticidade, procura verificar se a fonte é autêntica ou falsa. Verifica-se a proveniência de determinada fonte, investigando o autor, o local onde foi escrita e a data de sua elaboração. Falsificações devem ser escrutinizadas e se confirmadas, as fontes devem ser descartadas⁶. Em um segundo momento o historiador verifica se o documento avaliado foi alterado por inevitáveis erros de transmissão, principalmente se houver a ausência do documento original. O historiador poderá recorrer a restituição ou reconstituição. Nesse caso a sua experiência no assunto será fundamental, podendo inclusive realizar interpolações, recorrendo a outros documentos que o complementem. Um exemplo típico desse tipo de crítica foi o que Lorenzo Valla realizou quando contestou a chamada Doação de Constantino em 1440 quando se acreditava que o Imperador romano Constantino doara por um edito imperial grande quantidade de terras para a Igreja Cristã, dentro e fora da Itália no século IV. Valla demonstrou, por meio da crítica, que o documento era falso. Na segunda modalidade, a crítica interna, o pesquisador verifica se o documento tem credibilidade. Para isso ele recorrerá a cinco operações básicas.

A primeira operação é chamada de crítica de interpretação ou hermenêutica, na qual se irá requerer que o pesquisador conheça a língua referida ao documento, além da necessidade que ele terá de conhecer os hábitos de pensamento, atitudes intelectuais e formas de sentir do povo ou dos povos envolvidos no fato histórico⁷. Por ser um especialista do período histórico, ele terá os instrumentos necessários para interpretar corretamente as fontes coletadas e descartar aquelas que não passarem no crivo da credibilidade.

A segunda operação, dentro da crítica interna, será a de competência, na qual o pesquisador verificará a qualidade do testemunho, devendo ser de preferência direta sem intermediários, visando a totalidade dos fatos e sem comentários subjetivos. Isso irá se aplicar tanto às fontes escritas quanto às orais.⁸

A terceira operação será a crítica de veracidade, na qual será verificado se o documento é realmente verdadeiro. Para isso serão feitas algumas perguntas à própria fonte que o Professor Amado Mendes propõe sejam as seguintes⁹:

- não teria o autor do documento querido enganar o leitor?
- não teria o autor do documento interesse em mentir?
- não teria o autor sido obrigado a mentir?
- haveria motivos para desconfiar da afirmação feita pelo autor?

Nessa etapa é que o “sentimento” ou “faro” do pesquisador se aguça, sua percepção de inconformidade se expressa mais intensamente e brota uma necessidade de ser um investigador desconfiado, procurando descobrir falhas na exposição documental. Um bom historiador é aquele que, por sua própria natureza, desconfia de tudo e é um cético contra qual o documento irá com ele “dialogar”, procurando convencê-lo de que é verdadeiro ou pelo menos verossimilhante.

A quarta etapa é chamada de verificação dos testemunhos. Nela o historiador verifica se será capaz de retirar todas as informações úteis que o documento possa revelar. Para isso o pesquisador deverá relê-lo diversas vezes, procurando explorá-lo ao máximo, procurando evidências que corroborem ideias já concebidas por outros colegas ou novas leituras que venham agregar novas interpretações. Nessa etapa ele verificará se existem corroborações, contradições ou mesmo diferenciações de ênfase sobre determinado aspecto já comprovado.¹⁰

Por fim, a quinta e última etapa, dentro da crítica interna, refere-se ao chamado “confronto de fontes” ou comparação de fontes. Nessa etapa derradeira o pesquisador confrontará os documentos entre si, que já passaram por um escrutínio nas etapas anteriores, procurando apontar aqueles que são verossimilhanes e decidindo sua própria visão ou interpretação. Essa etapa é considerada por muitos historiadores como a primeira parte da última operação historiográfica, a interpretação e escrituração textual que se compõe da organização e da redação do texto. Não se deve confundir a última etapa do trabalho historiográfico

com a primeira operação da crítica interna, a operação ou crítica de interpretação que se refere especificamente ao documento ou fonte analisada. A interpretação e escrituração se refere a confecção preliminar do texto e sua redação capitular ou setorial.

Nessa última etapa, a escrituração do texto, é que se percebe as tendências epistemológicas do historiador. O Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva indica que não existe historiador isento, por que ele traz em si visões de mundo, seu tempo histórico e mentalidade, ideologias e posições políticas, influências teóricas e engajamentos sociais. O ideal seria o historiador imparcial, isento, procurando a “verdade” plena ao estilo pretendido por Leopold Von Ranke, no entanto esse modelo “ideal” é algo a ser atingido e não necessariamente verdadeiro. Não se deve esquecer o que o historiador francês Lucien Febvre mencionou: “A história é uma filha de seu tempo.”¹¹ Nesse momento é que surgem as interpretações marxianas, analistas e positivistas. Nesse ponto é que está o belo, o fascinante, o escorregadio e o difícil ofício do historiador profissional, a sua ampla diversidade.

O que não pode e não deve ser aceito é qualquer dúvida quanto a honestidade intelectual do historiador, uma falsificação factual, uma fraude consciente sobre certo evento ou por certo o plágio ou furto de uma ideia ou texto. É muito gratificante para qualquer historiador ser referenciado por outro colega. Isso lhe traz alegria e reconhecimento, no entanto o plágio ou furto de ideias é a mais grave ofensa que pode atingir um historiador.

Novas interpretações são muito bem vindas e competirá ao pesquisador expor suas ideias de forma clara, com amplo domínio da língua, bem escritas, com argumentação lógica e convincente, de forma ordenada cronologicamente ou topicamente com notas de rodapé ou citações de outros colegas que corroborem sua visão, procurando convencer seus pares ou o leitor ávido por história de boa qualidade. Que sejam novas visões, mas que sejam honestas! isso é que compõe o ofício do historiador. Competirá ao leitor decidir o que mais lhe convence como verossimilhante, se uma versão ou outra.

Com essas breves explicações sobre o ofício do historiador, podemos passar às controvérsias sobre a batalha do Riachuelo.

PRIMEIRA CONTROVÉRSIA: A POSIÇÃO INICIAL DA FORÇA NAVAL IMPERIAL

A força naval brasileira composta de nove navios a vapor sob o comando de Francisco Manuel Barroso encontrava-se fundeada na margem direita do Chaco no Rio Paraná, a uma distância de cinco milhas a sul-sudoeste de Corrientes, ocupada por forças paraguaias e a quatro milhas e meia ao noroeste de Riachuelo, ocupada por uma bateria paraguaia com 22 canhões, variando de 4 a 18 calibres, levadas do Passo da Pátria, sob o comando do Major Bruguez.¹²

A posição da força brasileira realmente não era boa. Como afirmou com propriedade José Ignacio Garmendia em seu clássico *Campaña de Corrientes y de Rio Grande*, edição de 1904, de força bloqueadora de Corrientes, passou a ser bloqueada pelo norte e pelo sul por forças paraguaias¹³, sendo que caso decidisse se retrain, a força brasileira deveria passar forçosamente pelo canal do Rio Paraná na margem esquerda, próxima da bateria de Bruguez, realmente uma posição delicada. No entanto o próprio Garmendia indica que essa posição, que poderia ser ruim, passava a não ser tão desvantajosa, pois em razão do “espírito de iniciativa e do valor de seus subordinados, não devia [Barroso] preocupar-se muito com alguns canhões que jamais ocasionariam nenhum dano de importância à esquadra”.¹⁴ Além disso, Garmendia finalizou dizendo que a posição ocupada pela força naval fora determinada pelo comandante imediato de Barroso, o Almirante Tamandaré.

Segundo minha interpretação, efetivamente a posição da força brasileira era vulnerável, pois estava cercada de dois pontos no Rio Paraná, ao norte por Corrientes e ao sul pela barranca de Riachuelo. Entretanto, a posição de bloqueio era efetiva contra Corrientes e levou Lopez a tentar destruir essa esquadra com o que tinha de navios, a maior parte deles mercantes adaptados. Assim, foi decidido por Barroso que o risco valia a pena ser corrido pela esquadra imperial,

fato totalmente justificado, pois, como se sabe, um chefe naval que não deseja correr riscos deve ficar em casa cuidando da família. A guerra é feita de riscos. Barroso correu o risco e estava pronto para responder por isso. Ato louvável do chefe naval brasileiro.

SEGUNDA CONTROVÉRSIA: COMPARAÇÃO DE PODERES COMBATENTES

Essa controvérsia deve ser analisada de dois pontos de vista distintos. O primeiro, sob o ponto de vista material, e o segundo, sob o ponto de vista pessoal. Na questão material existia por certo, segundo a documentação disponível, uma superioridade brasileira. Nesse ponto há quase uma unanimidade dos historiadores que estudam a batalha. No lado brasileiro eram nove navios de combate, uma fragata, duas corvetas e seis canhoneiras, todas de ferro – um navio era movido a rodas e oito a hélices. No total eram 2.277 homens, sendo 1.174 originários do Exército. As fontes primárias disponíveis para esses números são bem confiáveis.¹⁵ O número de canhões era de 59 de diversos calibres.¹⁶

Os paraguaios, por seu turno, contaram com oito navios, três corvetas e cinco navios mercantes fluviais adaptados, segundo Penna Botto, todos de ferro, seis navios movidos a rodas e dois a hélices. Juan Crisóstomo Centurion, por seu turno, aponta que eram sete mercantes fluviais adaptados e apenas uma canhoneira.¹⁷ Por ser considerado uma fonte primária por ter participado das ações e *Tacuary* ser o único navio paraguaio efetivamente de combate, prefiro a afirmação de Centurion. No total, estima Garmendia, eram cerca de 2.000 homens embarcados¹⁸ sendo 640 do Batalhão 6 do Exército.¹⁹ As fontes disponíveis nesse caso são conflitantes, pelo menos as que utilizei. O número de canhões era 30 de diversos calibres.²⁰ Pode-se incorporar a guarnição de terra da bateria de Bruguez com um número desconhecido de combatentes. Penna Botto mencionou 2.000.²¹ Para mim, esse número é exagerado. Considerando que os batalhões de artilharia do Paraguai congregavam de 500 a 1.000 homens, presumo que um número entre 700 a 800 homens

esteja próximo da realidade para o número de 22 canhões. Pode-se, também, acrescentar mais seis bocas de fogo em seis chatas que vinham rebocadas pelos navios paraguaios, perfazendo um total de 36 canhões embarcados contra 59 dos brasileiros.

Centurion que participou da ação afirmou que “a inferioridade dos navios paraguaios e de seu armamento em relação a esquadra inimiga [a brasileira] era evidente e por conseguinte não poderia bater-se a tiros com ela a certa distância”.²² Para Garmendia a “superioridade da esquadra brasileira sobre a paraguaia se manifestava de um modo incontestável”.²³ O Barão de Jaceguai diria posteriormente que “nossa esquadra levava grande vantagem potencial sobre a paraguaia, e na qualidade de seus navios e na disciplina e instrução do pessoal [brasileiro]”.²⁴ Em termos numéricos a superioridade era flagrante, no entanto na segunda parte da declaração de Jaceguai aparece a maior controvérsia, o preparo e desempenho das tripulações no combate, isto é, no aspecto pessoal.

Analisemos inicialmente a preparação e a motivação das tripulações paraguaias para o combate. George Thompson pode ser considerado uma fonte primária para a análise da partida da divisão naval de Assunção. Disse ele que “toda a população de Assunção naturalmente compareceu à beira do rio, esperando a tarde inteira para ver López embarcar... enquanto os vapores paraguaios formavam seus homens nos respectivos tombadilhos. Mas não houve vivas”.²⁵ Thompson esteve presente na partida e assim é, em princípio, uma fonte a ser considerada. Complementou dizendo que o 6º Batalhão que se agregara a força naval mostrava-se com grande entusiasmo e os soldados replicaram que não trariam prisioneiros, estando “satisfeitíssimos”.²⁶ Interessante mencionar que a obra de Thompson, publicada na língua inglesa, tornou-se uma das obras fundamentais para estudiosos norte-americanos e ingleses que estudaram e estudam o grande conflito sul-americano. Outro personagem que presenciou a saída da divisão naval de Assunção e como tal uma fonte primária foi o ministro norte-americano residente na capital paraguaia,

Charles Washburn, que escreveu uma história do Paraguai em dois volumes em língua inglesa. Washburn mencionou que toda a população de Assunção compareceu a saída da divisão naval ao longo do Rio Paraguai mais por medo de Lopez, sendo que se não comparecessem suas ações seriam consideradas por ele uma afronta pessoal.²⁷ Houve poucas ovações aos tripulantes, já se sentindo, da parte de alguns residentes, um “mau presságio” com a expedição²⁸. Tanto Thompson quanto Washburn concordaram que a população estava apreensiva e os combatentes estavam entusiasmados.

Assim, posso considerar que a população paraguaia estava apreensiva com o resultado da ação e os tripulantes acreditavam na vitória contra os brasileiros. A moral desses tripulantes era alta, principalmente a dos componentes do 6º Batalhão. Além da moral, os tripulantes e soldados da divisão naval paraguaia eram valentes e destemidos. No que diz respeito a adestramento e experiência de combate, os brasileiros eram superiores, pois muitos já tinham se envolvido em combates no Prata como, por exemplo, nas Guerras de Oribe e Rosas e na intervenção no Uruguai, e os mais veteranos combateram os últimos conflitos do período regencial como a Praiera e a Farroupilha quinze anos antes. Os paraguaios tinham sérias limitações no treinamento e na capacidade de utilizar os seus navios a contento, chegando ao ponto de contratar maquinistas ingleses para conduzir as máquinas a vapor de seus vasos de guerra.²⁹

Por seu lado, temos as declarações do Barão de Jaceguai, que enfatizou o melhor preparo profissional dos tripulantes brasileiros. Por sua experiência de combate e melhor material, tudo leva a crer que os brasileiros teriam vantagem na refrega, no entanto essa opinião de Jaceguai foi refutada por alguns autores de língua inglesa, como, por exemplo, Thompson, Washburn e H. W. Wilson. Como já mencionado, três livros em língua inglesa têm servido de referência para historiadores ingleses e norte-americanos descreverem a Guerra do Paraguai. São eles os livros de Washburn e de Thompson já referidos, além do *Ironclads in Action: a sketch of Naval Warfare from 1855*

to 1895 edição de 1896 escrito por H.W. Wilson, publicado pela Little Brown & Company de Boston, Estados Unidos da América³⁰. Vamos analisar o que disse Wilson sobre o preparo dos tripulantes brasileiros. Disse ele: “Seus oponentes [os brasileiros] tinham armas e couraçados europeus, no entanto se distinguiram principalmente pela covardia e incapacidade. Há um toque de humor no fato que quanto mais covarde, quanto mais incapaz fosse um comandante aliado, mais certamente era ele laureado com honras e promovido.”³¹ Prosseguiu afirmando:

o Brasil foi mais além batizando navios em honra de homens que desgraçaram a sua reputação, como Barroso... por semanas uma força de encouraçados bombardeariam um forte com apenas um canhão; os brasileiros lançariam grande quantidade de explosivos em todas as direções ao ouvirem um ruído vindo da floresta. Eles tinham um costume raro de atirar indiscriminadamente sobre amigos e inimigos e quando uma canoa paraguaia vinha a contrabordo dos navios, eles [os brasileiros] desistiam do combate e fugiam... eles tinham como ponto de honra nunca perseguir um adversário batido e eles retardavam e se acomodavam quando tinham chance, o que era comum. Uma guerra que deveria terminar em cinco meses foi prorrogada por cinco anos.³²

Esse tipo de afirmação passou a fazer parte da “verdade” para os historiadores anglo-saxões e se espalhou até os dias de hoje como fato “absoluto e irrefutável”. No mês de fevereiro de 2014 um historiador britânico publicou um artigo no tradicional periódico *The Naval Review* criado pelo Almirante Herbert Richmond em 1913 com o título “*Naval Operations during the War of the Triple Alliance, 1865-1870*”.³³ Nele esse historiador repetiu as afirmações de Wilson como se fossem a “verdade histórica” plena. Certamente que ele se baseou naquilo que Wilson relatou do conflito. Nada a ser censurado. Entretanto um historiador profissional deve

atentar para a metodologia historiográfica para comprovar ou refutar a veracidade das afirmações de Wilson. Isso faz parte do difícil ofício do historiador. É exatamente isso o que faremos agora.

Inicialmente Washburn e Thompson devem ser considerados fontes primárias por terem vivido no Paraguai no período da guerra, no entanto, NÃO PARTICIPARAM do combate de Riachuelo, o que diminui o poder de suas declarações. Além do mais faziam parte indiretamente do círculo pessoal de Lopez, o primeiro como representante dos Estados Unidos da América em Assunção e o segundo como membro do estado-maior do Exército paraguaio, como assessor do serviço de engenharia e conhecedor do que acontecia no lado guarani. Ambos tinham severas restrições aos métodos utilizados por Lopez, embora admirassem a bravura dos soldados paraguaios. Com respeito a Wilson, ele SEQUER PARTICIPOU do conflito, baseando-se fundamentalmente nos relatos de Thompson e provavelmente nos de Washburn.

No que diz respeito à crítica externa nada a analisar, pois em termos de autenticidade as obras de Thompson, Washburn e Wilson são genuínas, no entanto na fase de crítica interna ou crítica de credibilidade sérios problemas florescem nas declarações dos três sobre Riachuelo. Como dito, Wilson não participou da guerra e baseou-se em Thompson e Washburn que, embora tenham vivido no Paraguai no período, tampouco participaram de Riachuelo. Suas opiniões foram recebidas de relatos de fontes paraguaias que, por certo, por temerem a ira de Lopez com qualquer opinião ou relato de derrota, poderiam significar a pena de morte. Thompson e Washburn acreditaram, então, em fontes paraguaias temerosas por suas próprias vidas que relataram aquilo que lhes eram convenientes e NECESSÁRIOS.

Observando as palavras de Wilson sobre o material brasileiro, disse ele que “seus oponentes [os brasileiros] tinham armas e couraçados europeus”.³⁴ Percebe-se que ele não sabia distinguir uma canhoneira de ferro de um couraçado fluvial, o que é preocupante para um historiador “especializado em couraçados”. Não utilizamos navios

couraçados na batalha e daí percebe-se seu desconhecimento do que foi utilizado no combate. Quanto ao desempenho dos marinheiros brasileiros afirmou que eles eram “covardes e incapazes”³⁵. O historiador íntegro iria perguntar: como ele sabia disso? Ele combateu ao lado de marinheiros brasileiros? Ele participou de algum combate naval no qual viu marinheiros nacionais fugindo? Que combates foram esses? As suas fontes participaram da ação e podem ser consideradas confiáveis? Se essas perguntas não puderem ser respondidas, então, esse tipo de generalização realizada por Wilson é refutável e facilmente contestada pelo profissional de história. Essa afirmação então, pela metodologia historiográfica, deve ser descartada por não existir comprovação. Vamos em frente.

Wilson continuou afirmando que “há um toque de humor no fato que quanto mais covarde, quanto mais incapaz fosse um comandante aliado, mais certamente era ele laureado com honras e promovido”. Essa afirmação forte não se sustenta pelos seguintes fatos: o Brasil era um país com um regime monárquico, no entanto sua imprensa era totalmente livre e muitas vezes criticou a conduta dos chefes militares na guerra, o que deve ser considerado relevante. Qualquer desliz de um comandante brasileiro em ação era imediatamente vinculado na imprensa da Corte no Rio de Janeiro. E temos exemplos diversos de críticas a diversos comandantes em operações de guerra nos jornais brasileiros, no entanto, no que se refere a questões de covardia em Riachuelo, eu particularmente desconheço qualquer menção nos periódicos nacionais. Não há nenhum toque de humor quando homens se batem no campo de batalha de modo honrado, lutam e morrem. Essa opinião de Wilson não se sustenta pela própria lógica da guerra. Os navios que receberam nomes de combatentes da Marinha o foram por atos de bravura. Cito o caso do Tenente Mariz e Barros que foi gravemente ferido em combate e, ao ter sua perna decepada, declarou que estava honrando o nome de seu pai, almirante e depois visconde de Inhaúma que comandaria as forças navais brasileiras em campanha em 1868. Viria a

falecer de seus ferimentos. Por seu ato teve um navio batizado em seu nome. Esse é apenas um exemplo que refuta a afirmação de Wilson, assim essa frase não se sustenta e assim deve ser descartada, de acordo com o método historiográfico.

Prossegue Wilson afirmando que “por semanas uma força de encouraçados bombardeariam um forte possuidor de apenas um canhão; os brasileiros lançariam grande quantidade de explosivos em todas as direções ao ouvirem um ruído vindo da floresta. Eles tinham um costume raro de atirar indiscriminadamente sobre amigos e inimigos e quando uma canoa paraguaia vinha a contrabordo dos navios, eles [os brasileiros] desistiam do combate e fugiam... eles tinham como ponto de honra nunca perseguir um adversário batido e eles retardavam e se acomodavam quando tinham chance, o que era comum.”³⁶ Ora, sabemos pela historiografia já consolidada que não existia nenhum forte paraguaio com apenas um canhão, a não ser Itapiru que não era bem um forte mas sim uma posição defensiva, senão vejamos as posições fortificadas: margem de Riachuelo, 22 canhões; Humaitá com 199 canhões;³⁷ Curupaity com 25 canhões³⁸ e Curuzu com 13 canhões³⁹. Ao se referir a um canhão apenas, Wilson talvez se referisse a Itapiru que congregava tropas de infantaria que foram batidas pela esquadra imperial, o que não significava dizer bombardear um forte com apenas um canhão. Assim, essa afirmação de Wilson pode ser considerada contraditória e imprecisa, daí, pela técnica historiográfica, deve ser descartada. Quanto ao combate de canoas com navios, a lógica permite ao historiador confrontar o que foi mencionado com os resultados alcançados. Que navios foram tomados por canoas paraguaias? Ora, se fugiam os brasileiros, os navios deveriam ser tomados, correto? Houve uma grande tentativa paraguaia para tomar dois couraçados, o *Barroso* e o *Rio Grande* com 24 canoas. Ocorreu então uma grande reação brasileira e quase todos os paraguaios foram mortos ou aprisionados. Notem que essa informação foi mencionada no livro do próprio Thompson.⁴⁰ Assim, a informação de Wilson deve ser descartada por ser falsa. Por fim disse Wilson que “eles



[os brasileiros] tinham como ponto de honra nunca perseguir um adversário batido e eles retardavam e se acomodavam quando tinham a chance, o que era comum. Uma guerra que deveria terminar em cinco meses foi prorrogada por cinco anos". Nesse ponto ele se referiu a decisão de Barroso de não perseguir os paraguaios após o combate de Riachuelo. Vamos discutir esse ponto à frente com maiores detalhes. Quanto à guerra dever terminar em cinco meses ao invés de cinco anos, merece uma discussão mais elaborada. A região onde foi disputada a Guerra do Paraguai, na confluência dos rios Paraguai e Paraná, era uma região inóspita, sem qualquer tipo de apoio, infestada de doenças como a cólera, a febre amarela e o beribéri. Além do mais existiam animais peçonhentos como cobras venenosas, aranhas e escorpiões que infestavam os acampamentos e os navios que fundeavam ou abarrancavam em suas margens. Possivelmente morreram mais soldados de doença e ataques de animais do que de ferimentos em combate. Além disso, os combatentes paraguaios eram valentes, destemidos e audazes e resistiram denodadamente. A movimentação das tropas pelas margens do Rio Paraguai foi lenta, em especial na margem esquerda, já que a direita era formada pelo Chaco normalmente alagado. A fricção da guerra clausewitiana se fez presente em toda a sua definição. O apoio logístico era deficiente e muitas vezes até comida faltava para as tropas envolvidas no combate. Enfim, era uma grande e terrível guerra, em um terreno inóspito e selvagem. Erros ocorreram na condução política e operacional da guerra, no entanto reduzir tudo a uma simples afirmação de que deveria durar a guerra apenas cinco meses é simplista. Essa afirmação de Wilson deve ser analisada como uma opinião, o que é válido, no entanto o relato histórico deve obrigatoriamente se basear em uma análise pormenorizada para comprovar que a opinião se transforme em objeto de verossimilhança. Opiniões muitos têm. Comprovação histórica só a análise documental baseada na lógica e no bom senso prevalecem. Por certo, Wilson, por suas declarações, não visitou a região do conflito, não tendo nem lógica nem bom

senso. Assim, sua afirmação deve ser descartada por não se basear nos fatos e na lógica, sendo apenas uma opinião e assim irrelevante para a pesquisa sobre o conflito.

Assim, pode-se concluir dessa controvérsia que os brasileiros estavam melhor preparados em termos de material e de pessoal para enfrentar os paraguaios em Riachuelo.

TERCEIRA CONTROVÉRSIA: O INÍCIO DA BATALHA

O início da refrega está até hoje envolvido em mistérios e diferentes interpretações. Alguns especialistas apontam que as tripulações brasileiras estavam recolhendo madeira para as máquinas dos navios. Outros especialistas dizem que as tripulações estavam dormindo quando foram avistados os navios paraguaios. O que de fato ocorreu?

Wilson, sempre crítico com o desempenho brasileiro, disse que não existia ardor no combate por parte dos combatentes nacionais e o desejo era manter-se afastado dos paraguaios evitando a luta. Afirmou que a força naval brasileira levou 42 dias para ir de Buenos Aires até Três Bocas. Para ele Wilson uma navegação fácil. Afirmou que não houve precauções por parte dos brasileiros, estabelecendo vigias para detectar qualquer aproximação dos inimigos, e que quando a força paraguaia se aproximou os brasileiros estavam "como esperado, dormindo"⁴¹. Essa interpretação foi baseada por certo no livro de Washburn que foi até mais incisivo afirmando que Barroso fora surpreendido pela presença paraguaia, e que se soubesse de antemão esse fato, teria fugido com toda a sua força naval⁴². Vamos à análise dos fatos relatados, empregando a lógica e a técnica historiográfica para comprovar ou refutar essas interpretações. Inicialmente, o historiador consciente perguntaria "estavam presentes nos fatos os autores referenciados, Wilson e Washburn?". Segundo, existiriam documentos primários relativos às ações relatadas? Que fontes seriam essas? Teria lógica o afirmado, utilizando-se a técnica de confronto de fontes? Por fim, como ele interpretaria os fatos depois do confronto?

A resposta a primeira pergunta é "não", não estavam presentes, o que diminui a for-

ça de suas afirmações. Mas vamos adiante. Quanto à segunda questão, “sim”, existem relatórios de combate dos comandantes brasileiros que participaram das ações, logo são fontes primárias que não devem ser descartadas. A terceira questão que assaltaria o historiador é se seriam lógicas as afirmações de Wilson e Washburn, em confronto com as outras fontes disponíveis. Vamos a elas.

Era domingo de manhã. As instruções para a Armada Brasileira provinham do *Regimento Provisional para o Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real*⁴³ que tivera sua gênese em 1796, ainda em Portugal, tendo diversas reimpressões. Nele afirmava-se que a alvorada “em todo o tempo se tocará ao romper do dia, começando-se a distinguir os objectos”⁴⁴. Ora o alarme se deu às 08:30hs segundo a maioria das fontes, logo todos estavam acordados quando a força naval paraguaia apareceu. E a questão dos vigias? Se fosse em período de paz os navios maiores do que a fragata teriam três guardas ou quartos e as fragatas ou abaixo em duas guardas ou quartos⁴⁵, logo não se pode presumir que os navios estando em área de combate estivessem em rotinas mais brandas que em tempo de paz. Já havia ocorrido o cerimonial da bandeira com todos despertos às 08hs e se preparavam para o chamado “almoço”, conforme confirmado pela parte de combate do Chefe de Divisão Barroso escrita em 12 de junho de 1865 e assim uma fonte primária⁴⁶. Pode-se, então, afirmar que os brasileiros estavam todos prontos para iniciar a ação em 11 de junho. A questão do ardor pode ser bem facilmente analisada pelo historiador. Os navios brasileiros não foram surpreendidos, atiraram e avariaram dois navios inimigos no início do combate, o *Igurey* e o *Jejuy*, conforme afirmado pelo próprio Washburn, e partiram em perseguição a força inimiga. Mas como não tinham ardor para o combate? Não há lógica no que Wilson disse. Uma força que estivesse propensa a desistir do encontro não assumiria essa postura. Assim, o que disseram Wilson e Washburn nesse quesito deve ser descartado. Quanto à postura e às críticas a Barroso, analisarei a frente.

Vamos ver a questão da distância e a marcha para o teatro de operações a partir de Buenos Aires. A distância entre Buenos Aires e Corrientes é de 550 milhas náuticas. Pela documentação disponível a divisão brasileira suspendeu de Buenos Aires em 10 de abril de 1865 e chegou em Bela Vista, a última cidade sob controle brasileiro em 1 de maio, logo 21 dias, metade da distância alegada por Wilson. Os navios de guerra brasileiros possuíam calados consideráveis em relação às profundidades dos Rios Paraná e Paraguai e esses rios não possuíam cartas de navegação como hoje conhecemos, eram apenas croquis que serviam de referência. Muitos navios encalhavam em bancos de areia, e a corrente era contrária ao avanço da divisão em até dois nós, além disso, por uma questão de prudência, os navios só navegavam com sol, isto é uma média de dez horas diárias. As velocidades de avanço variavam diariamente, no entanto, se considerarmos uma média de avanço diário de 25 milhas por dia, nós não estaríamos muito distante do resultado final, principalmente considerando os encalhes que por certo podem ter ocorrido. Assim, 21 dias embora lento, não foi de todo ruim; assim, a afirmação de Wilson deve ser desprezada por um historiador consciencioso.

Pode-se depreender a partir da crítica interna e do confronto de fontes que, segundo minha visão, os brasileiros tinham realizado a cerimônia da bandeira e estavam iniciando o almoço quando avistaram os inimigos que pretendiam surpreendê-los. Não foram assim surpreendidos com certeza. Reagiram com fogos de artilharia, avariaram dois navios inimigos e suspenderam perseguindo-os rio abaixo.

QUARTA CONTROVÉRSIA: O DESEMPENHO DE BARROSO NO COMBATE

Essa é a mais discutida controvérsia de toda a batalha de Riachuelo. As suas interpretações são as mais contundentes e muitas vezes as mais apaixonadas de todo o conflito naval ocorrido na Guerra do Paraguai. Eu mesmo sofro influência, por que antes de ser historiador, sou oficial de marinha, e para mim Barroso é um ícone de he-

rói brasileiro. Entretanto devo procurar, por uma questão de coerência e integridade, a verossimilhança ou pelo menos a “verdade” do que realmente aconteceu naquele domingo em Riachuelo. Como disse anteriormente é difícil o pesquisador ser totalmente isento e procurarei ser pelo menos honesto e criterioso, utilizando os instrumentos metodológicos disponíveis ao profissional da história para poder apresentar ao leitor a minha visão do que ocorreu, sem ideologias ou pré-julgamentos. Vamos às versões.

George Thompson afirmou que os brasileiros celebraram a batalha como uma grande vitória e que Dom Pedro II conferiu uma medalha e o título de Barão do Amazonas a Barroso. Disse que em qualquer país ele “seria julgado por uma corte marcial”, não somente por não ter perseguido os paraguaios em sua retirada, senão pelo “boato de sua covardia a bordo” da Amazonas, onde “AO QUE SE DISSE” perdeu “completamente a cabeça” e ter passado o comando ao prático correntino Bernardino Gustavino, o comando da força naval.⁴⁷ Afirmativa dura e chocante de Thompson, que passaria a ser a “verdade” para a historiografia de língua inglesa sobre o conflito.

Por sua vez, Wilson afirmou que Barroso não merecia nenhum crédito na vitória por que “estava se escondendo em sua câmara durante a batalha” e não apareceu no passadigo até que ela estivesse terminada. Chegou Wilson a ser sarcástico ao dizer que “por sua brilhante vitória, Barroso foi declarado barão”.⁴⁸ Declarações fortes, talvez baseadas em Thompson que publicou seu livro em 1869 em Londres.

Washburn, por sua vez, também foi um crítico ferrenho da atuação de Barroso. Disse ele que o chefe brasileiro se surpreendeu pela passagem do esquadrão paraguaio logo no início da contenda e que se retirou para a sua câmara para “refletir sobre a mutabilidade dos assuntos humanos”⁴⁹ em um claro deboche sobre o desempenho do chefe de Divisão nacional. Mais ferino foi então Washburn ao mencionar que Barroso estava “muito apavorado para dar uma ordem. Ele sentou-se em sua câmara literalmente paralisado com medo e incapaz de falar. Quando procurado por um subordina-

do para que desse alguma instrução à força naval, ele ficou com olhar fixo e sem palavras”.⁵⁰ Washburn prosseguiu afirmando que um homem bravo assumiu a situação, um prático “italiano” que tomou a responsabilidade para si assumindo o comando da Amazonas e provocando os abalroamentos que já conhecemos na história. A ele, o “italiano” creditou a vitória brasileira, tendo sido promovido pelo Imperador Pedro II a tenente-coronel e recebido 500 onças de ouro⁵¹. Washburn, como fechando o seu discurso, mencionou que a covardia de Barroso lhe valeu o título de barão, e que toda a vez que um oficial de alta patente na esquadra brasileira “desgraçava” a sua bandeira, o seu país e a si próprio por “atos de covardia ou imbecilidade” que na maioria dos países seriam penalizados se não executados, ele Barroso foi promovido e coberto de regalias pelo Imperador.⁵² Afirmações duras, ferinas e chocantes.

Centurion, por sua vez, atuando na artilharia que se encontrava na barranca sob o comando de Bruguez, não faz esse tipo de afirmativa, dizendo apenas que Barroso estava indeciso e sem saber o que fazer, tendo recorrido a Bernardino para as ações decorrentes.⁵³ Mencionou o que disse Thompson em 1869, já que suas memórias são posteriores.

O destacado historiador paraguaio Efraim Cardozo, em um livro importante sobre o conflito, *Hace 100 Años. Crónicas de La Guerra de 1864-1870* em oito volumes, mencionou que Barroso estava “desconsertado” e aproveitou a experiência de Bernardino que sugeriu o uso da Amazonas como aríete contra os vasos inimigos, o que foi prontamente autorizado pelo chefe brasileiro, e assim o curso do combate se alterou.⁵⁴

Agora vejamos as visões de historiadores brasileiros e aliados sobre a conduta de Barroso. Garmendia apontou que Barroso se apoiou em Bernardino para saber se podia utilizar o seu capitânea como aríete em razão da baixa profundidade local, no que foi atendido pelo “bravo correntino”. Prosseguiu afirmando que Barroso mereceu o “justo galardão por tão decisiva vitória, o título de Barão de Amazonas, cabendo ao valente almirante e a nau capitânea a insígnia de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro”.⁵⁵

Em minha concepção o livro de Augusto Tasso Fragoso *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, edição de 1934 em cinco volumes, tem sido uma obra de referência para quem estuda a guerra. Em seu volume dois ele disse que “a batalha naval do Riachuelo estava ganha graças à inspiração oportuna de Barroso e ao denodo dos brasileiros... a vitória de Barroso ecoou estridente na alma brasileira, como aplauso merecido à justiça da sua causa”.⁵⁶ Para ele, a manobra fora concepção do chefe naval brasileiro, e essa ação reverteu o curso da refrega. Nem um momento ele alegou que a manobra havia sido de Bernardino. Para ele, apesar da situação grave com as manobras iniciais dos navios brasileiros, Barroso reverteu o quadro para a Armada brasileira.

João do Prado Maia, por sua vez, em seu livro *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império* edição de 1965 pela Livraria José Olympio Editora creditou a vitória também a Barroso dizendo que chegara o momento crítico da batalha e que o chefe naval brasileiro “sobe pois o rio e chega o momento crítico, destroçando o inimigo aqui e ali e além, quando ainda a frota paraguaia se acha em bom estado e animada na conquista dos louros da vitória”⁵⁷. Para ele não há dúvidas de que Barroso é que salvou a situação crítica em que a força naval imperial se encontrava. O Visconde de Ouro Preto em seu livro clássico *A Marinha D`Ouro* afirma com toda a convicção que:

Também Barroso, de pé sobre a caixa das rodas, ondeando-lhe ao vento a comprida e alva barba, apresentava sua imponente e marcial figura como ponto de mira aos milhares de projéteis que lhe choviam em torno como granizo. Tendo ao lado o intrépido Brito e o habilíssimo Gustavino, só desceu do posto arriscado quando já não havia inimigos a debelar.⁵⁸

Em 1883 o Almirante Ignacio Joaquim da Fonseca publicou um longo e minucioso estudo sobre a batalha, no qual anexou as partes de combate de todos os comandantes de navios brasileiros que participa-

ram da contenda. Nesse estudo, Joaquim da Fonseca fez a sua própria interpretação do que ocorreu, sendo assim um livro fundamental para quem quer compreender a dinâmica do confronto. Nele o almirante indicou que Barroso permaneceu todo o desenrolar da batalha no passadiço da fragata *Amazonas* dirigindo as ações, tendo a seu lado o eficiente Bernardino Gustavino. Disse Joaquim da Fonseca o seguinte:

Em pé no passadiço sobre-sahia o nobre mestre, Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso, trajando segundo uniforme abotoado até ao meio do peito; pendendo à esquerda a larga espada do padrão antigo, à direita o binóculo e o revolver munido de seis competentes cargas. Por sobre o largo peito azul da farda alvejava a barba longa e basta, na qual se confundiam as guias do estreito bigode. O bonet do general asentava direito na cabeça menos encanecida do que a barba. O rosto assim emoldurado revelava que a mão do tempo e sobretudo os contínuos trabalhos e vigílias de uma longa vida militar haviam nelle esculpido venerandos traços, ainda na idade de 61 annos... conservava-se em toda a sua energia, e bem apta ainda para apreciar os instantes críticos, solemnes e confusos de uma grande batalha... esse protótipo do homem do mar, cuja tempera, nem os pamperos do Prata nem os gelos e tormentas do cabo austral, destacado para além do estreito magellanico, nem innumerados trabalhos e perigos em 44 annos de serviço poderam modificar, naquelle momento solemne, em pé no passadiço.⁵⁹

Fiz questão de descrever todas as palavras de Joaquim da Fonseca para retratar o grau de admiração de um escritor por um personagem. E aí como ficaria o historiador com essas duas versões distintas sobre o desempenho de Barroso na batalha? Teria sido ele uma decepção como chefe naval ou teria sido em verdade o grande herói lembrado e relembrado pela Marinha brasileira?

Inicialmente o historiador criterioso deveria incursionar em duas linhas distintas, segundo minha percepção. De um lado deveria procurar saber quem foi Francisco Manuel Barroso, a partir de sua experiência pessoal e profissional, procurando responder as seguintes questões: era ele um inexperiente nas lides marinheiras? Quem foram suas principais influências? Teria ele entrado em combate anteriormente? Como foi seu desempenho?

Por certo as respostas a essas questões não indicarão a possibilidade de deslizes comportamentais em combate, pois cada situação é uma nova situação, no entanto sua experiência em combate anterior diminuirá certamente uma possível falha de liderança quando instado a se posicionar. É importante para o investigador “conhecer” o seu personagem.

Em segundo lugar, deverá analisar atentamente todas as fontes referenciadas acima. Quase todas elas, infelizmente, são fontes secundárias. Mesmo Thompson e Washburn, que embora sejam considerados fontes primárias para o ponto de vista paraguaio, não devem ser considerados dessa maneira para o ponto de vista brasileiro. Assim seus relatos devem ser analisados com cuidado por não atenderem completamente a crítica interna. Há que haver uma busca por fontes primárias que componham testemunhas visuais do que efetivamente ocorreu. Poder-se-ia buscar fontes primárias paraguaias de testemunhas da batalha, no entanto por estarem localizadas em navios e unidades de terra paraguaias não teriam a credibilidade esperada, pois não estavam na *Amazonas* no momento da ação. Assim, embora não devam ser abandonadas, pois são documentos fundamentais para se compreender a dinâmica da ação devem ser vistas com cuidado, tendo sempre em vista a técnica historiográfica a ser seguida pelo pesquisador.

A única solução é a busca por fontes primárias nos navios brasileiros, em especial na *Amazonas*, para, utilizando a técnica de confronto de fontes, procurar-se depreender o que realmente aconteceu, se aproximando o mais possível da verossimilhança. Dessa maneira o pesquisador mu-

nido de informações sobre o personagem, das ações ocorridas e dos relatos das testemunhas, será capaz de descrever o que possivelmente ocorreu. Afinal, quem foi Francisco Manuel Barroso?

Barroso nasceu em Portugal em 1804, vindo para o Brasil com três anos de idade. Entrou para a Real Academia de Marinha em 1821, fazendo parte de uma geração de aspirantes, guardas-marinha e tenentes que tiveram o Primeiro Almirante da Armada Thomas Cochrane, Lorde Dundonald, como referência. É interessante mencionar que Cochrane fez parte de um grupo de oficiais britânicos que lutou contra Napoleão, no qual também se incluía Lorde Horatio Nelson. Cochrane havia treinado aquela geração de oficiais com o culto à ofensiva e a decisão da ação pelo combate, sempre que as condições permitissem. Barroso não serviu diretamente com ele, mas fez parte daquela geração que incluiu Tamandaré e Inhaúma e por Cochrane influenciada. Pode-se agora entender claramente por que Barroso içou o sinal *O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever* antes do combate em Riachuelo, uma clara alusão a Lorde Nelson e a Cochrane. Uma admiração explícita a Nelson mesclada com uma influência direta a Cochrane.

Barroso participou como oficial subalterno na Guerra da Cisplatina, inclusive nas batalhas de Corales a bordo do brigue escuna *Dona Januária* e nos combates de Los Pozos e Juncal. Seu primeiro comando no mar se deu quando tinha 23 anos, a escuna *União*, seguindo-se de comandos de escunas, brigues, corvetas e fragatas em sua longa vida profissional, transformando-o em um verdadeiro e experiente marinheiro. Lutou na Cabanagem no Pará ao lado das forças imperiais como comandante do brigue *Brasileiro*, onde recebeu uma referência elogiosa por destaque em combate. Em seguida seguiu para o Rio Grande do Sul para participar da Guerra dos Farrapos. Quando no comando da Corveta *Baiana* fez uma viagem para o Oceano Pacífico, tendo feito a travessia do temido Cabo Horn. Foi promovido a Chefe de Divisão em 1856, comandando a Divisão Naval do Rio da Prata, depois foi nomeado chefe do Estado-Maior de seu amigo Tamandaré

e comandante da 2ª Divisão das forças navais que operaram na Guerra do Paraguai. Essa foi sua trajetória até Riachuelo.

Pode-se perceber que sua carreira foi bem sucedida e que participou de muitos combates no mar em três guerras distintas. Foi um bom comandante de unidades no mar e nada leva a crer que tenha sido um neófito nas lides marinheiras, muito pelo contrário. Soa estranho para o historiador curioso que tal personagem tenha “congelado” em combate depois de participar de tantos outros encontros armados no mar. Pela documentação primária obtida no Arquivo da Marinha que apresentou o seu currículo, custa acreditar que estejamos à frente de um “covarde” como apontado por Wilson, Thompson e Washburn. Ele pode ter errado em algumas situações em Riachuelo, porém, em princípio, tomá-lo como medroso, é no mínimo temerário para um pesquisador consciente. Passemos agora à segunda etapa da investigação e à mais importante, a análise da documentação primária.

Inicialmente pode-se pesquisar as fontes primárias paraguaias de personagens que tenham participado da refrega para se confirmar se Barroso realmente se encontrava no passadiço de seu navio, atuando como comandante em chefe, no entanto alguns problemas podem ser logo percebidos. Primeiro de que não existiam combatentes inimigos a bordo da *Amazonas*, e assim a dificuldade de se localizar fontes confiáveis testemunhais de sua presença no passadiço. Em segundo lugar, as fontes testemunhais paraguaias tendem normalmente a descrever o que presenciaram sob o seu ponto de vista, isto é, do lado paraguaio. No momento do combate é difícil relatar o que ocorria no lado inimigo, a não ser que fosse observado do seu lado, o que não foi o caso nessa batalha. O pesquisador pode, no entanto, aproveitar essas fontes para confrontar com as fontes brasileiras e retirar informações que poderão ser úteis sobre a conduta do Chefe Barroso em combate, como, por exemplo, a ordem de guinada inicial que provocou uma grande confusão na coluna brasileira. Esses tipos de informação, a partir de fontes paraguaias, podem ser úteis, pois são perceptíveis para ambos

os lados. Dessa maneira, por uma questão de prudência, não se deve confirmar a ausência de Barroso do passadiço com fontes paraguaias somente, mas sim com fontes fidedignas obtidas do lado brasileiro, em especial de testemunhas que se encontravam a bordo da *Amazonas* ou de testemunhas que se encontravam próximas do navio capitânea no momento da ação. Deve-se assim recorrer a testemunhas visuais, na medida do possível, pois são as mais habilitadas a serem consideradas verossímeis.

A primeira fonte primária a ser investigada seria exatamente o próprio Barroso, e para isso utiliza-se a sua parte de combate escrita em 12 de junho de 1865. Disse ele o seguinte:

Não fizemos tudo quanto desejáramos, mas fizemos tudo quanto podíamos... tive de atender a mil circunstancias, e de vencer as dificuldades do nosso confuso regimento de signaes... a pouca largura do canal naquelle ponto não me permittia fazer as evoluções com a presteza desejável, porem, tendo eu a bordo o pratico Bernardino Gustavino, que há 10 annos está ao serviço nosso e que se póde chamar o chefe dos prácticos, subi com resolução firme de acabar de uma vez com a Esquadra paraguaya... assim puz a proa sob o primeiro que mais próximo me ficava e com tal ímpeto, que o inutilizei completamente⁶⁰,

Segue-se a descrição dos abalroamentos dos três outros navios inimigos. Continuou afirmando que “quase todos” se portaram bem e o ajudaram, e que no passadiço JUNTO COM ELE encontrava-se o comandante da fragata *Amazonas* o Capitão de Fragata Theotônio Raymundo de Brito que acabou elogiado por Barroso em sua parte de combate.

Pode-se perceber que Barroso reconheceu que sua ordem inicial para formatura provocou grande confusão, sendo pouco compreendida por seus subordinados. Esse foi um erro de comando que não pode ser transferido a qualquer outro motivo, pois o comandante sempre é o responsável por tudo de bom e ruim que ocorre com sua força. Em seguida assume a ordem de abal-

roamento como sua e que utilizou para isso os conhecimentos da área de Bernardino Gustavino, o que em princípio deve ser considerada como verossímil a ser confrontada com outras fontes. Prossegue afirmando que “quase todos” se portaram bem. Quem falhou? Ele não aponta, mas deixou a dúvida no ar. Como que para confirmar a sua presença no passadiço afirmou que junto dele estava o Comandante Theotonio. Deve-se então confrontar tal informação com a parte de combate de Theotonio após a refrega. No próprio dia 11 à noite Theotonio escreveu o seguinte: “Obedecendo às ordens de V. Exa subi rio acima e fomos abalroando os vapores inimigos, conseguindo inutilisar tres e metter a pique uma das chatas...V. Exa foi testemunha ocular do comportamento dos officiaes e mais praças sob meu commando, e de tudo o quanto se passou a bordo, durante o combate.”⁶¹ No confronto Theotonio confirmou a versão de Barroso de que a manobra foi por ele imaginada e que foi “testemunha ocular de tudo o quanto passou durante o combate”. Assim, Barroso NÃO ESTAVA NA CÂMARA, conforme apontado, tanto por Wilson, quanto por Washburn e Thompson, segundo a técnica historiográfica de uso de documentação primária e confronto de fontes.

Apesar disso, o historiador deve continuar pesquisando para ter a CERTEZA de que Barroso foi o autor da manobra de abalroamento e de que estava no passadiço durante toda a ação. Vejamos a parte de combate do comandante interino da canhoneira *Belmonte*, o Primeiro-Tenente Joaquim Francisco de Abreu. Disse ele o seguinte: “Pessoa alguma melhor do que V. Exa, que ESTEVE CONSTANTEMENTE no passadiço do navio chefe, póde ser juiz do meu comportamento durante o combate que hoje se deu entre a esquadra paraguaya e a brasileira.”⁶² Joaquim Francisco observou Barroso no passadiço durante o combate, confirmando a afirmação de Theotonio. O comandante da *Iguatemi* por sua vez o Primeiro-Tenente Justino José de Macedo Coimbra, em sua parte de combate, se ateve ao confronto de seu navio com outros paraguaios, e assim nada mencionou que clareasse a posição de Barroso e a tática de abalroamento. Foi ferido

durante a ação. Os comandantes da *Jequitinhonha*, da *Parnaíba*, da *Araguari* e *Meirim* em suas partes de combate tampouco acrescentaram informações sobre a posição de Barroso na ação, descrevendo basicamente o que ocorreu com seus navios. O Comandante do vapor *Beberibe*, o Capitão-Tenente Bonifácio Joaquim de Sant’Anna, por sua vez cita Barroso duas vezes, a primeira mencionou “logo que V.Exa ordenou que atacássemos o inimigo” e em seguida “approximando-se então V.Exa no vapor *Amazonas* e ordenando-me que o seguisse para baixo”.⁶³ Ao que tudo indica Barroso estava dirigindo ordens a seus comandantes a partir do passadiço e não me parece que Bernardino, um simples prático, teria a capacidade de comandar a força em razão do afastamento de Barroso, além disso Theotonio permitiria essa ação? Wilson, com sua afirmação de que Bernardino foi o grande vencedor de Riachuelo, não só se enganou como atingiu a sua própria reputação como autor a ser considerado. Seu relato não é verossímil. Mas vamos em frente.

O comandante do vapor *Ypiranga*, o Primeiro-Tenente Alvaro Augusto de Carvalho, em sua parte de combate mencionou “V.Exa melhor que ninguém sabe de todos os episódios deste encarniçado combate”⁶⁴, confirmando que Barroso esteve durante toda a ação controlando os movimentos de seus navios. Difícil acreditar que todos os oficiais mencionados em suas partes de combate estivessem mentindo.

É interessante mencionar que em 1877 houve nova discussão na imprensa brasileira sobre quem teria sido o autor da manobra de abalroamento. O imediato da fragata *Amazonas* no combate o então Capitão-Tenente Delfim de Carvalho, em artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 15 de agosto daquele ano de 1877 afirmou que o golpe da proa da fragata fora inesperado, “sem premeditação”, para se evitar o tiro de uma chata e que fora ele Delfim quem da proa da *Amazonas* pedira a Barroso essa ação, que só depois de perceber que ela tivera sucesso, Barroso a repetiu novamente. Imediatamente Barroso o interpelou por carta e pela imprensa, utilizando depoimentos de diversos oficiais que participaram do combate⁶⁵.

Houve nesse ano de 1877 no mês de outubro, isto é dois meses depois da polêmica de Delfim de Carvalho, um inquérito solicitado pelo próprio Barroso, conduzido no porto de Montevideo e a bordo da *Amazonas* a respeito de um boato surgido no Prata de que o inspirador da manobra de abalroamento teria sido Bernardino Gustavino, que se encontrava no passadiço ao lado de Barroso. Conduziram esse inquérito os Capitães de Fragata Dionísio Manhães Barreto, Manuel Carneiro da Rocha e Custódio José de Melo. O depoimento de Bernardino Gustavino foi esclarecedor e como tal deve ser levado em consideração pelo historiador profissional. Disse Bernardino o seguinte:

Que havendo suspenso os navios paraguaios e estando travado o combate entre as duas esquadras, o vapor *Amazonas* quando seguia águas acima, encontrara fundeado o vapor paraguaio *Jejuí* e fora sobre ele POR INICIATIVA E ORDEM do então Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso e isto depois de consultar a ele deponente se havia água bastante para a *Amazonas* e obter resposta afirmativa. E que o bom êxito dessa manobra levara o mesmo chefe a repeti-la contra outros navios inimigos, que tiveram a mesma sorte do *Jejuí*. Por fim respondeu que da proa da *Amazonas* nenhuma voz ouviu-se a respeito.⁶⁶

Estava desfeita qualquer dúvida a respeito da manobra. Delfim de Carvalho fora contestado por Bernardino. Barroso foi o idealizador da manobra de abalroamento.

Dessa maneira, como pesquisador da batalha, interpreto, a partir das fontes primárias disponíveis, após a utilização da crítica interna, que Barroso foi o responsável pela confusão inicial dos navios na aproximação com os navios inimigos por ser o comandante da força naval brasileira e isso faz parte do ser comandante, total responsabilidade das ações de seus subordinados. Em complemento, concluo que os testemunhos de Wilson, Washburn e Thompson quanto ao desempenho de Barroso não são verossímeis e devem ser desconsiderados. Barroso permaneceu todo o tempo no passadiço da

Amazonas conduzindo as ações, e a manobra de abalroamento foi por ele idealizada e supervisionada, com o auxílio das informações de Bernardino Gustavino que, por ser exímio conhecedor do Rio Paraná, tinha total conhecimento das profundidades locais e foi um prestimoso auxiliar do chefe naval. O sucesso da ação deve ser creditada a Barroso, pois ele era o comandante, por mais que Bernardino o tenha auxiliado e assim o responsável por tudo. Acredito que Delfim de Carvalho tenha estado na proa auxiliando a movimentação para o abalroamento. Não acredito que ele tenha dirigido a ação daquele local, pois no calor do combate ele não teria sido ouvido por Barroso e Bernardino do passadiço. Entretanto acredito que tenha estado na proa no momento das colisões. Essa ação de Barroso salvou a batalha de uma provável derrota. Outro ponto a ser debatido é a questão da perseguição da força inimiga rio acima.

Esse é um ponto polêmico, a exploração da vitória de Riachuelo. Os críticos apontam timidez por parte de Barroso por não perseguir os navios paraguaios rio acima, em direção de Corrientes. Como historiador indico que tal decisão foi tomada por Barroso em razão do que ele mesmo apontou “a minha intenção era destruir por esta forma toda a esquadra paraguaya, do que andar para baixo e para cima, por que mais cedo ou mais tarde havíamos de encalhar por ser naquella localidade o canal muito estreito”.⁶⁷ Poderia ele ter pressionado para que a *Araguari* e o *Beberibe* continuassem a perseguição, no entanto recuou. Isso foi uma decisão questionável, no entanto tomada no calor da ação. Ele queria recuperar os navios avariados e recolher os feridos brasileiros, além do temor declarado de ter outro navio encalhado. Deve-se compreender a sua decisão. Não devemos esquecer que na história naval existem exemplos de desistência de perseguição como na primeira batalha do Mar das Filipinas quando o Almirante norte-americano Raymond Spruance não perseguiu as forças navais japonesas que se retiravam apressadamente. Spruance foi um combatente valente, mas não usou o princípio da exploração durante a batalha. Assim, essa discussão da perseguição da força paraguaia deve ser relativizada. Existiam contingências que

afetaram a decisão de Barroso, tais como baixa profundidade, recuperação de seus navios e tripulações, ocupação das margens pelos paraguaios e aproximação da noite em área dominada pelo inimigo. O homem é pressionado por suas contingências, e com Barroso não foi diferente.

QUINTA CONTROVÉRSIA: FOI RIACHUELO UMA BATALHA DECISIVA ?

Inicialmente verifiquemos a quantidade de baixas verificadas em cada lado da contenda. Tem-se pela documentação primária disponível nas partes de combate os seguintes números: dois vapores brasileiros perdidos, com as seguintes baixas por navio; *Amazonas* (mortos – 12; feridos – 21, total: 33 – 7% de baixas); *Belmonte* (mortos – 9; feridos – 22; total: 31 – 15% de baixas); *Iguaçu* (mortos – 1; feridos – 5; total: 6 – 3% de baixas); *Jequitinhonha* (mortos – 18; feridos – 32; total – 50 – 18% de baixas); *Parnaíba* (mortos – 52; feridos – 28; total – 80 – 34% de baixas); *Beberibe* (mortos – 4; feridos – 18; total: 22 – 6% de baixas); *Araguari* (mortos – 2; feridos – 4; total: 6 – 3% de baixas); *Ypiranga* (morto – 1; feridos – 5; total: 6 – 3% de baixas) e *Mearim* (mortos – 3; feridos – 7; total: 10 – 5% de baixas).⁶⁸ No total foram 102 mortos e 142 feridos, com um percentual de baixas de 17%. O navio que mais sofreu baixas foi a *Parnaíba* com 34%, seguido da *Jequitinhonha* com 18%. Garmendia apresenta um número um pouco diferente com 116 mortos e 151 feridos⁶⁹. Em razão da informação de baixas ser primária e de Garmendia não apontar a fonte, prefere-se a primeira opção.

Os números paraguaios são conflitantes. Foram quatro navios destruídos, com cerca de 750 baixas na força naval e 30 nas baterias de Bruguez. Segundo Garmendia, sem especificar o número de mortos e feridos⁷⁰. Thompson, por sua vez, mencionou 200 baixas, sem especificar o número de mortos e feridos.⁷¹ Wilson apresenta números maiores, 1.000 baixas para os paraguaios e 300 para os brasileiros.⁷² Ouro Preto apresentou um número muito exagerado de baixas paraguaias, cerca de 1.500 mortos na força naval e 1.750 nas baterias em terra, uma informação que deve ser descartada, pois inverossí-

mil⁷³. Uma decisão difícil para o historiador tomar. Todas essas informações estão provindas de fontes primárias e secundárias que perdem significado na medida em que não podem ser confiáveis por não estarem no calor da ação. Usando o bom senso, as ações de combate e o número aproximado total de combatentes na força paraguaia, em torno de 1.200 marinheiros e 800 soldados, pode-se estimar o número de baixas como maior que o de brasileiros, algo em torno de 600, com cerca de 200 a 300 mortos e o restante de feridos, o que se aproxima ligeiramente dos números de Garmendia. Trata-se de uma especulação e não uma afirmação.

Foi efetivamente a batalha de Riachuelo decisiva? Considerando o que dissera Alfred Mahan sobre a primazia da batalha para a obtenção do controle do mar, repetia ele o que Horatio Nelson mencionara certa vez ao comentar que "o que o país [a GB] necessita é a aniquilação do inimigo. Somente números podem aniquilar".⁷⁴ Para Mahan as guerras seriam decididas com as batalhas, daí se considerar que será ela decisiva se negar ao inimigo o controle e ele se vir como fugitivo. Se levarmos em consideração os números, os paraguaios tiveram duas vezes mais baixas que os brasileiros. Isso não determinou que a batalha foi decisiva. O que a determinou foi o que a esquadra paraguaia pôde realizar após o encontro em Riachuelo. Praticamente nada. Ela perdeu quase 50% de sua capacidade combativa nesse encontro. A partir daí ela pouco realizou como força naval constituída. Além disso, a força naval brasileira passou a bloquear tanto o Rio Paraná como o Paraguai, evitando que Lopez recebesse apoio logístico até o final da guerra. Assim passou a exercer o controle fluvial em sua plena acepção. Em complemento apoiou operações de vulto como a de Passo da Pátria, Humaitá e Piquissiri, sem ser molestada. Sua atenção passou a ser as margens ainda dominadas pelas forças paraguaias. Como se sabe, é senhor do rio quem domina as margens, e só com a ação das forças terrestres isso poderia ser realizado, e a esquadra permaneceu aonde deveria, protegida e incapaz de forçar uma ação decisiva, pois forças navais não podem tomar uma posição de terra. Essa ação compete a uma força terrestre.

Dessa maneira, em razão de seu predomínio, pode-se considerar Riachuelo como uma batalha decisiva, pois a força naval brasileira não teve mais nenhum adversário à altura nos rios da região. A partir dela, Lopez passou à defensiva. Com o tempo, a força naval brasileira foi sendo cada vez mais reforçada com novos meios, tornando-a uma força considerável e inconteste.

CONCLUSÃO

O ofício do historiador é desafiador, cansativo, mas por certo gratificante. A sua capacidade de trabalhar com as fontes, em especial as primárias, e a utilizar técnicas apreendidas durante a sua formação, o capacitarão a explicar e interpretar os fatos de forma adequada, aproximando-o, cada vez mais, do que se entende como “verdade”, tornando sua interpretação verossimilhante. O leitor pode até não concordar com sua interpretação dos fatos históricos, no entanto deve perceber sua honestidade e integridade intelectual e profissional. A ideologia não poderá cegar o historiador com fatos que lhe estão clamando como verossímeis, por isso como profissional desconfio dos chamados “historiadores engajados”. Suas interpretações, em muitos casos, indicam interpretações deslocadas da realidade, atingindo suas próprias integridades intelectuais. Foi isso que tentei evitar, aceitando minha condição de oficial da Marinha, logo influenciável, no entanto mantendo sempre integridade e honestidade que devem nortear o ofício do historiador. A batalha do Riachuelo traz até aos dias de hoje muitas controvérsias.

Na primeira controvérsia, segundo minha interpretação, a força naval brasileira não estava em uma posição bloqueadora, mas sim bloqueada, tanto em relação a Corrientes ao norte quanto às barrancas do Riachuelo ao sul, tanto que após o combate ela se retirou para o sul.

Na segunda controvérsia, as forças navais brasileiras eram superiores em termos materiais e pessoais, e as afirmações de Thompson, Wilson e Washburn sobre o desempenho dos brasileiros não merecem crédito, pois foram feitas à distância, sem participarem diretamente das ações. Além disso, dois

deles pelo menos tinham fortes simpatias pelos paraguaios e assim perceberam como “verdades” informações providas de fontes ligadas a Lopez. Pela correta técnica historiográfica, suas visões devem ser descartadas.

Na terceira controvérsia, no início da batalha Barroso, perdeu o controle dos movimentos de sua força, só recuperando a iniciativa das ações na fase final da contenda, a chamada fase dos abalroamentos. Deve-se mencionar que essa recuperação foi fundamental para a mudança do curso da ação.

A quarta controvérsia, o desempenho de Barroso, por si só é a mais delicada e sensível questão. Segunda minha interpretação, Barroso se colocou durante todo o combate no passadiço, sendo o principal responsável pela manobra de abalroamento contra os navios paraguaios, auxiliado pelo eficiente e valoroso prático correntino Bernardino Gustavo que continuamente o assessorou nas profundidades locais e as possibilidades de ação. Não descarto o auxílio prestado pelo imediato da *Amazonas*, o Tenente Delfim de Carvalho que se encontrava na proa da fragata e orientou o movimento de seu navio nos choques aos navios inimigos. Não posso concordar com sua justificativa de que foi o autor da manobra de abalroamento. Barroso participou de diversos combates anteriores a Riachuelo, e as alegações de Thompson, Washburn e Wilson de que fora covarde são absolutamente falsas, segundo a documentação primária disponível. Os motivos que levaram os três autores a alegarem essa covardia podem ser diversas, segundo posso perceber, porém fogem ao escopo dessa pesquisa.

Por fim, Riachuelo pode ser considerada uma batalha decisiva, pois teve influência direta no desenrolar da Guerra do Paraguai e provocou a derrocada da valente, porém frágil Armada paraguaia.

Segundo minha interpretação, Riachuelo, por ser a principal batalha em que se envolveu a Marinha brasileira, ainda trará novas perguntas e interpretações. Pode-se prever novos fatos e novas controvérsias. A história será sempre reescrita, e isso que a faz ser fascinante e desafiadora. Riachuelo realmente é e continuará sendo uma batalha de controvérsias.



- ¹ Segundo o autor inglês Jeremy Paxman em seu livro *The English* o mercado editorial britânico publica por ano 100.000 novos títulos por ano, um mercado maior que o próprio mercado norte-americano. Referência: PAXMAN, Jeremy. *The English*. London: Penguin, 2007, p. 110.
- ² A “verdade” é um objetivo a ser alcançado pelo historiador, daí eu preferir a palavra “verossimilhança” que é uma busca pela verdade histórica, passível de ser reinterpretada por outro profissional que como eu procura a verdade. Essa é a “minha verdade” e não a “verdade”.
- ³ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Introducción aL trabajo de la investigacion histórica, conocimiento, método e historia*. Barcelona: Crítica Editorial, 1981, p. 175.
- ⁴ MENDES, José Amado. *A História como Ciência. Fontes, metodologia e teorização*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1993, p. 115.
- ⁵ *Ibidem*, p. 254.
- ⁶ SHAFER, Roger Jones. *A guide to historical method*. Homewood: Dorsey Press, 1969, p. 104.
- ⁷ MENDES, op. cit, p. 131.
- ⁸ *Ibidem*, p. 133.
- ⁹ *Ibidem*, p. 134.
- ¹⁰ *Ibidem*, 135 e SHAFER, op. cit, p. 138.
- ¹¹ Citado por GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 6ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p.191.
- ¹² CENTURION, Juan Crisóstomo. *Memorias ó Reminiscencias Historicas sobre la Guerra del Paraguay*. T 1. Asuncion: El Lector, 1987, p. 272.
- ¹³ GARMENDIA, José Ignacio. *Campaña de Corrientes y de Río Grande*. Buenos Aires: Imprenta, Litografía y Encuadernación de J. Peuser, 1904, p. 181.
- ¹⁴ *Ibidem*, p. 182.
- ¹⁵ FONSECA, Ignacio Joaquim da. *Estudo da Batalha do Riachuelo*. Rio de Janeiro: Lombaertz & Co, 1883, p. 13.
- ¹⁶ BOTTO, Carlos Penna. *Campanhas Navais Sul-Americanas*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, p. 86.
- ¹⁷ CENTURION, op. cit, p. 270.
- ¹⁸ GARMENDIA, op. cit, p. 171.
- ¹⁹ CENTURION, op. cit, p. 44.
- ²⁰ BOTTO, op. cit, p. 85.
- ²¹ *Ibidem*, p. 85.
- ²² CENTURION, op. cit, p. 271.
- ²³ GARMENDIA, op. cit, p. 179.
- ²⁴ *Idem*.
- ²⁵ THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p.72.
- ²⁶ *Idem*.
- ²⁷ WASHBURN, Charles Ames. *The History of Paraguay*. Boston: Lee and Sheppard, 1871, p. 64.
- ²⁸ *Ibidem*, p. 65..
- ²⁹ THOMPSON, op. cit, p.72.
- ³⁰ WILSON, H.W. *Ironclads in Action: a sketch of Naval Warfare from 1855 to 1895*. Boston: Little, Brown & Co, 1896.
- ³¹ *Ibidem*, p. 257.
- ³² *Ibidem*, p. 258.
- ³³ HAYES, N.C. *Naval Operations during the War of the Triple Alliance, 1865-1870*. The Naval Review, V 102, n. 1, Fahrenham: UK, FEB 2014, p. 59-65.
- ³⁴ WILSON, op. cit, p. 257.
- ³⁵ *Idem*.
- ³⁶ *Ibidem*, p. 258.
- ³⁷ BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Marinha Imperial*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954, p. 322. Thompson cita “cerca de 200 canhões” em THOMPSON, op. cit, p. 219.
- ³⁸ THOMPSON, op. cit, p. 139.
- ³⁹ *Ibidem*, p. 141.
- ⁴⁰ *Ibidem*, p. 221.
- ⁴¹ WILSON, op. cit, p. 259.
- ⁴² WASHBURN, op. cit, p. 67, 68.
- ⁴³ Regimento Provisional para o Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real que por ordem de Sua Magestade deve servir de Regulamento aos Commandantes das Esquadras e Navios da mesma Senhora. Reimpressão por Aviso de 9 de julho de 1868. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868.
- ⁴⁴ *Ibidem*, p. 44.
- ⁴⁵ *Ibidem*, p. 47.
- ⁴⁶ Parte de Combate escrita em 12 de junho de 1865 a bordo da Fragata Amazonas pelo Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso publicada em Estudo da Batalha do Riachuelo de Ignacio Joaquim da Fonseca em 1883 pela Typographia e Livraria Lombaerts & Co do Rio de Janeiro.
- ⁴⁷ THOMPSON, op. cit, p. 77.
- ⁴⁸ WILSON, op. cit, p. 260 e 261.
- ⁴⁹ WASHBURN, op. cit. p. 70.
- ⁵⁰ *Ibidem*, p. 72.
- ⁵¹ *Ibidem*, p. 73.
- ⁵² *Idem*.
- ⁵³ CENTURION, op. cit, p. 272.
- ⁵⁴ CARDOZO, Efraim. *Hace 100 Anõs. Cronicas de La Guerra de 1864-1870*. T II. Asuncion: Paraguay. 1968, p. 70.
- ⁵⁵ GARMENDIA, op. cit, p. 203.

⁵⁶ FRAGOSO, Augusto Tasso. *Historia da Guerra entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai*. TII. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, p. 76.

⁵⁷ MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 285.

⁵⁸ OURO PRETO, Visconde de. *A Marinha D´Outrora (subsídios para a história)*. Rio de Janeiro: SDGM, 1981, p. 100.

⁵⁹ FONSECA, op. cit, p. 34 e 35.

⁶⁰ DA SILVA, Theotônio Meirelles. *Historia Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884, p. 225 e 226.

⁶¹ FONSECA, op. cit, p. 127.

⁶² Ibidem, p. 130.

⁶³ Ibidem, p. 148.

⁶⁴ Ibidem, p. 159.

⁶⁵ FRAGOSO, op. cit, p. 78.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ FONSECA, op. cit, p. 79.

⁶⁸ Dados retirados das partes de combate em FONSECA.

⁶⁹ GARMENDIA, op. cit, p. 201.

⁷⁰ Ibidem, p. 201 e 202.

⁷¹ THOMPSON, op. cit, p. 77.

⁷² WILSON, op. cit, p. 261.

⁷³ OURO PRETO, op. cit, p. 105.

⁷⁴ Citado em ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Gigantes da Estratégia Naval. Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Prismas, 2014, p. 134.

Batalha Naval do Riachuelo: 150 anos de uma vitoriosa Operação Conjunta da Marinha e do Exército do Brasil*

Naval Battle of Riachuelo: 150 years of a victorious Joint Operation between the Brazilian Navy and Army

André Cezar Siqueira

Coronel da reserva do Corpo de Engenharia. PTTC no CEPHiMEx/DPHCEX. Possui os Cursos da AMAN(1982), EsAO(1991), ECEME(2004), CPEAEx(2008) e MBA Executivo/FGV(2008).

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o quadro geral da vitoriosa operação conjunta realizada pela Marinha e o Exército do Brasil, na Batalha Naval do Riachuelo, no dia 11 de junho de 1865. A operação conjunta é toda aquela realizada por duas ou mais forças armadas, sem unidade de comando. O ataque a Corrientes, no dia 25 de maio de 1865, numa operação conjunta do Brasil com a Argentina, impôs a Solano Lopez a necessidade de atacar a força naval brasileira que, em junho de 1865, estava em frente à Corrientes, praticamente na retaguarda da força terrestre invasora paraguaia, que se deslocava pela margem esquerda do Rio Paraná. Assim, 2.287 combatentes brasileiros, sendo 1.113 da Marinha e 1.174 do Exército, embarcados nos nove navios de nossa esquadra, ao sofrerem o ataque paraguaio, no domingo de 11 de junho de 1865, escreveram uma das páginas mais gloriosas da história militar naval do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Operações Conjuntas, Brasil, Marinha, Exército, Riachuelo

ABSTRACT

The purpose of the following article is to present the general framework of the successful joint operation carried out by the Brazilian Navy and Army on the naval Battle of Riachuelo, on June 11th, 1865. Joint operations are those carried out by two or more armed forces, without a commanding unit. The attack on Corrientes on May 25th, 1865, led by a joint operation between Brazil and Argentina, urged Solano Lopez to attack the Brazilian naval force which on June, 1865, was in front of Corrientes, almost at the rear of the invading Paraguayan land force, that was marching by the left bank of Paraná River. 2.287 Brazilian combatants, 1.113 from the Navy and 1.174 from the Army, were boarded on the nine ships of our fleet. As they suffered the Paraguayan attack on a Sunday, June, 11th, 1865, they wrote one of the most glorious pages of Brazilian Navy history.

KEYWORDS: Joint Operations, Brazil, Navy, Army, Riachuelo

* Artigo recebido em 20 de abril de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

INTRODUÇÃO

No dia 11 de junho de 1865, domingo da Santíssima Trindade, passados sete meses do início da Guerra da Tríplice Aliança (GTA) contra o Paraguai, e com uma temperatura local de 10°C, duas Divisões da nossa Esquadra, compostas pelos vapores: Amazonas, *Parnahyba*, *Araguary*, *Iguatemy* e Mearim (2ª Divisão) e Jequitinhonha, Beberibe, Belmonte e *Ypiranga* (3ª Divisão), sob o comando do Almirante Barroso, encontravam-se ancoradas, postadas em coluna, na margem direita do Rio Paraná, do lado do Chaco Argentino, mais ou menos equidistantes da cidade de Corrientes e das barrancas do Rio Riachuelo, ambas na margem esquerda. Dos nossos navios podia-se ver aquela cidade, mas não a bateria de 22 canhões colocados e camuflados pelos paraguaios nas margens do Riachuelo, que lhes ficavam fronteiras.

O vapor Amazonas tinha desfraldado no mastro o pavilhão do chefe Barroso; a Jequitinhonha, a insígnia do Capitão de Mar e Guerra Gomensoro, imediato no comando e também comandante da 3ª Divisão. Toda a nossa força naval atingia o total de 59 bocas de fogo e de 2.287 combatentes, inclusive oficiais de mar e terra, sendo 1.113 da Marinha e 1.174 do Exército, que se achavam a bordo para qualquer operação de desembarque.

Ninguém esperava o inimigo: os nossos vasos de guerra estavam com os seus fogos abafados, tranquilamente ancorados. Às 8:30 horas da manhã os oficiais preparavam-se para almoçar. Nesse momento, o vigia do mastro de proa da canhoneira Mearim gritou: "Esquadra inimiga pela proa!" O comandante desse navio, 1º Tenente Elisário Barbosa, mandou içar o sinal de "Inimigo à vista", percebido imediatamente pelo navio-chefe Amazonas, que deu logo a ordem para despertar os fogos abafados.

Com efeito, era a esquadra inimiga, com 8 navios, que avançava, descendo o Rio Paraná à toda força, em coluna, rebocando 6 chatas, as baterias flutuantes. A bordo dos nossos navios, todos ocuparam seus postos e a Artilharia foi guarnecida sem perda de tempo. O navio-chefe içou o sinal de "Suspender e preparar para o combate". Iniciava-se, assim, uma das mais gloriosas páginas

da Marinha do Brasil, um perfeito exemplo de uma bem sucedida operação conjunta dessa força singular com o Exército Brasileiro: a Batalha Naval do Riachuelo.

Este artigo tem por objetivo apresentar o quadro geral da vitória nesta batalha das forças de mar e terra do Brasil, ocorrida há 150 anos, em homenagem a todos os bravos que nela construíram a eternidade gloriosa da história nacional.

DESENVOLVIMENTO

Operações Conjuntas na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

O Almirante Armando de Senna Bittencourt, em seu artigo "Operações Conjuntas e Combinadas na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai", que se encontra disponível em [www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF Files/45.pdf](http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/45.pdf), traçou um paralelo entre a Guerra Civil Americana (GCA), de 1861 a 1864, e a GTA, demonstrando que ambas se caracterizaram pela importância das operações combinadas ou conjuntas – o termo depende de haver ou não unidade de comando na operação – entre Marinha e Exército.

O Almirante Bittencourt escreveu que a principal estratégia empregada pelos vencedores dessas guerras foi o bloqueio, pois na bacia do Mississipi e na do Paraná-Paraguai, a logística e as operações militares dependeram fortemente dos rios dessas regiões, e apresentou os principais desenvolvimentos tecnológicos e táticos surgidos durante a GCA, e aplicados na GTA: navios encouraçados com propulsão exclusivamente a vapor para operar em rios; a mina naval; balões para observação e foguetes.

Na fase inicial da guerra, o presidente da República Argentina, General Bartolomeu Mitre, exercia o Comando-Geral dos Exércitos Aliados. As Forças Navais do Brasil não estavam diretamente subordinadas a ele, pois se havia intencionalmente previsto no Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio de 1865, que não haveria essa subordinação. O Visconde de Tamandaré, Almirante Joaquim Marques Lisboa, exercia o comando das Forças Navais Brasileiras, que representavam

praticamente a totalidade do Poder Naval presente no Teatro de Operações, e não estava subordinado ao comando das Forças Terrestres brasileiras. Portanto, as operações em que participavam forças navais e terrestres eram operações conjuntas, ou seja, sem unidade de comando.

Antecedentes da Batalha Naval do Riachuelo

Em 10 de abril de 1865, o Almirante Tamandaré notificou os agentes diplomáticos consulares estrangeiros em Montevideu e em Buenos Aires que as divisões da esquadra brasileira sob seu comando iam operar contra o Paraguai. Tamandaré era, provavelmente, dos oficiais-generais mais antigos presentes no início do conflito, o que tinha maior experiência em operações com forças navais e terrestres, e era conhecido o desejo que alimentava o vice-almirante em manter a bordo de seus navios, reforçando o contingente de Fuzileiros Navais, Unidades do Exército. Assim, em 27 de abril de 1865, com a necessária autorização do 2º Visconde de Caramuru, ministro da Guerra, e mediante solicitação de Tamandaré, a 9ª Brigada, sob o comando do Coronel João Guilherme de Bruce, embarcou em Montevideu em navios da Esquadra rumo a Buenos Aires, onde o almirante-chefe das Forças Navais do Império se aprestava para operar no Rio Paraná.

Formava esta Grande Unidade:

- Comando e Estado-Maior da Brigada;
- 9º Batalhão de Infantaria, do Tenente-Coronel José da Silva Guimarães;
- Corpo de Guarnição do Espírito Santo, do Major João Batista de Souza Braga;
- 12º Corpo de Voluntários da Pátria, do Tenente-Coronel em comissão João José de Brito, tropa originária do Corpo de Polícia da Província do Rio de Janeiro;
- Contingente do 1º Batalhão de Infantaria, com o Major Francisco Maria dos Guimarães Peixoto;
- Contingente do 1º Batalhão de Artilharia a pé, com o Tenente Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza;
- Contingente do Batalhão de Engenheiros.

Em 28 de abril, sob as ordens do Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da

Silva, futuro Barão do Amazonas, partiram de Buenos Aires a fragata Amazonas, sua capitânia, a corveta *Parnahyba* e a canhoneira *Ivahy*, conduzindo a bordo a tropa da 9ª Brigada de Infantaria. Barroso rumou para o Rio Paraná onde, após incorporar os navios que lá se achavam, levou em reconhecimento a Esquadra até a região das Três Bocas. Desde 10 de maio já se encontrava em Bela Vista a 3ª Divisão da Esquadra Imperial, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra José Secundino de Gomensoro, que havia partido de Buenos Aires em 11 de abril, composta das corvetas Jequitinhonha, que levava arvorada a sua insígnia, Beberibe e Belmonte, e as canhoneiras *Araguary*, *Iguatemy*, *Ypiranga*, *Itajahy*, *Meirim* e o Navio-Transporte *Peperiguaçu*.

Em 20 de maio, em Bela Vista, Barroso assumiu o comando de toda a Força Naval, repartindo entre as unidades que estavam com Gomensoro parte da força da 9ª Brigada de Infantaria, equilibrando assim as guarnições das corvetas e canhoneiras. Encontrou também fundeada em Bela Vista a pequena esquadilha argentina composta dos vapores *Pampeiro*, *Pavon* e *Espigador*, aos quais se juntaram goletas carregadas de munições e os navios que transportavam uma força de 1.200 praças, com um parque de artilharia, às ordens do General Venceslau Paunero.

O primeiro objetivo dessa Força Conjunta brasileira e argentina foi a retomada da cidade argentina de Corrientes, ocupada desde 14 de abril por 1.500 paraguaios comandados pelo Major Martinez, que dispunha de três bocas de fogo. Para esse fim, as duas Esquadras suspenderam de Bela Vista na manhã de 24 de maio. Os navios fundearam às 16:00 horas à vista do Rincão do Soto, realizando-se uma conferência entre Barroso e Paunero, para acertar os pormenores da ação em terra.

O ataque contra Corrientes foi fixado para o dia 25 de maio, quinta-feira, em comemoração à data nacional da Argentina. O desembarque argentino e brasileiro iniciou-se às três e meia da tarde, dele participando uma Ala (duas Companhias) do 9º Batalhão de linha, sob o comando do Capitão Pedro Afonso Ferreira, e duas peças de artilharia, do 1º Batalhão de Artilharia, comandadas

pelo 1º Tenente Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza. A luta terminou por volta das 17:30 min, repelindo-se o destacamento formado pelos 9º e 24º Batalhões paraguaios, que tiveram 520 mortos e 80 prisioneiros, além da perda de suas 3 bocas de fogo. A tropa de Paunero teve: mortos, 4 oficiais e 58 soldados; feridos, 19 oficiais e 130 praças. A tropa brasileira teve 5 praças mortas e 6 feridas.

Após essa vitória, o General Paunero, sabendo que os paraguaios haviam recebido reforços, decidiu evacuar a região de Corrientes, o que fez na noite de 26 de maio, e na manhã de 27, auxiliado pela canhoneira *Itajahy*. Esse golpe de mão de Paunero teve um efeito moral maior que o dano material que causara, pois o General paraguaio Robles, logo em seguida, retraiu suas forças de Bella Vista e Goya para o norte, cerrando para a região de Corrientes.

Assim, o ataque a Corrientes mostrou para os paraguaios o perigo do flanco exposto à projeção de poder naval para sua coluna de exército, que ocupava território argentino e avançava para o sul, pela margem esquerda do Paraná, provavelmente buscando o contato com a província argentina de Entre-Rios. Era, então, impositivo derrotar a força naval brasileira que, em junho de 1865, estava em frente à Corrientes após o reembarque das tropas aliadas, praticamente na retaguarda das forças terrestres invasoras. Dessa maneira, Solano Lopez planejou atacar nossa esquadra, para assegurar o domínio na região de Corrientes e Entre-Rios.

Lopez partiu de Assunção para Humaitá, aonde chegou no dia 9 de maio, a bordo do *Taquary*. Na região encontravam-se os vapores de guerra *Paraguay*, *Igurey*, *Jejuy*, *Ypora*, Salto Oriental, Rio Blanco, Pirabebe e *Marquez de Olinda*, prontos para o combate, levando a bordo tropas escolhidas e rebocando seis baterias flutuantes, conhecidas como chatas. A guarnição da frota paraguaia era superior a 2.500 homens. Levava um total de 41 canhões nos navios (7 de 68, 3 de 80 e 31 de 18 a 32 libras), mais os 6 das chatas rebocadas (4 de 68 e 2 de 80 libras), e que com os 22 das baterias de Riachuelo (de 6 a 32 libras) perfaziam 69 bocas de fogo, mais o apoio de 2 baterias de foguetes a Congreve em terra. Além disso, Lopez

contava com a fuzilaria de 2.000 infantes de Robles nas barrancas de Riachuelo e Santa Catarina e de grande número de atiradores paraguaios, que passariam para as ilhas fronteiras, e dali hostilizariam fortemente os nossos navios em ocasião oportuna. Assim, eram três andares de verdadeiras baterias, que iam bater e deviam inutilizar os vasos de guerra brasileiros. Ao lume d'água estavam as seis baterias flutuantes e os atiradores estendidos na ilha de Palomera e adjacentes. A três ou quatro metros de altura, as 41 peças dos oito navios paraguaios e a fuzilaria de suas guarnições. A 14 metros de altura, o tiro mergulhante das baterias do Coronel Bruguez e a mosquetaria de 2.000 infantes e de numerosos esquadrões de cavalaria, que acompanhavam os movimentos da nossa esquadra antes das baterias até além da volta da ponta de Santa Catarina, atirando por cima dos navios paraguaios. Lopez, ao passar revista geral à sua esquadra, tinha a convicção da vitória e ouvia com prazer as afirmações de seus oficiais, que haviam de trazer-lhe, diziam eles, a esquadra brasileira aprisionada.

O Capitão de Fragata Pedro Ignácio Meza era o comandante da esquadra paraguaia, sendo o seu imediato o Comandante Cabral. Suas ordens eram: descer o rio pela meia-noite de 10 para 11 de junho, navegar ao longo da margem Correntina e largar as seis chatas que trazia a reboque junto à barranca do Riachuelo; depois, voltando rio acima, procurar, ao amanhecer do dia 11, atacar repentinamente os navios brasileiros, por meio de abordagem, e capturá-los; caso não surpreendesse a esquadra brasileira, deveriam voltar combatendo rio abaixo e apoiarem-se nas baterias de Riachuelo e na artilharia das chatas, atraindo os brasileiros para o fogo destas desconhecidas posições. As ordens planejadas não ocorreram, pois a esquadra paraguaia, além dos oito navios que combateram em Riachuelo, trazia o Rio Blanco com uma numerosa tripulação, e que conduzia os materiais necessários à abordagem. Este navio encalhou na descida, acima de Corrientes, e perdeu-se tempo na tentativa de desencalhá-lo, o que não aconteceu. Este fato tornou impossível o plano de um ataque de surpresa, fazendo

com que os paraguaios cruzassem a bores-te (lado direito) da esquadra brasileira, por volta das 8:30 horas de 11 de junho.

Esta Força Naval brasileira, sob o comando do Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, compunha-se da 2ª Divisão, formada por cinco unidades (*Amazonas*, *Parnahyba*, *Iguatemy*, *Araguary*, *Mearim*), e da 3ª Divisão, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra José Secundino de Gomensoro, e constituída de 4 unidades (Jequitinhonha, Beberibe, Belmonte e *Ypiranga*). Estas 9 unidades apresentavam as seguintes características:

– Fragata *Amazonas* (de rodas), de 6 bocas de fogo (4 canhões obuses de calibre 68, terceira classe, em bateria; 1 rodízio de 68, segunda classe, e 1 peça raiada de 70, Withworth, em rodízio); potência de 300 HP; comprimento de 188 pés; boca de 31 pés; calado de 14 pés. Comandante: Capitão de Fragata Theotônio de Brito; Imediato: Capitão-Tenente Delfim de Carvalho. Guarnição: 462 homens, sendo 149 praças da armada (incluindo o chefe Barroso e 14 oficiais); e a tropa de 313 praças do Exército (incluindo o comandante da 9ª Brigada, Coronel Bruce, e 9 oficiais), composta pelo Estado-Maior e as 3ª, 4ª e 5ª Companhias do 9º Batalhão de linha e a 4ª Companhia do 12º Corpo de Voluntários (ex-Corpo de Polícia da Província do Rio de Janeiro).

– Canhoneira *Parnahyba* (a hélice), de 7 bocas de fogo (4 canhões de 32 em bateria, 2 rodízios de 68, e 1 peça raiada de 70 Withworth); potência de 120 HP; comprimento de 164 pés; boca de 24 pés; calado de 9 pés. Comandante: Capitão-Tenente Garcindo de Sá; Imediato: 1º Tenente Felipe Chaves. Guarnição: 263 homens, sendo 141 praças da armada (incluindo o Comandante e 8 oficiais); 122 praças do Exército, incluindo o Comandante do Destacamento (Tenente-Coronel José da Silva Guimarães), 7 oficiais e as 1ª e 6ª Companhias do 9º Batalhão.

– Canhoneira *Iguatemy* (a hélice), de 5 bocas de fogo (2 canhões de 32 em bateria, 3 rodízios de 68); potência de 80 HP; comprimento de 145 pés; boca de 22 pés; calado de 7,5 pés. Comandante: 1º Tenente Macedo Coimbra; Imediato: 1º Tenente Oliveira Pimentel. Guarnição: 213 homens, sendo

96 praças da armada (incluindo o Comandante e 5 oficiais); e 117 praças do Exército, incluindo o Comandante do Destacamento (Tenente-Coronel J. J. de Brito), o Major Antônio Luís Bandeira Gouvêa (fiscal do 12º de Voluntários), 5 oficiais e as 1ª e 3ª Companhias do 12º de Voluntários.

– Canhoneira *Araguary* (a hélice), de 4 bocas de fogo (2 canhões de 32 em bateria, 2 rodízios de 68); potência de 80 HP; comprimento de 146 pés; boca de 22 pés; calado de 7,5 pés. Comandante: 1º Tenente Antonio Luiz Von Hoonholtz, mais tarde Barão de Tefé; Imediato: 1º Tenente J. Candido dos Reis. Guarnição: 172 homens, sendo 89 praças da armada (incluindo o comandante e 7 oficiais); e 83 praças do Exército, incluindo o comandante do Destacamento (Tenente Silva e Sá), 5 oficiais e a 2ª Companhia do 9º Batalhão de Infantaria.

– Canhoneira *Mearim* (a hélice), de 7 bocas de fogo (4 canhões de 32 em bateria, e 3 de 68 em rodízio); potência de 100 HP; comprimento de 150 pés; boca de 23 pés; calado de 7,5 pés. Comandante: 1º Tenente Eliziário Barbosa; Imediato: 1º Tenente Pires de Miranda. Guarnição: 192 homens, sendo 125 praças da armada (incluindo o comandante e 6 oficiais); e 67 praças do Exército, incluindo o comandante do Destacamento (Capitão Antonio José da Cunha), 3 oficiais e demais integrantes da 5ª Companhia do 12º Corpo de Voluntários.

A 9ª Brigada havia, assim, fornecido 702 homens às cinco unidades da 2ª Divisão, entre os quais 35 oficiais.

– Corveta *Jequitinhonha* (a hélice), capitânia da 3ª Divisão, de 8 bocas de fogo (6 canhões de 32 em bateria, e 2 de 68 em rodízio); potência de 130 HP; comprimento de 175 pés; boca de 26 pés; calado de 12,5 pés. Comandante: Capitão-Tenente J. J. Pinto; Imediato: 1º Tenente Lucio de Oliveira. Guarnição: 286 homens, sendo 120 homens da armada, incluindo o comandante da 3ª Divisão (Chefe Gomensoro), o comandante da Corveta e 9 oficiais; e 166 praças do Exército, incluindo o 1º Batalhão de Infantaria com seu comandante (Major Francisco Maria dos Guimarães Peixoto), e 5 outros oficiais.

– Corveta *Beberibe* (a hélice), de 7 bocas de fogo (6 canhões de 32 em bateria, e

1 rodízio de 68, 3ª classe); potência de 130 HP; comprimento de 168 pés; boca de 27 pés; calado de 11 pés. Comandante: Capitão-Tenente Bonifacio de Sant'Anna; Imediato: 1º Tenente E. Przewodowski. Guarnição: 324 homens, sendo 178 praças da armada, incluindo o comandante e 8 oficiais; e 146 praças do Exército, sendo 110 do Corpo de Infantaria da província do Espírito Santo, e 36 do 1º Batalhão de Artilharia, incluindo o Comandante do Corpo Major João Batista de Souza Braga e 7 oficiais.

– Corveta Belmonte (a hélice), de 8 bocas de fogo (4 canhões de 32 em bateria, 3 de 68 em rodízio, e 1 peça raiada de 70 Withworth em rodízio); potência de 120 HP; comprimento de 168 pés; boca de 24,5 pés; calado de 9,5 pés. Comandante: 1º Tenente J. F. de Abreu; Imediato: 1º Tenente F. Goulart Rollim. Guarnição: 204 homens, sendo 109 praças da armada (incluindo o comandante e 5 oficiais); 95 praças do Exército, incluindo o comandante do Destacamento (Capitão Antônio dos Santos Rocha), o comandante do 1º Batalhão de Artilharia (Tenente de Artilharia Tibúrcio de Souza), integrantes do 12º Corpo de Voluntários (2ª Companhia) e do 1º Batalhão de Artilharia (2 oficiais).

– Canhoneira *Ypiranga* (a hélice), de 7 bocas de fogo (6 canhões de 30, em bateria, 1 rodízio de 30); potência de 70 HP; comprimento de 145 pés; boca de 22 pés; calado de 9,5 pés. Comandante: 1º Tenente Álvaro de Carvalho; Imediato: 1º Tenente J. Candido dos Reis. Guarnição: 171 homens, sendo 106 praças da armada (incluindo o comandante e 7 oficiais); e 65 praças do Exército, incluindo o comandante do Destacamento (Tenente Corrêa de Andrade), 3 oficiais, e integrantes do 12º Corpo de Voluntários (6ª Companhia).

A 9ª Brigada havia, assim, fornecido 472 homens às quatro unidades da 3ª Divisão, entre os quais 22 oficiais.

O Almirante Ignacio Joaquim da Fonseca, em seu livro “A Batalha de Riachuelo” (Editora Lambaerts, Rio de Janeiro, 1883) referiu-se às esquadras brasileira e paraguaia como duas enormes serpentes, ou dois formidáveis cetáceos a fumegarem pelo dorso a fuligem da raiva que, em fogo, levavam nas entranhas, para a luta espantosa e terrível em que deviam se empenhar corpo a corpo.

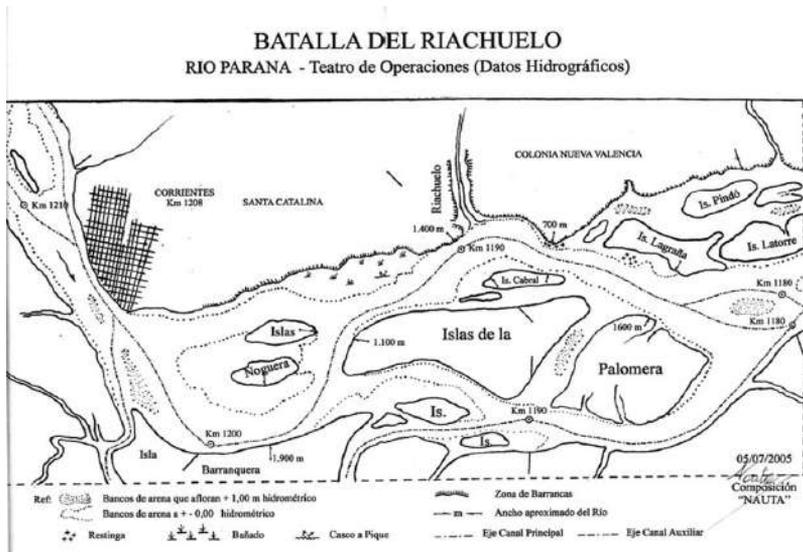
E este combate mortal, conforme bem escreveu o Almirante Prado Maia em seu livro “A Marinha de Guerra do Brasil na Colômbia e no Império” (José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1965), ocorreu com bom tempo, uma ligeira brisa do nordeste, e com o Rio Paraná baixando e levando os camalotes, como a desejar bem varrido o teatro em que se ia ferir, pela primeira vez, uma batalha entre duas esquadras a vapor.

Quadros descritivos e comentários gerais da Batalha Naval do Riachuelo

Com o objetivo de facilitar a descrição e a visão geral dos principais acontecimentos do dia 11 de junho de 1865, foram colhidos os quadros existentes no site www.histarmar.com.ar/ArmadasExtranjeras/Paraguay/RiachMapas.htm, no idioma espanhol. A observação acurada das imagens possibilita ao leitor a compreensão adequada dos notáveis feitos perpetrados por nossos bravos marinheiros e soldados nesta memorável jornada.

O Quadro 1 mostra a caracterização geral do espaço geográfico de transcurso dos combates. De acordo com a descrição do 1º Tenente Antonio Luiz Von Hoonholtz, comandante da Canhoneira Araguay, em seu livro “Batalha Naval de Riachuelo”, o referido autor afirma que o Rio Paraná apresentava-se longo e correndo por algumas milhas mais ou menos norte-sul e depois nordeste-sueste, com pequenas saliências e reentrâncias do lado correntino, sendo essa margem formada mais abaixo por barrancos cobertos de espesso arvoredo. No ponto em que o rio mais se estreitava, entre o grupo de ilhas Las Palomeras e a ponta de Santa Catarina, a alta barranca deste nome era separada da que vinha de Corrientes por uma quebrada em que corria um riacho: o Riachuelo. Foi nesse trecho de difícil navegação, acrescentou Von Hoonholtz, num canal tortuoso, entre dois bancos perigosíssimos, que a esquadra de Barroso se bateu um dia inteiro, sempre em contínuas evoluções. Ao sul do canal, o rio libertava-se dos embaraços que o estorvavam, e oferecia uma bacia favorável à navegação, sob o nome de Lagraña.





Quadro 1

O Quadro 2 apresenta o posicionamento e a movimentação das esquadras brasileira e paraguaia, conforme relatos do 1º Tenente Antonio Luiz Von Hoonholtz, comandante da *Araguary*.

Da análise da batalha, conclui-se que houve um momento em que a ação esteve indecisa: quando a *Parnahyba*, encalhada, se debatia contra 3 vapores paraguaios. Tínhamos nessa ocasião mais 2 vapores encalhados: a corveta *Jequitinhonha* e a canhoneira

a *lançar-se ao rio*, já os 4 vapores inimigos que se salvaram, dirigidos por Cabral, iam em fuga, a grande distância, perseguidos pela *Beberibe* (Comandante Bonifacio de Sant'Anna) e, mais de perto, pela *Araguary* (Comandante Von Hoonholtz); mas a noite começava, e com as avarias que haviam todos sofrido, desistiu-se da caça. A navegação do Paraná não é tão fácil que se pudesse aventurar uma perseguição à noite, com o risco de encalhar e sem nenhuma

Belmonte, que estava ameaçada de soçobrar. Com os movimentos livres tínhamos apenas 6 vapores. Nesse momento, a liderança, iniciativa e maestria naval do Almirante Barroso se fizeram presentes, tornando o curso da batalha favorável ao Brasil, a partir das 14:00 horas. Quando a Amazonas acabou de inutilizar o quarto vapor paraguaio, obrigando a tripulação das chatas



Recopilación de "Nauta Artesanía"

Quadro 2

probabilidade de alcançar os fugitivos. Além disso, era preciso acudir à Jequitinhonha, à Belmonte, à *Ypiranga* (esta última querendo socorrer a primeira também encalhara) e à *Parnahyba*, que muito se danificara com o combate desigual que sustentou.

A parte oficial de Barroso, escrita no dia seguinte ao da batalha, disse que tivemos, entre mortos e feridos, de 180 a 190 homens, sendo 80 ou 90 os mortos, mas depois que recebeu as partes oficiais dos diferentes comandantes, verificou que a nossa perda fora superior. Tivemos 245 homens fora de combate, sendo: 87 mortos, dos quais 7 oficiais; 138 feridos, dos quais 8 oficiais; e 20 extraviados. Destes 245 homens fora de combate, 126 pertenciam à Marinha, com 49 mortos (5 oficiais), 62 feridos (6 oficiais) e 15 extraviados; e 119 ao Exército (9ª Brigada do Coronel Bruce), sendo 38 mortos (2 oficiais), 76 feridos (2 oficiais) e 5 extraviados (entre eles o Alferes de Polícia Pacheco de Miranda, cujo cadáver foi encontrado dias depois).

O número de tiros de artilharia disparados pelos navios de nossa esquadra foi o seguinte: Amazonas (325), *Parnahyba* (300), *Iguatemy* (235), *Araguary* (250), Mearim (260), Jequitinhonha (530), Beberibe (256), Belmonte (125), *Ypiranga* (270). O número de tiros de mosquetaria disparados pela tropa embarcada da Marinha e do Exército foi calculado em aproximadamente 75.000.

As perdas paraguaias foram elevadas. Destruímos 4 vapores de sua esquadra: a *Jejuy*, o *Marquez de Olinda*, o Salto Oriental e a *Paraguay*. Metemos a pique 2 chatas, uma das quais foi salva depois, e tomamos 4 outras com a competente artilharia. A *Jejuy* submergiu-se logo com o choque da Amazonas, mas, não acontecendo o mesmo com os 3 outros inutilizados, ficamos por algum tempo senhores deles, com a artilharia que montavam. O destacamento que guardava o Salto Oriental, ao mando do Guarda-Marinha A. H. da Fonseca (da *Parnahyba*), abandonou esse vapor na noite de 11 de junho, porque ia a pique. A *Paraguay* foi guardada até o dia 14 de junho por uma força destacada da *Ypiranga*, às ordens do 1º Tenente J. Candido dos Reis. No dia 14 foi incendiado esse vapor, e no dia 17 incendiámos também o *Marquez de Olinda*.

Raros foram os tripulantes dos 4 vapores destruídos que escaparam, e, estando os navios inimigos com as guarnições muito reforçadas, compreende-se bem que os 4 que se salvaram deviam ter sofrido perdas consideráveis no pessoal. Em terra tivera Bruguez também grandes perdas, pois a sua bateria teve de calar-se à tarde. Não se pode, com efeito, avaliar em menos de 1.500 os paraguaios que morreram a bordo dos seus navios e na abordagem da *Parnahyba*, bem como os que se afogaram, quando destruídos os vapores e chatas, e os que ficaram feridos e prisioneiros.

Entre os troféus da batalha foram recolhidas as bandeiras e flâmulas do *Marquez de Olinda*, pelo comandante da *Araguary*, Von Hoonholtz (futuro Barão de Tefé), do Salto Oriental, pelo 1º Tenente Pestana (da guarnição da *Parnahyba*), e da *Paraguay*, pelo 1º Tenente J. Candido dos Reis (da *Ypiranga*).

A leitura dos Relatórios da batalha, expedidos pelo Almirante Barroso e pelos comandantes dos navios da nossa esquadra, possibilita avaliar o quadro geral dos combates e a atuação conjunta dos militares da Marinha e do Exército nacionais. Partes significativas dos referidos relatórios estão transcritas a seguir, extraídas do livro "Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai" (BIBLIEX, 1983, Volume 2, TOMO II, páginas 137 a 141), do General Paulo de Queiroz Duarte.

O Almirante Barroso escreveu que os comandantes se portaram bem, e que o "...Coronel João Guilherme Bruce, comandante da Brigada, já conhecido por sua bravura, me coadjuvou, fazendo dirigir a tropa aos lugares que mais convinha para ofender o inimigo".

O Capitão-de-Fragata Theotônio Raymundo de Brito, comandante da Amazonas, escreveu que "...cumpro também o agradável dever de informar a V. Exa. que os oficiais e mais praças do Exército destacadas a meu bordo me auxiliaram grandemente, com fuzilaria e trabalhando no rodízio de ré".

O Capitão-Tenente Aurelio Garcindo Fernandes de Sá, comandante da *Parnahyba*, escreveu que "...apenas guarnecido o segundo rodízio de bombordo, que disparou dois tiros de metralha, toda a guarnição defendeu a

abordagem, inclusive as 1ª e 6ª Companhias do 9º Batalhão de Infantaria destacados a bordo desta corveta, sob as ordens do seu distinto comandante, o Tenente-Coronel José da Silva Guimarães. (...) Nesta luta heroica em que cada oficial, marinheiro e soldado cumpriu com o dever de verdadeiro brasileiro, muitas vidas preciosas foram sacrificadas no altar da pátria. (...) O Capitão do 9º Batalhão de Infantaria Pedro Affonso Ferreira e o Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalg sucumbiram defendendo o pavilhão nacional, que chegou a ser arriado por um oficial do *Taquary*, conseguindo depois apoderar-se do leme, tendo sido acutilada nessa ocasião quase toda a guarnição do 4º rodízio (de ré) que heroicamente lutou contra as hordas dos nossos inimigos, que superiores em número apossaram-se da tolda... içado agora o nosso pavilhão e serenados os ânimos, vimos então que nessa luta heroica em que muitos jogavam as armas pulso a pulso, bastantes tinham sido as vítimas que com seu denodo concorreram para tornar memorável nos anais da Marinha brasileira o dia 11 de junho de 1865. (...) Entre eles não posso deixar de mencionar o bravo Tenente do 9º Batalhão de Infantaria Feliciano J. de Andrade Maia, que sustentou-se no seu posto até cair desfalecido pelos golpes do inimigo, tendo-se até então conservado como verdadeiro baluarte brasileiro. A sua memória deve ser conservada como um brasão de honra e alto crédito para o Exército Imperial. (...) O contingente do 9º Batalhão de Infantaria, composto das 1ª e 6ª Companhias, sob o imediato comando do muito distinto Tenente-Coronel José da Silva Guimarães, portou-se como era de esperar de soldados brasileiros. Entusiasmo no ato da abordagem, valor e esforço denodado na luta travada braço a braço com o inimigo, excedem o melhor elogio. (...) Foram incansáveis em bem dirigir os seus subordinados o Capitão Timoleão Peres de Albuquerque Maranhão, o Tenente Leopoldo Borges Galvão Uchôa e Alferes Francisco de Paula Barros. São ainda dignos de elogio os Alferes Pedro Velho de Sá Albuquerque e Francisco Barreto de Sá Junior. No mesmo caso se acham o 1º Sargento Cadete Quartel-Mestre Luiz José de Souza, o 1º Cadete 2º Sargento Luiz Francisco de P. Albuquerque Maranhão".

O 1º Tenente Justino José de Macedo Coimbra, comandante da *Iguatemy*, escreveu que "...durante este combate encarniçado todos os oficiais, quer da Marinha, quer da tropa, bem como a guarnição e soldados, portaram-se com muita dignidade e coragem, e, graças a isso, sustentei sempre com o inimigo um fogo vivíssimo".

O 1º Tenente Antonio Luiz Von Hoonholtz, comandante da *Araguary*, escreveu que "...antes de concluir, peço permissão a V. Exa. para felicitá-lo pela intrepidez e sangue frio com que se portaram os oficiais, tanto da Armada como do Exército pertencentes a esta canhoneira, bem como toda a sua guarnição, excetuando o soldado do 9º Batalhão José Augusto Gomes, que fiz meter a ferros na coberta por se haver portado mal".

O 1º Tenente Eliziario José Barbosa, comandante da Mearim, escreveu que "...os oficiais e mais praças desta canhoneira e o contingente do Corpo Policial cumpriram bem o seu dever. O Capitão do Corpo Policial Antonio José da Cunha e os Alferes Firmino José de Almeida e João Carlos de Mello e Souza tornaram-se dignos de menção pela atividade e boa direção que deram ao contingente daquele Corpo".

O Capitão-Tenente Joaquim José Pinto, comandante interino da Jequitinhonha, escreveu que "...os Srs. oficiais da Armada e mais classes, e bem assim os do contingente do 1º Batalhão de Infantaria do Exército, marinheiros e soldados, portaram-se em seus postos com muito valor e sangue frio. Sendo todos dignos de admiração, pois o fogo que sofremos foi vivíssimo".

O Capitão-Tenente Bonifacio Joaquim de Sant'Anna, comandante da Beberibe, escreveu que "...as praças do Corpo de Guarnição do Espírito Santo, que estão destacadas neste vapor, também merecem ser louvadas por terem seguido o exemplo do seu bravo comandante o veterano Major João Batista de Souza Braga, que esteve em seu posto de honra todo o tempo que durou o combate".

O 1º Tenente Joaquim Francisco de Abreu, comandante interino da Belmonte, escreveu que "...devo declarar a V. Exa. que os oficiais ...muito me coadjuvaram ...e o mesmo devo dizer dos capitães Antonio dos Santos Rocha e Antonio Muniz Telles de

Sampaio, do Corpo Policial no que diz respeito a sua gente, e do Sr. Tenente Antonio Tiburcio Ferreira de Souza que com a prática que tem de artilharia e com o destacamento de que é digno comandante, auxiliado pelos Srs. Cadetes Leovigildo Cavalcanti de Mello e Miguel Maria Gerard, prestou serviços reais, e portou-se com o valor que em Corrientes já uma vez mostrou”.

O 1º Tenente Alvaro Augusto de Carvalho, comandante da *Ypiranga*, escreveu que “...a conduta dos meus oficiais, e praças do Corpo Policial destacadas a bordo, está acima de qualquer elogio. O Alferes do Depósito D. Faustino José da Silveira, o Tenente do Corpo Policial João Corrêa de Andrade e os alferes do mesmo Corpo Antonio Firmino da Costa e José Joaquim Rodrigues de Araujo portaram-se muito bem e dirigiram o fogo de mosquetaria com muita ordem. O Alferes Costa é um oficial de muito sangue frio e julgo-o capaz de se encarregar de qualquer comissão em que se necessite um oficial calmo e enérgico”.

E para homenagear os bravos militares brasileiros, o Governo Imperial, em Decreto nº 3.529, de 18 de novembro de 1865, criou uma Medalha destinada a distinguir os oficiais, praças e classes anexas da Armada Nacional que tomaram parte no Combate Naval de Riachuelo, travado contra a esquadra paraguaia em 11 de junho de 1865. Em Decreto nº 3.548, de 29 de novembro de

1865, referendado pelo Ministro da Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, o Governo Imperial estendeu aos oficiais e praças de pré do Exército, que tomaram parte no Combate Naval de Riachuelo, as disposições do Decreto de 18 do mesmo mês e ano. Esse ato do Governo Imperial veio sanar uma injustiça, consequente do total esquecimento de que a bordo dos navios nacionais que se bateram em 11 de junho de 1865 encontravam-se 1.174 combatentes do Exército, reforçando os fuzileiros navais também embarcados.

CONCLUSÃO

A vitoriosa operação conjunta da Marinha e do Exército do Brasil em Riachuelo foi decisiva, pois, conforme bem definiu o Almirante Bittencourt, garantiu o bloqueio à navegação do Paraguai e o consequente corte do apoio logístico da esquadra daquele país às suas tropas, permitindo ao Brasil e seus aliados o uso pleno dos rios da Bacia do Prata, que eram as principais vias de acesso ao teatro de operações e às regiões do interior do país. Além disso, mostrou aos argentinos e uruguaios simpatizantes de Lopez o risco que correriam com sua participação no conflito, pois aquela não seria mais uma guerra rápida, com boa probabilidade de vitória do Paraguai. Conforme o Almirante Bittencourt bem definiu, “Riachuelo mudou o curso da guerra”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v. 1, v.2 (tomo 2), 1981-89.

FONSECA, Ignacio Joaquim da. *A Batalha de Riachuelo*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1883.

HOONHOLTZ, Antonio Luiz Von. *Batalha Naval de Riachuelo*. Rio de Janeiro: Livraria GARNIER Irmãos, 1910.

JOURDAN, Emílio Carlos. *História das Campanhas do Uruguay, Matto-Grosso e Paraguay*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1º Volume, 1893.

PRADO MAIA, João do. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguay*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1º Volume, 1902.

O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar*

The black sailer Marcílio Dias: the many memories of an exemplary citizen

Álvaro Pereira do Nascimento

é pesquisador de produtividade do CNPq e professor associado dos cursos de Graduação e pós-graduação em História da UFRRJ.

RESUMO

O artigo investiga a passagem de Marcílio Dias na Marinha de Guerra, desde seu recrutamento até sua morte na Batalha do Riachuelo, após dez anos de serviço militar. Analisa ainda como foi propagada a história de sua bravura na guerra, tornando-se uma memória reverenciada e lembrada pedagogicamente a estudantes civis e militares.

PALAVRAS-CHAVE: Marcílio Dias; Memória; Cidadão exemplar

ABSTRACT

This article focus on the Marcilio Dias' life in the Brazilian Navy, from recruitment until his death at the Battle of Riachuelo, after ten years of military service. It also analyzes how the history of his bravery in the war was spread, thus becoming a venerated memory and remembered pedagogically for civilian and military students.

KEYWORDS: Marcílio Dias; Memory; Model citizen

INTRODUÇÃO

Na atual Praça Paris, entre os bairros da Glória e da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, mantém-se há 106 anos um belíssimo monumento em homenagem ao Almirante Barroso e a outros homens do mar que morreram na Batalha do Riachuelo. A imponente estátua de Barroso apoia-se num imenso suporte de alvenaria, revestido por um granito branco, no qual o artista, Correia Lima, distribuiu destacadas e centralizadas placas com os nomes dos principais navios de guerra e imagens de oficiais vitimados naquela batalha.

Entre outras peças de rara beleza destacam-se em bronze a imagem em relevo da batalha, muito próxima à obra de Victor Meirelles, e mais dois rostos em perfil, que estão logo abaixo à estátua de Barroso. São peças riquíssimas e muito bem trabalhadas. A primeira imagem é a do jovem guarda-marinha Greenhalg, que morreu abraçado

* Artigo recebido em 25 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

à bandeira brasileira. A segunda mira a charmosa alameda central da bela praça. Trata-se do perfil do rosto de Marcílio Dias, o marinheiro mais homenageado na história da Marinha de Guerra. Talvez, o nosso primeiro herói nacional.¹

Como quando vemos o nome de alguém numa placa e desconhecemos o homenageado, é hora de ligarmos a face em perfil do monumento ao ato de bravura que o imortalizou. Enfim, quem foi Marcílio Dias? Quando nasceu? Qual sua origem? Por que um marinheiro, o único homem negro e de cabelo carapinha naquele monumento, tinha posição tão privilegiada, logo abaixo da figura de um dos mais famosos heróis da Marinha de Guerra; Força Armada, importante lembrar, que mais reunia filhos da nobreza no seu oficialato? Estas são algumas das perguntas que tentaremos responder aqui, investigando uma trajetória marcada por aventuras e atos de bravura, tornando-se uma referência na memória das pessoas mais diversas e um exemplo sempre acionado pelos oficiais quando o assunto era ensinar disciplina aos marinheiros mais jovens.

A BATALHA DO RIACHUELO E MARCÍLIO DIAS

Quando partiu para o *front* de batalha, Marcílio Dias certamente pensava em voltar para seus familiares; nada diferente do esperado por milhares de homens do mar e soldados do Exército. A guerra havia de ser rápida, como tanto se imaginou,² e eles voltariam salvos das armas inimigas, inteiros para tocarem suas vidas e com um repertório imenso de histórias da guerra para contar a familiares, amigos e vizinhos. Por isso, creio que Marcílio Dias não pretendia ser reconhecido como um herói; um nome que venceria ao esquecimento, mesmo que passados 150 anos da batalha que o imortalizou. Mas nem tudo aconteceu como esperado.

Em Paissandu, Marcílio Dias começou a se destacar. Em meio à guerra civil uruguaia, que opunha *blancos*³ e *colorados*,⁴ foi rechaçada a renovação dos tratados de Comércio e Navegação, de 1851, por parte do governo *Blanco*, que estava no poder. A livre

navegação por rios importantes da bacia do Prata estava suspensa aos navios brasileiros com essa negativa. Além disso, os interesses de pecuaristas gaúchos localizados naquele país estavam sendo prejudicados. Sob as ordens e olhos de Aguirre, os tratados de navegação foram queimados em praça pública e a bandeira brasileira arrastada pelas ruas de Paissandu. Esses dois atos abalaram fortemente o Almirante Tamandaré e muitos brasileiros que liam as notícias no Brasil. Foi, então, aquela cidade uruguaia a primeira invadida pelas forças brasileiras.⁵ Com a tomada, em 2 de dezembro de 1864, Marcílio Dias subiu até o alto da igreja da cidade de Paissandu e gritou “vitória” tremulando a bandeira brasileira.

Creio que esse primeiro episódio animou ainda mais seu espírito de bravura, comum aos guerreiros, e despertou-lhe o sentimento de ser um nacional, um brasileiro. Sentimento que ainda não havia brotado entre os brasileiros desde a independência, como surgia naquele momento.⁶ Sendo um homem negro, imperial marinheiro, defensor do território nacional e respectivo povo, deve ter Marcílio Dias se enchido de júbilo e orgulho por demonstrar que era um brasileiro capaz de zelar pela pátria como qualquer outro homem, independente da sua cor. Tudo isso deve ter-lhe animado para enfrentar, como enfrentou, sua mais dura e fatal batalha.

No dia 11 de junho de 1865, as esquadras paraguaia e brasileira se encontraram no rio Paraná, próximo ao Rio Riachuelo, em Corrientes, atual Argentina. Era manhã de domingo, e os paraguaios haviam descido o rio a fim de surpreenderem os brasileiros fundeados nessa região. Durante o combate, o *Jequitinhonha*, da esquadra brasileira, encalhou, dificultando a formação em linha das embarcações. A canhoeira *Parnahyba*, que estava atrás, também ficou isolada das demais, tornando-se alvo fácil ao lado da *Jequitinhonha*. Dois navios vapores paraguaios, o *Taquary* e o *Salto*, notando esta situação, abordaram a *Parnahyba* a bombordo e a estibordo respectivamente. A partir daí foi o início do combate no convés da *Parnahyba*. Centenas de homens digladiando a fim de salvar suas próprias vidas e tomar ou manter o poder sobre o navio. Segundo o co-

mandante da *Parnahyba*, a situação tornou-se “crítica com a abordagem do Marques de Olinda”, navio brasileiro que fora apesado pelos paraguaios meses antes.

Naquelas próximas horas de domingo, marcadas por um sanguinolento conflito, começaram a surgir aqueles que seriam lembrados como heróis da Batalha do Riachuelo. No momento em que os tremores provocados por uma ansiedade corrosiva informam quantos minutos ou segundos faltam para as baionetas e projéteis perfurarem corpos, espadas cortarem a carne dos combatentes e o sangue a tingir o convés. Manter-se vivo através da morte do inimigo tornou-se o objetivo.

Terminado o conflito, corpos expirados e feridos espalhavam-se pelos conveses dos navios, outros foram tragados e levados pela correnteza do rio. Vários desses homens, fossem oficiais, sargentos, soldados e marinheiros, tiveram seus nomes sublinhados pelo oficial comandante da *Parnahyba*, em sua parte⁷ diária escrita dois dias após o fim da batalha. Percebe-se naquelas linhas o peso do momento para um comandante ao avaliar os prejuízos daquele combate. Embora fale e trate de diversos indivíduos ao longo do seu relato, algo salta aos olhos do leitor. Ele reservou quantidade expressiva e destacada de linhas para um marinheiro de 1ª classe. Dizia o comandante do *Parnahyba*, o oficial Aurélio Garcindo de Sá,

O imperial marinheiro de 1ª classe Marsilio (*sic*) Dias, que tanto se distinguira nos ataques de Payssandu, imortalizou-se ainda nesse dia. Chefe do rodízio raído, abandonou-o somente quando fomos abordados para sustentar braço a braço a luta do sabre com quatro paraguayos. Consegui matar dois, mas tive de sucumbir aos golpes dos outros dois. Seu corpo, crivado de horríveis cutiladas, foi por nós piedosamente recolhido, e só exalou o último suspiro ontem pelas 2 horas da tarde, havendo-se-lhe prestado os socorros de que se tornara a praça mais distinta da *Parnahyba*. Hoje, pelas 10 horas da manhã, foi sepultado com rigorosa formalidade no Rio

Paraná, por não termos embarcação própria para conduzir seu cadáver à terra.⁸

O depoimento destacava e coroava um entre aqueles que não se deixaram abater pelo desespero que a abordagem dos três navios paraguayos despertou e assim mantiveram-se lutando até o fim. Embora a memória fale que a luta foi somente de glórias, muitos tremeram na ocasião e abandonaram o principal objetivo de estarem ali. O mesmo Comandante Aurélio Garcindo de Sá certamente leu os apontamentos do *Livro de Bordo* do navio sob seu comando, geralmente redigido por oficial mais jovem, onde encontrou registros de marinheiros que se jogaram ao rio para abandonar o conflito, aumentando ainda mais a pressão sobre aqueles que permaneceram lutando. O Cabo Antonio Bernardo, cuja posição denota mais anos de navegação que a maioria dos marinheiros, “atirou-se ao rio [...] dando a maior prova de covardia”.⁹ Entre os onze “extraviados”, que possivelmente morreram e foram tragados pelo rio, havia pessoas como Antonio Bernardo que aproveitaram aquelas águas para fugir da batalha.

Assim, pela violência do conflito e desespero demonstrado por alguns, podemos entender a expressão de pesar do comandante da *Parnahyba*. Era o reconhecimento pelo feito de Marinheiro Marcílio Dias, que havia se destacado por sua bravura e dedicação à causa da guerra. O relato é importante por descrever o ato que imortalizou o marinheiro, e pelo zelo que tiveram com seu corpo, carregando-o “piedosamente”, cuidando das “horríveis cutiladas” e, finalmente, sepultando-o “com rigorosa formalidade”. Em suma, era como ver nascer uma peça valiosíssima e tratá-la com todo cuidado e dedicação até a hora do sepultamento.

É importante notar que este trecho foi escrito pelo comandante dois dias após a batalha do Riachuelo, em meio a dezenas de atividades que haviam de ser realizadas para dar conta de todas as baixas trazidas por uma batalha (saber quantos morreram, quem estava ferido ou desaparecera, consertar os estragos feitos no navio e no material bélico etc.). Em outras palavras, ele

escrevera aproximadamente cinco páginas, contando o ocorrido, e ainda reservou uma quantidade maior de linhas para Marcílio Dias do que para oficiais e marinheiros mortos na batalha. Esta parte foi encaminhada ao Comandante Barroso, o Barão do Amazonas, chefe da esquadra na região. Daí por diante ela foi parar na imprensa do Rio de Janeiro em 30 de junho de 1865 através do *Jornal do Commercio*, que é reproduzida em 1 de julho pelo *Diário de Notícias*. A parte oficial do chefe da esquadra não falou em Marcílio Dias, mas a publicação da parte do comandante da *Parnahyba* na imprensa iniciou o processo que transformou o marinheiro em herói.

Uma figura realmente estranha ao rol dos heróis: marinheiro não era oficial. Marcílio Dias estava longe de ser um daqueles entendidos por “grandes homens”,¹⁰ um chefe militar tal qual Tamandaré ou Barroso. Não possuía a espada do oficialato, nem liderara grupo algum de homens no *front* de batalha. Carregava nos braços a patente de marinheiro de 1ª classe, com especialização em artilharia. Parava por aí. Sua passagem na Marinha foi tão comum aos demais marinheiros que o mais difícil foi encontrar fontes que dessem conta de sua vida profissional e familiar. Seus biógrafos realizaram exercício hercúleo para ocupar as lacunas que preenchiam a história do herói – como a data do seu nascimento, quem eram realmente seus pais e qual a sua naturalidade. Procurou-se escrever a história de um “bravo”, mas a documentação da Marinha não ajudava. Sabia-se somente que havia patrocinado o momento de maior heroísmo na batalha do Riachuelo.¹¹ Herói que o país ainda não possuía naquela época.

A história do *Parnahyba* levou a declarações públicas de júbilo e orgulho por parte de poetas, jornalistas e políticos. Aquele combate repleto de cenas de valentia, superação, bravura e dor parecem ter mexido com sentimentos de patriotismo daquelas pessoas que, na distante Corte, procuravam explicitá-los em qualquer jornal ou revista.¹² O jovem Joaquim Nabuco o fizera nas páginas da *Semana Ilustrada* de 17 de setembro de 1865. Dizia ele, em verso, “Avante, heróis brasileiros! Ide vingar nossos brios, e voltai

cheios de glória, ou sublimai a vitória, nas sepulturas dos rios”.¹³ Em dezembro do mesmo ano, a esposa de um futuro almirante, Adélia Josefina de Castro Fonseca, publicou na revista *Bazar Volante* as seguintes linhas: “Choras a Marcílio Dias [...] choras porque ainda julgas ouvir do heroísmo o grito, que o teu raro Benedito soltou na hora final”.¹⁴ Em setembro de 1865, a *Revue Maritime* também citou o heroísmo da *Parnahyba*.¹⁵ O ato de Marcílio Dias é narrado com zeloso respeito. Aparece como o mais destacado entre todos os demais participantes da batalha.

Não tardou para a Marinha lançar o primeiro navio (entre futuros outros) com o nome Marcílio Dias, já em agosto de 1865. O chefe de divisão Antonio Leocádio do Couto disse ter sido “em homenagem ao valor e denodo com que o imperial marinheiro [...] se tornou notável no ataque do Riachuelo [...] e na tomada de Paissandu”.¹⁶ E, finalmente, a Marinha também concedeu uma pensão à Luiza Francisca Dias, irmã do marinheiro morto em Riachuelo.¹⁷ Era o começo de uma memória espetacular, mesmo sendo o falecido um homem negro, pobre, e com presumível antepassado escravo.

FORROS, LIVRES E ESCRAVOS NA MARINHA DE GUERRA

Marcílio Dias estava longe de ser um caso raro de marinheiro negro vestindo a farda branca da Marinha de Guerra. Milhares de homens, rapazes e garotos negros foram recrutados, alistaram-se voluntariamente ou estiveram inscritos nas escolas de aprendizes, por parte dos pais, tutores ou enviados por autoridades policiais e judiciárias. Na verdade, pelos dados que temos, tripularam a maioria das embarcações como marinheiros, cabos e sargentos.¹⁸ Não há exemplos de oficiais negros, pelo menos nos séculos XIX e no início do XX.

A pequena quantidade de voluntários levou a Marinha a manter o recrutamento forçado militar e mesmo a criar as escolas de aprendizes, com as quais poderia ela recrutar crianças pobres, órfãs e necessitadas, na esperança de transformá-las em homens do mar profissionalizados e disciplinados. Estas duas formas de incorporação

na Armada permitiu a chegada de diversos homens negros, livres, libertos ou não em seus quartéis. Um exemplo de escravo fugido que se tornou exemplo de bravura e herói na Batalha do Riachuelo como ocorrera a Marcílio Dias foi descrito pelo patrono da Marinha de Guerra, o Almirante Tamandaré. Em seu ofício, de 14 de novembro de 1865, o chefe da Força Naval no Rio de Prata reforça uma ideia cara num momento vitorioso: falar de um valoroso marinheiro negro, mas também escravo fugido. Por isso, propõe formas de como

se dar a liberdade ao escravo que combateu com denodo no dia 11 de junho ao lado de sua guarnição. Este homem se acha a bordo da Corveta Nichteroy e deve concluir a campanha que por acaso encetou, mas na qual já se portou bem. Toda a corporação se acha pronta a subscrever a quantia necessária para indenizar-se ao proprietário do escravo do seu valor, se o governo imperial, como é digno de ser, não preferir dar-lhe a carta de liberdade, como prêmio por sua bravura¹⁹

Este não foi o único caso de escravo fugido encontrado nas Forças Armadas. Vários foram registrados pela historiografia na Marinha e no Exército.²⁰ Eles começaram a entrar na Marinha de Guerra no início do século XIX, em momentos nos quais o processo de formação da nação e da centralização monárquica opunha, no limite, políticos conservadores e liberais, em meio a revoltas separatistas e a governos claudicantes. Esses foram momentos oportunos para fuga e incorporação, fosse nas forças leais ao governo ou nas separatistas. Nada, contudo, estava seguro: o escravo fugido precisava conquistar a vitória na guerra, pois ela seria também a sua. O exército que oferecesse a liberdade seria o escolhido, e a partir disso o escravo o defenderia de todas as formas possíveis. Durante a guerra do Paraguai, encontrei 25 casos de escravos reclamados por seus senhores que já haviam assentado praça ou estavam próximos de fazê-lo.²¹

Além desses, havia aqueles escravos que sorrateiramente assentavam praça em períodos entre crises. Mesmo assim, os senhores poderiam enfrentar problemas para os terem restituídos ao seu domínio. Segundo Emilia Viotti da Costa, muitos avisos do Ministério da Justiça foram distribuídos às secretarias de polícia no pós-guerra, informando como deviam agir em casos semelhantes. Em um desses avisos, de 9 de fevereiro de 1870, o ministro da Marinha dizia “que um indivíduo que se achava há mais de três anos no gozo de sua liberdade, e como livre servira na Armada, não só não deveria ser entregue à sua senhora que o reclamava como escravo, como deveria ser posto em liberdade”.²²

A sanha pelos prêmios pagos aos policiais e agentes de alistamento animava a truculência dos alistadores, que muitas vezes capturavam escravos como recrutas. Se o escravo não revelasse sua condição nem fosse reconhecido, o agora recruta chegaria ao chefe de polícia, e daí por diante somente o escravo poderia optar entre ser recrutado para a Armada ou retornar ao cativeiro. Claro que havia sinais importantes a serem vistos e investigados, como a cor da pele, a vestimenta, os trajes, que sem sombra de dúvida auxiliavam na diferenciação entre uns e outros naquela sociedade. O sinal mais gritante, contudo, eram as marcas de castigos correccionais em homens negros, muito comum em escravos. Mas nem isso evitava a incorporação de um escravo fugido.²³ Marcílio Dias não era escravo, mas caiu nas teias dos recrutadores de plantão.

QUEM FOI MARCÍLIO DIAS?

É difícil saberemos maiores informações que as trazidas em raros documentos.²⁴ Temos poucas biografias, escritas há muito tempo, que prescindem dos recursos atuais da historiografia. Não à toa, a obra de Dídio Costa sobre Marcílio Dias tem a maior parte das suas 107 páginas reservadas a narrativas sobre a Guerra do Paraguai e às homenagens *post-mortem*. São quase inexistentes aquelas esperadas pelo leitor acerca da vida mesma do marinheiro.²⁵ Sabia-se somente que havia entrado para a

Marinha aos 17 anos, sendo filho de Manoel Fagundes Dias, e apresentava bom comportamento enquanto marinheiro. Eram as informações mais precisas que se tinha, pois haviam sido recolhidas nas páginas do Livro de Socorros da Companhia de Imperiais Marinheiros a qual Marcílio Dias²⁶.

Não foi o caso de Marcílio Dias, mas geralmente o nome das mães eram os mais comuns de aparecer, pois elas levavam e apresentavam seus filhos às principais autoridades (delegados, juizes ou oficiais) que intermediavam a incorporação do jovem junto à Marinha ou ao Exército. Muitos rapazes desconheciam seus pais e os declaravam “incógnitos” no momento em que seus dados eram registrados nos Livros de Socorros.²⁷ A presença do pai de Marcílio Dias poderia significar que a família não se desfizera e mantinha-se unida. É curioso o fato de sua mãe não aparecer em nenhum documento.

Os registros nos Livros de Socorros poderiam ser incompletos, pois dependiam da paciência, interesse e zelo de quem os lançava. No caso de Marcílio Dias, o primeiro a registrar seus passos na Marinha deixou de redigir a data do nascimento, os sinais característicos e o dia do assentamento. Somente quando Marcílio Dias passou para outro navio, o *Recife*, é que algumas destas informações foram registradas. Foi assim que se descobriu ser ele solteiro, cor “pardo-escuro”, olhos pretos, cabelos castanhos e tinha altura de “5 pés e 2 polegadas”.²⁸ Houve dúvidas recorrentes para se saber sua naturalidade. Mangaratiba, atual município do estado do Rio de Janeiro, reivindicou ser Marcílio Dias mangaratibense, vindo ao mundo em 1844. Edgar Fontoura pesquisou bastante a respeito e tinha dúvidas se Marcílio Dias nascera em 1838 ou 1844, e que era natural da cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul.²⁹ Também este pesquisador encontrou documentos que atestavam o nome da mãe do marinheiro (Maria Pulcena Dias) e dos avós.

Outra informação importante acerca da incorporação veio por meio de uma solicitação feita por Didio Costa à Divisão de História Marítima do Brasil, cujo diretor à época era Levy Scavarda, em 1943.³⁰ Durante o sé-

culo XIX, havia três formas de incorporação de marinheiros. O voluntário, a matrícula de menores nas Escolas de Aprendizes Marinheiros espalhadas pelo país e, a mais recorrente até o meado daquele século, o Recrutamento Forçado Militar. Das três formas, a última foi a mais utilizada, sendo posteriormente ultrapassada pela segunda. O número de marinheiros voluntários era insignificante em qualquer estatística. Na verdade, a Marinha era reconhecida pelos baixos soldos, por manter marinheiros distantes dos familiares, com um tempo de serviço militar obrigatório de no mínimo 9 anos, e por utilizar castigos corporais como método disciplinador. Quando não havia voluntários e o número de menores era baixo, a solução era pagar delegados, policiais, oficiais e até homens livres por cada indivíduo literalmente “caçado” para compor a tripulação dos navios – era o Recrutamento Forçado Militar.³¹ Marcílio Dias chegou à Marinha “recrutado”.

Levy Scavarda encontrou esta informação através de dois ofícios. Ficou claro que o marinheiro fora enviado pelo juiz municipal ao capitão do porto da cidade do Rio Grande em 30 de julho de 1855, e no dia seguinte tomou o rumo da Corte através do pacote a vapor *Tocantins*. Em 6 de agosto do mesmo ano já estava fazendo o juramento à bandeira nacional e sendo incorporado à Marinha. Ou seja, em 7 dias tornara-se marinheiro. Recebeu instruções por quatro meses até ser embarcado na fragata *Constituição* em janeiro de 1856.³² O mais interessante de tudo isso é que dois sobrinhos de Marcílio Dias, Leopoldino Higino do Sacramento, de 9 anos de idade, e João Anastácio do Sacramento, de 13 anos, foram arrebatados da casa da mãe “contra” a vontade dela na cidade de Pelotas, em 12 de março de 1866, “por ordem do delegado de Polícia daquela cidade e remetido ao Capitão do Porto do Rio Grande, que o enviou a repartição da Marinha” da Corte. Um ato covarde, truculento e contrário a todas as leis, inclusive.

Os dois foram incorporados. A Capitania dos Portos que remeteu Marcílio Dias para a Marinha fizera o mesmo com seus sobrinhos, menos de um ano após a morte do herói do Riachuelo. Ou seja, será que o he-

rói do Riachuelo teve o mesmo tratamento truculento que tiveram seus dois sobrinhos anos depois? A fim de não ver para crer, sua irmã viajou para a Corte a fim de reaver os filhos menores, pois os dois outros maiores já haviam se alistado voluntariamente no Exército.³³ A irmã de Marcílio Dias, após perder o irmão, correu o sério risco de perder também os quatro filhos numa mesma guerra.

O comportamento disciplinar de Marcílio Dias parece ter sido mesmo exemplar quando vivo, por não encontrarmos registros de aplicação de castigos nas páginas do Livro de Socorros. Para termos uma ideia, alguns colegas de Marcílio Dias foram duramente castigados por faltas disciplinares. Antonio José dos Santos recebeu 200 chibatadas por insubordinação, deserção e por ter “se armado de uma navalha de marinheiro quando o comandante ordenou tirar a camisa, sendo preciso para receber o castigo ser amarrado”.³⁴ José Gouvêa da Silva foi “castigado em 25 de janeiro de 1865 com 25 chibatadas por prática de atos imorais”, que poderia ser masturbação ou, mais comumente, relações homoeróticas.³⁵ Castigo mais severo pela mesma falta disciplinar recebeu Felio Lamiano Batalha Monteiro, que foi “castigado com 175 chibatadas por ser encontrado no porão com o grumete Benedicto Mauricio do Espírito Santo para atos imorais” além de recusar-se a tirar a camisa para receber o castigo.³⁶ Dionizio Marcelino sofreu castigo duas vezes com chibata, por estar embriagado e levar aguardente para bordo.³⁷ Marcílio Dias certamente estava formado com a guarnição da *Parnahyba* no momento em que estes castigos foram aplicados. Tudo leva a crer que Marcílio Dias mantinha comportamento de um disciplinado.

O 11 DE JUNHO E O CIDADÃO EXEMPLAR

Desde o fim da guerra, anualmente os jornais lembravam o 11 de Junho, o dia da Batalha do Riachuelo. Lado a lado sempre estavam os nomes do Almirante Barroso e do Marinheiro Marcílio Dias, do mais alto ao mais baixo posto dentro da Marinha, respectivamente. Conforme o centenário do nascimento do almirante, em 1903,³⁸ foi se

aproximando; cidadãos comuns e letrados começaram a propor iniciativas, que reverenciassem a memória dos heróis da guerra do Paraguai, para além de uma nota na segunda ou terceira página dos jornais no dia 11 de junho.

Embora os objetivos aqui sejam modestos,³⁹ percebi uma certa comunhão no discurso daqueles homens e mulheres que me interessa discutir nas páginas seguintes. Proponho perceber a dinâmica das construções e reconstruções da imagem de uma personalidade no tempo; imagem essa transformada em conceito, aplicado como exemplo em textos diversos, para solucionar situações complexas daquele cotidiano, e por isso mesmo reveladores do horizonte de expectativas⁴⁰ das pessoas que acionavam a memória dessas mesmas personalidades. Oficiais da Marinha de Guerra, políticos, cronistas, leitores de jornais etc. viveram uma contemporaneidade marcada pela memória recente da guerra do Paraguai, pela reformulação de uma sociedade cujas relações sociais ainda estavam impregnadas de valores e costumes escravistas⁴¹ e pelos primeiros passos trôpegos, na aventura de se consolidar um sistema de governo novo e moderno.⁴² Os heróis do Paraguai, na palavras deles, tornavam-se conceitos de comportamento ideais para aquela conjuntura.

O conceito utilizado através da imagem de Marcílio Dias, que nos interessa aqui, foi o de *cidadão exemplar*, sinônimo de respeito à disciplina, às leis e à ordem, de amor à pátria e à nação. Seus atos de bravura estavam acima das diferenças dos sistemas de governo, condensava o que se esperava de um defensor das fronteiras, da nação e das riquezas nacionais, era a referência a ser apreendida pelos estudantes das escolas civis e militares de baixa patente, tornou-se o homem negro comum esperado após a escravidão (disciplinado, trabalhador e subserviente às regras).

Antes de nos debruçarmos na análise deste cidadão exemplar, é importante citar que inexistia, até então, um monumento que fizesse lembrar o Almirante Barroso, o Marinheiro Marcílio Dias e outros heróis (como o oficial Greenhalg). Nem os restos mortais do almirante estavam sepultados

no Brasil, mas no Uruguai; os de Marcílio Dias se desfizeram no Rio Paraná. Deveria ser uma iniciativa longa, com transladação de restos mortais, verba para construção do mausoléu, com pompa de monumento, inauguração...

A República havia iniciado um processo de propaganda do regime, e vários monumentos estavam sendo construídos e inaugurados em praças públicas,⁴³ mas a batalha vencida em pleno Império, assim como seus heróis careciam de uma homenagem que havia de ser erguida. Então, com a pressão em *meetings*, na criação de associações, formação de times de futebol, regata e até de peteca, distribuição de prêmios com os nomes dos heróis do Riachuelo, entre outras iniciativas,⁴⁴ novos assuntos passaram a noticiar o 11 de Junho na imprensa.

Uma das associações mais salientes era a Sociedade Beneficente Memória ao Almirante Barroso, com sede no colégio Felipe Nery, à Praça Onze, nº 141. Seu presidente possivelmente fosse o dono do colégio, Felipe Nery Pereira de Andrade. Essa associação ordenava missas no dia do passamento do almirante, criou a medalha “Almirante Barroso” e o “Prêmio Infantil Marcílio Dias” para homenagear os melhores alunos das escolas.⁴⁵

Ao acompanharmos os jornais, percebemos que nos quase quarenta anos que distavam a batalha do Riachuelo daquele início do século XX a memória da guerra e o sentimento cívico ainda pulsavam nas mentes de muitos brasileiros, independente de a dita glória reportar-se a um governo Monárquico.

Em 1902, surgiu o desejo de dar uma face ao herói falecido. O daguerreótipo já existia, mas não havia registro do rosto. Segundo Didio Costa, em 1902, o Capitão-tenente Santos Porto, diretor da *Revista Marítima Brasileira*, se debruçou sobre esta questão. Convocou oficiais, marinheiros e soldados contemporâneos a Marcílio Dias ainda vivos, para que estes rebuscassem “na memória os traços físicos, morais e intelectuais” que dessem ao artista a capacidade de reproduzir a face numa tela. Foi assim que Décio Vilares criou o retrato de Marcílio Dias, oficialmente aceito pela Marinha e até hoje reproduzido em diversos espaços.⁴⁶ Nesse momento, então, o herói Marcílio

Dias já conseguia ter uma história memorável e um retrato, mesmo que não tenha sido um voluntário.

Neste mesmo ano de 1902, foi inaugurado o retrato de Marcílio Dias a bordo do cruzador *Barroso*. O guarda-marinha Brito e Cunha proferiu um discurso emocionado sobre o herói do Riachuelo, quando o almirante Maurity descortinou o retrato.⁴⁷ Após elogiar o denodo e o invejável exemplo de lealdade de Marcílio Dias, Brito e Cunha nos brindou com um trecho que revela a tentativa de incutir entre os marinheiros um sentimento quase religioso por Marcílio Dias.

Olhai-o bem, e sempre, para que, fitando-o, se vos reviva a cada instante na memória aqueles três sagrados deveres de que foi ele em vida um fiel e exato cumpridor! E quando, no mais recessos canto de vosso coração alguma dor vos aflija, pedi-lhe lágrimas que, mitigando-a, vos lave da mente qualquer sinistro pensamento de menos nobre vingança; se o ânimo vos desfalecer em algum transe amargo, pedi-lhe coragem para afronta-lo com calma; se um sofrimento físico pungente vos torturar a existência, pedi-lhe para as crises cruciantes, o bálsamo divino da resignação.⁴⁸

À primeira vista, pode parecer um padre num sermão. Ou seja, o herói confundia-se com um santo. Mas, na verdade, tendo Marcílio Dias uma história de vida tão invejável, parece que Brito e Cunha esperava que a mentalização nela faria os demais marinheiros trilharem o caminho sempre esperado pelos oficiais; e que o herói do Riachuelo deu provas sobejas de bem construí-la até em sua morte. Esta adoração ao retrato de Marcílio Dias não era à toa. Como vimos acima, três marinheiros sofreram o castigo de chibata por cometerem faltas disciplinares. Na verdade, estes casos eram muito comuns e, em pesquisas anteriores, encontrei centenas de marinheiros castigados a bordo dos navios.⁴⁹ Havia homens que não se acostumavam a vida naval ou dela se desgostavam ao longo de suas carreiras, mas, independentemente de suas vontades,

estavam obrigados a permanecer na Armada por períodos não menores a 9 e 15 anos. Se avolumavam os conflitos provocados por embriaguez, jogo, roubo, libidinagem (“atos imorais”), desídia no serviço e desordem em terra (confusões nas ruas durante as licenças). Dependendo da gravidade do caso, o oficial lançava mão de um bom naipe de castigos, que iam da simples palmatória ao castigo de chibata, passando por golilha, prisão a ferros na solitária, espadadas etc. Havia legislação própria da Marinha para isso e, mesmo com algumas tentativas em se extinguir os castigos, eles perduraram até a Revolta dos Marinheiros de 1910.⁵⁰ Assim sendo, aquela cerimônia e o teor do discurso de Brito e Cunha tinham um sentido muito maior: inserir o espírito de um *cidadão exemplar*, do qual Marcílio Dias tornou-se a maior referência.

CONCLUSÃO

Como bem demonstrou Hobsbawn,⁵¹ as tradições quando investigadas demonstram o quanto elas foram inventadas num determinado momento histórico. O Estado ou um grupo qualquer podem ter criado símbolos e cerimônias que ligam o presente ao passado, externando uma continuidade entre os dois tempos, dos quais o anterior enaltece uma áurea ideal, perfeita ou até mítica.⁵² E isto está expresso no texto de Brito e Cunha e na própria cerimônia a bordo do cruzador

Barroso. Ou seja, tentava levar as tripulações a mirarem um passado definido, um mito. E este passado mítico e ideal estava na vida de Marcílio Dias, a quem todos deveriam seguir. Manter a imagem, o símbolo, a bordo dos navios e reproduzir sua memória tornavam-se atraentes para os oficiais, que desejavam extinguir conflitos e castigos na Marinha.

Isto não quer dizer que este fim fora previamente articulado. Na verdade, a memória de Marcílio Dias é iniciada notadamente no reconhecimento do que se esperava de um combatente, de um soldado, de um marinheiro. Eram aspirações puramente militares. Mas quarenta anos após sua morte, tornou-se um símbolo cada vez mais explorado por oficiais, políticos, membros de associações como um cidadão exemplar que pedagogicamente havia de ser passado aos demais. Principalmente num momento em que a Marinha estava recebendo investimentos maciços para melhor seleção dos candidatos a marinheiro e para compra de dezenas de novos navios. Como bem pensou Celso Castro, as tradições podem ser inventadas, mas isso não é tudo. Há também uma “tradição de invenções” pois os símbolos são “permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos”.⁵³ Basta-nos lembrar dos navios batizados de *Marcílio Dias*, dos poemas, do retrato a bordo dos navios da Armada e do perfil em bronze no monumento a Barroso, da Praça Paris.

FONTES

Arquivo Nacional

Brasil, Arquivo Nacional. *Dados biographicos ineditos de Marcílio Dias: um dos heroes da batalha naval do Riachuelo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1929.

Série Marinha – XM-660, XVII-M 3925

Série Marinha – XVII-M 3925

Série Marinha – XM-1132

Serviço de Documentação da Marinha

“Personalidades”, Pasta 59, Envelope 7-A. “Marcílio Dias: dados para sua história”.

BRITO E CUNHA, Eduardo. “Inauguração do retrato de Marcílio Dias a bordo do cruzador Barroso”. Separata da *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

Biblioteca nacional e Hemeroteca Digital

Jornal do Commercio.
Correio da Manhã.
Gazeta de Notícias
O Malho

BIBLIOGRAFIA

BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução Fábio Duarte Joly, São Paulo: Edusp, 2009

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003.

_____. *A formação das almas*. (2ª ed.) São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jogo Zahar, 2002.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. *Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta "Trajano" (1873-1879)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em História UNI-RIO, 2013.

COSTA, Didio. *Marcílio Dias, imperial marinheiro*. Rio de Janeiro: Mundomar, 1943.

COSTA, Emilia Viotti da. *Abolição*. São Paulo: Global, 1982.

CUNHA, Olivia Gomes da, e GOMES, Flavio dos Santos. *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FONTOURA, Edgar. *Marcílio Dias*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935.

HOBBSAWM, Eric, e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006

LESSA, Renato. "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina" in CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A República no Catete*. Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

_____. O vaivém da memória: Marcílio Dias e João Cândido na história. In: CARVALHO, José Murilo, e NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2009.

_____. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2001, cap. 1.

_____. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estudos afro-asiáticos*. 2000, n.38, pp. 85-112.

_____. "Entre o justo e o injusto: o castigo corporal na Marinha de Guerra". In: Silvia Lara e Joseli Mendonça (orgs.) *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

SHARPE, Jim. História vista de baixo. In: Peter Burke (org). *A escrita da história*. São Paulo: EdUnesp, 1992.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

- ¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003, p. 78. Segundo o autor, foi na guerra do Paraguai que "a imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis". Somente uma pesquisa mais extensa poderá avaliar qual foi o primeiro herói nacional criado pela imprensa ou eleito por leitores que expunham suas posições em colunas de jornais.
- ² DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.
- ³ Partido que tinha a presidência do país nas mãos de Bernardo Berro, sucedido em 1864 por Atanásio Cruz Aguirre.
- ⁴ Cujo líder era Venâncio Flores e mais próximo aos interesses brasileiros.
- ⁵ Idem, pp. 45, 75-76, 560-563.
- ⁶ Idem, p. 461 e CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 78.
- ⁷ Documento escrito por todos os comandantes, no qual relata o dia-a-dia da embarcação e tripulação.
- ⁸ Arquivo Nacional – Série Marinha – XM-660, Doc. 15. Veja extratos desta parte em *Jornal do Commercio*, 30 de junho de 1865.
- ⁹ AN – Série Marinha – XVII-M 3925.
- ¹⁰ Sobre o assunto veja Jim Sharpe. História vista de baixo. In: Peter Burke (org). *A escrita da história*. São Paulo: EdUnesp, 1992.
- ¹¹ Brasil, Arquivo Nacional. *Dados biográficos inéditos de Marcílio Dias: um dos heróis da batalha naval do Riachuelo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1929. O interesse em escrever biografias sobre o marinheiro cresceu. E esforços foram realizados para coletar ou publicar os dados sobre sua vida. Já na década de 1920, o então diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, usou de um dispositivo do regulamento da instituição, que mandava "come-morar certas datas por meio de publicações", para homenagear Marcílio Dias. O Arquivo havia recebido cerca de 16 mil volumes de documentos do acervo da Marinha de Guerra, em 1914, do que aproveitou seu diretor para vasculhar fontes relativas ao marinheiro. O resultado do extenso trabalho foi a publicação de um pequeno livro onde aparece toda a trajetória de Marcílio Dias na Marinha de Guerra, da incorporação à morte. Foram duas edições entre 1928 e 1929. O mais interessante disso tudo é que ainda hoje é possível ver o resultado desta investigação na documentação relativa ao marinheiro. O "Livro de Socorros" da *Parnahyba* encontra-se em ótimo estado de conservação, tendo cada página sido tratada e coberta por papel protetor. Procurava-se garantir que os poucos registros sobre ele fossem preservados eternamente.
- ¹² Veja um levantamento destas publicações em Didio Costa. *Marcílio Dias, imperial marinheiro*. Rio de Janeiro: Mundomar, 1943.
- ¹³ Idem, p. 93.
- ¹⁴ Idem, p. 94.
- ¹⁵ Idem, p. 98.
- ¹⁶ Idem, p. 84.
- ¹⁷ Arquivo Nacional – Série Marinha – XM-1132, doc 5.
- ¹⁸ NASCIMENTO, Álvaro P. do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2001, cap. 1.
- ¹⁹ Arquivo Nacional – Série Marinha – XM 660.
- ²⁰ BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução Fábio Duarte Joly, São Paulo: Edusp, 2009, p. 93.
- ²¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estudos afro-asiáticos*. 2000, n. 38, pp. 85-112. O governo também comprou a liberdade de escravos para servirem na guerra. Sobre o assunto veja também SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ²² COSTA, Emilia Vjotti da. *Abolição*. São Paulo: Global, 1982, p. 43.
- ²³ NASCIMENTO, Álvaro P. do. Do cativo ao mar... pp. 95-96. Veja o caso de Manoel Joaquim que, embora com marcas de escravos, conseguiu ser incorporado à Marinha de Guerra. O mais incrível é que as autoridades desconfiaram do caso: Segundo o chefe de polícia, "esse indivíduo não é desertor desse Corpo, e declara que os sinais que apresenta nas costas são devidos a castigos que recebeu quando escravo. Não obstante a declaração supra, manda-o apresentar à junta de saúde para ser inspecionado". Se estivesse mentindo ou um possível senhor não o reclamasse, Manoel Joaquim poderia viver o resto da vida tranquilo como imperial marinheiro.
- ²⁴ Parte do que segue nesse e no próximo sub-título resultam de pesquisa realizada no artigo seguinte: NASCIMENTO, Álvaro P. do. O vaivém da memória: Marcílio Dias e João Cândido na história. In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2009.
- ²⁵ COSTA, Didio. Op cit.
- ²⁶ Espécie de livro registro de todas as passagens do marinheiro a bordo. Por ele é possível investigar o recebimento do soldo, as baixas por doença, as compras de uniforme, o recebimento de gratificações, a incorporação, os sinais característicos, etc.
- ²⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada...* cap. 2.
- ²⁸ Brasil, Arquivo Nacional. *Dados biográficos...*
- ²⁹ FONTOURA, Edgar. *Marcílio Dias*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935.
- ³⁰ Serviço de Documentação da Marinha. "Personalidades", Pasta 59, Envelope 7-A. "Marcílio Dias: dados para sua história".
- ³¹ Sobre o assunto, veja NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Op. cit.
- ³² Serviço de Documentação da Marinha. "Personalidades"...
- ³³ Arquivo Nacional – Série Marinha: XM-1132, doc 5.
- ³⁴ Arquivo Nacional – Série Marinha: XVII-M 3925, Livro de Socorros da *Parnahyba*, f. 121.
- ³⁵ Idem, f. 115.
- ³⁶ Idem, f. 159.

³⁷ Idem, f. 70.

³⁸ jornal Correio da Manhã, em 8 de dezembro de 1903, p. 5. O Almirante Manoel Francisco Barroso nasceu em Lisboa, Portugal, em 29 de setembro de 1803.

³⁹ A análise desse material gera uma dissertação de mestrado.

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p.16.

⁴¹ Sobre o assunto, veja diversos artigos em CUNHA, Olívia Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁴² LESSA, Renato. "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina" in CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A República no Catete*. Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. (2ª ed.) São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

⁴⁴ As diversas associações e times criados podem ser vistos nos jornais *Correio da Manhã*, *O Paiz*, a revista *O Malho* dentre outros. Acesse a Hemeroteca Digital, entre 1900 e 1930.

⁴⁵ Correio da Manhã, 11 de abril de 1904. A criança, de ambos os sexos, com até 13 anos de idade, que "maior número de cupons oferecer em memória dos heróis do Riachuelo", ganharia um velocípede de três rodas.

⁴⁶ Didio Costa. Op. cit, pp. 102-103.

⁴⁷ Eduardo Brito e Cunha "Inauguração do retrato de Marcílio Dias a bordo do cruzador Barroso". Separata da *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

⁴⁸ Idem, pp. 7-8.

⁴⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. Veja também de minha autoria *A ressaca da marujada...*

⁵⁰ Álvaro Pereira do Nascimento. "Entre o justo e o injusto: o castigo corporal na Marinha de Guerra". In: Silvia Lara e Joseli Mendonça (orgs.) *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. Veja também CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. *Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta "Trajano" (1873-1879)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de pós graduação em História UNI-RIO, 2013.

⁵¹ Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁵² Celso Castro. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Joge Zahar, 2002.

⁵³ Idem, p.11.

O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo*

The recruitment of freed slaves for the War of the Triple Alliance: recent considerations about a complex subject

Vitor Izecksohn

É professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Pesquisa questões ligadas às temáticas das guerras, dos federalismos e dos processos de formação dos Estados nacionais nas Américas. Seu último livro "Slavery and War in the Americas" foi publicado pela University of Virginia Press em 2014.

RESUMO

Este artigo trabalha com o recrutamento militar de escravos libertos para servirem nas forças armadas brasileiras durante a Guerra do Paraguai. Ênfase será dada à situação do Exército e ao significado dessa mobilização no contexto histórico mais amplo das participações negras na tradição militar Luso-Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, Alforria, Serviço Militar, Exército Imperial, Recrutamento, Guerra do Paraguai

ABSTRACT

This paper addresses the issue of military recruitment of freed slaves by the Brazilian armed forces during the War of the Triple Alliance. Emphasis will be given to the Army's situation and the meaning of such mobilization in the historical context of black military service in the Portuguese-Brazilian tradition.

KEYWORDS: Slavery, Manumission, Military Service, Imperial Army, Military Recruitment, War of the Triple Alliance

O recrutamento militar de escravos constitui um dos aspectos mais paradoxais dos debates sobre a Guerra do Paraguai. A questão da cidadania militar, o papel da instituição na crise que levou ao ocaso do Império, a situação civil dos ex-escravos após a Guerra são pontos que nos últimos vinte anos foram objeto de diversos trabalhos analisando as consequências políticas e sociais dessa mobilização. Isso se deu tanto através da discussão de casos individuais (como o de Dom Obá), como na análise das consequências desse processo para a inclusão/exclusão daqueles que serviram nas fileiras do exército e da Marinha.¹

Como toda sociedade formada por diferentes grupos étnicos, o Império do Brasil se viu na contingência de alistar escravos libertos, sob a condição de servirem por certo número de anos nas forças armadas. Como a Guerra do Paraguai foi um conflito que envolveu,

* Artigo recebido em 22 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

nas suas etapas iniciais, um forte senso de patriotismo, esse paradoxo teve impacto nas discussões travadas na imprensa, no Conselho de Estado, e nas Falas do Imperador. Neste artigo, analisarei o alistamento dos libertos para a Guerra da Tríplice Aliança no contexto de uma tradição militar que constantemente fez uso do serviço de escravos e de negros livres. O farei discutindo os processos decisórios e os impasses e limites envolvidos nas negociações entre as autoridades Imperiais e os proprietários de escravos. Indicarei também as limitações documentais à expansão de pesquisas nesse campo, bem como farei algumas sugestões pontuais sobre as principais contribuições oferecidas pelas pesquisas disponíveis. Ao realizar esse inventário pretendo explorar as possibilidades de pesquisa ainda abertas a um debate em condições de renovação. Ênfase será dada a situação militar do Exército.

UM BREVE RESUMO DE UMA LONGA HISTÓRIA

A relação entre escravidão e serviço militar na sociedade brasileira foi paradoxal. A escravidão impedia que um número grande de indivíduos servisse nas forças militares, mas também transformava os escravos em fontes potenciais de substitutos. A manumissão para o serviço militar não começou durante a Guerra da Tríplice Aliança. Ela fazia parte de uma tradição cujas origens recuavam aos primórdios da América Portuguesa, quando os colonos Luso-Brasileiros precisaram ocasionalmente armar seus escravos em tempos de perigo. Muito antes da proclamação da independência brasileira escravos lutaram a favor e contra Portugal nos conflitos envolvendo o controle das regiões produtoras de açúcar. Eles serviram em diferentes modalidades de organização militar durante o período colonial, afirmando-se, com o passar do tempo, num dos elementos de sustentação militar do aparato de poder coordenado pela dinastia Bragantina.

Ao descrever a impopularidade do recrutamento e o precário estado da milícia na América Portuguesa, Charles Boxer reconheceu que o recrutamento de escravos e de libertos constituía uma de várias me-

didadas extremas adotadas pelas autoridades coloniais para melhorar a capacidade militar luso-brasileira. Apesar da relutância ocasional de alguns proprietários, negros livres, libertos e índios serviam em regimentos segregados de infantaria. Esses regimentos eram organizados sob uma hierarquia de cor, cada grupo armado comandado por um "branco amorenado".²

Escravos e libertos também podiam ser organizados em grupos informais que seguiam seus senhores ou patrões nas lutas intermitentes pelas terras das novas fronteiras, novamente associados a índios flecheiros e outros agregados. Os indivíduos que se integravam a essas milícias esperavam avançar na hierarquia social através do uso das suas aptidões militares. Dessa forma, os serviços militares por eles prestados não eram ocasionais, como ocorria na América Britânica. Pelo contrário, seus serviços eram parte das obrigações costumeiras que uniam os escravos aos seus senhores e os clientes aos seus patrões. Os escravos viam o exercício dessas obrigações como uma possibilidade de ascensão dentro das hierarquias que governavam as relações nas plantações da mesma forma que alguns escravos eram recompensados por alguns senhores por seu desempenho como feitores.³

A organização de milícias negras segregadas e de bandos de escravos armados por seus senhores era comum às diferentes capitânicas do Brasil. Em Pernambuco, durante o século XVII, na guerra colonial contra os holandeses, batalhões negros serviram sob o comando do Capitão Henrique Dias, um liberto que apoiava os luso-brasileiros.⁴ Nas capitânicas da atual região sudoeste, afrodescendentes também eram admitidos como soldados. No início do século XIX o naturalista francês Auguste Sainte-Hilaire observou que na província de Minas Gerais, regimentos que nominalmente deveriam ser compostos somente por brancos, aceitariam algumas vezes mulatos nas suas fileiras. Para o naturalista, essas concessões seriam derivadas de "favores", não decorrendo das necessidades militares do Império Luso-Brasileiro. Mas a situação provavelmente era mais complexa. Uma abundância de escravos, libertos e livres,

associada à escassez de recursos financeiros, e ao desejo da Coroa de aumentar sua base de apoio entre todos os setores da população livre ajudaram a disseminar a criação de batalhões de Henriques entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do XIX. Francis Cotta encontrou pelo menos quatro tipos de milícias negras operando em Minas Gerais ao final do século XVIII, uma diversidade que mostra o profundo envolvimento dessas milícias nas tarefas relacionadas ao controle social de uma das capitânicas mais importantes.⁵

Nessas circunstâncias, o alistamento de afrodescendentes nas regiões que viriam a formar o Império do Brasil não promoveu atitudes igualitárias do ponto de vista da cor da pele, nem o serviço na milícia por parte de ex-escravos resultou numa expansão da cidadania pela via militar, ainda que alguns indivíduos pudessem melhorar a sua situação ao associarem-se a grandes e pequenos empreiteiros da violência organizada.⁶ Mesmo quando a liberdade era finalmente obtida, as manumissões eram relacionadas ao que a historiografia da escravidão denominou como “alforrias condicionais”, isto é, alforrias trocadas por dinheiro ou serviços.⁷ Carl Degler assinalou que o uso de soldados negros no Brasil durante o período colonial, longe de resultar da aceitação do homem negro como igual, derivou da necessidade dos seus serviços como soldado.⁸

Após a independência, os líderes do Império adaptaram essas práticas ao novo cenário, construindo um aparato legal sobre a questão. As estipulações de 23 de outubro de 1823 e 10 de setembro de 1824 permitiam que os proprietários de escravos fossem compensados quando cedessem seus cativos para lutar na guerra de independência. Escravos serviram nas forças patrióticas que se opuseram aos portugueses na Bahia. Mas essas condições limitadas não engendraram grandes esforços emancipacionistas, semelhantes aos ocorridos com as tropas de Simón Bolívar na Venezuela. Ainda assim, a lei de 21 de janeiro de 1828, declarada sob a autoridade do Imperador Dom Pedro, previu a necessidade de adquirir escravos no caso de uma eventual continuação da guerra com a Confederação

Argentina. Finalmente, a lei nº 560 de 3 de novembro de 1837 constituiu oficialmente o fim da segregação do exército imperial. Durante as revoltas provinciais dos anos de 1830 e 1840, escravos e libertos lutaram em ambos os lados, a favor do Império, assim como por seus oponentes federalistas nas províncias. Destaco a participação de lanceiros negros, escravos que serviram à causa Farroupilha durante a mais longa revolta separatista do Império.⁹

Por essa época, as fileiras do exército passaram a ser compostas predominantemente de negros e pardos. Uma vez recrutados nos setores mais pobres, o soldado brasileiro crescentemente proveio de grupos sociais nos quais predominavam afrodescendentes.¹⁰ O alistamento não estava relacionado a uma concepção abrangente da cidadania e a estrutura das forças armadas refletia os preconceitos vigentes à época. Pequeno em tamanho e institucionalmente fraco, o exército manteve muitas crenças que datavam do antigo regime. Não se tratava de uma “Armée de citoyens” como aquelas que marcharam através da Europa continental durante as eras da França republicana e napoleônica. O exército imperial brasileiro não era um laboratório para a cidadania ou para a expansão de direitos individuais; ao contrário, tratava-se de uma agência pré-burocrática com incapacidades manifestas.¹¹

Apesar da forte presença de negros e mestiços nas fileiras, o serviço militar brasileiro não era aberto a escravos. A Constituição Imperial expressamente garantia os direitos de propriedade, e como propriedade privada os escravos não podiam ser oficialmente expropriados: seja pelo governo imperial, seja pelos governos provinciais. Mesmo que o governo os compensasse, os proprietários teriam que alforriar seus escravos antes de alistá-los no exército. Consequentemente o alistamento estava aberto somente para aqueles que possuíam liberdades civis ou para escravos libertos por seus donos para defender o Estado sob condições excepcionais. Mas não havia consenso sobre o que constituiria uma “situação extrema” ou que forma de compensação os senhores deveriam receber. Na

Bahia, durante a Guerra de Independência, o recrutamento “excessivo” de escravos levou ao licenciamento do General Pierre Labatut, um comandante militar de origem francesa que havia servido nas campanhas Peninsular e Bolivariana. Suas tímidas medidas encontram crescente oposição dos fazendeiros e comerciantes da região do Recôncavo, levando a sua substituição por um oficial brasileiro de credenciais indiscutivelmente confiáveis.¹²

A SITUAÇÃO MILITAR

O início da mobilização para a luta no Prata ofereceu aos negros livres a oportunidade de provar seu valor e bravura em combate, além de realçar seus *status* social. Na província da Bahia, veteranos negros da Guerra de Independência organizaram onze companhias de Zuavos. Outra companhia foi levantada em Pernambuco. Alistados como Voluntários da Pátria esses Zuavos lutaram na campanha do Uruguai (1864-1865), tomando parte também nas etapas iniciais da Guerra contra o Paraguai. Porém, entre junho e agosto de 1866, esses batalhões foram dissolvidos e integrados às tropas regulares, encerrando a curta experiência de batalhões segregados durante a Guerra do Paraguai.¹³

Simultaneamente, desde o começo da campanha contra o Paraguai, ex-escravos reforçaram as fileiras das forças brasileiras. Esses homens eram recrutados à força, doados por seus proprietários, ou substituíam homens com *status* social superior. Alguns escravos também fugiram, alistando-se como se fossem livres. Nessa etapa, que cobre os dois primeiros anos da campanha, o Estado Imperial prescindiu de arranjos específicos para adquirir escravos porque as autoridades esperavam, em geral, que a guerra fosse curta e que os paraguaios se renderiam após uma ou duas batalhas mais significativas. Ao começarem as operações, muitos brasileiros concordavam com o presidente argentino, Bartolomé Mitre, que convocou seus concidadãos para “Acorrer às barracas em vinte quatro horas, aos campos de batalha em sessenta dias e para Assunção em seis meses”.¹⁴

A despeito das expectativas iniciais, muitos setores da população livre recusaram-se a ir para a guerra. Para esses indivíduos, a maneira mais fácil de evitar o recrutamento era através da apresentação de um substituto apto. Esse foi o caso de uma situação em Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, onde aconteceu uma negociação informal. Vinte e nove Guardas Nacionais haviam sido designados para a guerra. Numa reação que se tornaria crescentemente comum, os recrutas se esconderam no mato, criando dessa forma um foco de tensão no centro da mais importante região de produção cafeeira. Os chefes políticos locais resolveram o problema doando trinta libertos ao esforço de guerra. Como compensação, o exército liberou os vinte e nove originalmente recrutados, das suas obrigações.¹⁵

A substituição constituía uma prática corriqueira. Usando substitutos, os proprietários podiam isentar seus protegidos do serviço militar. A substituição não violava os direitos de propriedade, situação que apaziguava conflitos potenciais entre os proprietários escravistas e o Estado Imperial.¹⁶ Dessa forma a substituição funcionava como uma válvula de escape não desprezível nos primeiros anos da campanha, e assim um mercado de substitutos floresceu com ambos, escravos e livres provendo as possibilidades de troca. Tanto os soldados alistados como seus parentes podiam apresentar substitutos. Mas o alcance dessa prática foi pequeno em relação ao grande número de soldados que participaram do conflito. O Ministério da Guerra registrou somente 948 substituições por escravos em todo o território imperial durante os quase cinco anos da campanha. A cidade do Rio de Janeiro proveu o maior número de substitutos, com 437 indivíduos, seguida pela província do Rio Grande do Sul, com 305.

Elias, um gaúcho de 34 anos, oriundo da região de Pelotas, era um substituto típico. Filho de um “mulato de condição livre” e de mãe cativa, Elias ainda era um escravo quando Luiz Xavier da Silva o adquiriu. A carta de alforria de Elias deixava claro que ele seria liberto sob a condição de substituir Camilo Xavier da Silva, o filho de seu novo senhor, que assim ficaria isento tanto do recrutamento

para o exército quanto do serviço na Guarda Nacional. Essa substituição implicaria que Elias servisse nas fileiras entre seis e nove anos, caso sobrevivesse à campanha.¹⁷

À medida que a guerra progredia e o preço dos escravos aumentava a qualidade daqueles enviados para o exército tornou-se crescentemente questionável. A reclamação do Marquês de Caxias, que se tornou comandante em chefe das forças brasileiras em outubro de 1866, refletia tensões entre o comando militar, os chefes políticos e os agentes recrutadores. Em abril de 1868, Caxias recusou sete libertos como substitutos, mantendo nas fileiras os guardas nacionais originalmente designados. A disputa gerou um conflito entre Caxias e o presidente da província, Francisco Ignácio Homem de Mello. Enquanto o presidente procurava apaziguar conflitos com as lideranças sul-rio-grandenses, Caxias afirmava a centralização de todas as decisões e prerrogativas militares em suas mãos. Questões práticas também influenciavam a posição de Caxias. Àquela altura da campanha a maioria dos recrutas já estava treinada. Consequentemente, substituições implicariam uma troca de soldados experientes por recrutas ingênuos. Como observou o velho marechal: "Não posso aceitar essas substituições porque esses indivíduos não têm as qualidades necessárias a um soldado em tempo de guerra. Eles nunca estarão prontos a substituir os soldados que já se encontram em serviço".¹⁸

Qual era o destino dos escravos retornados? Trata-se de uma questão de difícil resposta. Das evidências disponíveis parece que a maioria, uma vez recusados, não era retornada diretamente aos seus senhores, cumprindo serviços nos arsenais de guerra e outras instituições militares nas quais poderiam até mesmo receber seus soldos. Outros, ainda que livres, precisavam prestar serviços aos seus antigos proprietários antes de obter a autonomia pessoal. Esses indivíduos tinham que trabalhar para seus antigos senhores por certo número de anos. Um exemplo foi Thomas Furtado, um substituto rejeitado que assinou um contrato prometendo trabalhar para seu antigo dono durante os próximos onze anos, até que seus débitos estivessem pagos.¹⁹

Fugitivos também foram comuns em várias províncias, suscitando, por vezes, conflitos entre seus oficiais e os senhores que os reclamavam. Ajudados tanto pela precariedade da organização burocrática dos comitês de alistamento como pela ausência de um sistema de identificação pessoal confiável, não era difícil para alguns escravos adotar nomes falsos e se apresentarem às autoridades como se livres fossem. Para muitos a vida nas fileiras constituía uma melhora em relação às condições nos campos. Esse parece ter sido o caso do escravo Bernardo, que se alistou na ilha de Marajó. Bernardo foi descoberto por seu senhor, José Joaquim Saraiva de Miranda, que requereu a sua devolução. Algum tempo depois, Bernardo, preferindo a vida no exército ao trabalho cativo, insubordinou-se de maneira tão intensa que reverteu a decisão senhorial. José Joaquim o devolveu às fileiras "como uma punição por seu mau comportamento".²⁰

Com um exército de composição heterogênea, recrutado predominantemente nos setores mais pobres da população, homens livres que normalmente não eram visualmente distinguíveis dos cativos, era difícil para autoridades sobrecarregadas, pressionadas pela necessidade de fornecer novas cotas de soldados, evitarem o recrutamento de fugitivos. Para os escravos que tinham sucesso nessa empreitada, o uniforme servia como disfarce da sua condição servil prévia, além de proporcionar a eles a simpatia de muitos de seus camaradas em armas.

Ainda que os fugitivos normalmente se misturassem com outros membros das tropas, eles corriam o risco de serem retornados aos seus senhores, caso descobertos. O governo imperial retornou pelo menos trinta e seis fugitivos e tomou medidas para evitar o recrutamento de outros. Numa circular endereçada ao presidente do Rio de Janeiro, o ministro da guerra enfatizou que "Devemos evitar a repetição de casos nos quais, voluntariamente, ou através do recrutamento, o exército aceita indivíduos que posteriormente descobre-se pertencer à condição escrava. Precisamos ser muito cuidadosos e verificar detalhadamente os indivíduos que são apresentados".²¹

Algumas vezes a experiência de indivíduos anteriormente emancipados demonstra que o *status* de liberto não era completamente autônomo após a alforria. Em alguns casos, pessoas recentemente emancipadas ainda precisavam pagar aos seus ex-senhores por certo período. Para eles, a liberdade não rompia com a subordinação pessoal, os escravos emergiam para a liberdade como dependentes de seus ex-proprietários. Um exemplo disso aconteceu com o soldado Ricardo, que já era livre antes do início da guerra. Ele vivia no Rio Grande do Sul, onde se alistou no exército em 1866. Após deixar sua cidade, sua ex-senhora solicitou ao presidente da província que ele fosse trazido de volta, alegando sua condição de pobreza e declarando que “ele não pode desfrutar da liberdade sem me pagar [o que deve]”. O presidente da província, envolvido numa campanha intensa pela criação de um Terceiro Corpo para o Exército, se recusou a devolver Ricardo, declarando que a carta de alforria não deixava dúvidas sobre a sua liberdade, e de que o contrato entre Ricardo e sua ex-senhora não poderia ser usado como uma razão para isentá-lo do serviço militar. Nesse caso, a necessidade urgente de reforçar o exército favoreceu a causa da liberdade a despeito de possíveis obrigações contratuais.²²

O recrutamento forçado de escravos podia ocorrer de formas muito semelhantes à prisão e envio de indivíduos livres. Em muitas províncias a diferença na cor da pele entre escravos e pobres livres era sutil, e os escravos podiam ser capturados enquanto andavam nas ruas ou cumpriam tarefas para os seus senhores. Se o escravo preferisse a vida militar, ele poderia então desaparecer nas fileiras. Recrutadores aceitavam os indivíduos mais claros, considerando que fossem libertos, não escravos, ou simplesmente desconsiderando tais questões, já que o número de recrutados ampliava suas cotas e gratificações.²³

Uma vez recrutados, muitos escravos mudavam seus nomes para evitar serem descobertos. Esse foi o caso do cativo Baltazar, recrutado durante a campanha do Uruguai (agosto de 1864 a fevereiro de 1865), e alistado no Terceiro Batalhão de Voluntários. Em novembro de 1866, seu senhor requereu

ao presidente da província, demandando a sua devolução, mas o Comandante em Chefe declarou inexistir seu nome na lista. Muitas vezes os vínculos de camaradagem desenvolvidos entre os fugitivos e os seus oficiais proporcionaram a melhor proteção que esses escravos poderiam encontrar.²⁴

Ainda que um grande número de indivíduos livres se encontrasse apto para o serviço militar, seu recrutamento estava sujeito aos obstáculos impostos por chefes políticos e protetores. Essa situação limitava a habilidade do Estado para obter o tributo de sangue exigido da sociedade brasileira naquele momento. Limitados pela patronagem local, os agentes precisavam concentrar os esforços recrutadores sobre os pobres desprotegidos. Dada a escassez permanente de soldados voluntários, os escravos representavam uma fonte potencial de substitutos, especialmente nas áreas nas quais sua concentração era considerada ameaçadora à ordem pública, isso é: nas cidades de maior porte e particularmente na Corte. Se as cidades proporcionavam o refúgio ideal para os fugitivos, também eram locais nos quais estes podiam ser recrutados como qualquer desocupado.²⁵

As doações de escravos foram menos comuns e se restringiram aos primeiros estágios da campanha, principalmente à primeira onda de demonstrações patrióticas. Em um de vários exemplos, Manoel Antonio Ayrosa alforriou Pedro, um “mulato claro” sob a condição de que ele servisse no exército enquanto durasse a campanha. Doações de escravos feitas nos anos iniciais eram consideradas como provas irrefutáveis de patriotismo, e os doadores eram recompensados com ordens e títulos.²⁶ Esse tipo de alforria se tornou mais raro à medida que a guerra prosseguia, virtualmente desaparecendo após 1866.

Sintetizando, o recrutamento de escravos durante os estágios iniciais da campanha do Paraguai não foi numericamente significativo, mas ofereceu oportunidades para que alguns indivíduos escapassem a exploração e obtivessem uma vida melhor, a despeito das severas provações da vida militar e dos riscos de morte em combate. Se o recrutamento de escravos antes de no-

vembro de 1866 era limitado à motivação de seus proprietários, as condições da guerra pouco a pouco mudaram a atitude dos agentes governamentais, principalmente quando o recrutamento de homens livres passou a encontrar resistências violentas em várias províncias. No norte, em São Paulo e em Minas Gerais, ataques aos agentes recrutadores levaram os presidentes de província a empregar tropas para reforçar as escoltas encarregadas de obter novos contingentes. Dessa forma, a situação militar entre 1866 e 1868 criou uma percepção de crise em escala nacional que tornou o recrutamento de escravos “um mal menor” aos olhos desses agentes, reforçando o apelo do governo Imperial aos senhores por contribuições a serem coordenadas pelo Estado.

O ESTADO IMPERIAL E O SERVIÇO DOS LIBERTOS

Problemas no *front* relacionados à situação argentina levaram o Imperador a discutir com o Conselho de Estado sobre o que teria sido uma política mais agressiva de recrutamento de escravos, libertados para servir. Em outros trabalhos discuti os pormenores dessa reunião, que expôs os limites da burocracia imperial quando confrontava os direitos dos proprietários de escravos.²⁷ Em dezembro de 1866 o Imperador anunciou a disposição do governo para estimular uma política de emancipação com indenizações. A palavra de Pedro II constituiu um primeiro passo de uma resposta calculada à urgente necessidade de reforços, restrita ao recrutamento dos escravos da Casa Imperial, dos conventos e mosteiros, setores estatais e paraestatais localizados nas franjas da economia. Logo, porém, a libertação dos escravos pertencentes ao governo para apoiar o esforço de guerra se tornaria um precedente para outros setores, instigando temores de desapropriação entre os grupos senhoriais.

Os escravos da Casa Imperial, das fazendas nacionais e de algumas fábricas de pólvora, além dos arsenais eram propriedade do governo. Ao discutir o assunto o Conselheiro Nabuco de Araújo sublinhou um ponto que foi pouco explorado pela historiografia da guerra: o suposto melhor tratamento

recebido por esses cativos comparado com a situação dos cativos nas plantações. Nabuco lembrava aos seus pares no Conselho que as propostas para a libertação condicionada desses indivíduos encontrariam resistências, pois os mesmos poderiam preferir a escravidão à liberdade, se esta última implicasse em serem enviados para a frente de combate: “Estes escravos e os da Nação pela vida ociosa que levam, talvez recusem o benefício e se escondam: é por isso que a apreensão deles deve ser feita com segredo e cautelas. O melhor seria que o Chefe de Polícia e o Juiz dos Feitos com os médicos e os Avaliadores, dirigindo-se ao lugar procedessem à apreensão, exame, e avaliação dos escravos”.²⁸

Ao discutirem a alforria dos escravos da Casa Imperial os conselheiros recomendaram que as suas mulheres também deveriam ser simultaneamente libertas²⁹. O relatório do Ministério da Fazenda para 1866 mostra uma população total de 1.426 indivíduos pertencentes (ou sob a tutela) do Estado, de uma população masculina de 707. Apenas 339 foram recrutados. Oficialmente, 287 desses homens foram enviados, juntamente com 67 pertencentes à Casa Imperial.³⁰ As consequências dessa libertação maciça para o funcionamento de tais fazendas ainda são desconhecidas.

AS ORDENS RELIGIOSAS

As ordens religiosas possuíam escravos, concentrados principalmente nas propriedades eclesiásticas, ainda que alguns padres também constassem como proprietários.³¹ As autoridades imperiais estimavam um número de 1.420 escravos adultos, do sexo masculino, aptos, portanto para o serviço militar.³² Diferentemente do que ocorria com algumas denominações protestantes nos EUA, envolvidas na cruzada antiescravista que precedeu a Guerra Civil naquele país, a Igreja Católica brasileira encontrava-se ausente das discussões envolvendo o que então se chamava de “a questão servil”.³³ O Conselheiro Torres Homem observou a grande contradição embutida na propriedade de escravos por parte da Igreja, salientando que: “É também uma estranha

anomalia que no fim de 18 séculos de Cristianismo, os Conventos se ostentem possuidores de numerosa escravatura, quando a Igreja Católica constantemente impugnou, combateu e condenou em todos os tempos e lugares a escravidão como oposta ao espírito do Evangelho".³⁴

No Brasil Imperial a Igreja Católica e o Estado estavam unidos, fato que até certo ponto reafirmaria a autoridade Imperial sobre a esfera religiosa. No entanto, como veremos, esta instituição reagiu contra as demandas emancipatórias ditadas pelas necessidades da Guerra, lutando com todas as forças para preservar seus escravos do recrutamento militar. Como servidores públicos, os padres defendiam posições que eram semelhantes, senão ainda mais conservadoras que as dos burocratas imperiais. Não era, portanto, surpreendente que o sentimento abolicionista não tenha se desenvolvido entre os padres brasileiros como um todo. Os padres eram leais principalmente às necessidades institucionais da igreja, sendo que os escravos desempenhavam uma série de trabalhos nas propriedades eclesiásticas, gerando renda adicional através do aluguel de alguns braços a outros proprietários.

Ainda que o número de indivíduos libertados pela igreja tenha sido pequeno, mesmo durante a primeira onda do recrutamento, a resistência eclesiástica aumentou em face da chamada oficial realizada pelo próprio Imperador. A ordem dos Carmelitas ilustra a falta de cooperação às demandas das autoridades imperiais mesmo nos setores que, como a igreja, encontravam-se profundamente conectados à monarquia. Numa carta de dezembro de 1865, o arcebispo da Bahia informava ao ministro da Guerra que "devido ao estado deplorável das propriedades dos carmelitas não seria possível fornecer um número significativo de indivíduos". Declarava ainda que dos 106 escravos vivendo nas melhores fazendas dos Carmelitas, somente 8 se encontravam em condições de marchar. Em relação aos 10 escravos doados pela ordem Beneditina o mesmo arcebispo declarava "que o D. Abade Geral de São Bento já libertara dez escravos para os entregar ao governo, e se eu conseguir entregar também os oito referidos, proporção

guardada, o Carmo dará mais, pobre como está, do que São Bento, rico."³⁵

Uma carta anônima de novembro de 1866, assinada por "um servo leal de sua Majestade" colocava em dúvida o argumento Carmelita:

Possui a corporação Carmelita na cerca de mil escravos de ambos os sexos e de diferentes idades nas províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo, e do Pará, de onde se pode tirar para o exército muita gente. Porém o atual visitador da Ordem arrendou muitas fazendas com muito boa escravatura a vários especuladores, de onde se podia tirar um luzido contingente para o exército. Portanto, cumpre-me prevenir ao governo que não aceite toda e qualquer desculpa que o mesmo der, a fim de frustrar as vistas do governo, alegando que os melhores escravos foram (libertados pelos religiosos); quando é certo, Ex.mo. Sr., que a nossa melhor escravatura acha-se quase toda arrendada pelo atual visitador; pois ele há de empregar todos os seus esforços para sustentar todos esses contratos de arrendamento de escravos, que foram feitos sem ciência da comunidade e com enormíssima lesão para o patrimônio da ordem. Convém Ex.mo. Sr., que o governo mande rescindir esses contratos fraudulentos e encarregue à pessoa idônea e conhecedora dos escravos a comissão de escolher os mais aptos para o serviço militar, com o que muito lucrará o país e a civilização.³⁶

Parece que as denúncias procediam. Em abril de 1867, um superior do convento dos Carmelitas declarou que a ordem poderia libertar 45 indivíduos, distribuídos por várias propriedades, algumas das quais alugadas, aumentando em quase seis vezes a oferta inicial. Também digno de nota é o fato dos mosteiros carmelitas na Corte e na província do Pará terem enviado mais indivíduos que aqueles estabelecidos nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Em outra carta, os

carmelitas lembraram o governo Imperial que “Tem, &, o governo imperial de indenizar a Ordem Carmelita de 45 escravos tirados para o serviço do exército, dos quais 2 foram dispensados, mas que foram libertos por ordem do governo imperial”³⁷. As autoridades eclesiásticas opunham-se à simples expropriação dos seus escravos e demandavam dinheiro em troca dos cativos. Os relatórios listam um total de 95 indivíduos provenientes dos conventos e mosteiros.³⁸

Se o governo enfrentou problemas para extrair escravos-soldados da igreja, como responderiam os proprietários privados? Claramente o Império não pretendia pressionar os proprietários. Em nenhum momento durante a guerra escravos foram recrutados contra a vontade dos seus proprietários. Ao invés disso, os representantes do governo fizeram uma série de apelos com o objetivo expresso de convencer os senhores a doar voluntariamente alguns escravos para a nação. Para os chefes rurais que voluntariamente doaram alguns escravos, outras questões apareceram: Quem arcaria com os custos do transporte dos libertos até o Rio de Janeiro? Expressando uma preocupação generalizada com esse problema o presidente de São Paulo declarou que: “Se os proprietários de escravos tiverem que pagar, nenhum enviará seus escravos, correndo o risco de recebê-los de volta quando recusados”.³⁹

A despeito da cooperação de alguns senhores, o número de escravos libertados foi pequeno, apenas um ou dois por doador. Um total de 799 escravos foi doado gratuitamente, junto a 948 apresentados como substitutos. Esse último montante equivale à metade dos 1.807 indivíduos que foram libertos com dinheiro público. Aos poucos o governo Imperial percebeu que se a situação da guerra não melhorasse sérias dificuldades surgiriam no ano de 1868, à medida que os fazendeiros e outros proprietários nas cidades tornavam-se menos propensos a cooperar com os esforços para libertar e alistar os ex-escravos. O contraste entre doações públicas e privadas foi mais marcante na província do Ceará. Ali, os governos Imperial e provincial em conjunto libertaram 350 escravos, mas apenas um foi liberto por seu proprietário.⁴⁰

A maré da Guerra, entretanto, virou a favor do Império. Iniciando-se em dezembro de 1867 uma série de vitórias levou a crucial captura da fortaleza de Humaitá em agosto do ano seguinte. A partir daí, os paraguaios não poderiam oferecer uma resistência renhida o suficiente para alterar o resultado dos eventos, a despeito do enorme desperdício de vidas decorrente das ações desesperadas de Solano López no intuito de retardar o resultado. A Guerra, para todos os sentidos práticos, estava vencida, e a conquista das posições paraguaias remanescentes era uma questão de tempo e esforço.

NÚMEROS E PERDAS NO ALISTAMENTO DE EX-ESCRAVOS

Os problemas para determinar o número de libertos que serviram durante a Guerra do Paraguai são os mesmos que se constata na determinação do número total de recrutas. As estimativas geradas pelos relatórios dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça não concordam entre si, muito menos com os números provinciais. No Relatório do Ministério da Guerra para 1872, as autoridades tentaram dar alguma uniformidade a um oceano de informações, resumizando totais para os quase cinco anos de combates.

O relatório comprova que a maior parte dos esforços emancipacionistas esteve concentrada em atividades relacionadas às instituições governamentais. Cinquenta e seis por cento de todos os indivíduos emancipados provieram de doações imperiais, da Casa Imperial, das Fazendas Imperiais ou de instituições fortemente relacionadas ao Estado, como a Igreja. Metade das contribuições privadas proveio de substituições. As doações privadas representaram somente dois por cento de todos os esforços de recrutamento. A má vontade dos fazendeiros para contribuir com escravos pode ser atribuída à crise permanente, decorrente do fim do tráfico internacional, na década anterior. Mas mesmo considerando-se as dificuldades enfrentadas pela economia escravista, a cooperação desse setor foi bem inferior à estimada pelas projeções mais céticas feitas pelas autoridades imperiais, tais como os conselheiros de Estado. Nenhuma expro-

Recrutamento de escravos por região, 1865-1869

Região	Número	Porcentagem total do recrutamento
Norte	66	1,6
Northeast	985	24,5
Centro-Oeste	0	0
Sul	396	9,9
Sudoeste (incluindo a Corte na cidade do Rio de Janeiro)	2.555	64
Total	4002	100.0

Fonte: "Mappa da Força..." Relatório do Ministério da Guerra, 1872.

A Corte recrutou 2.196 escravos ou 55% dos escravos libertos para o serviço.

priação ocorreu, ainda que alguns poucos escravos possam ter sido erroneamente subtraídos aos seus donos. O Estado sustentou o ônus mais pesado do recrutamento, mas, ainda assim, também fracassou na tentativa de extrair um número significativo de indivíduos. A informação relativa à distribuição geográfica do recrutamento suporta essas conclusões preliminares.

Os dados mostram a grande contribuição da cidade do Rio de Janeiro aos esforços para a Guerra. Superficialmente, eles parecem confirmar a posição do Conselheiro Nabuco de Araújo de que o recrutamento deveria concentrar-se nos escravos urbanos, especialmente nos da capital do Império. Mas uma observação mais cuidadosa indica que a proximidade da Corte e das instituições imperiais foi o que realmente impulsionou o recrutamento. Na condição de capital do Império, a Corte no Rio era muito mais sensível às pressões políticas e seus escravos mais suscetíveis às manumissões imperiais. De 2.196 escravos libertados para o recrutamento na cidade do Rio de Janeiro, 60,5% vieram de atividades relacionadas ao Estado, a maioria trazida ou libertada pelo governo. (ver tabela).

A distribuição regional do recrutamento seguiu padrões próximos aos do tráfico interno de escravos. As províncias localizadas nas atuais regiões nordeste e sul contribuíram proporcionalmente muito mais que o atual sudeste, que continha cerca da metade da população escrava do país. A evidência apóia a hipótese de que os plantadores de café não cooperaram como era

esperado, retendo seus escravos a despeito das solicitações do governo. Dos 4.003 escravos oficialmente libertos para o exército, devem ser adicionados 2.257 enviados à marinha, perfazendo um total de 6.260 indivíduos. Esse número corresponde a 4,4% dos 91.298 soldados e marinheiros brasileiros que lutaram na guerra, de acordo com o relatório de 1872. Mas os números finais são provavelmente muito maiores, ainda que as proporções entre indivíduos livres e libertos possam ser as mesmas.

Essa pequena proporção torna-se mais significativa, entretanto, quando comparada ao número declinante de soldados enviados para a frente entre novembro de 1866 e agosto de 1868, os anos finais da mobilização de soldados para a guerra, quando as manumissões para o exército foram oficialmente suspensas. Listas alternativas oferecidas pelos relatórios do Ministério da Guerra mostram que durante 1867 e 1868 somente 15.000 soldados foram enviados ao Paraguai, destes 3.897 eram escravos libertos (26%). Em 1868 cerca de 1.873 libertos foram recrutados. Eles compuseram 23% do total de 8.241 soldados enviados para a guerra naquele ano. Assim, o recrutamento de escravos-libertos manteve o suprimento de novas tropas em níveis aceitáveis para as necessidades operacionais das forças brasileiras, sendo fundamental para garantir a vitória das armas imperiais. Se os escravos libertos constituíram uma porção relativamente pequena do contingente total das forças combatentes, eles foram essenciais durante os três últimos anos da campanha,

quando as fontes de soldados livres estavam desaparecendo. É também bastante provável que esses libertos tenham desempenhado um papel crucial na ocupação do Paraguai após o fim do conflito. O que começou como uma campanha patriótica e voluntária transformou-se progressivamente numa luta conduzida por escravos libertos e soldados recrutados à força.

SINTETIZANDO

Libertos constituíram um segmento pequeno, porém importante do esforço de guerra Imperial. Sua obtenção, entretanto, foi obstaculizada pelos entraves colocados tanto pelos proprietários quanto pelos setores eclesiásticos. O número de escravos libertos para o serviço ficou muito aquém das previsões mais otimistas, que esperavam em torno a 24.000 indivíduos. O poder do Estado Imperial mostrou-se tímido no confronto com interesses particulares no momento em que a Guerra enfrentava seu período mais crítico.

A experiência desses soldados foi variada, assim como suas repercussões no pós-guerra. Fora os poucos casos já documentados, ainda merecem estudos mais profundos os registros policiais e os pedidos de pensão. Sabemos relativamente muito pouco ainda sobre a experiência dos Zuaivos, especialmente das relações entre essas unidades e o restante das tropas estacionadas no Uruguai e no Paraguai. É fato que a segregação foi abolida no exército, mas a

socialização dos ex-cativos entre os elementos livres em serviço ainda é desconhecida.

O Exército havia recrutado negros livres desde o período da Independência, e a inclusão de escravos libertos nas forças militares durante períodos de emergência constituía uma tradição que foi continuada durante a Guerra do Paraguai. Os escravos libertos condicionalmente estavam sujeitos a controles institucionais e a restrições sociais que impediram que a sua experiência militar se tornasse um elemento chave na luta imediata pela abolição. Mas o mundo havia mudado muito por volta de 1867. A escravidão nos estados do Sul dos EUA havia sido demolida pela Guerra Civil. O desaparecimento da Confederação deixou Cuba, ainda uma colônia espanhola, como a única economia escrava remanescente nas Américas, aprofundando um contexto internacional crescentemente adverso aos interesses escravistas.

A Guerra afetou a confiança dos proprietários na capacidade do Estado Imperial para protegê-los num momento em que seus interesses vinham sendo enfraquecidos pelas enormes transformações no mercado de escravos. Os esforços para a Guerra contra o Paraguai deixaram nos grandes plantadores a impressão de que a expropriação poderia ser o próximo degrau. Ainda que esse degrau estivesse longe de ser transposto, os esforços descontrados pelo recrutamento de escravos afetaram as relações do Estado com a igreja e com os grandes proprietários, repercutindo negativamente na estabilidade da Monarquia.

BIBLIOGRAFIA

Arquivos e Fontes Primárias

Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Arquivo Histórico do Museu Imperial

Arquivo Nacional, Série Guerra.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Atas do Conselho de Estado Pleno, direção geral, organização e introdução de José Honório Rodrigues. 14 vol. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973-78.

Relatório Apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Camamu. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

Relatório Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Martin Francisco Martin Francisco Ribeiro de Andrada. Rio de Janeiro: Typografia do Correio Mercantil, 1867.

Livros e Artigos

AZZI, Riolando, *O Altar Unido ao Trono: um projeto conservador*. Petrópolis: Paulinas, 1992.
BEOZZO, José Oscar. "Igreja Católica e Escravidão". In BEOZZO, José Oscar (Coord.), *História da Igreja no Brasil. Segunda época – Século XIX* (Tomo II/2). Petrópolis: Vozes/CEHILA, 2008, pp. 257-297

BEZERRA NETO, José Maria. "Nos bastidores da guerra: fugas escravas e fugitivos na época da Guerra do Paraguai (Grão-Pará: 1864-1870). In *História & Perspectivas. Uberlândia*: (jan-dez de 1999), pp. 85-115.

BOXER, Charles. *The Golden Age of Brazil, 1665-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. Berkeley: University of California Press, 1962.

BOXER, Charles. *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1969.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. "Fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)". *Tese de Doutorado*, PPGHIS-UFRJ, 2013.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

CASTRO, Jeanne Berrance de. "O Negro na Guarda Nacional". In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, nº 3, 1969, pp. 149-172.

COTTA, Francis. "No rastro dos dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas". *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEGLER, Carl N. *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Nova Iorque: Macmillan, 1971.

FOREST, Alan. *Soldiers of the French Revolution*. Durham, N.C.: Duke University Press, 1990.

FRAGOSO, João L. "A Nobreza vive em bandos. A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVI, algumas notas de pesquisa". *Tempo*. Niterói nº 15 (jul-dez 2003), pp. 11-25.

IZECKSOHN, Vitor. "Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai". In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004, pp. 179-208.

IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and War in the Americas: Race, Citizenship, and State Building in the United States and Brazil, 1861-1870*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014.

KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o 'recrutamento' de escravos na guerra de independência na Bahia". *Revista Brasileira de História*. No. 22, São Paulo, 2002, pp. 109-126.

KRAAY, Hendrik. "Os companheiros de Dom Obá: os Zuavos Baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai". In *Afro-Ásia*, 46, Salvador: 2012, pp. 112-161.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Carlos A. M. "Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa, (1580-1850). *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba nº 18 (2002), pp. 131-152.

MATTOS, Hebe. "Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português". In: *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

OLIVEIRA, Manuel Lucas de. *Diário do Coronel Manuel de Oliveira*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

RUPERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: Galicanismo Imperial*. Santa Maria: Pallotti, 1993.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SILVA, Eduardo. *Prince of the People: The life and times of a Brazilian Free Man of Color*. Londres: Verso, 1993

SLENES, Robert. "The Demography and Economics of Brazilian Slavery". *Tese de Doutorado*, Universidade de Stanford, 1976.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996.

TORAL, André Amaral de. "A participação de negros escravos na Guerra do Paraguai". In *Estudos Avançados*. São Paulo: 9 (24), 1995, pp. 287-296.

VOELZ, Peter. *Slave and Soldier: The military impact of Blacks in the Colonial Americas*. Nova Iorque: Garland Publishing, 1993.

¹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SILVA, Eduardo. *Prince of the People: The life and times of a Brazilian Free Man of Color*. Londres: Verso, 1993; SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996; TORAL, André Amaral de. "A Participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai". In *Estudos Avançados*. São Paulo: 9 (24), 1995, pp. 287-296; KRAAY, Hendrik. "Os companheiros de Dom Obá: os Zuavos Baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai". In *Afro-Ásia*, 46, Salvador: 2012, pp.112-161 e IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and War in the Americas: Race, Citizenship, and State Building in the United States and Brazil, 1861-1870*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014, pp. 128-162.

² BOXER, Charles. *The Golden Age of Brazil, 1865-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. Berkeley: University of California Press, 1962, p. 142. A expressão utilizada pelo autor é "Dark-hued officer".

³ FRAGOSO, João L. "A Nobreza vive em bandos. A economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVI, algumas notas de pesquisa". *Tempo*. Niterói: no. 15 (jul-dez 2003), pp. 11-25; LIMA, Carlos A. M. "Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa, (1580-1850)". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: n° 18 (2002), pp.131-152.

⁴ Daí a expressão "Henriques" que passou a designar os batalhões negros organizados no atual nordeste brasileiro e, posteriormente, adotada em outras capitanias/províncias para designar as milícias segregadas. BOXER, Charles. *The Portuguese Seaborn Empire, 1415-1825*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1969, pp. 119-162. Para uma análise das apropriações históricas dos mitos tanto de Henrique Dias quanto de seus subordinados, ver CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, pp. 194-241. Para uma descrição das recompensas recebidas por Henrique Dias, ver MATTOS, Hebe. "Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português". In: *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, pp. 29-45.

⁵ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 321. COTTA, Francis. "No rastro dos dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas". *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

⁶ Para um tratamento amplo da situação dos soldados negros nas Américas, ver VOELZ, Peter. *Slave and Soldier: The military impact of Blacks in the Colonial Americas*. Nova Iorque: Garland Publishing, 1993.

⁷ Sobre o conceito de "alforria condicionada" ver, entre outros, SLENES, Robert. "The Demography and Economics of Brazilian Slavery". *Tese de Doutorado*, Universidade de Stanford, 1976, p. 516; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 175-226.

⁸ DEGLER, Carl N. *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Nova Iorque: Macmillan, 1971, p. 79. Essa perspectiva não exclui, de todo, a expectativa de que a vida militar poderia trazer mudanças positivas para aqueles diretamente envolvidos, isto é, ex-recrutados e marinheiros vindos dos grupos sociais mais empobrecidos.

- ⁹ Sobre os lanceiros negros, CARVALHO, Daniela Vallandro de. "Fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)". *Tese de Doutorado*, PPGHIS-UFRJ, 2013.
- ¹⁰ CASTRO, Jeanne Berrance de. "O Negro na Guarda Nacional". In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: n° 3, 1969, pp. 149-172.
- ¹¹ Sobre as "levée em masse" ver, FOREST, Alan. *Soldiers of the French Revolution*. Durham, N.C.: Duke University Press, 1990, pp. 73-81.
- ¹² KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o 'recrutamento' de escravos na guerra de independência na Bahia". *Revista Brasileira de História*. N° 22, São Paulo, 2002, pp. 109-126.
- ¹³ KRAAY, Hendrik, "Os companheiros de Dom Obá: os Zuavos Baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai". In *Afro-Ásia*, 46, Salvador: 2012, pp.112-161
- ¹⁴ OLIVEIRA, Manuel Lucas de. *Diário do Coronel Manuel de Oliveira*. MOREIRA, Paul S. e PETERSEN, Jorge R. (Orgs.). Porto Alegre: Edições EST, 1997, p. 54.
- ¹⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2.2-4, Cx. 16, Coleção 8. Ofícios, 18-23 de outubro de 1867. Citado em SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996, p. 63.
- ¹⁶ Como a taxa de isenção 600\$0000 (US\$ 276) era geralmente inferior ao preço médio de um escravo, podia ser um bom negócio simplesmente pagar uma isenção, ao invés de ceder um escravo ou contratar um recruta de aluguel. Mas os pobres raramente possuíam os recursos para utilizarem-se dessa mesma estratégia.
- ¹⁷ Arquivo Público do Rio Grande do Sul, J-69, código J-60, fl. iv. A rápida desmobilização das forças após o fim do conflito pode ter abrandado esse período de serviço. Foi impossível descobrir o destino final de Elias.
- ¹⁸ Caxias para Homem de Mello, Para-Cuê, 12 de abril de 1868. Arquivo Nacional. Avisos do Ministério da Guerra, 1868/1869.
- ¹⁹ Thomas Furtado para José Silveira Filho. Pelotas, 13 de fevereiro de 1867. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, fl. 55, livro 19.
- ²⁰ Jornal do Pará, 16 de maio de 1868. Citado em BEZERRA NETO, José Maria. "Nos bastidores da guerra: fugas escravas e fugitivos na época da Guerra do Paraguai (Grão-Pará: 1864-1870)". In *História & Perspectivas*. Uberlândia: (jan-dez de 1999), pp. 85-115.
- ²¹ João Lustosa da Cunha Paranaguá a Esperidião Elóy de Barros Pimentel, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1866. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção 8, pasta 10, maço 12 (1866).
- ²² Francisco Ignácio Homem de Mello ao Chefe de Polícia. Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1867. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Correspondências dos Governantes, maço 109 – Ofícios do Presidente de Província ao Chefe de Polícia.
- ²³ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 72, Termos como "pardo", "mulato", "crioulo", e "cabra" constituíam algumas das designações tanto para libertos como para escravos. Esses termos assumiram diferentes significados de acordo com a época, ao longo do século XIX.
- ²⁴ Do Comandante em Chefe em Operações no Rio Grande do Sul para o Barão de Boa Vista (Presidente da Província). Uruguaiana, 7 de novembro de 1865. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Lata 198, maço 1.
- ²⁵ O alistamento voluntário decresceu de 41,4% em 1864 para 8,16% entre 1867 e 1868. MENDES, Fábio Faria. "O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial". *Tese de Doutorado*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997, op. 217-219.
- ²⁶ "Relação dos Oferecimentos feitos ao Governo para as Urgências da Guerra". *Relatório Apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Camamú*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 101. Também citado em SALLES, Ricardo, *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003, p. 101.
- ²⁷ IZECKSOHN, Vitor. "Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai". In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik, *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004, pp. 179-208 e IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and War in the Americas: Race, Citizenship. And State Building in the United States and Brazil, 1861-1870*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014, pp. 128-162.
- ²⁸ Atas do Conselho de Estado, Volume 6, p. 84. Reunião de 5 de novembro de 1866.
- ²⁹ *Ibid*, pp. 72-73. Relatórios sobre a fundição de Ypanema em São Paulo mostraram uma população de 49 homens e 26 mulheres de idades variadas.
- ³⁰ Relatório do Ministério da Fazenda, 1866, Anexos, Tabela no. 108. O Imperador também possuía certo número de escravos através da Casa Imperial. Estes eram empregados em tarefas domésticas. Foram os primeiros a receber alforrias. Não foi possível estimar o número de mulheres libertos em decorrência da decisão Imperial.
- ³¹ A Igreja Católica, como a religião oficial da Coroa, também possuía um compromisso com a conversão dos grupos não evangelizados. Historicamente essa atribuição havia justificado uma defesa funcional da escravidão. Nessa situação ambivalente, o principal objetivo da instituição parece ter sido o de conciliar a moral cristã aos valores e interesses do Estado Imperial.
- ³² Estimativas feitas pelo Visconde de Abaeté. Atas, 6, p. 72.
- ³³ Sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado Imperial no período, veja: BEOZZO, José Oscar, "Igreja Católica e Escravidão". In BEOZZO, José Oscar (Coord.), *História da Igreja no Brasil. Segunda época – Século XIX* (Tomo II/2). Petrópolis: Vozes/CEHILA, 2008, pp. 257-297; AZZI, Riolando, *O Altar Unido ao Trono: um projeto conservador*. Petrópolis: Paulinas, 1992 e RUPERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: Galicanismo Imperial*. Santa Maria: Pallotti, 1993.
- ³⁴ Atas, 6, p. 89
- ³⁵ Dom Manuel Joaquim da Silveira, (Conde de São Salvador), Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil para João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro da Guerra. Salvador, 13 de dezembro de 1866. Arquivo do Museu Imperial-82 - I-DPP-14.5.866-Sil-c-1-7 (BIS-AR).
- ³⁶ Anônimo para o Conselheiro João Lustosa Paranaguá. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1866. Arquivo Nacional - SPE, Código 572, documento 6, folha 19.

³⁷ Frei Fausto de Monte Carmelo para João Lustosa da Cunha Paranaguá. Convento do Carmo (Salvador), 25 de abril de 1867. Arquivo do Museu Imperial- 96 - I - DPP - 25.4.867- Mon.c.

³⁸ De acordo com o Relatório do Ministério da Guerra de 1872, o número total de escravos provenientes dos conventos e mosteiros correspondia a 94 indivíduos. Esse número equivalia a 2,4% do número total de soldados listados naquele relatório. Ver "Mappa da Força que cada uma das províncias do Império concorreu para a Guerra do Paraguai...." Arquivo Nacional, Relatório do Ministério da Guerra, 1972.

³⁹ José Tavares Bastos a João Lustosa da Cunha Paranaguá. São Paulo, 2 de março de 1867. Arquivo Nacional/SPE/IG-1 159, cx. 587, maço 1867, fl. 820.

⁴⁰ Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque para Barão de Muritiba. Fortaleza, 23 de janeiro de 1869. Arquivo Nacional/SPE/IG-1-40 (CE), nº 20.



A Batalha Naval do Riachuelo por Felipe Néri de Barcellos: música, ofício e glória na composição de um voluntário da pátria*

The Naval Battle of Riachuelo by Felipe Néri de Barcellos: music, occupation and glory from the composition of a Fatherland volunteer

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos

Primeiro-Tenente do Quadro Técnico. Graduado em Licenciatura em História na Universidade Estadual de Feira de Santana. Pós-graduando em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

RESUMO

O presente artigo visa a apresentar uma composição musical intitulada *O Ataque do Riachuelo* composta pelo músico pernambucano Felipe Néri de Barcellos durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, provavelmente pouco depois da Batalha Naval do Riachuelo ocorrida em junho de 1865, enquanto uma fonte relevante para o estudo histórico das memórias acerca desse evento. O objetivo é compreender como tal composição, acerca de uma batalha tão importante como foi a de Riachuelo, dialoga com o contexto daquela guerra, tomando como ponto de partida as suas influências sociais e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Batalha Naval do Riachuelo; Felipe Néri de Barcellos; *O Ataque do Riachuelo*

ABSTRACT

This article aims to present a musical composition entitled *O Ataque do Riachuelo* composed by a Felipe Néri de Barcellos musician from Pernambuco. The musica was composed during the Triple Alliance War against Paraguay, probably shortly after the Riachuelo Naval Battle, which took place in June 1865, as a relevant source for historical study of memories from this event. The goal is to understand how composition about a battle (as important as was the Riachuelo), dialogues with the context of that war, using their social and cultural influences as a starting point.

KEYWORDS: Riachuelo Naval Battle; Felipe Néri de Barcellos; *O Ataque do Riachuelo*

* Artigo recebido em 24 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

INTRODUÇÃO

Era dia 20 de junho de 1865. Nove dias após a Batalha Naval do Riachuelo, acontecimento que dava impulsão à Divisão Naval Brasileira comandada por Francisco Manuel Barroso da Silva e a todo esforço de guerra dos aliados no sentido de ultrapassar os obstáculos impostos pelas forças beligerantes de Solano Lopez, especialmente no Rio Paraná, local daquela batalha. A notícia se espalhou entre os brasileiros que estavam nas fileiras das Forças brasileiras, até chegar, naquele dia, ao acampamento do 1º Corpo do Exército, comandado pelo General Osório, do qual fez parte o 11º Corpo de Voluntários da Pátria, formado na província de Pernambuco. Tal acampamento estava aos arredores da Vila de Salto, às margens do Rio Uruguai. Para comemorar a vitória, que provocou “regozijo geral” nesse acampamento, com uma alvorada festiva ao som de bandas de música junto ao Quartel-General do General Osório. (DUARTE, 1981: 80).

O acontecimento acima nos interessa porque, tudo indica, é a partir dele e sobre ele que Felipe Néri de Barcellos, mestre da banda de música do 11º Corpo de Voluntários da Pátria, o mesmo que estava no acampamento do 1º Corpo de Exército de Osório, compõe o seu *Ataque do Riachuelo*, música que busca emitir sinais sonoros que vão para além de mais uma música militar.

Para tanto, faz-se necessário elucidar, ainda que brevemente, aspectos relacionados a esse atrativo gênero musical de modo a verificar como ele dialoga com o contexto em que se tornou preponderante, principalmente no âmbito da esfera pública, além de entendermos como *O Ataque do Riachuelo* corresponde aos anseios sonoros daquele gênero.

O ATAQUE DO RIACHUELO E O PANORAMA SOBRE A MÚSICA MILITAR À ÉPOCA DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

A composição *Ataque do Riachuelo* constituía um gênero musical de grande divulgação durante o Império: a música militar. Vale ressaltar que a música militar, enquanto gênero musical existente desde o século XVIII,

sofreu transformações ao longo do século XIX, acompanhando as mudanças das organizações militares das quais eram parte, tanto do ponto de vista musical – incluindo-se aí as variações harmônicas, melódicas, rítmicas, composicionais, organológicas¹, etc. – como social, já que as suas funções também variaram conforme as situações em que eram empregadas as bandas militares. Mas, com base em uma sucinta exposição de Bänder (2006, 15), pode-se identificar quatro funções matrizes para as demais funções que perpassaram essas mudanças: 1) a contribuição para a coesão das tropas e a formação de um espírito de corpo; 2) o auxílio às tarefas de campo; 3) “prover com música as cerimônias militares”; e 4) contribuir com a sua música nas atividades sociais e recreativas, ajudando a consolidar uma cultura associativa nos núcleos urbanos, nesse período.

Para os fins deste artigo, e considerando os elementos supramencionados, três aspectos são cruciais para pensarmos em música militar como se conheceu no século XIX, especificamente na época da composição de Felipe Néri de Barcellos. O primeiro, o caráter da formação das forças armadas no Brasil Império, enquanto capaz de trazer a condição de unidade e integração do território da nação recém-formada (GAMA, 2011; 1). Assim, pensa-se na difusão do gênero por todo o país, ressaltando-se que Felipe Néri de Barcellos foi um músico pernambucano. O segundo é a existência, ou pelo menos consolidação, da rua como espaço privilegiado para que o caráter de formação das forças pudesse ser exposto para a esfera pública. Aliás, era a rua simbolizada pelas bandas militares – e depois civis, mas parecidas com as militares. E por último a música militar era um elemento que simbolizava o poder monárquico, contribuindo para a profusão das bandas militares durante o século XIX (BÄNDER, 2006). Não é demais lembrar que *O Ataque do Riachuelo* foi oferecida ao Imperador D. Pedro II.

O gosto pela música militar, gênero que se tornava popular no século XIX, assentado sob os três aspectos acima elucidados, dava-se, dentre outros motivos, pela influência dos conflitos da região do Rio da Prata e também os internos, já que estes eram apropriados por parte da sociedade como elementos pro-

pícios à exaltação nacional, o que por sua vez era a fonte de inspiração dos compositores e diversos conjuntos musicais. Houve, assim, uma “abundante produção musical do gênero” (BITTENCOURT-SAMPAIO, 2012: 52).

Em que pese a sua relativa predominância na audiência das ruas e espaços públicos, além da caserna, evidentemente, a música militar não era consenso. *A intelligentsia* especializada em música, representada na Revista Musical e de Belas Artes em circulação entre 1878 e 1880, era uma dessas vozes dissonantes. Arthur Napoleão (1843-1925) e Leopoldo Miguez (1850-1902), responsáveis pela Casa Napoleão&Miguez que editava partituras e comercializava instrumentos musicais durante o século XIX (MEDEIROS, 2014), em diversas edições daquele periódico, expunham controvérsias com relação às bandas militares. Em relação ao erário imperial eram entendidas como dispendiosas para o governo. Do ponto de vista técnico apresentavam desequilíbrio instrumental, não tinham instrução e deixavam a desejar no tocante à disciplina musical (MÚSICAS MILITARES I: 1879, nº 3: 1-2). Portanto, tratava-se de um gênero que recebia uma classificação que a colocava em um patamar abaixo do que se concebia nessa literatura especializada, como a verdadeira música, ou seja, aquela cujos referenciais e cânones eram claramente europeus.

Mas essa dissonância não obscurecia a consolidação do gênero no cenário musical brasileiro, tornando-se referência para uma geração de músicos e compositores brasileiros que se dedicaram a contar as glórias de uma nação que buscava compor, através de diversos agentes, uma identidade. Os acordes e o ritmo da música militar eram percebidos como possibilidades para esse objetivo, assim como notou o autor do *Ataque do Riachuelo*.

O VOLUNTÁRIO FELIPE NÉRI DE BARCELLOS: UM OFÍCIO A SERVIÇO DA PÁTRIA

Felipe Néri de Barcellos, antes de ir para a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, fora músico no Colégio dos Órfãos de Olinda.²

De modo geral, os centros de educação que também se encarregavam do ensino

musical no Brasil, a exemplo das organizações filantrópicas, eram celeiros de jovens artistas que transitaram por diversos gêneros musicais. O Colégio dos Órfãos de Olinda, fundado em 1835, tinha como gênero predominante a música sacra. Ligado à Santa Casa de Misericórdia a partir de 1862, a música sacra terá lugar naquele colégio em suas festas, cultos, ritos litúrgicos e demais eventos religiosos. Mas também “os minuets e outras peças, desde que apropriadas às festas de Igreja”³. Em que pese não ter havido espaço para a música militar no Colégio de Órfãos de Olinda, é possível que a influência de bandas regimentais tenha chegado aos seus músicos, a ponto de vê-los, posteriormente, integrando essas bandas, assim como de todo o panorama musical do século XIX. Além do próprio Felipe Néri de Barcellos, seu irmão, Trajano Felipe Néri de Barcellos, lembrado com a sua patente de capitão – ainda não foram encontrados registros em qual força Trajano servia – pelo articulista do Jornal do Recife aqui referenciado, também foi regente de banda, além de ter sido também de orquestra, compositor, organista e mestre de capela da Sé de Olinda, e ainda cantor. (SILVA, 2006: 209)

Trombonista, reconhecido como um músico “célebre”⁴, além de pertencer a uma família de músicos – outros irmãos, além de Trajano Felipe, também eram do mesmo ofício – foi filho de Felipe Néri de Barcellos, este pertencente ao Regimento de Artilharia em Pernambuco como oficial nos postos de tenente e reformado no de capitão.⁵

Ainda não foi possível descobrir quando, exatamente, e de que maneira Felipe Néri de Barcellos, o filho, se alistou para o 11º Corpo de Voluntários da Pátria. O que se sabe é que um contingente considerável de brasileiros se alistou nos diversos corpos organizados com o decreto de nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865 dadas as condições vantajosas oferecidas pelo governo Imperial para os voluntários como pecúnia, lotes de terra, preferência em empregos públicos, etc. As vantagens faziam-se necessárias face ao esvaziamento notório com relação ao pessoal de outras forças, a exemplo das forças de linha e da Guarda Nacional, o que era uma grande vulnerabilidade tendo em vista os objetivos do

Império na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Mas outros fatores também devem ser considerados para o alistamento dos voluntários, inclusive o próprio imaginário da época, basicamente forjado no sentimento de pertencimento a uma nação, ainda mais a brasileira, recém-formada, que buscava símbolos para a conformação de uma identidade. Tais símbolos estavam passíveis de serem construídos nos mais variados espaços e dados a ler pelos mais variados canais. A música era um deles. Este foi o sentido, entre outros, dado por Felipe Néri de Barcellos ao compor o dobrado *O Ataque do Riachuelo*.

A BATALHA EM MÚSICA

Agora, dediquemo-nos à composição. Aqui não se pretende uma análise musical, até porque este não é o intuito deste artigo. Mas, através de alguns elementos amparados em um diálogo da obra com as circunstâncias de sua composição, levantar algumas questões que podem nos ajudar a compreender esse diálogo constante entre documento e época.

A composição *O Ataque do Riachuelo*, dobrado de Felipe Néri de Barcellos, está contida em uma coleção intitulada *Peças para a Banda pelo mestre da Bam. 11 de Voluntários da Pátria*, localizada na Biblioteca Nacional, na Divisão de Música e Arquivo Sonoro, na Seção de Manuscritos. Junto com o *Ataque do Riachuelo*, estão outras composições como *O esplêndido triunfo de Uruguaiana*, *O Rompante de Lopes*, dobrado, *O hino de Glória* e *A patjada dos paraguays*, polca.⁶ A peça *O Ataque do Riachuelo* não está datada, mas pode-se inferir que ela tenha sido composta pouco tempo depois da Batalha Naval do Riachuelo, já que outra peça dessa coleção,

A patjada dos paraguays, polca, está datada de 1866. Além disso, ressalta-se o fato de que Barcellos morreu durante a guerra em 1867.

A presença da polca nos confirma o fato de Felipe Néri de Barcellos, assim como um outro músico que tivesse experiência parecida, transitar pelos gêneros próprios do panorama musical do século XIX.

O Ataque do Riachuelo foi composta para os seguintes instrumentos: dois clarinetes (um com exploração melódica e outro harmônica), dois trombones, um bombardão em mi bemol, dois flugelhornes (um em si bemol e outro em dó), uma requinta, duas trompas, clarins em si bemol, caixa, tambor e um instrumento não identificado, na altura da clave de sol na 2ª linha, o que indica ser um instrumento em uma altura considerada aguda.⁷ Portanto, uma música para uma configuração de bandas militares da época.⁸

Em compasso binário simples, como eram boa parte dos dobrados brasileiros, diferenciando-os da tradição anglo-saxã, estes basicamente em binário composto, *O Ataque do Riachuelo* tinha como característica rítmica a percussão para a cadência da marcha ordinária como passo elementar dos dobrados. Rocha, em um estudo sobre os dobrados brasileiros, indica como característica fundamental da música brasileira a marcha ordinária na cadência destes dobrados contrapondo-se aos outros passos utilizados pelas tropas militares em evolução nos campos de batalha. (ROCHA, s/d). Ressalta-se também a ênfase no bumbo em solo remetendo-nos a movimentos mais contundentes. Esses elementos podem ser mais bem visualizados nas pautas abaixo reproduzidas por fotografia para grande caixa e tambor:



Reprodução de *O Ataque do Riachuelo*, Dobrado para grande caixa e tambor

Na observação da composição para o 1º clarinete, nota-se um fluxo musical, evocando movimentos de uma batalha, apoiado na característica rítmica, já mencionada anteriormente. Para tanto, decidi editar a partitura

para visualizarmos esses movimentos específicos. O primeiro tema com frases nas quais as colcheias pontuadas e as semicolcheias em uma trama melódica, ainda no modal maior com segundas e terças, enuncia a batalha.

No entanto, a mudança de modalidade, a articulação staccato – uma espécie de martelado – e uma nova trama

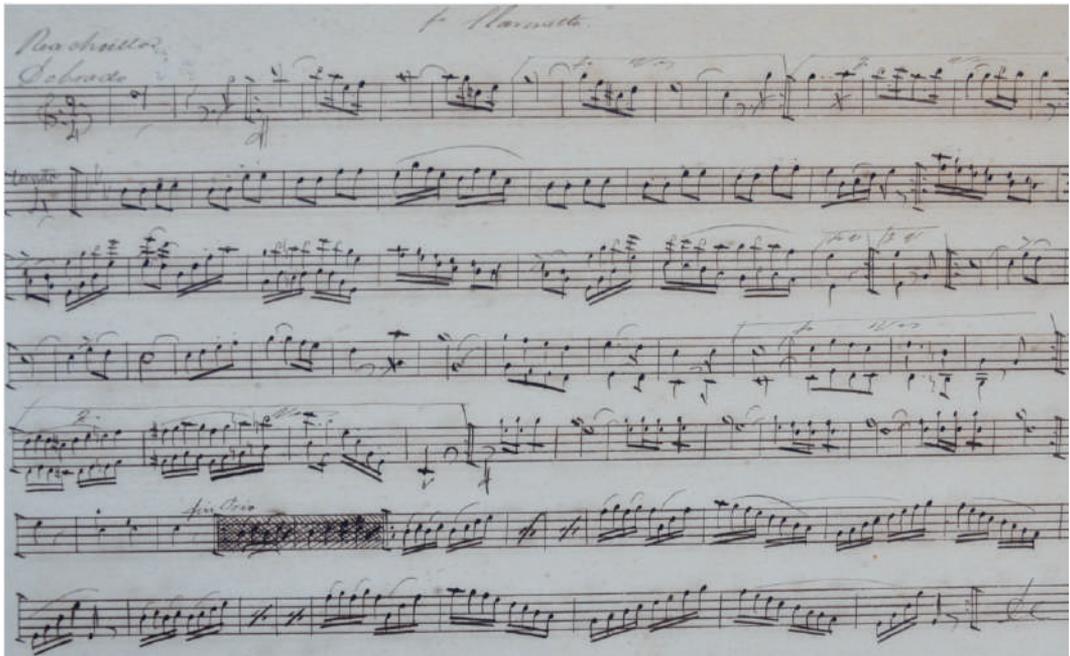
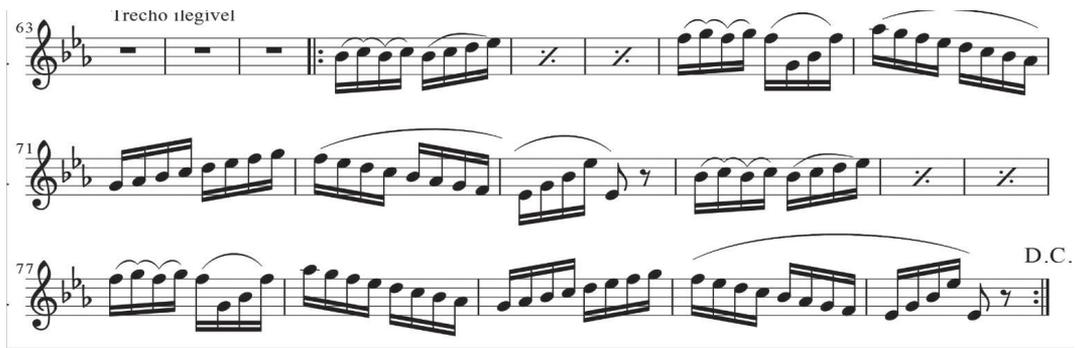
melódica nos introduzem ao suspense, à indefinição, ao imprevisível em um combate.

A inclusão de mais elementos composicionais por Felipe Néri de Barcellos quando analisamos os diferentes timbres, verificando a textura em sua obra, percebemos ainda mais como as imagens da Batalha

Naval do Riachuelo se imbricam na fantasia evocada pelo autor. Ao clímax do combate é o que nos remete os movimentos finais da parte C (trio) em que são exploradas as terças e quintas de maneira harmônica.

O que dizer então do movimento final, em uma apresentação de novo tema, com intenso movimento melódico e rítmico como no desenrolar de um combate em

que se apresentam de maneira um pouco mais evidente vencedores e vencidos, mostrando-nos uma surpresa com relação aos outros temas?



Reprodução por fotografia de *O Ataque do Riachuelo, Dobrado*. Para 1º clarinete, na íntegra

Não teremos espaço aqui para explorar todos os instrumentos para os quais foi composta *O Ataque do Riachuelo*. Buscou-se fazer apontamentos iniciais na apresentação do documento que permitissem ao máximo compreendê-lo não só como representação de um contexto, mas como o contexto se tornou representante da própria composição.

Em *O Ataque do Riachuelo, Dobrado*, podemos identificar aspectos que nos remetem a uma batalha, apresentando-nos um conteúdo e forma musicais com esse teor dramático. A musicalidade expressa nesse tipo de música, assim como qualquer outra expressão,

especialmente no fazer música, atinge-nos em nossa própria subjetividade e em como relacionamos essa com o mundo que nos circunda e que é lido por nós, à nossa maneira. (MAHEIRIE, 2003). Barcellos não esteve presente ao 11 de junho, mas a sua proximidade com a batalha busca nos adentrar no evento, através de sua linguagem musical.

Felipe Néri de Barcellos não viveu para ouvir sua obra mais vezes – acreditando que ele possa tê-la executado em algum momento durante o conflito, ao menos para si mesmo. Morreu em combate durante a segunda Batalha de Tuiuti em 3 de novembro de 1867 quan-

do era mestre da banda de música do 42º Corpo de Voluntários da Pátria (antigo 11º).

Mas a sua morte não obscurece a sua figura emblemática. Sabe-se que ele se tornou mestre da banda do 11º Corpo de Voluntários, mas, segundo Duarte, Barcellos não assentou praça, algo incomum para alguém nas fileiras de um dos Corpos de Voluntários da Pátria. Baseado nos relatos de um outro voluntário do mesmo 11º Corpo de Voluntários, Joaquim Pimenta, Duarte também destaca o fato de Barcellos ter sido designado por Visconde de Porto Alegre como Inspetor Geral das bandas de músicos do 2º Corpo de Exército (DUARTE, 1981, 138), motivo de orgulho para aquele articulista que contava

a história do Colégio dos Órfãos de Olinda.⁹ Os caminhos pelos quais trafegou Felipe Néri de Barcellos, ou melhor, as notas pelas quais se fez ouvir, são peculiares, demonstrando-nos como *O Ataque do Riachuelo* vai além de ser mais uma música militar em meio a tantas outras.

Mas os ecos do Riachuelo não ressoariam somente no decorrer da guerra. Houve outras tentativas de memorar Riachuelo através da música, a exemplo da composição *Riachuelo – Poema Sinfônico*, composta cerca de 70 anos depois, pelo, também regente, Oswaldo Cabral. Felipe Néri de Barcellos foi apenas o primeiro a fazê-lo utilizando os referenciais de sua época, mas a seu modo.

FONTES

Partituras

BARCELLOS, Felipe Nery de. *O Ataque do Riachuelo: dobrado, s/d.* partit. 3p. + partes: 17x2. Localização: MS B-XXVI-1. Nº catálogo: Pop: 30930.

Jornais

CUNHA, Almeida. História: A Música do Collegio de São Joaquim *in: Jornal do Recife*. Pernambuco. 3 de dezembro de 1899. p. 1.

FELIPPE NERY DE BARCELLOS. *Jornal do Recife*. 25 de fevereiro de 1904. p. 1.

REFERÊNCIAS

BÍNDER, Fernando Pereira e CASTAGNA, Paulo. *Trombetas, clarins, pistões e cornetas no século XIX e as fontes para história dos instrumentos de sopro no Brasil*. In: Anais do Décimo Quinto Congresso, ANPPOM. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2005/sessao19/fernandobinder_paulocastagna.pdf. Acesso em: 22 de fev. 2015.

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. Vols. I e II. Dissertação de Mestrado em Música. UNESP. São Paulo: 2006.

CABRAL, Flávio José Gomes. “A notícia do porto já se transmitiu aqui”: *armações sediciosas em Pernambuco – 1820*. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0424.pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2015.

CARVALHO, Vinícius Mariano de. *Observações acerca da música militar na Guerra do Paraguai*. Disponível em: www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MMGP.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2014.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. O Comando de Osório*. Vol. 2. Tomo II Rio de Janeiro: BibliEx. 1981.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. O Comando de Caxias*. Vol. 3. Tomo III Rio de Janeiro: BibliEx. 1989.

GAMA, Edina Laura Nogueira da. *As Forças Armadas e a Construção Nacional (1822-1850): Breve Análise Sobre sua Formação e Consolidação* in: Anais do XXXVII Congresso Internacional de História Militar. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2011. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/56.pdf>. Acesso em: 03 de mar. 2015.

LACERDA, Oswaldo Costa de. *Compêndio de Teoria Elementar em Música*. São Paulo, Ricordi Brasileira, 1967, 3ª ed.

MAHEIRIE, Kátia. Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. in: *Psicologia em Estudo*, Maringá: Paraná, volume 8, nº 2, p. 147-153, 2003.

MEDEIROS, Alexandre Raicevich de. A Revista Musical & de Bellas Artes (1879-1880) e o Panorama Musical do Rio de Janeiro. in: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400451220_ARQUIVO_textoanpuh2014.pdf. > Acesso em: 10 de dez. 2014.

MÚSICAS MILITARES I. *Revista Musical Brasileira e de Bellas Artes*. 18 de janeiro de 1879, nº 3, ano I. Rio de Janeiro. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 20 de set. 2014.

REIS, Mercedes de Moura. *A Música Militar no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1952.

ROCHA, José Roberto Franco da. O dobrado: breve estudo de um gênero musical brasileiro. S/d. Disponível em: liraserranegra.org.br/ODobrado.pdf. > Acesso em: 03 de fev. 2015.

SILVA, José Amaro Santos da. *Música e Ópera no Santa Isabel: subsídio para a história e o ensino da música no Recife*. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2006

¹ Organologia é a área do conhecimento musical que estuda os instrumentos musicais, tendo sua prática moderna desenvolvida no século XIX, ainda que haja registros que indicam que a organologia já existia como prática antes desse século (BÍNDER & CASTAGNA: 2005, 1).

² CUNHA, Almeida. História: A Música do Collegio de São Joaquim in: *Jornal do Recife*. Pernambuco. 3 de dezembro de 1899. p. 1.

³ CUNHA, Almeida. História: A Música do Collegio de São Joaquim op. cit. p. 1.

⁴ Idem, p.1.

⁵ FELIPPE NERY DE BARCELLOS in: *Jornal do Recife*, 25 de fev. 1904, p. 1. A reforma recente de Felipe Nery de Barcellos, pai de Felipe Barcellos, músico em questão, é resultado da sua participação nos movimentos dentro do contexto da Revolução Pernambucana de 1817, tendo sido perdoado em 1818 e, depois, participando de uma suposta conspiração que visava depor o governador dessa província, Luís do Rego, em 1820 (CABRAL, 2009).

⁶ A localização dessas partituras no acervo da Biblioteca Nacional deve-se ao pioneiro trabalho de Mercedes de Moura Reis (1952), o qual foi fonte para outros estudos como o de Carvalho (s/d) sobre a música na e da Guerra do Paraguai e Bittencourt-Sampaio (2012), em um panorama da música no século XIX, tendo como um dos gêneros a própria música militar.

⁷ Altura na teoria musical significa a propriedade de um som ser agudo ou grave. (LACERDA, 1967).

⁸ Sobre a composição instrumental das bandas militares no século XIX ver BÍNDER (2006), principalmente o capítulo 4.

⁹ CUNHA, Almeida. História: A Música do Collegio de São Joaquim in: *Jornal do Recife*. Pernambuco. 3 de dezembro de 1899. p. 1.



Tentativas de paz na Guerra do Paraguai*

Peace attempts in the Paraguayan War

Francisco Doratioto

Professor no Departamento de História da Universidade de Brasília e Bolsista em Produtividade de Pesquisa do CNPq. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Paraguaya de la Historia, da Academia Nacional de la Historia (Argentina) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

RESUMO

O artigo analisa três tentativas de estabelecer um armistício durante a Guerra do Paraguai, para levar as partes em disputa a negociar a paz. Duas dessas tentativas – dos Estados Unidos e de repúblicas sul-americanas – foram intencionais e uma foi resultado das circunstâncias. Todas essas tentativas falharam, quer porque ocorreram quando Francisco Solano López tinha expectativas em relação ao desenrolar da guerra, quer porque somente a vitória militar garantia ao Estado Monárquico brasileiro que seus objetivos não seriam comprometidos.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai; paz na Guerra do Paraguai; diplomacia e guerra

ABSTRACT

This article analyzes three attempts to reach an armistice during the Paraguay War in order to bring the Parties in the dispute to negotiate peace. Two of these attempts – from United States and South American republics – were intentional and one resulted from the existing circumstances. All of these attempts have failed, either because they happened when Francisco Solano López had positive expectations regarding the war, or because to the Brazilian Empire only victory could guarantee the Monarchic State's objectives not to be jeopardized.

KEYWORDS: War of Paraguay; Peace in War of Paraguay; diplomacy and war

A Guerra do Paraguai resultou da convergência de fatores estruturais, vinculados ao processo histórico do Rio da Prata e que foram catalisados na guerra civil uruguaia, iniciada em 1863, e fatores circunstanciais, como os erros de avaliação nas decisões dos governantes dos quatro países envolvidos no conflito e as próprias dinâmicas das políticas internas de Argentina, Brasil e Uruguai, que repercutiram regionalmente. Dessa complexa articulação entre macro história e histórias locais resultaram a invasão paraguaia de Mato Grosso, em dezembro de 1864, iniciando a guerra do Paraguai contra o Império do Brasil e o ataque paraguaio à província de Corrientes, em abril de 1865, desencadeando o conflito entre o país guarani e a Argentina. A decisão do ditador paraguaio Francisco Solano López de atacar seus dois maiores vizinhos simultaneamente constituiu um erro estratégico que inverteu a lógica das relações internacionais no Rio da Prata onde, até

* Artigo recebido em 21 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

então, Buenos Aires e Rio de Janeiro eram rivais. Para enfrentar o inimigo comum, o Império e a Argentina aliaram-se e, com a adesão do Uruguai, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865.

Os representantes diplomáticos do Império atuaram, na Europa e nas Américas, para apresentar a Tríplice Aliança como uma reação à agressão militar paraguaia à Argentina e ao Brasil e que a guerra não era contra o povo paraguaio mas, sim, contra Francisco Solano López. Ainda assim, nas repúblicas sul-americanas da costa do Pacífico as simpatias eram pelo lado paraguaio, o mesmo ocorrendo nos Estados Unidos, cujas relações com o Império eram difíceis. Washington desconfiava da existência de uma monarquia na América republicana e, mais, governada por uma casa real europeia que poderia ser instrumento de valores e interesses da Europa em território americano.¹ Mesmo no Velho Continente, cujos governos mantiveram-se neutros na guerra, havia uma ou outra manifestação de simpatia para com a causa paraguaia. As inclinações em favor de Solano López resultavam, em parte, tendo em vista ser o Paraguai ostensivamente o lado mais fraco e percebido como um David a lutar contra Golias, a Tríplice Aliança. Afinal, enquanto o país guarani tinha uma população que não superava os 400.000 e um comércio externo de umas 500.000 libras esterlinas,² esses números para a Tríplice Aliança eram respectivamente de 11 milhões de habitantes (9.100.000 brasileiros, sendo um terço de escravos) e 36 milhões de libras esterlinas (quase 24 milhões do Brasil).

Contribuía para as resistências à causa aliada por parte dos EUA e de países sul-americanos a política externa do Segundo Reinado. Esta, ao utilizar o *uti possidetis* como critério para definir as fronteiras do Império, consolidando o expansionismo territorial alcançado por Portugal na época colonial, e fechar o Rio Amazonas e seus afluentes à navegação internacional, criou resistências nos países vizinhos e nos EUA, que queriam acesso a essa via fluvial. Na realidade, os Estados Unidos procuraram mobilizar o Peru e a Bolívia em favor da abertura à navegação, sem, no entanto, alterar a posição brasileira.

No entanto, o governo imperial necessitava concentrar na guerra e, para evitar atritos com Washington, que desviassem atenção e recursos brasileiros da luta contra o Paraguai, bem como para neutralizar as repúblicas americanas do Pacífico, abriu a bacia amazônica à navegação internacional em dezembro de 1866.³

Propostas formais de mediação para negociações que alcançassem a paz entre o Paraguai e a Tríplice Aliança foram feitas formalmente pelos EUA e por repúblicas sul-americanas do Pacífico. Também a diplomacia inglesa fez uma tentativa de mediação entre as partes em luta, mas de modo incidental, por iniciativa tomada pelo diplomata inglês Gerard Francis Gould em decorrência de oportunidade favorável e sem instruções específicas de Londres para tanto.

A INICIATIVA NORTE-AMERICANA

Terminada a Guerra Civil, os EUA puderam ter uma política externa mais ativa. Assim, por exemplo, passaram a ajudar o governo mexicano de Benito Juárez para vencer a intervenção francesa. Era lógica, pelos motivos já expostos, que na Guerra do Paraguai houvesse uma inclinação norte-americana em favor de Solano López, cujo país era formalmente uma república.

Em dezembro de 1866, Congresso norte-americano aprovou uma resolução recomendando que o Departamento de Estado oferecesse a mediação norte-americana para obter o fim da guerra. O conflito já durava ano e meio e a resolução argumentava que sua continuidade prejudicava o comércio no Rio da Prata, bem como constituía ameaça às instituições republicanas na região. O Departamento de Estado recebeu com frieza a recomendação, mas a acatou e remeteu aos países em guerra a proposta de um armistício. Por ela, durante a vigência do armistício os representantes dos países em guerra deveriam reunir-se em Washington para negociações, nas quais cada uma das partes teria direito a um voto na definição das decisões que viessem a ser tomadas, o que significava que o Paraguai teria seu peso decisório igualado ao dos três países aliados que constituíam a outra parte, com direito a outro voto.

Caso não se chegasse a um acordo, o que nas circunstâncias era bastante provável, o presidente norte-americano designaria um árbitro para resolver o impasse. Desse modo, o governo norte-americano apresentava-se para a América Latina como seu protetor, postura que fora defendida, pouco antes, pelo ministro norte-americano no Rio de Janeiro, General Watson Webb, com vistas a desencorajar alguma iniciativa europeia nesse sentido. Nas palavras de Webb: "Devemos impregnar a todos os governos da convicção de que está de acordo com seus interesses e sua obrigação recorrer aos Estados Unidos para proteção e conselho; proteção da interferência europeia e conselho e assessoramento amistoso quanto às dificuldades com seus vizinhos".⁴

Entre janeiro e março de 1867, a proposta do governo norte-americano foi apresentada, por seus representantes diplomáticos, aos governos dos países envolvidos no conflito. De Buenos Aires o General Ashboth informou ao Departamento de Estado que os argentinos, à exceção daqueles que se enriqueciam com a guerra, eram favoráveis à proposta, como forma de conter a influência do Império no Prata. No Paraguai, Charles Washburn já em 22 de dezembro de 1866, antes de receber instruções de Washington para apresentar a proposta de mediação, encontrara-se com Solano López no acampamento de Paso Pucú, onde notou haver um clima de tensão. O governante paraguaio permanecia, porém, otimista e previu para o López esse diplomata que haveria atritos entre os aliados e que a Tríplice Aliança se desintegraria. Concluiu afirmando que os brasileiros, ficando sós na guerra e pressionados pelos enormes gastos para travá-la, teriam minada a força de vontade para continuar a lutar. Tal otimismo explicava-se pela vitória paraguaia na batalha de Curupaiti, ocorrida pouco antes; devido a notícias de descontentamentos na Argentina com a guerra e pela substituição dos chefes militares brasileiros, o que demonstrava estarem as forças aliadas sofrendo de uma crise interna, que se tornou visível com a derrota sofrida pouco antes.⁵

A expectativa de Solano López, da proximidade de uma solução para a guerra fa-

vorável ao Paraguai, inviabilizava qualquer iniciativa de paz. Assim, embora em 28 de dezembro de 1866 o governo norte-americano tomasse a decisão de se oferecer como mediador, Washburn fez gestões nesse sentido apenas em 7 de março do ano seguinte. Nesta data, ele partiu de Assunção para Humaitá e, em Paso Pucú, encontrou-se com Solano López que se mostrou receptivo à iniciativa mediadora dos EUA, pois acreditava que ela poderia resultar-lhe em algo favorável.⁶

O ditador autorizou Washburn ir ao campo aliado, onde este manteve reunião cordial com Caxias mas não obteve os resultados esperados, recebendo como resposta que os únicos termos que os Aliados considerariam para o fim das hostilidades seriam a renúncia desse chefe de Estado e sua retirada do Paraguai. O representante norte-americano, segundo o general brasileiro, deu "bem a perceber, ou disse-me mesmo, que López não podia continuar a guerra nem por dois meses e que considerava retirar-se para Europa". Após comentar que o líder paraguaio receava fazer sua retirada do país pela Bolívia, devido a longa distância a ser percorrida, Washburn perguntou se Caxias tinha muita vontade em prendê-lo, talvez em uma insinuação para que o comandante brasileiro permitisse a retirada do governante por linhas aliadas. No relato desse general, sua resposta foi a de que "não tinha vindo cá para lhe dar escapula; que, portanto, se tratasse de fugir, o fizesse de maneira que eu não pudesse agarrá-lo"⁷. No relato de Washburn, teria Caxias afirmado que era a intransigência de Solano López que impedia o fim da guerra e não a vontade do governo imperial e que os aliados estavam dispostos a permitir que ele se retirasse do Paraguai.⁸ O diplomata norte-americano retornou a Paso Pucú, encontrou-se com Solano López e informou-o que o comandante brasileiro acrescentou o comentário de que via o Exército Imperial se fortalecendo enquanto o paraguaio enfraquecia. O governante paraguaio respondeu que continuaria a lutar até o final, caindo com o último soldado e que não daria ao inimigo o prazer de vê-lo fugindo para o exterior.⁹ De todo modo, não havia a possibilidade de armistício pois em 26 de

abril de 1867 o Império recusou formalmente a proposta norte-americana e o mesmo fizeram os governos argentino e uruguaio.

A INICIATIVA INCIDENTAL INGLESA

Durante a guerra, o governo britânico permaneceu neutro, embora tenha contrariado os interesses dos Aliados ao revelar o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, que era secreto. O representante britânico em Montevidéu obtivera acesso ao texto do Tratado com o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Carlos de Castro, e enviou uma cópia ao Foreign Office. A guerra no Rio da Prata chamou a atenção do Parlamento britânico, e a ele o Ministério de Relações Exteriores prestou contas da posição britânica e, em 2 de março de 1866, apresentou aos parlamentares a íntegra do Tratado da Tríplice Aliança.¹⁰ Durante o conflito, embora os diplomatas britânicos na região do Prata tenham, algumas vezes, praticado atos que prejudicassem o Paraguai, no geral seguiram as instruções do seu governo, em favor da neutralidade.¹¹ Mesmo sendo crítico das características ditatoriais do regime de Solano López, o representante inglês em Buenos Aires, Edward Thornton, proporcionou-lhe “comunicações frequentes com o exterior”, enquanto a mala diplomática britânica, protegida de revista aliada por ter esse caráter, foi utilizada por Elisa Lynch, companheira do ditador paraguaio para, no mínimo, receber jornais europeus.¹²

Thornton tentou, inclusive, evitar a guerra entre o Império e o Paraguai, após Solano López romper as relações diplomáticas com o Brasil. De Buenos Aires, o diplomata escreveu, em 7 de dezembro de 1864, uma carta ao chanceler paraguaio José Berges, cujo texto afável demonstra a existência de uma relação amistosa entre ambos, oferecendo seus préstimos para uma “reconciliação” entre o Paraguai e o Império. Argumentou que fazia a oferta em nome pessoal, mesmo porque a Inglaterra estava em “atritos” com o Brasil, usando um eufemismo pois as relações diplomáticas estavam rompidas entre ambos desde 1863, por iniciativa brasileira.¹³ Embora ressaltasse ser uma proposta pessoal, Thornton era um diplomata de carreira

e não se ofereceria para mediar o restabelecimento das relações entre o Brasil e o Paraguai, se essa proposta não convergisse para o interesse do governo britânico de reduzir a tensão no Rio da Prata. A posição oficial britânica, tanto na guerra civil no Uruguai quanto na declaração de guerra entre o Paraguai e o Brasil, “foi de buscar frear uma escalada da guerra e intervir buscando a assinatura de um cessar fogo”.¹⁴

Essa postura do governo britânico permitiu uma tentativa incidental de pôr fim ao conflito. Em 26 de julho de 1867, o secretário da Legação britânica em Buenos Aires, Gerard Francis Gould, partiu para o Paraguai a bordo da canhoneira *Dotere!*, com missão de informar-se sobre a situação de cerca de 80 súditos britânicos no país, em sua maioria técnicos e engenheiros trabalhando para Solano López, e de retirá-los do país se assim o desejassem. A missão fracassou, pois Gould conseguiu falar com poucos de seus compatriotas e obteve do governo paraguaio a liberação de apenas três viúvas inglesas com seus filhos pequenos. Contudo, sua viagem proporcionou uma imprevista tentativa de mediação entre as partes em guerra.¹⁵

Ao chegar ao Paraguai, Gould teve uma audiência com Solano López em 18 de agosto. Na ocasião, o governante paraguaio queixou-se da acolhida pouco cortês de sua tentativa de paz feita há um ano, em encontro com Bartolomé Mitre, comandante aliado.¹⁶ O diplomata aproveitou a oportunidade para comentar que o Paraguai demonstrara o seu valor ao enfrentar inimigo “três vezes mais forte” e, com isso, conquistara o respeito mundial, bem como tinha obtido a satisfação da honra nacional. Portanto, acrescentou, a “razão aconselhava” o fim da guerra, pois sua continuidade levaria à destruição material de uma parte em luta e a bancarrota de outra. Solano López nada respondeu e, dois dias depois, em encontro com Luís Camiños, chanceler paraguaio, Gould reiterou a necessidade de se obter a paz e apresentou, por iniciativa própria, um projeto que servisse de base para as negociações entre os governos paraguaio e aliados, que foram aceitas por Camiños e ratificadas por Solano López.¹⁷ Por esse projeto, os aliados respeitariam a independência e integridade territorial do

Paraguai; haveria libertação mútua de prisioneiros de guerra; seria promovida a retirada das tropas paraguaias de Mato Grosso e dos aliados do Paraguai; seria dada baixa aos militares paraguaios, exceto à força necessária à manutenção da ordem interna da República e, após a assinatura do acordo de paz, Solano López se retiraria para a Europa, assumindo o governo paraguaio o vice-presidente Sánchez.¹⁸

Aceita por Solano López essa base preliminar para negociação, Gould dirigiu-se ao acampamento aliado para apresentá-la. Mitre deu-lhe melhor acolhida do que de Caxias, deixando ao diplomata a impressão de que o plano proposto era aceitável para o general argentino, mas não para o brasileiro. De todo modo, não cabia a estes a decisão, como fizeram questão de ressaltar ao responderem que não podiam acolher a proposta, por estarem proibidos de negociar com Solano López. Informaram que a enviariam a seus governos mas, enquanto isso, continuariam a guerra. A essa altura, a proposta de Gould já estava inviabilizada pelo lado paraguaio pois este, ao retornar ao lado paraguaio, descobriu que Solano López mudara de opinião e, mais, que buscava isentar-se de qualquer responsabilidade na proposta de paz feita aos aliados.¹⁹ Em carta a Gould, o Chanceler Camiños contestou que seu governo inspirara o plano de paz, acusando-o de ser de autoria dos aliados, argumentando que antes de propô-lo o diplomata inglês teria se reunido com Mitre e Caxias. A proposta original, segundo Camiños, era a de Solano López deixar provisoriamente a chefia de Estado, que seria exercida pelo vice-presidente, para descansar na Europa. Conforme esse chanceler, por esse plano o governo paraguaio declararia ter-se equivocado ao interpretar que o Império possuía projetos ambiciosos para o Prata e lamentaria as medidas hostis que, sob falsa premissa, tomara contra o Brasil e Argentina. O governo imperial responderia garantindo não possuir ambições sobre as repúblicas platinas. O diplomata britânico desmentiu o chanceler paraguaio reafirmando, em carta dirigida ao representante diplomático brasileiro em Buenos Aires, que a iniciativa da paz não fora das potências aliadas. Também

Mitre, em correspondência enviada a Elizalde, garantiu ter sido de Solano López essa iniciativa de paz.²⁰

Gould não respondeu “a tão descaradas mentiras”, nas palavras de George Thompson, engenheiro inglês que prestava serviços ao governo de Solano López, e no mesmo dia retornou a Buenos Aires.²¹ Voltou duplamente frustrado, quer pelo fracasso em retirar seus compatriotas, quer pela frustração em não obter o armistício na guerra, mas “totalmente” simpático ao Brasil e convencido de que a guerra terminaria logo e de modo desfavorável ao Paraguai, por carecer de recursos para vencer os aliados.²² Antes de partir do Paraguai, Gould escreveu, em 10 de setembro, um informe confidencial ao Foreign Office, relatando a situação militar paraguaia e aliada. No relato Solano López é descrito como um déspota que mantinha a população passivamente obediente, por estar acostumada a não ser tratada como gente livre, embora os paraguaios fossem corajosos e destemidos. O Paraguai, escreveu Gould, estava arruinado e as tropas sofriam até com a escassez de uniformes, a ponto de vários soldados estarem praticamente nus, e de comida.²³

Gould foi o autor da proposta com as bases preliminares para a paz, mas não há dúvida de que Solano López aceitou-a e, depois, mudou de ideia. O motivo dessa mudança foi que, enquanto o diplomata inglês dirigia-se ao acampamento aliado, o ditador paraguaio recebeu carta de um amigo de Buenos Aires, membro da oposição, com a notícia de uma nova revolução contra Mitre. A carta aconselhava-o a não iniciar negociações de paz, pois as condições seriam melhores para o lado paraguaio após a revolta. Com efeito, dois dias depois, a nota de Camiños a Gould recusou a condição da retirada de Solano López do Paraguai para negociar-se a paz. Thompson e Stewart, ambos súditos britânicos prestando serviços ao governo paraguaio, apresentam esse mesmo motivo para explicar o fracasso da tentativa de intermediação de Gould. Esclarecem que este chegou ao Paraguai trazendo cartas para falsos destinatários, nomes que disfarçavam serem dirigidas ao governante paraguaio por amigos argentinos e uruguaios.²⁴ No início de 1868, Solano López

ainda acreditava que haveria uma revolta contra o governo argentino, escrevendo que “a guerra vai se aproximando de seu término”, favoravelmente ao Paraguai.²⁵

A INICIATIVA DE PAÍSES SUL-AMERICANOS

Também as repúblicas sul-americanas da costa do Pacífico ofereceram-se como mediadoras em negociações para pôr fim à guerra. O governo peruano, presidido pelo Coronel Mariano Ignacio Prado Ochoa foi crítico à guerra e particularmente quanto ao conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, adotando posição favorável ao Paraguai. A diplomacia peruana trabalhou em conjunto com a chilena para encontrar uma solução negociada para o conflito e, em abril de 1866, o ministro de Relações Exteriores do Chile convidou representantes do Peru e da Bolívia para discutirem uma proposta de paz. Logo em seguida, se tornou público o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, o que causou apreensão no Peru e seu chanceler, Toríbio Pacheco, classificou-o como contrário ao “direito de gentes” ao buscar derrubar o governo paraguaio, quando o único que poderia fazê-lo era o povo paraguaio, detentor da soberania nacional. Acrescentou Pacheco que, se aceito esse precedente, criar-se-ia uma doutrina que “colocaria os demais Estados da América à mercê do que uma ou mais potências, vizinhas ou distantes, achassem por bem decidir sobre seus destinos presente e futuro”.²⁶

As ofertas de mediação das Repúblicas do Pacífico, apresentadas em meados de 1866, foram recusadas pelo Império que, simultaneamente, recebeu enérgicos protestos desses países contra o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, tornado público pelo governo britânico. À iniciativa de paz do Peru, a resposta do governo imperial foi a de que não iria

transigir de modo algum com o atual governo do Paraguai. Procedendo assim, não faz mais do que repelir a invasão do território do Império, [do que] punir os ultrajes feitos à sua dignidade e buscar garantias duradouras da paz e da ordem que não perturbou e lhe são necessárias.²⁷

Em mensagem ao Congresso Constituinte peruano, em 15 de fevereiro de 1867, o presidente Prado Ochoa leu, na presença do representante brasileiro que assistia à sessão, a *Memoria* das Relações Exteriores na qual afirmava:

[o] Paraguai sustenta contra o Império do Brasil e seus aliados uma luta em que a justiça da causa rivaliza com o heroísmo da defesa. A bem dos beligerantes e por honra e conveniência da América, protestamos contra tal escândalo, oferecendo ao mesmo tempo nossa amigável interposição²⁸

Como consequência, o Império retirou de Lima seu representante, Francisco Adolpho de Varnhagen, rompendo relações diplomáticas com o Peru. O governo Prado Ochoa manteve postura de colaboração com o Paraguai, a ponto de utilizar as legações peruanas em Berlim e Paris para encaminhar correspondência do governo de Solano López a destinatários europeus.²⁹ Após a derrubada de Prado Ochoa pelo coronel José Balta y Montero em 1868, foram restabelecidas as relações diplomáticas entre o Império e o Peru. O governo Balta y Montero adotou uma postura neutra em relação à guerra, quer para diferenciar-se da política externa anterior, quer porque complicaram-se as relações entre o Peru e o Chile.³⁰

Nos países sul-americanos, o conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança era visto como uma guerra de conquista que poderia gerar um precedente atentatório à independência dos países da região. O governo da Bolívia protestou, em julho de 1866, contra as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança, que comprometeria os direitos do país sobre o território até o rio Paraguai e a Bahía Negra – o Chaco – que era reconhecido como argentino. Mesmo sem reconhecer que o tratado publicado em 1866 pelo governo inglês era verdadeiro, a Chancelaria imperial deu explicações ao governo boliviano – o acordo da Tríplice Aliança não anulava a reivindicação boliviana sobre o Chaco – e, em setembro desse mesmo ano, nomeou o conselheiro López Neto para missão especial na Bolívia. Nela foi bem sucedido, pois

assinou com o governo boliviano o Tratado de Limites, Comércio e Navegação, afastando o risco de um possível apoio de Solano López ao chefe de Estado boliviano, General Melgarejo. Continuou, porém, o comércio entre o Paraguai e a Bolívia, por caminho terrestre/fluvial que passava por Corumbá, e em maio de 1867 foi criado um consulado boliviano em Assunção.³¹

O governo boliviano enviou, em junho de 1867, instruções ao Coronel Quintín Quevedo, que era representante da Bolívia, cumulativamente, junto ao Império, à Argentina e ao Uruguai, para que oferecesse os “bons ofícios de mediação” de seu país para suspender as ações bélicas. Devido às dificuldades, na época, das comunicações em longa distância, somente em fevereiro de 1868 apresentou Quintín Quevedo essa oferta ao governo imperial. Nela afirmava-se que a Bolívia lamentava ver povos amigos sofrendo a calamidade da guerra entre si e prometia que a mediação boliviana deixaria “incólume a dignidade de todos e especialmente a dos aliados, que acreditam terem sido agredidos”. O chanceler brasileiro interino, marquês de Paranaguá, agradeceu o interesse boliviano, fez uma rápida síntese da história das relações do Império com o Paraguai e assegurou ser de interesse do Brasil a existência do Paraguai como país independente, bem como que fosse mantida sua integridade territorial. Paranaguá responsabilizou Solano López pelo início da guerra e afirmou que “a deslealdade deste, sua invasão consumada de território brasileiro e argentino impediam qualquer acerto que não satisfizesse a honra e a dignidade” dos países agredidos.³² Quintín Quevedo também manteve contatos com os chanceleres da Argentina e Uruguai e, em ação conjunta com o representante chileno, Guillermo Blest Gana, propôs aos representantes aliados em Buenos Aires, em 17 de julho de 1868, a mediação conjunta da Bolívia e do Chile para por fim à guerra. Em 21 de agosto de 1868, os representantes aliados responderam deplorando os males da guerra, isentando-se de responsabilidades pelo início do conflito, pelo qual responsabilizavam Francisco Solano López, e concluíam afirmando que não podiam aceitar a proposta boliviano-chilena.

Quintín Quevedo e Blest Gana não conseguiram autorização de Caxias para que o diplomata chileno fosse ao Paraguai para fazer essa proposta a Solano López.³³

A simpatia pelo Paraguai na América do Sul não resultou em atos de apoio ao Paraguai que alterassem o destino da guerra. A ausência de apoio efetivo principalmente por parte das repúblicas do Pacífico, que tiveram iniciativas de mediação, explica-se pela falta de meios para ajudar Solano López. A Bolívia e o Chile não tinham marinha e nem exército com capacidade de ação contra o Brasil, além do que o presidente Melgarejo mostrava-se disposto a manter boas relações com o Império, em decorrência da assinatura do Tratado de Limites, Comércio e Navegação. Já o Peru, “mais hostil ao Brasil”, vivendo lutas internas, não podia opor-se ao Império.³⁴

SEM CHANCE PARA A PAZ

Visitando Humaitá em agosto de 1868, o diplomata inglês Richard Francis Burton avaliou positivamente a situação do Exército brasileiro, encontrando soldados em “excelentes condições”, bem vestidos, bem alimentados e também bem armados. Notou, porém, que a aliança entre argentinos e brasileiros era a mesma daquela entre cão e gato, e as altas autoridades militares dos dois países evitavam divergir, mas que o vínculo de união entre eles era político e não de simpatia. Afirmou que “a guerra não é popular em parte alguma do Prata e espera-se que seu término seja acompanhado de dificuldades”,³⁵ entre os antigos aliados. Era generalizada, portanto, a percepção que Solano López manifestara meses antes de que a aliança entre a Argentina e o Império brasileiro era superficial e não perduraria. No entanto, as lideranças militares e políticas de ambos os países conseguiram, apesar de divergências, manter a aliança tempo suficiente para ocupar a fortaleza de Humaitá, centro do sistema defensivo paraguaio, e abrir o caminho para as forças aliadas penetrarem no interior paraguaio em perseguição a Solano López.

A ocupação de Humaitá pelos aliados e o domínio do Rio Paraguai, até Assunção,

pela Marinha Imperial mais do que inviabilizar a perspectiva de vitória que Solano López acalentava, anulou a capacidade deste de conter o avanço aliado, como fizera desde 1866. A situação era crítica para o governante paraguaio, tanto que em abril de 1868 as forças paraguaias foram evacuadas de Mato Grosso de modo a irem reforçar o teatro de operações ao sul.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro as dificuldades militares da guerra eram agravadas pela polarização política, com os liberais atacando o comando do marquês de Caxias, que além de general era senador pelo Partido Conservador. Inicialmente, quando estavam no poder, os liberais-progressistas do gabinete Zacarias faziam esses ataques para tentarem dividir com Caxias, perante o público brasileiro, o desgaste da longa duração da guerra. Com a queda do gabinete liberal de Zacarias e a nomeação, por Pedro II, do conservador visconde de Itaboraá para a função de presidente do Conselho de Ministros, os ataques a esse general passaram a ser uma forma de atingir o novo governo. O marquês, por sua vez, criadas novas condições com a queda de Humaitá, partiu para a ofensiva, mas após vivenciar dois anos de guerra sangrenta e conhecendo as dificuldades de terreno, de logística para as forças aliadas e a capacidade de combate do soldado paraguaio, estava consciente de que muitos sacrifícios financeiros e humanos seriam feitos pelo Império antes de obter militarmente a vitória no conflito. No entanto, com a ascensão do seu Partido ao poder e com o novo governo composto por seus companheiros e amigos, Caxias sentiu-se à vontade para expor com franqueza sua opinião sobre o conflito para o novo ministro da Guerra, barão de Muritiba, a partir da nova situação militar no Paraguai. O marquês escreveu a este que o inimigo não mais tinha condições de fazer grandes operações militares, mas que a guerra entrava em uma nova fase que obrigaria o Exército Imperial a penetrar em um “país devastado e privado do mínimo recurso” para manter uma força invasora, fazendo o Tesouro brasileiro a ter mais gastos com os fornecedores – em grande parte argentinos – de mantimentos e produtos para a tropa de terra e para as

belonaves. Para ele, “como Brasileiro e Senador do Império e com a consciência de general”, as “injúrias” que Solano López fizera ao Brasil “estão mais [do] que suficientemente vingadas” e, escrevia, a prova eram as grandes perdas paraguaias em combate. Afirmava que era a exigência do Tratado da Tríplice Aliança, de que Solano López se retirasse do poder e do Paraguai, que faziam com que este, “em seu orgulho descomunal”, não pedisse se rendesse. Disciplinado, concluía afirmando que o governo imperial poderia contar com ele, fosse para continuar, fosse para acabar com a guerra.³⁶ Para Caxias, “já tiramos uma boa desforra do López, pois o Paraguai fica arrasado para 50 anos, pelo menos”.³⁷

Também no Brasil o ambiente era propício para a paz. Havia no país ansiedade e desânimo popular em relação à guerra e, “no próprio Parlamento se clama e declama contra a duração da guerra”.³⁸ No início de agosto de 1868, o representante diplomático italiano na capital brasileira registrava a “ânsia” do visconde de Itaboraá de obtê-la, pondo fim à guerra. Acrescentava, porém, que mesmo se o novo presidente do Conselho de Ministros conseguisse que Pedro II alterasse sua postura de continuar o conflito, ainda assim seria necessário que Solano López se convencesse sobre as vantagens de aceitar a paz.³⁹ No entanto, um ano antes, o representante britânico em Buenos Aires, George B Mathew, já manifestava dúvidas quanto à possibilidade de o ditador paraguaio aceitar solução negociada. Esse diplomata escreveu ao Foreign Office que “eu não posso, mas espero que, em caso de derrota, o Presidente López verá a maldade de expor o país e as pessoas que ele tem governado a uma continuação das misérias da guerra”.⁴⁰

A defesa da paz por Caxias coincidia com a da opinião pública brasileira e, mais, estava de acordo com posição pregressa de expoentes do Partido Conservador, o que levava esse general a crer que o novo gabinete buscaria uma solução diplomática e não militar para a guerra. O próprio visconde de Itaboraá, novo presidente do Conselho de Ministros, quando estava na oposição criticara que não se tivesse aproveitado as ofertas de mediação por “nações amigas e poderosas”,

para pôr fim ao conflito com o Paraguai. No entanto, D. Pedro II decidiu que a guerra prosseguiria até a expulsão de Solano López do Paraguai e Muritiba comunicou a decisão a Caxias que acatou a ordem recebida.⁴¹

A Guerra do Paraguai é objeto de muitos estudos sobre diferentes aspectos, mas o que menos interesse desperta é o das tentativas de paz. Isso se explica pela pouca receptividade a elas na época em que foram apresentadas e seu resultado nulo, mas seu estudo contribui para a compreensão da dinâmica da guerra. É útil analisar não apenas as tentativas formais de negociar a paz, como é feito neste artigo, mas também os motivos dessa negociação não surgirem como resultado de certas situações militares. Algumas destas foram o retorno da força invasora paraguaia de Corrientes a seu país; os resultados das grandes batalhas (Tuiuti, Curupaiti e Lomas Valentinas) ou o impasse no sistema defensivo de Humaitá, durante o ano de 1867; a obtenção do controle, pela Marinha brasileira, da navegação do Rio Paraguai até Assunção, no início de 1868, etc.

Desde 1866 havia elementos para os chefes militares e políticos das partes em luta suspeitarem que ao final da guerra mesmo a vitória custaria muito caro para o lado que a obtivesse e quanto mais durasse o conflito maior seria esse custo. Contudo, a documentação conhecida demonstra que Solano López e Pedro II em nenhum momento da guerra consideraram a hipótese de uma paz negociada: queriam a vitória militar. As propostas de paz feitas pelos EUA, por repúblicas sul-americanas e pelo diplomata inglês Gerard Francis Gould, foram feitas quando o lado aliado era induzido a crer em sua vitória militar pois seus soldados estavam em território paraguaio, mantinham sob pressão o sistema defensivo de Humaitá; tinham vencido a batalha de Tuiuti e o Rio Paraguai era bloqueado pela Marinha brasileira, isolando o inimigo do mundo. Do lado paraguaio, porém, o otimismo quanto a uma vitória decorria da contenção dos aliados frente a Humaitá, da dificuldade da Esquadra imperial em ultrapassar essa posição, da vitória para-

guaia em Curupaiti e da situação interna na Argentina, com aumento da oposição a Mitre e à guerra. Solano López acreditava que a Tríplice Aliança não se sustentaria e que o Paraguai poderia sair vitorioso do conflito.

As expectativas de vitória das duas partes, realistas ou não, levaram-nas a não pensar na paz negociada como verdadeira alternativa à guerra. No entanto, essa expectativa não podia ser mantida por Solano López a partir da ocupação aliada de Humaitá em julho de 1868, que mudou a situação do teatro de guerra, inviabilizando claramente a possibilidade de vitória paraguaia no conflito. Já com a posse dessa fortaleza pelos aliados e, antes, com a retirada da tropa invasora paraguaia de Mato Grosso, Solano López deixou de constituir ameaça real ao Império, conforme argumentou o então marquês de Caxias ao propor ao governo imperial que se pusesse fim à guerra mediante a negociação. No entanto, a iniciativa de propor o armistício e negociar a paz não foi tomada por Solano López ou Pedro II.

Desde a década de 1840 confundiam-se o Estado paraguaio e os interesses da família López. Ao suceder em 1862 seu pai, Carlos Antonio López, no poder, Francisco Solano López incrementou esse patrimonialismo, que pode ser constatado no enriquecimento de sua companheira Elisa, que se apropriou de terras públicas e imóveis, ou no uso de recursos públicos na construção de seu palácio pessoal; também aumentaram a arbitrariedade e o personalismo nas decisões governamentais. Virtual dono do Paraguai e do destino de seus habitantes, Solano López tinha exagerada confiança na sua capacidade de tomar decisões, uma característica dos ditadores que não estão acostumados a escutar opiniões contraditórias às suas. Para o líder paraguaio sair do poder – exigência aliada para se negociar a paz – significava perder o Estado que encrava como sua propriedade e, como consequência dessa lógica, a seu destino pessoal atrelava o destino do país. Acostumado a ter suas decisões obedecidas e efetivadas, Solano López não reconhecia que na guerra a realidade era outra e que a realização de suas ordens dependia de serem pragmáticas e capazes de se imporem à capacidade

militar e política dos aliados. Na guerra, o voluntarismo e a arrogância autoritária característicos do comportamento de Solano López eram inócuos e, mesmo, contraproducentes, como demonstram, respectivamente, a ordem de março de 1868 para que seus bravos soldados, tripulando canoas e armados de sabres e punhais, tomassem navios da esquadra brasileira ou, ainda, a recusa – tão altiva quanto inútil – em depor as armas em Lomas Valentinas.

Pedro II, por sua vez, manteve-se firme na postura de que era preciso acabar com a influência de Solano López no Paraguai para garantir a paz futura. O Imperador recusava qualquer negociação para pôr fim ao conflito que não tivesse como premissa a retirada deste governante do país, exigência que constava no Tratado da Tríplice Aliança e que foi questionada por Caxias em agosto de 1868. Nesse Tratado afirmava-se e era constantemente repetido pelos aliados que a guerra não era contra o povo paraguaio mas, sim, contra Solano López, o qual, segundo a justificativa do Império para mobilizar brasileiros para a guerra e sustentar os sacrifícios para travá-la, tinha

atingido a honra brasileira ao apreender o navio Marquês de Olinda sem declaração de guerra, bem como ao invadir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Essa honra, dizia-se, seria resgatada com a derrota do chefe de Estado paraguaio. Havia, ainda, uma lógica geopolítica do Estado Monárquico que ia contra a negociação de paz com Solano López, a de que esta poderia levar governantes de outros países da América do Sul a crerem ser possível desafiar e agredir o Império brasileiro sem penalização. Por último, uma paz negociada poderia colocar em risco a continuidade do Estado Monárquico pois, após tantos sacrifícios exigidos do país com a guerra e a identificação do Imperador com esse esforço, o governo imperial se mostraria fraco e incapaz. Isso quando acirravam-se as contradições políticas no Rio de Janeiro e, a partir de meados de 1868, passou a ser inclusive questionado o uso pelo Imperador de sua faculdade constitucional de substituir os gabinetes de ministros.

Para Pedro II e Francisco Solano López, a paz negociada antes que uma solução constituía uma ameaça às estruturas políticas que encabeçavam.

FONTES

I) PRIMÁRIAS

a) Manuscritas

Archivo General de Asunción (Assunção – Paraguai);
Arquivo História do Itamaraty (Rio de Janeiro – Brasil);
Archivo del Instituto y Museo de Historia Militar (Assunção – Paraguai);
Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madri – Espanha);
Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa – Portugal);
Archivo del Museo Mitre (Buenos Aires – Argentina);
Arquivo Nacional (Rio de Janeiro – Brasil).

b) Impresas

Archivo del General Mitre; documentos y correspondências. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1911.

BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Tradução José L. Dantas, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias*; reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Asunción: El Lector, 1987, v. II.

BRITISH GOVERNMENT. *Correspondence respecting hostilities in the River Plate* presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty, 1868. London: Harrison and Sons s.d.,. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RSpcAAAAQAAJ&pg=RA7-PA9&lpg=RA7-PA9&dq=Secretary+%2B+Gould+%2B+Buenos+Aires&source=bl&ots=TqaoLtmO9K&sig=c498uKTPgLHRsn9v8fzgbKx6410&hl=pt-BR&sa=X&ei=5N5Z-Vfq6LMq1ggSBnYH4DA&ved=0CCgQ6AEwAA#v=onepage&q=Secretary%20%2B%20Gould%20%2B%20Buenos%20Aires&f=false>

IMPÉRIO DO BRASIL. Anais do Senado, 1869, v. IV

_____. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1868.

THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Asunción: RP Ediciones, 1992.

UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Correspondencia Mitre-Elizalde*. Buenos Aires: UBA – Departamento Editorial, 1960.

WASHBURN, Charles A. *The History of Paraguay; notes of Personal Observations, and reminiscences of diplomacy under difficulties*. Boston/New York: Lee and Shepard Publishers, 1871, v. II.

II) SECUNDÁRIAS

ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal. Perú y la Guerra del Paraguay, 1864-1870 in CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.). *La Guerra del Paraguay; historiografías, representaciones, contextos*. México, DF, El Colegio de México – Centro de Estudios Históricos, 2012, pp. 363-381.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O expansionismo brasileiro; o papel do Brasil na Bacia do Prata – da Colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAJÍAS DE LA VEGA, Fernando. Bolívia y la Guerra de la Triple Alianza in: CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.), op. cit., pp. 383-398.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FANO, Marco. El “partido de la paz” en Río de Janeiro in CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas L. *Paraguay: investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia, 2013, pp. 147-156.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos; GIMENEZ DE HERKEN, Maria Isabel. *Gran Bretaña y la guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Editorial Arte Nuevo, 1982.

OSORIO, Joaquim Luís e OSORIO FILHO, Fernando Luís. *General Osorio: pela verdade histórica – rebatendo perfídias*. Rio de Janeiro: Casa Bevilacqua, 1914.

PINHO, Wanderley. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

TEIXEIRA SOARES, José Alvaro. *O drama da Tríplice Aliança (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1956.

TINOCO, Brígido. *As duas paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Taurus, 2010, v. II .

_____. Protesta, desilusión y primeras tentativas de lograr la paz. La crítica a la Triple Alianza (1866) in CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas L. *Paraguay em la historia, la literatura y la memoria*. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2011, pp. 239-249.

¹ BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O expansionismo brasileiro*; o papel do Brasil na Bacia do Prata - da Colonização ao Império. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 269. Faustino SARMIENTO para MITRE, Nova Iorque, 22/12/1867 in: *Archivo del General Mitre*; documentos y correspondências. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1911, v. 1, p. 73. Legação do Brasil no Chile ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Santiago, 16/4/1867. Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro), Ofícios Reservados e Confidenciais Legação no Chile, 231-1-2.

² É polémico o número de habitantes do Paraguai pré-guerra, havendo os que afirmam que eram 600.000 e, mesmo, um milhão de pessoas. Na opinião do autor deste artigo, esse número está no intervalo entre 318.000 e 400.000 pessoas.

³ BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 88-97.

⁴ Watson WEBB para Secretário de Estado William H. SEWARD, Rio de Janeiro, 7.8.1866 in: WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Taurus, 2010, v. II, p. 252 (em espanhol no original)

⁵ Apud WHIGHAM, idem, p. 258

⁶ WASHBURN, Charles A. *The History of Paraguay*; notes of Personal Observations, and reminiscences of diplomacy under difficulties. Boston/New York: Lee and Shepard Publishers, 1871, v. II, p. 180.

⁷ CAXIAS para OSORIO, Tuiuti, 20.3.1867 in: OSORIO, Joaquim Luís e OSORIO FILHO, Fernando Luís. *General Osorio*: pela verdade histórica – rebatendo perfídias. Rio de Janeiro: Casa Bevilacqua, 1914, p. 340.

⁸ WASHBURN, v. II, p. 185

⁹ Idem, p. 191.

¹⁰ Frederico Francisco de FIGANIERE, Encarregado de Negócios espanhol, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, of. nº 68, Rio de Janeiro, 8.5.1866. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha), caixa 209.

¹¹ HERKEN KRAUER, Juan Carlos; GIMENEZ DE HERKEN, Maria Isabel. *Gran Bretaña y la guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Editorial Arte Nuevo, 1982, p. 20, 53.

¹² *Memoria del Capitán de Fragata Dn. Pedro V. Gill, dictado ao Dr. E. Zeballos – 1864-1868 – De Corrientes a Tymbó – 1888 – Asunción*. Archivo del Instituto y Museo de Historia Militar – Ministerio de Defensa (Paraguai), Colección Zeballos, pasta 137.

¹³ Archivo General de Asunción (Paraguai), Colección Rio Branco, documento 3277. O documento é escrito originalmente em espanhol.

¹⁴ HERKEN KRAUER; GIMENEZ DE HERKEN, p. 52. O trecho é escrito originalmente em espanhol.

¹⁵ George Buckley MATHEW, Ministro Residente britânico, para Gould (Instruções), Buenos Aires, 24.7.1867; MATHEW para Lord STANLEY, Buenos Aires, 10.10.1867 in: *Correspondence respecting hostilities in the River Plate presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty*, 1868. London: Harrison and Sons s.d., respectivamente p. 3 e 7.

¹⁶ Em 12 de setembro de 1866, Francisco Solano López manteve um encontro com Bartolomé Mitre, do qual se retirou o general Flores, após um atrito verbal com o ditador paraguaio. Nenhum general brasileiro participou do encontro, devido à instrução do governo imperial de que nenhuma autoridade brasileira deveria negociar com o líder paraguaio. Nesse encontro, Solano López convidou Mitre a abandonar a aliança com o Brasil, pois não tinha motivos para guerrear contra os argentinos e tentou obter uma paz em separado com a Argentina. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 239-242.

¹⁷ MAURY para o ministro de Assuntos Estrangeiros da Espanha, ofício 115, Buenos Aires, 9.10.1867. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha), Política Exterior de Paraguay, legajo 2576. Maury, em conversa particular com Gould, ouviu a versão deste sobre essa mediação e relatou-a seus superiores em Madri.

¹⁸ THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Asunción: RP Ediciones, 1992, p. 155. G. F. GOULD, quartel-general em Tuiú-Cué, 12.9.1867. IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* (Brasil), 1868, p. 87. MITRE para ELIZALDE, 12.9.1867 in UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Correspondencia Mitre-Elizalde*. Buenos Aires: UBA – Departamento Editorial, 1960, pp. 390-391.

¹⁹ MAURY para o ministro de Assuntos Estrangeiros da Espanha, ofício 115, Buenos Aires, 9.10.1867. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha), Política Exterior de Paraguay, legajo 2576.

²⁰ Luís CAMIÑOS para GOULD, quartel-general em Passo-Pucú, 14.9.1867 in IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* (Brasil), 1868, p. 87. GOULD para Fortunato de BRITTO, Buenos Aires, 6.10.1867 in Idem, Anexo 1, p. 8.

MITRE para ELIZALDE, "Reservadíssima", [Tuiú-Cué], 12.9.1867. Museo Mitre (Argentina), Archivo Inédito de Mitre, A-8 C-14 C-44, documento 12.476.

²¹ THOMPSON, p. 156.

²² BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Tradução José L. Dantas Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, p. 155, 284.

²³ GOULD para MATHEW, *confidential*, Paso Pucú, 10.9.1867 in *Correspondence respecting hostilities in the River Plate presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty*, 1868. London: Harrison and Sons s.d., p. 30.

²⁴ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias*; reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Asunción: El Lector, 1987, v. II, p. 275. THOMPSON, p. 154. *Declaraciones del Dr. Stuart [sic!] subdito inglés cirujano mayor del Ejército del Paraguay*. Archivo del Instituto y Museo de Historia Militar, Colección Zeballos, carpeta 124.

²⁵ SOLANO LÓPEZ para José BERGES, s.l., 2.1.1868. Archivo Nacional de Asunción, Colección Rio Branco, documento 4392.

²⁶ ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal. Perú y la Guerra del Paraguay, 1864-1870 in CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.). *La Guerra del Paraguay*; historiografías, representaciones, contextos. México, DF, El Colegio de México – Centro de Estudios Históricos, 2012, p. 365, 370.

²⁷ Benigno G. VIGIL, "Legação do Peru no Brasil", Buenos Aires, 21.6.1866 para o governo imperial. A representação peruana junto ao governo brasileiro era cumulativa com a da Legação do Peru em Buenos Aires. Nota do governo imperial à Legação do Peru (assina o chanceler Martim Francisco Ribeiro de Andrada), Rio de Janeiro, 4.9.1866. IMPÉRIO DO BRASIL, *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1868, anexo 1, pp. 4-6.

- ²⁸ TEIXEIRA SOARES, José Alvaro. *O drama da Tríplice Aliança (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1956, p. 191.
- ²⁹ Felipe OSORIO, ministro das Relações Exteriores do Peru, para o chanceler José BERGES, Lima, 13.5.1867. Archivo Nacional de Asunción, Colección Rio Branco, documento 4405.
- ³⁰ TEIXEIRA SOARES, p. 364, 366.
- ³¹ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1868, Anexo 1, pp. 24-26. Mariano NUNES, ministro das Relações Exteriores da Bolívia, para o chanceler José BERGES, La Paz, 7.5.1867. Archivo Nacional de Asunción, Colección Rio Branco, documento 4395.
- ³² QUINTÍN QUEVEDO ao Ministro de Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 5.2.1868 in CAJÍAS DE LA VEGA, Fernando. *Bolívia y la Guerra de la Triple Alianza* in: in CRESPO, Horacio; PALACIO, Juan Manuel; PALACIOS, Guillermo (orgs.), pp. 384-385.
- ³³ TEIXEIRA SOARES, pp. 386-387; 389.
- ³⁴ Legação imperial em Santiago para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ofício reservado, 16.6. 1867. Arquivo Histórico do Itamaraty, 231-1-2.
- ³⁵ BURTON, pp. 280-282.
- ³⁶ CAXIAS para o barão de MURITIBA, ofício confidencial, “Paré-cué, em frente a Humaytá”, 14.8.1868. Arquivo Nacional, códice 924 (*Reservadas e Confidenciais - Correspondência do Comandante-em-Chefe*), v. 4, pp. 131-134.
- ³⁷ Carta de Caxias para a esposa, Humaitá, 19.8.1868 in TINOCO, Brígido. *As duas paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955, p. 205.
- ³⁸ VASCONCELLOS E SOUSA, ministro português no Brasil, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro, 8.7.1868. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa – Portugal), Legação de Portugal no Rio de Janeiro, caixa 211.
- ³⁹ Sem identificação [Ministro Plenipotenciário conde Alessandro Fè d'Ostinani?] para Ministério de Assuntos Exteriores da Itália, Rio de Janeiro, cartas de 7 e 23.8.1868 apud FANO, Marco. El “partido de la paz” en Río de Janeiro in CASAL, Juan Manuel; WHIGHAM, Thomas L. *Paraguay: investigaciones de historia social y política*. Asunción: Tiempo de Historia, 2013, p. 153.
- ⁴⁰ MATHEW para Lord STANLEY, Buenos Aires, 26.6.1867 in *Correspondence respecting hostilities in the River Plate* presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty, 1868. London: Harrison and Sons s.d., p. 2.
- ⁴¹ Visconde de ITABORAÍ, sessão do senado de 3.8.1869. Anais do Senado, 1869, v. IV, p. 22. CAXIAS para PARANHOS, carta particular, 16.9.1868 in PINHO, Wanderley. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p. 238. CAXIAS para MURITIBA, particular, s/l., 26.9.1868. Arquivo Nacional, códice 924, *Guerra do Paraguai* –, v. 4, p. 265.

A atuação do Corpo de Saúde do Exército na Guerra da Tríplice Aliança*

The actions of the Army Health Core in the Triple Alliance War

Aureliano Pinto de Moura

General de Divisão, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e presidente da Comissão Brasileira de História Militar (CBHM)

RESUMO

Entre os anos de 1864 e 1870 o Brasil participou do maior conflito bélico da história da América do Sul: a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O grande número de feridos decorrentes de tal guerra demandou do Exército e da Marinha do Brasil um esforço no sentido de postar no Teatro de Operações um efetivo de médicos, enfermeiros e farmacêuticos. Este artigo apresenta a atuação do Corpo de Saúde do Exército durante a Guerra da Tríplice Aliança.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo de Saúde do Exército; Guerra da Tríplice Aliança; Teatro de Operações

ABSTRACT

Between 1864 and 1870, Brazil participated in the largest armed conflict in the history of South America: The Triple Alliance war against Paraguay. The large number of casualties in this war demanded from the Brazilian Army and Brazilian Navy an effort to post in the theater of operations an effective of doctors, nurses and pharmacists. This article presents the actions of the Army Health Corps during the Triple Alliance War.

KEYWORDS: Army Health Corps; Triple Alliance War; Theatre of operations

AS BEIRAS DA GUERRA

Em 1864, o Exército Imperial estava em estado deplorável. Estava mal-armado, mal-equipado e com os seus voluntários pouco adestrados. Seus efetivos eram insignificantes, considerando o que lhe esperava nos campos de batalha. O Exército não era prioridade do Império.

Na campanha do Uruguai, o Marechal Menna Barreto só contava com 2.747 homens dos 4.825 previstos. Que se somavam aos 3.818 soldados de Osorio, insignificante para a missão que lhe esperava. Sendo a maioria da Guarda Nacional. Mal-montados e mal-armados. Com os artilheiros sem estarem familiarizados com as peças raiadas. Havia dado apenas quatro tiros por peça.

* Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

Ao iniciar o deslocamento da tropa para o Uruguai, a ordem do Gen Menna Barreto era “organizar com pressa e marchar”. Deixando as carretas com munição, em Pirahy Grande, levando nos armões apenas 70 tiros por peça. Além de não levarem para Paisandu a artilharia de sítio, a Companhia de Sapadores, os Pontoneiros ou os Engenheiros. Assim como a munição era insuficiente. Essa era a tropa do Exército do Sul.¹

No período em que antecedeu a Guerra da Tríplice Aliança, o Corpo de Saúde era teoricamente bem organizado. Não era como alguns escritores se referem: “Improvisado e sem competência.” Os meios materiais, de fato, eram precários, da mesma forma como acontecia com a tropa combatente. Não por culpa ou incompetência do Corpo de Saúde e sim da realidade e o descaso, com a defesa nacional.

Era bom o nível profissional dos médicos e farmacêuticos da Marinha e do Exército. Cujas seleção para o recrutamento foi realizada com essa preocupação. Não foi como descreveram Dionísio Cerqueira e Taunay, em seus livros.

Durante o decorrer da guerra, para atender as necessidades da tropa foi preciso dar prioridade à quantidade em detrimento da qualidade, em determinadas situações. Mas isso não foi uma rotina. As cirurgias necessárias durante o conflito foram realizadas no mesmo nível do que ocorria em outros exércitos da época. Tanto na Marinha como no Exército, as deficiências eram mais pela falta de meios do que pela deficiência profissional de nossos médicos e farmacêuticos. Bem melhores que os existentes nas demais tropas combatentes dos nossos aliados ou do inimigo.

O CORPO DE SAÚDE EM CAMPANHA

O atendimento médico

O livro de cabeceira dos cirurgiões brasileiros, tanto do Exército como da Marinha, era “*Clinica Médica de Grave*”, do Dr. Robert James, médico brilhante do meado do século XIX. A deficiência existente, na época, estava mais pela disponibilidade de meios e de suprimento do que pela capacidade profissional dos médicos e farmacêuticos.²

Várias enfermidades surgidas durante o conflito foram sendo atendidas com os recursos disponíveis, em função do fluxo de suprimento de medicamentos e material médico:

- Os casos de *escorbuto* foram tratados pelo *clorato de potássio*, em dose moderada; o suco de limão; infusão de *quina* ou cozimento de *jequitibá*;

- Na *anemia* foram usadas as *pímulas de Biancard* e as de *Vallet* (a base de ferro);

- As pneumonias foram tratadas *antimoniais* e *vesicatórias* ou a *quina*, o *sulfato de quinino*, o vinho e alguns tônicos da época, conforme o caso;

- A febre tifoide era medicada com tônicos ou purgativa, conforme o caso;

- Nas febres intermitentes era usado o *sulfato de quinino*;

- As diarreias e disenterias eram tratadas com bebidas *mucilaginosas*, preparações *opiáceas* e calmantes;

- No inverno, as geladuras em algumas vezes exigiram tratamento cirúrgico (não muito comum).

As complicações de ferimentos de pacientes baixados a Hospital Militar foram mais comuns: o tétano, a erisipela, a gangrena, e a septicemia. Em dois casos de tétano, com êxito, foi usada a anestesia pelo clorofórmio, sudoríferos, banhos a vapor, e uso de estufa (regular temperatura), o *amoníaco*, *ópio* em alta dose, ventosas ao longo da coluna vertebral, clister de fumo, além de *mercuriais* e bebida alcoólica, de hora em hora até a embriaguez total.

O emprego do Corpo de Saúde

Não havia na época uma doutrina de emprego elaborada. Existiam algumas instruções de rotina, as quais iam sendo baixadas e aplicadas de acordo com as diretrizes emanadas dos comandantes ou dos cirurgiões, em cargo de chefia.

Durante o combate, era realizado o atendimento em primeiro escalão. Sempre que possível, os feridos foram atendidos e transportados para a retaguarda. Atendidos nos Hospitais de Sangue, logo atrás da linha de fogo. O que nem sempre era possível. Ao terminar o combate, os médicos e seus auxiliares percorriam o campo de batalha

em busca de sobreviventes. Operação nem sempre fácil. Os feridos graves, que necessitavam mais atenção, eram evacuados para os hospitais fixos, mais afastados da linha de fogo ou para o Navio 11 de Junho.

Hospital de Sangue

Para instalar um Hospital de Sangue, o local era designado pelo General Comandante. E identificado com uma bandeira vermelha. Instalação semelhante a um posto de triagem atual. Instalado imediatamente à retaguarda da linha de fogo. Onde eram imobilizadas as fraturas, tamponadas as hemorragias ou, em casos mais simples, as suturas. Esses hospitais eram instalados em barracas ou em construções porventura existentes no local ou mesmo ao ar livre.

Os medicamentos, o instrumental e demais materiais médicos eram transportados em maletas de mão, ambulâncias de farmácia ou cirúrgicas, como eram chamadas as atuais canastras. Eram caixas ou mochilas, dependendo do volume ou dos meios de transporte.

As ambulâncias e as equipes móveis acompanhavam as tropas combatentes prestando socorro no terreno e providenciando a evacuação para um hospital. Levavam junto os medicamentos, os materiais de penso e os instrumentais. Instrumental que não era muito diferente do que os usados pelos norte-americanos durante a Guerra Civil. Era tudo padronizado. Tanto no Exército como na Marinha.

Em determinados momentos, por necessidade, nas várias oportunidades uma Força [Exército e Marinha] supria a outra, de medicamentos ou materiais necessários, não disponíveis. Uma vez atendidos, os baixados retornavam à linha de frente ou eram evacuados para instalações à retaguarda (enfermarias ou hospitais fixos). Em alguns momentos chegou-se a construir hospital de madeira. Como foi o caso do Hospital de Corrientes [tipo norte-americano], construído pela Marinha, mais tarde usado pelo Exército. Hospital com seis enfermarias, leitos de ferro e mosquitoireiro, no melhor estilo norte-americano. Posteriormente foi desmontado e remontado em

Humaitá. Os medicamentos eram guardados nas Boticas, nos hospitais ou enfermarias. Não havendo depósito específico para material de Saúde.

Para a evacuação das baixas, os meios foram variados. Do rudimentar ao mais sofisticado. Dentre esses podemos citar: a padiola, as cadeiras (ou liteiras), o cacolet, a rede, a pelota (de couro de boi amarrado formando um bote para transposição de curso de água), o carro de boi; a carreta de artilharia e as carruagens para feridos (ambulância de Larrey), tracionadas por mulas, adquiridas na Alemanha e depois na França desde o meado do século XIX.

A MEDICINA MILITAR NA ÉPOCA

A Medicina Militar brasileira possuía um bom nível, com vários médicos especializados na Europa. Em face das necessidades de mobilização, alguns dos "médicos" eram apenas acadêmicos de medicina. Que retornaram ao Brasil, por ordem de Caxias, quando chegou em Tuiuty.

A cirurgia executada durante a campanha no Paraguai esteve à altura do que se praticava nos Exércitos Europeus. Em particular a França. Onde já se fazia anestesia com clorofórmio. Lamentavelmente com estoque limitado. A terapêutica muitas vezes deixou a desejar, em virtude dos recursos disponíveis e das dificuldades de transporte.

Vale a pena lembrar alguns procedimentos disponíveis e das dificuldades de transporte. Em 1869, é realizada a vacinação antivariólica, na guarnição de Assunção. A semelhança do que se fez na Guerra Franco-Prussiana, em 1870. Assim como as tropas brasileiras usaram quinino para tratamento da malária.

No inverno, muitas vezes foram usados os meios cirúrgicos para o tratamento das geladuras. Comuns, como complicações nos ferimentos de guerra. Como o tétano, a erisipela, a gangrena e a septicemia.

Em dois casos de êxito no tratamento do tétano, foi usada a anestesia por clorofórmio, sudoríficos, banhos a vapor, o ópio em alta dosagem, o amoníaco e o álcool [um cálice cada meia hora, até a embriaguês].

CAMPANHA DO URUGUAI – 1864

No meado de 1864, agravou-se a crise entre fazendeiros brasileiros residentes no Uruguai, o que levou o Governo Imperial a um ultimato ao país vizinho. Exigiam-se satisfações pelos agravos sofridos e mudanças de tratamento. Ultimato devolvido por Montevideu, em 9 de agosto de 1864. Dois dias depois o Almirante Tamandaré recebeu ordens para começar represálias ao Uruguai e ao governador do Rio Grande do Sul para mandar as tropas sediadas na província, invadirem o território uruguaio.

Diante das ordens recebidas, a canhoneira brasileira Jequitinhonha atacou o vapor *Vila del Salto*, que perseguido encalhou próximo a Paissandu, onde foi incendiado pelos próprios orientais. Enquanto, somente em dezembro, o Marechal João Propício Menna Barreto pode iniciar suas operações.

Tamandaré por sua vez, contando com seis navios, e 700 praças, reforçadas por 200 homens do 1º Batalhão de Infantaria (a bordo do Amazonas), atacou Paissandu, em 4 de dezembro. Ao mesmo tempo em que o General Venâncio Flores, acampado próximo a Paissandu com 760 homens, portando uma bandeira brasileira, marchou em direção à cidade para atuar com o apoio do fogo naval. Pouco antes do bombardeio da Esquadra, as tropas já engajadas em combate contavam com vários feridos, recolhidos a um hospital improvisado, instalado em uma casa de palha e atendido por três médicos. Diante do número de feridos foi necessário que se instalasse um pequeno hospital instalado em uma casa próxima. O atendimento melhorou, no momento em que alguns recursos chegaram, em um navio vindo de Buenos Aires.

Na Capitania dos Portos foi instalado outro Hospital de Sangue, vindos de Buenos Aires, pela canhoneira *Parahyba*, comandada por um tenente e contando com 30 marinheiros, a mando de Tamandaré.

Paissandu capitulou no dia 02 de janeiro de 1865, quando as tropas brasileiras contavam com 5.000 homens da Divisão de Menna Barreto, mais 1.500 cavaleiros do Gen Antonio de Souza Neto. Que tiveram 178 mortos e 322 feridos. Os mais graves

foram evacuados para Buenos Aires. Com a tropa estava um cirurgião-mor, quatro 1º cirurgiões e cinco 2º cirurgiões.

Em 5 de janeiro, chegou em Montevideu 2º cirurgião João Severiano da Fonseca [futuro Diretor de Saúde do Exército], sendo integrado ao 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Ao chegar foi designado para chefiar o Corpo de Saúde da Brigada de Ocupação. Seguido, em 27 de abril, para Paissandu, como médico da Divisão e depois como Chefe da Enfermaria dos Pontões, nas margens do Rio Uruguai.

Em junho incorporou no 1º Corpo de Exército, a seu pedido, seguindo em marcha até as barrancas do Rio Paraná, onde se integrou na 8ª Brigada de Infantaria. Mais tarde, depois transferido para a de Artilharia. Em seguida passou a integrar a 5ª Seção do Hospital Ambulante.

Devido ao seu precário estado de saúde, o Marechal Menna Barreto deixou o comando da tropa, sendo substituído, em 1º de março de 1865, pelo General Manoel Luiz Osorio. Neste momento, Mato Grosso já havia sido invadido pelas tropas de Solano López.

A OFENSIVA PARAGUAIA

Invasão de Mato Grosso

Conforme quadro demonstrativo do Visconde do Rio Branco³ a Província de Mato Grosso contava apenas com um efetivo de 875 homens, distribuídos em pequenos destacamentos. Com o apoio de Saúde contando apenas com o Hospital Militar de Cuiabá, chefiado por um oficial combatente, que contava apenas com um médico.

A Província de Mato Grosso, em 1864, dividia-se em quatro Distritos Militares: Cuiabá, cidade de Mato Grosso, Vila Maria, Baixo Paraguai e Vila Miranda⁴. Em alguns locais contava com uma pequena guarnição. Estando voltados para o Paraguai: o Forte Coimbra, Corumbá, Vila Miranda, Nioac e as colônias militares de Dourados e Miranda.

Pelo Relatório do Ministro da Guerra de 1864, "*o efetivo militar existente, no momento da invasão era de 1.327 homens e o estado da Província uma lástima*"⁵ Desses homens apenas 600 poderiam ser considerados

prontos para o combate⁶. Na Província de Mato Grosso, nesse ano, existiam apenas oito médicos: três em Cuiabá, dois em Vila de Miranda e um nos demais Distritos. E apenas um farmacêutico

Em 10 de outubro de 1864, o governador de Mato Grosso foi alertado pelo Ministro brasileiro em Assunção e pelo Almirante Tamandaré, da ameaça de Solano López. Deveria estar atento. A providência tomada foi mandar 600 homens para o Baixo Paraguai, no dia 13. Com apenas um médico. Em Coimbra, existiam 115 militares, 50 civis e 70 mulheres. Contando apenas com um médico.

Os navios paraguaios chegaram diante de Forte Coimbra, no dia 26 de dezembro de 1864. Tendo como Comandante o Ten Cel Porto Carrero. Tendo, no Forte, apenas 120 homens. Dentre eles o 2º Cirurgião Pereira Lopes. Após dois dias de combate, Porto Carrero evacuou o forte, no vapor *Anambahy*, sem ter sido percebido pelo inimigo. Enquanto isso o Ten Cel Resquin avançava pelo interior.

Durante a invasão de Mato Grosso, não houve condições para uma atuação marcante do Corpo de Saúde. Pois na região somente o 2º Cir Pereira Lopes esteve sob fogo, em forte Coimbra. Os demais acompanharam as tropas em retirada. Alguns dos destacamentos nem médicos tinham.

Para surpresa, em Circular, do Ministro da Guerra, publicado na Ordem Dia, nº 493, de 10 de janeiro de 1865 ordenaram que fossem também atendidos os inimigos feridos.

No ataque a Coimbra foram mortos 33 brasileiros e 23 feridos. Todos atendidos pelo 2º Cirurgião Pereira Lopes. Inclusive os 18 feridos paraguaios, aprisionados. Abandonados pelos brasileiros, ao abandonar Coimbra.⁷

A INVASÃO DO RIO GRANDE

O Exército Imperial, no Uruguai, sob o comando do Gen Manoel Luiz Osorio, em março de 1865, contava com um efetivo de 9.466 homens, dos quais 17 médicos. Dez já haviam atuado em Paissandu.⁸

No dia 5 de agosto de 1865, quando o TC paraguaio Antonio de La Cruz Estigarribia conquistou Uruguaiana, as tropas brasileiras, que vinham combatendo, desde São Borja, se encontravam em péssimo esta-

do, segundo relato do Cap Fernandes, citado por Tasso Fragoso. Sempre em alarma, mudando constantemente de campo, em marcha e contramarcha, muitas vezes sem abarracamento e bagagem.

As 1ª e 2ª Divisão *“passavam privações e miséria. Não tinham mais que pura carne magra e cansada, e muitas vezes esta mesma faltou. Completamente nus, sem soldo há muitos meses, abatidos pela fome, mortos de fadiga, sem abarracamento e expostos ao tempo no rigor do inverno, os soldados começaram desde logo a povoar os hospitais, que nunca passavam de improvisadas enfermarias, onde tudo faltava, tudo era um perfeito caos; faleceram muitas praças, inclusive vários oficiais. Assim ocorreram coisas até o dia 17 em que o General Flores atacou os paraguaios em Yatahy”*⁹

Em 5 de julho o Hospital de Sangue da Marinha, vapor *“11 de Junho”* partiu de Curralito, em direção a Uruguaiana para apoiar as tropas de Canabarro. Em 13 de agosto, em Yatahy, próximo a *Paso de Los Libres*, O Maj Pedro Duarte foi derrotado diante dos 4.300 homens sob o comando de Venâncio Flores. Quando Estigarribia acabou isolado em Uruguaiana. Cercado pelos 7.000 homens dos Gen Canabarro e Fernandes Lima¹⁰.

Com a chegada das tropas aliadas, criou-se um mal estar, pela disputa do Comando das tropas aliadas. Entre Bartolomeu Mitre, Porto Alegre e Venâncio Flores. Só terminando com a chegada do Imperador D. Pedro II. Que assume o Comando das Tropas Aliadas e divide as tropas em três contingentes.

Depois de muito diálogo, não tendo mais opção o Ten Cel Estigarribia se rendeu ao Imperador Pedro II. Na comitiva do Imperador estava presente o Dr Soares Meireles, médico da Casa Imperial.

MARCHA DE URUGUAIANA AO RIO PARANÁ

O Exército Brasileiro acampou no dia 11 de junho, ao Juqueri Grande, na margem direita do Uruguai, ao sul de Concórdia, onde deveriam transpor o rio para prosseguir, por território argentino, em direção ao norte, até Corrientes, na margem esquerda do Rio Paraná. Marcha que seria difícil pelo terreno encharcado e pela chuva.

No dia 15 de julho iniciou-se a transposição, do Rio Uruguai, iniciando-se com a 1ª Divisão, seguindo-se a Artilharia, com 32 canhões, um Hospital Móvel com seus 1.000 doentes. Além de toda tralha logística, com suas carretas e seus bois. Levaram sete horas para passar o rio e mais uma para retirar a tralha.¹¹ *“...agravam-se o mau estado sanitário das tropas não afeitas aqueles climas... A gente do norte teve de passar no começo por grandes sofrimentos, antes que se adaptasse às condições do ambiente. Houve porém exagero nas notícias sobre o assunto, divulgado pelos jornais”,* comentou Tasso Fragoso.

A situação foi agravada pelas enfermidades surgidas, na tropa já abatida pela fome e pela fadiga. Grande parte de soldados sentiram o frio, por não estarem acostumados, ocasionando muitas baixas. Em Relatório de um oficial, publicado pelo Jornal do Comércio, de 3 de julho de 1865, do 4º Batalhão de Voluntários, citado por Gilberto de Medeiros Mitchel em seu livro *“História do Serviço de Saúde do Exército”* (1963) fala que *“...o aspecto do exército não é mau...”*, mas se refere ao grande número de enfermos, *“...os quais estão muito mal acomodados, mal medicados, e, finalmente, mal adietados”* (alimentados). *“Não há mais medicamentos próprios para as enfermidades que geralmente acometem aos homens do norte neste clima frio, e que vêm comer só carne verde. A diarreia abunda, as bexigas (varíola) continuam a fazer muito mal, os médicos para 800 doentes são cinco. O 4º Batalhão de Voluntários conta com mais de 70 doentes aqui, deixou em Santa Catarina 43 e em Montevideu 112. São menos 225 praças deste corpo...”*

Preventivamente, diante de surto de varíola já se usava a imunização antivariólica, braço a braço. No mesmo relatório ainda faz referência que *“...as barraca que recebemos de Montevideu são tão más que já estão rotas. As rações que a tropa recebe neste acampamento são as seguintes:*

- *um boi para 80 praças;*
- *um alqueire de farinha para 50 praças;*
- *uma garrafa de aguardente, para 12 praças;*
- *quatro onças de bolacha, para cada dia;*
- *duas onças de sal; uma onça de fumo;*
- *duas onças de açúcar.”*

No mesmo relatório o “cronista” se refere a *“...falta de medicamentos, enfermeiros, barracas e outras comodidades” ... “Algumas das ambulâncias (caixas ou mochilas com material e suprimento de Saúde) que vieram da Corte chegaram vazias. Não se pode saber como e onde roubaram os medicamentos que deviam trazer.”*

Em 1º de julho, ao completar a passagem do Rio Uruguai, próximo a Concórdia, foi instalado um hospital para abrigar os 260 doentes. Número que chegou a 760 nos dias seguintes, conforme relato de um oficial.

“O serviço médico foi distribuído por sete enfermarias e cada uma delas com um médico; tudo feito com muito zelo. Zelo e humanidade, de modo que todas as horas da noite, quando os enfermos gemem, apesar da geada, os médicos levantam-se com lanternas acesas e vão prestar-lhes os socorros precisos. O movimento diário do hospital tem sido de 100 a 150 doentes e a mortalidade não chega a 10%”. Além do um hospital próximo a Concórdia, outro instalado em Salto, que chegou a ter cerca de 1.000 doentes e contando com apenas oito médicos para atendê-los.¹²

Em 20 de setembro, as forças aliadas deixaram Uruguaiana e iniciaram a transposição do Uruguai, para *Paso de los Libres*. Em dezembro as forças de Flores, Mitre e Osório estavam às margens do Paraná frente a Passo da Pátria. As tropas brasileiras, neste momento, chegavam a 18.365 homens, contando o Corpo de saúde com apenas 58 médicos. Sete médicos haviam ficado em Montevideu e Salto. Os baixados nos diversos hospitais chegavam a 2.295 homens.

A publicação na imprensa do Rio de Janeiro relatava a situação porque passavam os doentes no teatro de operações. Segundo a sua visão, fez com que o Ministro da Guerra, General Ângelo Muniz da Silva Ferraz, mandasse um Aviso ao General Osório exigindo informações a respeito. Em ofício de 29 de novembro, Osório confirmou muito do que havia sido dito pela imprensa e ainda relatou mais. Segundo ele, *“...no Exército não havia culpa por não haver hospitais, médicos, medicamentos, alimentos, barracas ou ambulâncias suficientes”*. O Exército Imperial havia sido relegado a um segundo plano,

por negligência, omissão ou má fé. Nesse mesmo documento, informa sobre o emprego de prisioneiros paraguaios em serviços subalternos. Informa que os 175 prisioneiros de guerra foram empregados, *“alguns nas carretas de transporte, outros nos hospitais e poucos na artilharia para tocarem as carretas”*. Acrescentando: *“Não tenho confiança nesses homens; alguns deles têm desertado, sem embargo de serem bem tratados e vestidos e de haverem se prestado voluntariamente àquele serviço.”*¹³

Ao se iniciarem realmente as operações em território paraguaio, o próprio Chefe do Corpo de Saúde, Cirurgião-Mór do Exército, estava na linha de frente dirigindo o Hospital instalado em Tuiuty, deixando na Corte, interinamente, a Chefia do Corpo de Saúde, nas mãos do Cirurgião-Mor José Ribeiro de Souza Fontes. Em Tuiuty, o Hospital era instalado em barracas, sendo, então, apoiado por *carruagens para feridos* (ambulâncias hipomóveis).

Os 1^{os} Cirurgiões transpuseram o Rio Paraná, junto a 3^a Divisão do Exército, na tomada de Itapiru. Onde instalaram um hospital provisório em uma palhoça para receber os 262 feridos. Desde o desembarque no Atajo, que médicos, farmacêuticos, enfermeiros e serventes acompanharam a baixo de chuva, os alagados até Itapirú e depois Passo da Pátria, acompanhando de perto a tropa combatente. Os feridos foram sendo colocados em leitos de capim, logo após receberem o atendimento.

O Corpo de Saúde no Teatro de Operações

Nesse período de interinidade, Souza Fontes dedicou-se ao preparo da tropa, à organização de hospitais, ao provimento de ambulâncias e meios de transporte para doentes e feridos. Mas com o afastamento de Manoel Feliciano do Teatro de Operações, Souza Fontes não foi substituí-lo, no Paraguai, devido ao seu estado de Saúde. Diante dessa situação, em Carta Confidencial, do Marquês de Caxias, de Para Cuí, datada de 13 de abril de 1868, informa ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaquá, que houve por bem nomear Cirurgião-

Mór e Chefe do Corpo de Saúde, interino o Coronel Comissionado Francisco Bonifácio de Abreu, *“...que no exercício das árduas funções de seu emprego, sobretudo em campanha, se tem havido com perícia e dedicação”*... *“por não haver como já disse e repito, um só cirurgião-mor de divisão a quem poder eu confiadamente entregar a importante direção do Corpo de Saúde”*.

Em sua Ordem do Dia, nº 133, de 3 de outubro de 1867, datada de Tuyu-Cuê, Caxias nomeia do Cirurgião Francisco Bonifácio de Abreu Inspetor de todos os hospitais e enfermarias permanentes do Exército, visando *“reformas e alterações tendentes a melhorar o estado atual destes estabelecimentos e executar, desde logo, as que não importarem em aumento de despesa, de acordo com os comandantes das Forças brasileiras da respectiva localidade; podendo quanto aos de Montevidéu, entender-se diretamente com o Governo Imperial, se assim for mais expedito e conveniente ao serviço; não deixando, em qualquer caso, de dar delas imediato conhecimento a este Quartel General.”*¹⁴

Tuiuty

*“Em maio de 1866 estava instalado o Hospital de Corrientes construído pela Marinha, no estilo norte-americano da época. Tinha seis pavilhões de madeira, piso elevado, com ventilação por baixo e por cima. Seus leitos eram de ferro, com mosquiteiros e roupa de cama completa. Tinha sala de cirurgia e farmácia bem suprida.”*¹⁵

No campo de Tuiuty jaziam cerca de 7.000 paraguaios mortos e 6.000 feridos. Lá também ficaram 737 brasileiros mortos e 3.029 feridos. Entre argentinos e orientais foram 259 mortos e 643 feridos. Durante todo o combate os médicos e seus auxiliares não tiveram descanso. À noite, ainda percorriam o campo de batalha com suas lanternas (a vela) recolhendo os sobreviventes. Inclusive paraguaios. Dentre eles João Severiano, louvado, na ocasião, pelo seu desempenho, no Hospital de Sangue e no terreno durante o combate.¹⁶

Em 2 de setembro, João Severiano é nomeado Chefe do Corpo Médico das Forças Expedicionárias, em cujas funções assistiu

os bombardeios de *Curuzu* e *Curupaiti*. Em *Tuiuty* estava localizado o primeiro Hospital Ambulante, instalado em barracas, do Exército Brasileiro. Retratado em quadro do pintor argentino Candido López, com a sua insígnia vermelha no mastro. Insígnia de identificação de hospital, criada pelo general *Polidoro*.

Osorio sugeriu uma perseguição ao inimigo, mas Mitre preferiu manter-se em *Tuiuty* para o repouso da tropa. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o barão de Porto Alegre, comandante do 2º Corpo de Exército baixava suas instruções de conformidade com as ordens recebidas em 30 de setembro de 1865. Dentre as ordens recebidas uma dizia respeito ao material bélico e de saúde que chegassem da capital da Província. Os responsáveis deveriam dar o melhor destino e quantidade que julgasse conveniente. O restante deveria ser mantido em depósito. Nas instalações do Corpo.

Quanto às enfermarias, permaneciam no local onde se encontravam. Enquanto as de *Salto* deveriam ser levadas para junto do Corpo. E serem organizadas como “*enfermarias ambulantes*”. Devendo contratar médicos civis quando forem necessários.

Preocupado, o Barão de Porto Alegre recomendou “*que nas enfermarias houvesse todo o asseio, sejam respeitados os serviços de higiene e com caridade, o trato aos doentes*”. Assim como recomendou, ainda “*cuidados não só no fornecimento de víveres, para não haver prejuízo à Fazenda, nem tampouco a saúde das praças, com má alimentação*”. “*Tudo quanto necessitar relativamente a fardamento, equipamento, armamento, roupa e utensílios de enfermarias, poderá ser requisitado ao encarregado do depósito de Salto, ao Ministro Brasileiro em Buenos Aires, ao marechal Manoel Luiz Osório ou ao Presidente da Província.*”¹⁷

Em 15 de julho de 1866, o Marechal Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão assumiu o comando do 1º Corpo Brasileiro, em função do afastamento de Osorio devido a sua saúde estar fragilizada

No dia 29 de julho de 1866, Polidoro escreve em sua primeira Ordem do Dia, como comandante do 1º Corpo de Exército: “*...Reconhecendo que o Serviço de Saúde, sempre*

digno de toda a atenção, exige providências especiais para que seja regularmente feito nos dias de combate, em que a missão dos senhores médicos é duplamente importante, porque interessa tanto à humanidade, quanto à sorte das famílias, e à justiça daqueles que na defesa da causa sagrada da Pátria sacrificam até a própria existência; determino que as seguintes instruções entrem em execução:

Instruções: Para regular o Serviço do Hospital de Sangue, que tiver de funcionar nos dias de combate:

– Art. 1º...

– Art. 2º – *A reunião terá lugar no ponto que for anteriormente designado pelo General em Chefe, sendo assinalado aquele lugar por uma bandeira vermelha, que servirá de guia para a condução dos feridos.*

– Art. 9º – *O Médico Diretor do Serviço remeterá sem demora a este comando em chefe, não só o seu relatório como os das Seções, enviando uma Cópia de todos ao Sr. Cirurgião-Mór do Exército, em cumprimento das disposições dos Arts. 239, 240, e 241 do Regulamento de 7 de março de 1857.”*

Em 19 de junho de 1866, o 2º Cirurgião da Armada, Philippe Pereira Caldas, colocado à disposição do Exército foi encarregado de elaborar as “*Instruções para o Serviço Médico dos Hospitais Provisórios do Exército em Operações*”.¹⁸

Combate de Potreiro Pires e Saúde

Após a vitória em *Tuiuty*, as tropas aliadas permaneceram em posição perigosa. Mantendo certa vulnerabilidade em relação ao Potreiro Pires. Decidiu-se, então, em 16 de julho realizar um ataque aos paraguaios, para evitar um *flanqueamento*.

Durante o combate as perdas brasileiras chegaram a 1.746, dos quais 143 oficiais. Com os argentinos perdendo 71 homens. Dos quais 6 oficiais feridos. Dois dias depois foram atacadas as posições paraguaias no *Sauce*, permanecendo o Gen Mitre inativo, em seu acampamento. O combate foi feroz, obrigando os aliados a retrair-se, conservando-se apenas na trincheira de *Carapá*. Foram 3.000 as perdas brasileiras e outras tantas paraguaias.

Após transpor o Rio Uruguai e marchar para o norte, 2º Corpo de Exército comandado pelo Gen Porto Alegre chegou a Passo da Pátria no dia 23 de julho. De imediato, com o auxílio da Armada instalou uma enfermaria, na Ilha do Cerrito, no Rio Paraguai. Nesta ilha, em 14 de abril de 1867, a Marinha veio instalar uma Enfermaria para coléricos. Mas que acabou atendendo pacientes de toda espécie.

Em poucos dias os baixados estavam acomodados no Hospital de Sangue de Tuiuty e no Navio *11 de Junho*, que funcionava como Hospital de Sangue. Contando com reforço de alguns médicos, do 2º Corpo de Exércitos. Sob a Chefia Cirurgião-Mor Feliciano de Carvalho.

De Curuzu a Curupaiti

No dia 1º de setembro, Curuzu foi bombardeada pelos encouraçados. No dia seguinte o 2º Corpo de Exército desembarca frente a Curuzu, com os seus médicos transportados pelo vapor *Onze de Junho*.

Em 3 de setembro, o 2º Corpo assalta e ocupa Curuzu, após violento combate, fazendo 3.000 baixas paraguaias. Ao perseguir o inimigo, Venâncio Flores chega até as trincheiras de Curupaiti.

Diante do obstáculo a vencer, Porto Alegre solicitou reforços a Mitre, para investir contra Curupaiti. Mas o comandante argentino não permitiu o prosseguimento, nas condições existentes. No terreno, 159 morto e 629 feridos brasileiros.

Somente às 07 horas da manhã, de 22 de setembro, os aliados iniciam o ataque a Curupaiti. Já ao amanhecer a esquadra inicia um forte bombardeio da posição paraguaia. De imediato, as baterias paraguaias responderam ao fogo, com os seus 60 canhões.

Ao meio dia, a esquadra suspende o fogo e inicia-se o assalto com 16.000 homens, que avançam, debaixo do fogo dos artilheiros inimigos. A fuzilaria era intensa. A posição inimiga parecia intransponível. Mesmo assim, 50 homens de Porto Alegre conseguem penetrar nas primeiras barreiras da fortificação. Em pouco tempo todos eles estavam mortos. Mas Porto Alegre não desiste

e investe várias vezes procurando um ponto fraco que o facilitasse romper as trincheiras.

Em dado momento, quando Mitre procura saber a situação na frente brasileira, seus assistentes lhes trazem as notícias distorcidas. O que levou Mitre ordenar a retirada. Os argentinos abandonam suas posições, e Porto Alegre fica sozinho com as suas tropas, sem condições de prosseguimento. Às 16 horas manda tocar retirada. Foi um desastre total. A maior derrota sofrida pelos aliados. Segundo Tasso Fragoso tomaram mortos 411 brasileiros, além de 1.540 feridos.

Segundo o coronel cirurgião do Exército, Christovão José Vieira, foram por ele organizadas seis “*turmas de médicos*” para atender os baixados ao Hospital de Sangue: 406 feridos; foram realizadas 69 amputações e um sofreu desarticulação, do úmero. Os demais feridos por falta de pessoal e o número elevado de baixas foram evacuados para navio da esquadra que funcionava como hospital de sangue.

SOB O COMANDO DE CAXIAS

Com o retorno de Osorio ao Brasil para ir se tratar na Província do Rio Grande, o marquês de Caxias foi nomeado comandante em chefe das Forças Brasileira no teatro de operações no Paraguai. Inclusive a Marinha. Já em 18 de setembro de 1866 iniciou o seu trabalho, quando em viagem para o Paraguai.

Naquele momento o Exército Brasileiro tinha onze hospitais: dois em Montevidéu, dois em Buenos Aires, três em Corrientes, um em Cerrito, um em Itapiru, um em Passo da Pátria e um em Tuiuty. Caxias mandou fechar os dois hospitais de Buenos Aires, transferindo os baixados e o pessoal para Montevidéu.

Em 25 de novembro de 1866, seguiu para o Paraguai o cirurgião-mor do Exército José Ribeiro de Souza Fontes, para exercer interinamente a chefia do Corpo de Saúde, em operações. Manoel Feliciano de Carvalho deixava o cargo por motivo de saúde. Pelos seus serviços prestados Feliciano de Carvalho, em 27 de julho, foi promovido a brigadeiro. Foi assim o primeiro oficial-general,

médico, do Exército brasileiro, como também o primeiro chefe do Corpo de Saúde nascido no Brasil.

As primeiras preocupações de Souza Fontes, ao chegar no teatro de operações, foi o preparo de seus subordinados, o funcionamento dos hospitais e a operacionalidade das ambulâncias.

Na Ordem do dia nº 34, de 24 de janeiro de 1867, Caxias, aprovando a sugestão do Cirurgião-Mór Manoel Feliciano de Carvalho, ordenou a redistribuição dos médicos do 1º Corpo de Exército. Dentre estes estava o 1º cirurgião João Severiano da Fonseca, com seus auxiliares 1º cirurgião Antonio de Souza Dantas, Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque, Alexandre Marcelino Bayma, destinados à Brigada de Artilharia. Todos três futuros chefes do Corpo de Saúde do Exército.

Paralelamente ao trabalho realizado por Caxias surge o cólera no teatro de operações. Surgiu em um navio que transportava tropa, do Rio de Janeiro para o teatro de operações. Ao identificar a doença, o navio retornou para Desterro. Em 26 de março, a doença aparece em Itapiru e, em 29, em Corrientes. Os hospitais começam a ficar cheios de coléricos. Felizmente, em 20 de abril a doença começou a regredir. O 2º Corpo de Exército em 10 dias havia perdido cerca de 1.000 homens.

Caxias, para reanimar os ânimos da tropa manda bombardear as posições paraguaias. Jordan, que servia no 2º Corpo de Exército, descreve a situação, em seu livro. Mostra o grande número de perdas por cólera, em particular em Curuzu.

*Abre-se para o Exército um terrível quadro. No Passo da Pátria, em Tuiuti, em Cerrieto o cólera faz muitas vítimas. "Porém o pior foi em Curuzu...", segundo comenta Jordan em seu livro. As 4.000 perdas deixaram um terrível claro em nossa fileiras. Na ocasião todas as melhores casas foram usadas como hospital inclusive a do próprio General Comandante em Chefe*¹⁹.

O general Joaquim José Bernardino Bormann, jovem oficial, propôs tratar os coléricos em barracões construídos por trás das posições de artilharia, construindo barracões, voltadas para Potreiro Pires. Passaram

a ser tratados aí sob o controle do próprio Bormann. Dos 96 pacientes recebidos, apenas quatro morreram. Tudo correu por conta de Bormann²⁰.

*Os médicos aconselhavam o álcool como profilático. Os barracões do comércio enchiam de vinho. Mas a tropa continuava, tomara a água de cacimbas rasas, cavadas no areal, poluída pela vizinhança dos mortos. As más línguas acusavam Caxias de beber água vinda do Rio de Janeiro*²¹.

Em maio de 1867, o general Polidoro deixou o teatro de operações, por motivos de doença, sendo substituído pelo marechal de campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, no comando do 1º Corpo de Exército. Épocas em que as chuvas eram grandes e as enchentes, dos rios Paraguai e Paraná, não tardariam a transbordar.

Para agravar a situação, em 16 de junho, desembarcaram em Passo da Pátria 5.451 homens, dentre os quais 406 já chegaram doentes. No mês seguinte dos 45.000 brasileiros que se encontravam no Paraguai, nada menos do que 10.577 estavam baixados nas enfermarias e hospitais de Passo da Pátria e Tuiuty.

Este quadro levou Caxias a tomar providências, logo após assumir o comando. Criou uma Junta de Saúde para periciar os baixados e as licenças por motivo de saúde. Para presidi-la foi nomeado o brigadeiro Guimarães, que era oficial combatente mas formado em medicina. Em poucos dias cerca de 4.000 homens voltaram a linha de frente.

Nesse momento da guerra, o número de instalações de Saúde não era pequeno. Existiam hospitais em: Cerrito, Corrientes, Tuiuty e Passo da Pátria, além de enfermarias. O número de médicos e boticários é que não condizia com as necessidades. Segundo Tasso Fragoso eram 101 médicos e alguns pouco acadêmicos e 31 boticários.

A falta de profissionais levou a contratação de médicos civis. Nem sempre competentes e até um francês que nem sequer médico era. Os acadêmicos permaneceram até Caxias ter conhecimento, através de um deles, ao pedir para ir ao Rio de Janeiro para prestar exames. A ordem foi mandar os acadêmicos retornarem ao Brasil.

Em apoio existia uma Ambulância Central em Tuiuty (em reserva), uma Ambulância Volante, em apoio ao 1º Corpo e oito em apoio ao 3º Corpo. Em relação ao 2º Corpo não foi possível saber. Em Passo da Pátria permanecem três médicos e dois boticários.

Em 16 de junho de 1867, desembarca no Passo da Pátria o 3º Corpo de Exército, sob o comando de Osório. Eram 5.451 homens. Trazia com ele uma Ambulância volante.

Caxias inicia a sua marcha de flanco, em 28 de agosto de 1867, em direção a Tuyucúê, com cerca de 29.000 soldados aliados, posicionando-se ao noroeste de Humaitá. Um mês depois contava com 10.577 doentes, nas enfermarias²².

CONQUISTA DE HUMAITÁ E PROSEGUIMENTO

Em 21 de março de 1868 é conquistada Curupaiti, Sauce Estero Rojas e Espinillo. E em 25 de julho Caxias entra em Humaitá, já abandonada por López. Ficara ali apenas um reduzido efetivo para garantir que o grosso das tropas de López deixasse Humaitá, atravessassem o Rio Paraguai e se homiziasse temporariamente no Chaco. Caxias entra em Humaitá, onde captura 180 canhões e faz 1.350 prisioneiros. Muitos dos quais velhos, mulheres, doentes e feridos.

Em maio de 1868, estoura uma revolução em Buenos Aires, obriga Mitre a se retirar do teatro de operações, levando consigo cerca de 4.000 homens. Caxias assume o Comando em Chefe das tropas aliadas.

A linha de defesa do Piquiciri era inabordable, pela frente, com os paraguaios fortemente entrincheirados. Diante do obstáculo, Caxias resolveu realizar um grande envolvimento, passando parte de suas tropas para o Chaco até as alturas de San Antonio, na margem esquerda do Rio Paraguai. Durante o deslocamento pelo Chaco, a malária castigou muito a tropa. Como tratamento, os doentes recebiam sulfato de quinino “*as colheres de sopa*”, conforme Dionísio Cerqueira. Segundo os *cochichos das baías* o quinino “*vinha batizado com polvilho*”.

No combate de 2 de maio, foi grande o número de feridos. Os que podiam caminhar seguiam até encontrar uma embar-

cação. Os outros, com fraturas de perna ou ferimentos graves, seguiam transportados em “*capotes e mantas*” ou em “*andas improvisadas com varas e cipó*”. Estas, em princípio, eram destinadas ao transporte de oficiais. Os navios recolhiam os feridos e doentes, transportavam pela lagoa Ciervas onde eram baldeados para lanchões que os levavam até Estabelecimento, onde embarcavam em ambulâncias e galeras de artilharia seguindo até Hospital de Parecuê.

A manobra pelo Chaco foi uma epopeia das mais difíceis da guerra. Não só pela ação do inimigo, mas do terreno difícil e as obras (estradas) a serem realizadas.

O Hospital de Humaitá foi criado logo após o encerramento de Cerrito, em galpões que tinham sido enfermarias paraguaias. Atendeu um número muito grande de feridos. Em particular evacuados de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. O material usado para o seu funcionamento foi oriundo do Hospital de Cerrito. As enfermarias do Chaco compunham-se de cinco grandes casas cobertas de palha.

A DEZEMBRA DA

No dia 6 de dezembro de 1868 travou-se a batalha de Itororó. Apesar de estarem em desvantagem de efetivos, os paraguaios estavam bem posicionados defensivamente no terreno, ao sul do Rio Itororó, um obstáculo à tropa a pé ou montada.

Os brasileiros tiveram 1.806 perdas, das quais 241 foram de mortos. As tropas inimigas tiveram cerca de 600 mortos.

Após o combate, Caxias marcha até a vila de Ypané, onde instala um hospital dentro da igreja local.

No dia 11, Caxias desloca seus 18.000 homens, agora já com o 3º Corpo, de Osório, ao seu lado, para enfrentar os 6.000 paraguaios posicionados ao sul do arroio Avaí.

A batalha foi sangrenta, onde se destacou a figura de Osório e de Andrade Neves. Ao ser ferido com um tiro na boca, Osório foi obrigado a deixar o campo de batalha, ficando Caxias com toda a responsabilidade. Na carga final, os paraguaios formaram um quadro para se defenderem. Mas não foi suficiente. Foi um verdadeiro massacre. Mas

o Gen Bernardino Caballero conseguiu fugir com alguns de seus homens. Entre os brasileiros foram feridos 563 homens e 166 mortos. Dentre os paraguaios, cerca de 3.000 foram mortos e 900 eram de prisioneiros.

Ao término do combate foi instalado um Hospital e um depósito, na capela de Villeta. Muitos feridos foram evacuados para Palmas e para Humaitá. .

No dia 21 de dezembro, os aliados desencadearam um ataque às trincheiras de Lomas Valentinas e Ita-Ibaté. Resultando em 1.326 perdas aliadas e cerca de 8.000, paraguaios²³.

O ataque à posição Lomas Valentinas, iniciada a 21 de dezembro, uma das mais sangrentas da guerra. A tropa dormia ao relento, sob fortes chuvas e mal-alimentada. O ataque desembocou sobre um terreno difícil, sob nuvens de mosquitos.

Durante a Dezembrada, de 6 a 27 de dezembro, muitos foram os feridos a serem evacuados. Inicialmente eram levados para os encouraçados, onde eram atendidos e operados. Se fosse o caso. Em seguida eram levados para enfermarias no Chaco. Onze médicos e dois boticários da Armada realizavam esse trabalho, auxiliados por alguns cirurgiões do Exército. Só em Villeta, em 12 de dezembro estavam baixados cerca de 2.000 feridos aliados e paraguaios. Ocupando a capela e várias casas e barracas.

Em 30 de dezembro caiu Angostura, sendo aprisionados 1.350 paraguaios e 16 canhões. Assunção é ocupada e López foge para Ascurra.

É importante que se saiba que o cloróformio foi sempre usado nas anestésias (gerais) feitas nos hospitais, com ótimos resultados conforme referência feita pelo Dr. Carlos Frederico Azevedo²⁴.

Na Ordem do Dia nº 272, em 14 de janeiro de 1869 Caxias deixou escrito: *“Tenho o prazer patenteando ainda mais uma vez a minha gratidão e a do Exército, ao digno cirurgião-mor em comissão e Chefe interino do Corpo de Saúde, Dr. Francisco Bonifácio de Abreu, e a todos os cirurgiões militares, médicos contratados e farmacêuticos, que abaixo de suas ordens estão servindo e que nos hospitais fixos e nos de sangue têm cumprido religiosamente os deveres de sua profissão com o maior zelo, abnegação e humanidade”*.

A ÚLTIMA JORNADA

Em 16 de abril de 1869, assume o Comando das tropas brasileiras o Conde D'Eu. Contando com 26.620 soldados, quando deixou Assunção em direção à Cordilheira. Região de um terreno completamente desconhecido para o Comando brasileiro. Um terreno de difícil acesso e dependência de Assunção para fins de suprimento e evacuação. Dependentes de uma precária e limitada ferrovia como linha de abastecimento. Não havia mais como contar com o apoio naval.

A situação na região era de calamidade. Não só de uma população faminta, de mulheres e crianças, migrando em direção ao oeste. Assim como a deserção de alguns soldados abandonando a linha de frente.

Mas os grandes problemas para o Corpo de Saúde foram os poucos hospitais, com apenas dois médicos, sob a direção de um oficial combatente, a carência de medicamentos, material médico e alimentação. Com o médico ficando tolhido ao atender os doentes e feridos.

CONCLUSÃO

Concluindo podemos afirmar que o Corpo de Saúde não contava com um efetivo militar de médicos e boticários incompetentes e insuficientes. Apenas alguns médicos civis, contratados e onerosos, não estavam preparados para a guerra.

Por falta de médicos Diretores de Hospital Militar, a direção era dada a um oficial combatente. O que veio criar choque de autoridade, nos hospitais, em relação aos pacientes.

A evacuação de pacientes e feridos, assim como o suprimento de medicamentos e material médico não atenderam as reais necessidades. Eram carentes em quantidade. Assim como na mobilidade do apoio de Saúde. Na guerra, a carência de transporte deve ser compatível com o nível suprimento, o efetivo do Pessoal de Saúde, e a pronta evacuação médica.

Segundo o Conde D'Eu, os Médicos Militares deveriam frequentar um *Curso de Medicina Militar*. Assim como o Gen Med Manuel Feliciano de Carcalho [4º Diretor de

Saúde] sugeriu a criação de uma “Escola de Medicina Militar, desde 1867. Em 1910, foi criada a Escola de Aplicação de Medicina Militar. Que nunca funcionou.

Somente em 1921 foi criada a *Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército*, inaugurada em 8 de maio de 1922, com dois cursos: o de *Aplicação* e o de *Aperfeiçoamento*.

BIBLIOGRAFIA

CERQUEIRA, Gen. Dionísio. “*Reminiscências da Guerra do Paraguai*” – Biblioteca do Exército Ed. – Edição Especial – 1980.

Decreto Nº1.900, de 7 de março de 1857.

FRAGOSO, A. Tasso. “A Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai – 2ª Ed, Biblioteca do Exército, Liv. Freitas Bastos – 1956 – Rio de Janeiro.

JOURDAN, E.S. “História das Campanhas do Uruguai” – Enciclopédia pela Imagem – Lello Ltda – Porto – Portugal.

MITCHELL, Gilberto de Medeiros – “História do Serviço de Saúde” – Ed. Cultura – 1963.

MOURA, Aureliano Pinto de, Gen Div: “O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro” – Bibliex, Ed. Rio de Janeiro – Abr/Jun 1986.

Ordem do Dia nº 272, de 14 de janeiro de 1869, do major de Caxias, Comandante em Chefe das tropas brasileiras no Teatro de Operações.

SANTOS, F. Lycurgo – *Historia da Medicina no Brasil* – Ed. Brasiliense Ltda. 1945 – S. Paulo.

SILVA, Arthur Lobo da. “*O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro*” – Bibliex Ed. Rio de Janeiro – 1958.

Relatório do Ministro da Guerra de 1864.

SCHNEIDER, L. – “*A Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai*” – Ed. Cultura.

TEIXEIRA, Roberto C. Da MOTTA – “*Aspectos Históricos da Medicina Militar na Guerra da Tríplice Aliança*” – Problemas de Medicina Militar – Academia Brasileira de Medicina – 1964.

¹ JOURDAN, E.S. – “História das Campanhas do Uruguai” – Enciclopédia pela Imagem – Lello Ltda – Porto.

² TEIXEIRA, Roberto C. da Motta – “*Aspectos Históricos da Medicina Militar na Guerra da Tríplice Aliança*” – Problemas de Medicina Militar – Academia Brasileira de Medicina – 1964.

³ SCHNEIDER, L. – “*A Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai*” – Ed. Cultura.

⁴ FRAGOSO, A. Tasso – “A Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai – 2ª Ed, Biblioteca do Exército, Liv. Freitas Bastos -1956 – Rio de Janeiro.

⁵ Relatório do Ministro da Guerra de 1864;

⁶ JOURDAN, E.S. Op. cit.

⁷ FRAGOSO, A. Tasso. Op. cit.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ TEIXEIRA, Roberto C. da Motta. Op. cit.

¹¹ JOURDAN, E.S. Op. cit.

¹² MITCHELL, Gilberto de Medeiros – “História do Serviço de Saúde” – Ed. Cultura – 1963.

¹³ FRAGOSO, A. Tasso. Op. cit.

¹⁴ MITCHELL, Gilberto de Medeiros. Op. cit.

¹⁵ FRAGOSO, A. Tasso. Op. cit.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ MITCHELL, Gilberto de Medeiros. Op. cit.

¹⁹ JOURDAN, E.S. Op. cit.

²⁰ FRAGOSO, A. Tasso. Op. cit.

²¹ CERQUEIRA, Gen. Dionísio. “*Reminiscências da Guerra do Paraguai*”- Biblioteca do Exército Ed. – Edição Especial – 1980.

²² FRAGOSO, A. Tasso. Op. cit.

²³ JOURDAN, E.S. Op. cit.

²⁴ TEIXEIRA, Roberto C. da Motta. Op. cit.